

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO



MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. XIV

1953



1964

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANAIIS
DO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL



VOL. XIV

1953



1964

FUNDAÇÃO
BIBLIOTECA
138/91

BIBLIOTECA DO M. H. N.
EXEMPLAR-RESERVA

SUMARIO

JENNY DREYFUS — João Manso Pereira e sua suposta fábrica de louças	5
HERCULANO GOMES MATHIAS — A fundação de Nova Friburgo na Imprensa da época	29
↳ DULCE CARDOZO LUDOLF — Classificação Geral da Numismática	47
CLOVIS BERNAY — Victor Meirelles	65
↳ ANTONIO PIMENTEL WINZ — Considerações sobre a conservação da Coleção Fiduciária existente na Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional	89
↳ — O problema da Classificação da Coleção Fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional	113
↳ — Sugestões sobre a Utilização Cultural do Acervo Fiduciário da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional	129
MARIO BARATA — Mapas antigos, o Barão do Rio Branco e Catálogo publicado pelo Itamaraty	205
J. F. DE ASSUMPÇÃO SANTOS — Domingos Antunes Maciel — Autos de Nobilitate Probanda	219

APÊNDICE

ANTONIO PIMENTEL WINZ — Bicentenário da Casa do Trem — Como foi o mesmo comemorado no Museu Histórico Nacional	135
--	-----

“JOÃO MANSO PEREIRA E SUA SUPOSTA FÁBRICA DE LOUÇAS”

JENNY DREYFUS

Chefe do Museu da República

DO LIVRO INÉDITO “A LOUÇA NA NOBREZA
BRASILEIRA”

Vide fotogr. n.º 1

Esta louça, por muitos entendidos é atribuída a fábrica de João Manso Pereira; para nós, entretanto, trata-se de louça inglêsa, tanto pelo seu aspecto quanto pelo seu fabrico.

Seu desenho é atribuído a Mestre Valentim, isto, porém, é impossível, pois aquêle artista faleceu em 1812. Quanto ao fabrico ser de João Manso, também não é possível, porque o “químico”, faleceu em 1820. Mesmo que a fábrica existisse naquela época, seu orientador não mais existia; a quem caberia, então, a idéia do desenho?

Uma informação interessante foi-nos fornecida por D. Leonor Joppert. Disse esta senhora que a louça foi pintada em 1824 pelo pintor espanhol D. Fernão Perez, o qual ofereceu um dos pratos a Lucas Antonio Monteiro de Barros, depois Visconde de Congonhas, 1.º Presidente da Província de São Paulo depois da Independência. Mais tarde veio ter às mãos do Dr. Daniel de Almeida e por fim a Manuel Lino, que o ofertou a D. Mariana Joppert Chaves Pinheiro, a 7 de setembro de 1899.

* * *

Vide fotogr. n.º 2

Esta peça pertenceu à coleção Washington Luiz, hoje desfeita, com a indicação de peça de fabrico nacional. Não podemos afirmá-lo nem tão pouco negar, pois, não traz nenhum sinal identificador.

Apenas podemos dizer que é um serviço muito parecido com o anterior, com ligeira diferença na côr e levemente

no desenho. Não apresenta tão pouco os ramos de fumo e café que são vistos na borda do outro serviço.

A ser um prato brasileiro, a qual das fábricas nacionais terá pertencido? Dificilmente poderemos colocá-lo na de João Manso Pereira na Ilha do Governador, como muitos o collocaram, pois, sendo uma peça de 1822, o artista já não existia naquela data. Terá sido fabricada em alguma manufatura mineira, pois sabemos que naquela época já se produzia cerâmica em Minas Gerais. O nosso interêsse seria positivar e positivá-lo como de fabrico brasileiro. Infelizmente os poucos dados que até o momento possuímos não nos permitem uma tal afirmativa.

Faremos a seguir ligeiro estudo sôbre a produção nacional de louça da segunda metade do século XVIII e do século XIX, esperando com isso despertar o interêsse de quem nos possa, talvez, trazer alguma luz em tão profunda treva.

Embora tenhamos sômente dados imprecisos sôbre o fabrico de louça no Brasil, podemos, entretanto, afirmar que, na segunda metade do século XVIII e mesmo por todo o século XIX, algumas Províncias, principalmente as do centro, preocuparam-se com a exploração do barro caolínico próprio para essa indústria.

Infelizmente, por motivo ignorado, êsse comércio não logrou êxito entre nós e tudo nos leva a crer serem duas as razões principais da paralização dessa indústria que se anunciava próspera devido a qualidade da argila existente em nosso País: a falta de operários conhecedores desse mistér e o parco capital para a manutenção de indústria que demanda grande soma de dinheiro.

Em todo o caso, procuraremos fazer pequeno resumo do que até o momento sabemos sôbre o assunto; mas, infelizmente, não poderemos tirar nenhuma conclusão, pois, das poucas amostras que possivelmente existem, não possuímos a menor notícia, embora nos tenhamos esforçado em descobri-las.

As primeiras referências que temos sôbre um fabrico são relativas a pequena vila de Caeté, isto em 1777, quando o Dr. José de Sá Bittencourt Acioli, bacharel em ciências naturais, fêz algumas peças do precioso barro caolínico daquela localidade. Com esta notícia, podemos dizer que até o presente momento, foi Acioli o precursor da cerâmica no Brasil. Essas tentativas bem sucedidas a comêço, não tive-



Fig. 1 — D. PEDRO I — "Serviço Independência ou Morte". Prato em faiança creme, borda com quatro ramos, sendo dois de café e dois de fumo, nas suas cores naturais. Um filete vermelho na beira do prato. No centro, as armas do Brasil Independente, encimadas pela corôa Imperial, ladeados pelos ramos de fumo de café, tudo em suas cores heráldicas. SIM.

(Coleção do Museu Histórico Nacional)

ram continuidade; o Dr. Acioli, viu-se impedido de prosseguir, porquanto, político militante na "Inconfidência Mineira", foi alvo de perseguições, tendo vivido longo tempo foragido.

Sabe-se que, mais tarde, um inglês por nome John Morgan organizou uma companhia para explorar as jazidas daquela localidade, porém também malogrou.

Em "Efemérides Mineiras", vamos encontrar notícias de uma fábrica montada em 1858 naquele mesmo local, por João Pinheiro da Silva, e que se achava em pleno florescimento. Assim se refere Efemérides Mineiras à indústria explorada por João Pinheiro:

"Presentemente essa indústria acha-se em Caeté numa fase de prosperidade, que promete muitíssimo, graças a iniciativa inteligente e pertinaz do ilustrado Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, que ali montou importante estabelecimento cerâmico, no qual cada vez mais se aperfeiçoam os processos de fabrico da louça, esperando-se que em breve obtenha verdadeira porcelana, que entre nós não foi ainda preparada. Para isso, é abundante e excelente a matéria-prima de Caeté, há no estabelecimento do Sr. Dr. João Pinheiro artistas peritos e de gosto, e não faltam em seu distinto propprietário os estímulos precisos para, de vez, ligar seu nome a um grande e notável melhoramento industrial na terra de que é ilustre filho." "Efemérides Mineiras" — 8 de junho de 1858.

Esta fábrica foi visitada pelo Dr. Manuel Bernardes que sôbre ela faz referências em seu livro "El Brasil" cap. "El presente de Minas Gerais". -- 1908.

Gastão Penalva, refere-se também a esta fábrica fundada por João Pinheiro, dizendo que, "embora político militante, houve época em que se preocupou mais da fábrica do que da própria política". Diz mais que a visitou e verificou que ela produzia não só faiança como peças de fina porcelana branca e ouro feitas com o excelente caolim daquela pequena cidade.

Será crível que não reste uma peça ou mesmo um pequeno caco dessa indústria que no dizer dos que a visitaram era tão florescente? Não desesperamos em conseguir algum dia ver qualquer objeto saído daqueles fornos.

Sabemos contudo que o govêrno mineiro com ela se preocupou. Há uma lei mineira de 8 de junho de 1858, autorizando o govêrno provincial a dispender até 5:000\$000

em auxílio à fábrica de louça estabelecida na Vila, actual cidade de Caeté.

Sobre Caeté nada mais sabemos mas, na mesma Província, isto em 1809, em Vila Rica, havia uma fábrica de porcelana, segundo o naturalista John Mawe, que por ella se interessou, quando de sua visita a Minas Gerais. Passamos a seguir a transcrever a referênciã elogiosa daquelle sábio.

Referindo-se à matéria-prima para o fabrico da porcelana diz o seguinte:

“Durante os primeiros tempos da minha estada em Vila Rica, meus soldados obtiveram grande quantidade de terra para porcelana, era a mais bela que tenho visto.

A que se emprega na manufatura de Sèvres perto de Paris, lhe é inferior. É encontrada junto a uma montanha de chisto argiloso, chamado Santo Antônio, perto de Congonhas do Campo, em uma veia onde vem acompanhada de quartzoz e ferro espectacular”.

Oito dias depois de minha chegada, convidaram-me a ir ver uma fábrica de louça afastada cêrca de 3 milhas. Depois de atravessar o Rio do Carmo, por uma ponte ao pé da Vila Rica, subimos outra montanha escarpada, no cimo da qual encontrei minério de ferro em abundância...”

e mais adiante:

“Chegamos logo à fábrica de louça, estabelecida pouco distante. Emprega-se nella a argila no seu estado primitivo, sem ajuntar-lhe mais nada; contentam-se com despojá-la, pela lavagem de suas partes mais grosseiras.

Depois da água esgotada e de ter-se evaporado bastante para deixar à massa a consistência necessária, põem-se sôbre a roda e fazem pratos, vasos, jarros, que são pesados e maciços, porém muito sólidos. Procuram torná-los menos frágeis, cobrindo-os com espêsso verniz, o qual é excelente. Os fornos não têm chaminé, e consistem apenas em uma abóbada baixa, com diversos respiradouros. São postas as peças envernizadas em fôrno de re-



*Fig. 2 — D. PEDRO I — Prato, faiança amarela, com um friso
marron na borda. No centro, as armas imperiais, circundadas pelos
ramos de fumo e café, atados por um laço sob o qual há um
listél com a legenda: "Independência ou Morte". O todo encimado
por uma corôa imperial. Todo o motivo ornamental é pintado
em azul e verde. s/m.*

(Coleção do Museu Histórico Nacional)

verbero, tão mal construído que consome muito combustível sem produzir grande calor. Em todo o distrito, encontra-se argila grosseira, boa para tijolos, telhas etc.”.

Vinte anos mais tarde o naturalista francês Saint-Hilaire, visitou aquella mesma localidade e de seu entusiasmo pelas jazidas ali existentes, encontramos extensa nota em seu livro “Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” — Tomo I — Cap. VI.

“Se excetuarmos a manufatura de pólvora, que pertence ao govêrno, e uma fábrica de louça que se estabeleceu há poucos anos a pequena distância de Vila Rica, não existe nessa vila e suas proximidades nenhuma espécie de manufatura. Os vasos que saem da fábrica de Vila Rica apresentam, em geral, lindas formas, mas são revestidos por uma camada muito espessa de verniz e quebram-se, dizem, com muita facilidade.

É evidente, aliás, que se conseguirá facilmente evitar êsses defeitos, e a manufatura de Vila Rica talvez fique rivalizando com as da Europa, sobretudo se os habitantes da região, sabendo zelar a sua honra e interêsses, quizerem fazer alguns sacrifícios para sustentar o primeiro estabelecimento de produtos industriais que se fundou entre êles. Mas, deve-se confessá-lo, se bem que os mineiros pareçam muito orgulhosos de sua pátria, há realmente entre êles tão pouco espirito público, que quase nunca ouvi os habitantes de Vila Rica referirem-se senão com desprezo da única indústria que possuem, exageram os defeitos de seus produtos, e, se comparam sua louça com a da Inglaterra, é para fazer sentir quanto é superior a que compram no estrangeiro.

Como se vê, as referências dos dois grandes cientistas não podiam ser mais elogiosas; mas é-nos penoso constatar que Saint-Hilaire não deixou de ter razão, quando disse que desprezamos tudo que possuimos; talvez seja essa a razão de não encontrarmos em nossos dias o menor vestígio de uma indústria que só poderia nos orgulhar.

Da distância existente entre as duas viagens, podemos verificar que a duração da fábrica foi de mais de 20 anos e,

no entanto, nada resta d'esses fornos apagados que não deixaram vestígios nem mesmo do local onde funcionavam.

Ainda em "Efemérides Mineiras", tivemos conhecimento de outra jazida existente em São Caetano, distante três léguas de Mariana, de cujo barro foi feito o exame na Manufatura de Sèvres. Graças a gentileza de bons amigos, conseguimos aqui transcrever os documentos interessantes sobre a análise daquele barro existente no Arquivo de Minas Gerais, em Belo Horizonte. São dois os documentos com muito pequeno prazo de intervalo e dizem o seguinte:

"Exposição que ao Ilmo. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Pena apresentou no Ato de passar-lhe a Administração da Província de Minas Gerais o ex-Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. — Ouro Preto, 1855.

"Fábrica de louças — "Como sabeis há na Província diferentes fábricas de louça mais ou menos ordinária que não podem produzir em grande pelas dificuldades que se lhes opõe, e que em geral são as que há pouco referi.

Devo informar-vos que em São Caetano, que pouco dista da cidade de Mariana, existe um precioso barro que havendo eu feito examinar competentemente na capital do Império por Frei Custódio Alves Serrão, que a isso obsequiosamente se prestou, reconheceu-se ser próprio para fabricar louça da mais fina porcelana.

O laborioso cidadão João Batista Tavares Americano, proprietário do terreno donde se extrae o barro, tem feito já diferentes ensaios mais ou menos aperfeiçoados; e eu tenho procurado animá-lo a prosseguir em seus trabalhos, certo de que o resultado há de corresponder à confiança que deposito nas luzes da pessoa que fêz os exames, de que acima vos dei notícia.

Não pretende a Presidência auxiliar em grande o estabelecimento d'uma fábrica de porcelana, porque a experiência do que a êste respeito se dá em importantes estabelecimentos desta ordem na Europa, a adverte da enormidade de somas que tal auxílio demanda; mas parece conveniente que autorizeis a dispender qualquer quantia para acoro-

coar êste ramo de indústria, que pode ser manancial de riqueza, ainda mesmo assegurando produtos menos perfeitos.”

* * *

O segundo é um relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais pelo Presidente da Provincia Francisco Diogo de Vasconcelos, na 2.^a Sessão Ordinária da 10.^a Legislatura de 1855.

“Louça de porcelana” — Tendo feito examinar no Rio de Janeiro, uma porção de barro extraído em São Caetano a três léguas de distância da cidade de Mariana, foi-lhe o resultado desse exame completamente favorável e reconheceu-o Fr. Custódio Alves Serrão que obsequiosamente se prestou a tal incumbência, que com êle se podiam obter produtos do mais súbido valor.

À bondade de um amigo devo também o exame a que se procedeu na manufatura de Sèvres e cujo teor é o seguinte:

“Análise de caolim do Brasil, entregue pelo Sr. Administrador da fábrica de Sèvres em 1.^o de maio de 1855.”

Perda ao fogo	14,40
Silica com ácido titânico	47,30
Alumina	37,22
Oxido de ferro, traços não avaliados	— —
Cal, traços não avaliados	— —
Magnésia, traços não avaliados	— —
Alcalis	1,08
	<hr/>
	100,00

É caolim. Em apoio desta análise fêz-se um pequeno cadinho de porcelana com:

Caolim do Brasil	70
Areia pedregosa de St. Yrieix	21
Cré	8

que esmaltou-se com a coberta de Sèvres. A peça cozida ao grande calor do forno C, deu uma boa louça (que ajunto a esta nota), faltando-lhe sòmente um pouco de fusibilidade.

Elevando-a a 35 a quantidade de areia e diminuindo a 60 a quantidade de caolim, ter-se-ia aumentado a transparência e brancura de peça: ter-se-ia enfim “porcelana”.

A pouca quantidade de matéria, não permitiu que se fizesse um segundo ensaio.

(Assinado — *Salvetat*.)

O diretor da companhia teve a bondade de encarregar-se a meu pedido de mandar vir da Europa dois práticos de uma das mais acreditadas fábricas da Saxônia; espero que dentro em mui pouco tempo se acharão entre nós êsses indivíduos, cuja experiência muito nos pode auxiliar neste ramo de indústria.

Não pretendia eu o estabelecimento em grande de uma fábrica de porcelana: convenho nas enormes somas que um tal estabelecimento requer, mas é também inegável, que uma fábrica de louça, que assegure produtos ainda inferiores aos da porcelana, deve dar consideráveis lucros e fazer baixar entre nós o alto preço que aqui nos custa êste gênero.

O cidadão João Batista Tavares Americano, morador em Mariana, tem feito já algumas tentativas de que deixo a V. Ex.^a amostras nesta casa, e a Assembléia Provincial autorizou pela lei 734 dêste ano a presidência a auxiliar a fábrica que mais se distinguir pela qualidade da matéria-prima ou pela perfeição de seus produtos.

* * *

Onde estarão os produtos feitos nas experiências daquele barro ajuntados a êsses documentos. É lastimável que não se tenha encontrado nenhum vestígio dessa louça. Com uma análise de confronto dêsses cacos com outras louças de marcas incertas ou mesmo não marcadas talvez chégássemos a localizar em nossa terra muita louça atribuída a outros países. Qual terá sido o resultado do prêmio instituído pela Lei n.º 734? Até o presente momento, tudo isto está sem resposta e oxalá que ao serem conhecidas essas notas acima, apareça alguma luz em tão profunda treva.

Por fim, citaremos ainda uma lei mineira de n.º 3.741, de 16 de agosto de 1889, a qual autorizava o Govêrno Provincial a conceder aos cidadãos J. M. da Silva Pontes, D. J.

dos Santos Brochado ou à Companhia por êles organizada, garantia de juros de 6% por trinta anos sôbre o capital de 600:000\$000 para a exploração de caolim, nos municípios de Sabará, Santa Luzia, Cacté, Sete Lagoas, Curvelo, Santa Bárbara e Itabira, e estabelecimento de uma fábrica.

Como se vê, vários eram os municípios que possuíam bom caolim e, entretanto, nada que se saiba resta destes vários surtos porcelanísticos de Minas Gerais. O que mais nos admira é vermos uma lei do fim do século passado com grandes poderes de auxilio a tão rica indústria não nos ter deixado o menor vestigio. Será que não chegou a se organizar a companhia de Brochado e Pontes? Pensamos que assim seja, pois não seria possível que a mesma não tivesse entrado por nosso século a dentro com alguns exemplares de seu fabrico.

Passaremos a seguir para o Rio de Janeiro, onde analizaremos detidamente a tão discutida fábrica de João Manso Pereira.

Embora pouco se sabendo de sua origem e de sua família, pode-se dizer que foi um brasileiro que muito honrou a sua Pátria.

Mineiro ou carioca ou mesmo goiano, segundo Azcredo Coutinho, variando conforme o biógrafo que o estuda, nasceu em 1750. Estudou no Seminário da Lapa, tornando-se profundo conhecedor de grego, hebraico, latim, etc., sendo em 1778 e 1779 professor de humanidades na Bahia e de latim no Rio de Janeiro, isto depois de 1790. Como cientista foi autorizado pelo govêrno a analisar o ferro de Ipanema.

Tendo-se dedicado especialmente a mineralogia e a química, vindo-lhe daí a alcunha de o "Químico".

Fabricou vários produtos, entre os quais vinho, açúcar, água ardente distilada da raiz do Sapé, e camafeus da argila do Brasil.

Aperfeicou-se em trabalhos de xarão e no fabrico de porcelana, que, segundo J. M. de Macedo, eram quase tão perfeitos como os da China.

Embora demonstrasse grande valor científico, suas experiências não obtiveram nem o auxilio nem os aplausos que mereciam. Chegou mesmo a observar que se achava rodeado de homens que consideravam bagatelas, os seus trabalhos e julgavam perdido o tempo consagrado ao estudo da natureza, confundindo a química moderna com a velha alquimia.

Acreditamos ter sido a última década do século XVIII, o momento de maior atividade de Manso Pereira, pois as referências que encontramos sobre suas pesquisas estão enquadradas em 1790 e 1797.

De valor de seus trabalhos teve ciência a Rainha Dona Maria I por uma carta do Conde de Rezende de 20 de dezembro de 1792 que passamos a transcrever:

“Ilm. Exm. Sr. à Rainha minha senhora havendo-lhe sido presentes pela real junta do comércio, agricultura, fábricas e navegação destes reinos, e seus domínios as úteis especulações que por meio de provadas experiencias havia feito João Manso Pereira, e dos quais hão de resultar conhecidas vantagens, assim ao progresso das artes, e manufaturas, como ao comércio dos domínios portuguezes: Foi servida mandar-lhe expedir pela mesma real junta a provisão que êle apresentará a V. Ex., da qual V. Ex. achará com êste uma cópia autêntica do conteúdo nela —: E por quanto dar todo o auxílio necessário ao sobredito João Manso Pereira de um modo que lhe seja eficaz, para que êle ponha em prática tudo quanto pela referida provisão se lhe encarrega: Há por tanto S. Magestade por muito recomendado a V. Ex. todo o auxílio e assistência que da pessoa de V. Ex., da sua autoridade, e jurisdição se lhe fizerem necessários: Animando-o, e assistindo-lhe para conseguir, e reduzir a efeito os projetos, descobrimentos e mais especulações que vai animado a fazer em benefício público, e em crédito da nação. O que de ordem da Rainha minha senhora participo a V. Ex. para que o fique entendendo. Deus guarde a V. Ex. — Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 20 de dezembro de 1792. — Marquez Mordomo Mor. — Sr. Conde de Rezende D. José de Castro.”

Diante do exposto, D. Maria dirigiu-se também por carta ao Químico, pedindo que remetesse à Junta Comercial amostras para as experiências necessárias aos seus diversos inventos e na parte referente ao caolim assim se expressa:

“Faça saber a vós João Manso Pereira, que tomando em consideração as vossas especulações

manifestadas nas amostras e do mangue e dos camafeus fabricados de terras do país à maneira das obras de Saxonia e de Sebes, que me foram presentes na minha real junta de comércio: E querendo que o vosso genio, e muito louváveis applicações prosperem, em honra, e utilidade vossa, e em proveito das artes, e do comércio dos dominios portuguezes. Sou servida expedir ordem (que será com esta) para se fornecer a despeza, que fôr necessária para se prepararem dêstes gêneros quantidade sufficiente com que se possam fazer experiências do seu préstimo nos usos, a que devem servir. Para êste fim fareis preparar, e remeter com tôda a economia possível e amostras dos diversos barros, que servem para louças ordinárias, e de cozinha, e para a porcelana fina, tudo separado e em porções capazes de se fazerem as precisas experiências, informando muito circunspectamente se há o caolim, ou o petun-tse naturais do país, e outros argilos, ou barros simples, ou compostos, semelhantes aos conhecidos na Europa, no Japão, em abundância capaz de se estabelecer fábricas, que dê louça para serviços de mesa, ou ao menos de chá. De cada qual dos productos que remetereis, mandarei, conta exata de despeza, que houver desde o primeiro custo, até se pôr a bordo, afim de se poder calcular a concorrência que pode ter nos mercados da Europa; e se para adiantar, e aperfeiçoar os vossos trabalhos, vos faltarem retortas, e vasos de vidro, e barro, ou quaisquer instrumentos de metais o representareis, dirigindo-vos em tudo à minha real junta de comércio. Ao vice-rei e capitão general e mar e terra do Estado do Brasil, recomendo que vós proteja e auxilie nas vossas empresas, para que não encontreis obstáculos, e vós possais fazer benemérito da minha real contemplação.....”

Escreveu também a real senhora ao Conde de Rezende uma carta nos mesmos termos para que auxiliasse o cientista em tôdas as suas pesquisas. Sente-se em tudo isso a preocupação de D. Maria I no resultado que tais experiên-

cias trariam para o comércio do Reino. São estas as últimas palavras da carta dirigida ao Conde de Rezende:

“O que tudo me pareceu participar-vós para que tendo-o entendido, projetais e auxiliéis ao referido João Manso Pereira nas suas emprêsas, afim de prosperarem tão louváveis aplicações, em proveito das artes, e do comércio dos meus domínios. O que muito vós recomendo. Escrita no palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a 8 de janeiro de 1794”.

Os resultados obtidos das experiências de João Manso Pereira foram publicados no periódico lusitano “Paladio Português” Vol. II de 1796, do qual infelizmente, não encontramos nenhum exemplar em nossas bibliotecas. Poderemos apenas transcrever o trecho de José Pessanha em seu “Estudo sôbre a porcelana” do parecer da junta comercial em relação às experiências.

“Tendo já mandado alguma argila e petunse para louça e porcelana, agora remete outros barros em rama, próprio para elas, enviando, também, algumas peças já fabricadas, em camafeus, cadinhos e outros vasos de diferentes caolinos e do da bananeira, de cujos processos da sua teoria”.

“O que parece, contudo, ser da maior importância, é a amostra que remete da terra ou argila a que os naturalistas chamam de “fullon”. Já havia remetido vinho extraído da cana, água ardente da raiz de sapé, e agora manda alguns frascos de aguardente de Cana, feita por meios da Cal. viva, e outra por meio do alcali da Bananeira, como se faz na Jamaica, a que os inglêses chamam Rum: — o que êle aprendeu com dois químicos que iam da Inglaterra para a Ásia.

“Ao Museu Real se remeteu amostras de todos êsses produtos para serem presentes a V. M. Afim do Tribunal poder continuar estas e semelhantes especulações, em que espera fazer grande serviço a V. M., engroçando a maça do Comércio Nacional, com produções novas, tanto para as Artes e Fábricas já estabelecidas no Reino e que se podem estabelecer de nôvo, como para os Estrangeiros, — supplica a V. M. a graça de autorizá-lo para obrar

o que julgar convenientè a êste respeito, expedindo Ordem ao Vice-Rei (o que por insinuação do Tribunal, tem já auxiliado estas emprêsas) para que desobrigue o Professor do serviço da Cadeira enquanto durar a Comissão pondo-se substituto, na forma que dispõe o respectivo regulamento.

O Tribunal terá a honra de ir pondo na Presença de V. M. os resultados successivos das suas diligências”.

Real Junta do Comércio, em 21 de abril de 1795 — “Arquivo da Torre do Tombo, arquivo da extinta Junta do Comércio, liv. XXVI de registro (1794-1796) fls. 132”.

Mais uma vêz se verifica que a Rainha muito se interessou pelos trabalhos do “Químico”, — Parece-nos entretanto, que suas pesquisas não lograram grande êxito, pois, a partir daquela época, nada mais encontramos que nos prove a continuação de suas indústrias. Acreditamos ser sempre a mesma razão que o levou a abandonar sua grandiosa obra: a falta de grandes capitais, que talvez lhe tenham sido negados, pois os resultados positivos só se fazem sentir depois de longos e penosos gastos; e a dificuldade de bons operários que o auxiliassem em tão arrojada emprêsa. Sabe-se perfeitamente que, na Europa, as diversas fábricas de porcelana que foram aos poucos surgindo, tinham sempre, em meio a seus operários, obreiros das manufaturas mais importantes já existentes de longa data. Acreditamos que no Brasil não se tenha dado o mesmo. Não tivemos dirigentes conhecedores da técnica porcelanística, mistér relativamente difícil, ainda mais em época anterior a máquina.

Embora nada conheçamos fabricado por João Manso Pereira “Moreira de Azevêdo” em “O Rio de Janeiro”, nos diz ter êle ofertado a D. João um aparelho de porcelana e uma caixinha para sabão de barba, fabricados com a argila da mesma procedência. Ao Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos presenteou com uma mêsa, em cujo tampo se viam a baía da Guanabara e algumas de suas ilhas, tudo em ouro, de vários matizes, cujo maior valor estava em ser executado pelo próprio artista.

Quanto às suas medalhas de porcelana são raríssimas e se encontram em coleções portugêsas. Segundo Yolanda Portugal”. A cerâmica na Numismática”, são estas as únicas peças assinadas por João Manso, de que se tem notícia. Des-

creve esta nossa colega, primeiramente uma medalha oval com o busto de D. João V, vendo-se na parte inferior, em caracteres itálicos, gravados na massa, a assinatura; *Na Ilha Grande* José Peçanha “A Porcelana em Portugal”, assim opinou sobre o local da fábrica: “De uma fazenda denominada da Pedra, que pertencia aos carmelitas do Rio de Janeiro e ficava na enseada da *Ilha Grande*, recebeu João Manso Pereira, segundo declara na sua Memória uma porção de argila “hoache”. Parece, pois, fora de dúvida que essa valiosa peça é resultado dos ensaios do ativo e inteligênte naturalista brasileiro”.

“Refere-se inda a colega a uma outra medalha com o busto de D. Carlota Joaquina de perfil, onde se vê gravado no reverso.

R. JAN
MANSO

“Por fim esta terceira com o busto aparentemente de D. Pedro III onde na secção do braço se lê J. M.”.

Além dessas três, encontramos em compêndios europeus umas outras marcas de Manso, mas nos são completamente desconhecidas:

NA ILHA GRANDE
J4 M. PEREIRA 1793

LISBOA
1793
J. M. PEREIRA

Infelizente no Brasil, até o presente momento, nada foi encontrado que denunciasse um trabalho de escól daquele artista; foram por muito tempo atribuídos a êle, os serviços “Independência ou Morte”, mas, depois de longo e minucioso estudo, chegamos à conclusão não ter sido isso possível. As datas não só não coincidem com a época em que trabalhou em pocelana, pois acreditamos que ao alvorecer do século XIX já não mais se preocupava com êsses ensaios, como êle próprio não existia mais em 1822.

Segundo Marques dos Santos, João Manso Pereira no fim de sua vida retirou-se para Angra dos Reis, onde procurou extrair salitre das sepulturas, mas foi obstado em tal intento. O fato de se ter transferido para aquela cidade vem corroborar em favor de nossa tése de não ter êle mais a indústria no começo do século XIX.



Fig. 3 — Prato em granito craquelê de beira irregular e decorado na borda com uma faixa verde, seguida de um festonado amarelo com bolinhas azuis. Ocupa todo o centro uma paisagem rústica, onde se vê um monjolo ladeado por um canavial e terminado por um riacho e terreno plantado. Todo o desenho é policrômico e muito ingênuo. Atribuído à fábrica de João Manso Pereira, embora não haja vestígio de marca.

Lastimamos não possuir a menor peça que venha positivar o esforço do sábio, que deixou um tão belo nome nos meios científicos da época. Vide fotogr. n.º 3.

Este prato que vemos acima, pertenceu a coleção Gastão Penalva. É de material grosseiro, toscamente manipulado e de pintura ingênua, e, embora não tenha marca de origem, foi por êle classificado como sendo da Ilha do Governador (fábrica de Manso Pereira).

Acreditamos nessa possibilidade. A massa é de barro vermelho revistida de um verniz translucido muito tenue, deixando, perceber a cor da pasta, e a pintura parece ter sido inspirada na própria fábrica, pois vê-se a roda de um moinho movimentando as águas para o funcionamento de alguma indústria, que podia muito bem ser a pequena manufatura do "Químico".

Sempre figurou na coleção do nosso saudoso amigo como tal e nós conservaremos a mesma classificação.

Muitos foram os autores brasileiros e mesmo lusitanos que se preocuparam com a figura interessante de Manso Pereira. Em suas biografias, há sempre referências elogiosas ao fabrico da porcelana. Para nós, infelizmente, tudo se conserva muito obscuro.

Funcionava sua indústria porcelanista na Ilha do Governador, que primitivamente teve o nome de Ilha Grande, não tendo, portanto nada de comum com a atual Ilha Grande referida por Peçanha, nas costas do Rio de Janeiro.

Diz Marques dos Santos que a fábrica de Manso era instalada na Ilha de Paquetá. Como se vê, as opiniões muito divergem; nós entretanto, acreditamos que ela fosse na Ilha do Governador.

Manso Pereira faleceu com a avançada idade de 70 anos, em 16 de agosto de 1820, deixando várias obras publicadas, porém, nada sobre porcelana.

Em cláusula testamentária, pediu que o envolvessem em um lençol e o sepultassem à porta da igreja para ser pisado por todo aquêle que penetrasse no templo, afim de ser expurgado de tôda a soberba que porventura tivesse tido em vida.

* * *

Teria Manso se aproveitado dos conhecimentos de Frei Gaspar da Cruz (1) sobre o fabrico da porcelana na China? Seria de Saxe a sua inspiração? Viria por acaso de Sèvres?

Não se sabe. O que é fora de dúvida é que produziu boa porcelana, embora não tenhamos conseguido até o momento nenhum exemplar. Não seria crível que autores de grande responsabilidade assim o afirmassem e nós, que nenhuma certeza temos do contrário, viessemos destruir só pelo prazer de discordar. Esperamos que a luz um dia se faça e, com isso, possamos nos ufanar do grande brasileiro que foi João Manso Pereira.

A sua fama incontestável tocou a lira de Caldas Barbosa, que escreveu uma Ode, até bem pouco tempo inédita, ao valor daquele homem. Transcrevemos a título de curiosidade algumas estrofes de seu poema.

Homem pasmoso, digno dos meus versos,
Do mundo antigo inveja, honra do nôvo,
Recebe o prêmio próprio às almas grandes:

Nas azas dos meus hinos,
Sobe, sobe mais alto.
Não te sufoque o admirado povo.
E vai, constante e forte,
Salvar teu nome do poder da morte.

.....

João, sabio João, ouve-me atento,
Aos ouvidos reais chega o teu nome,
Ali o alçara o teu merecimento.
O benfeitor amigo.
Com sua voz deu fôrça à voz da Fama,
Foi o teu nome ouvido,
Já és na Luza Côrte conhecido.

.....

Atende ao sabio digno teu vassalo,
Que ali de nôvo escolhe,
A ser de novos dons o dispenseiro,
Por mais que alguém os olhe,
Manso de genio, como é de nome,
As chaves recebeu do grão tezouro
O que ela encerra o que val mais que o oiro.

.....

Eis do móle sapé, que apenas serve
Para cobrir dos pobres a morada,
Extrai o suco doce que ali ferva,
E é suave bebida

Que já por Nictileo hoje aprovada,
Por singular virtude
Lisongeia o saber, torna a saúde.

Sôbre o quimico trono,
Os clamores das artes escutando,
A sua propria Pátria dando abôno,
Os precisos socorros vai prestando,
Eis os sabões e os oleos extraídos
E os alcalis nas plantas escondidos.
Vai junto a êle a sabia Agricultura
As plantas qu'ele aprova assinalando,
E as que de estranha parte êle procura
Vai nos mercados campos semeando,
Por que tenham ali unido as artes
Tudo quanto há disperso nas trez partes.
Em terreno infecundo a vista emprega.
E a vista não o engana,
É o barro que vê, e à bôca chega
Própria matéria a fina porcedana:
Nesta matéria grata
Os seus Augustos Principes retrata.

Já pela mão da hórrida doença,
Eu sou com duros golpes avisado,
A clara luz da vida se condensa,
Não verei mais o meu patricio amado,
Mas, enquanto do Pindo a lavareda,
Em minha mente não se apaga toda,
Faço, à face do mundo, em sua chama
O meu sincero voto.
Possa ó João, o teu merecimento
Da fortuna fixar a leve roda,
Honra da Pátria, que te estima e ama,
Tu vivas tanto quanto a tua fama.

a) *Domingos Caldas Barbosa.*

Nota — “Esta poesia, inédita até hoje, segundo creio, pertence a um *Copiador dos Versos de D. C. B.* (Domingos Caldas Barbosa), na *Arcadia de Roma, “Lereno Selinutino”*, datada de 1794, que me veio parar as mãos por muito especial obsequio do Sr. Major Henrique de Campos Ferreira Lima, illustre diretor do Arquivo Militar de Lisboa. — Manuel de Souza Pinto”.

“Revista da Academia Brasileira de Letra”. — Vol. XXXIV de Novembro de 1930. — Ano XXI n.º 107.

BIBLIOGRAFIA

A

AZEREDO CONTINHO (J. C.) — Memórias sôbre as Minas de Ouro Preto — in “Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro” — Tomo LXI. pág. 37.

B

BERNARDES (Manuel) — El Brasil — Buenos Aires — 1908.

C

CALDAS BARBOSA — Um inédito de in “Rev. da Academia Brasileira de Letras”. Vol. XXXIV, n.º 107 — 1930.

M

MAWE (John) — Viagem ao interior do Brasil. Trad. S. B. Viana e notas de Clado R. Lessa. Rio de Janeiro — 1944.

MOREIRA DE AZEVEDO (M.) — O Rio de Janeiro. I e II. Rio de Janeiro — 1877.

P

PALÁDIO PORTUGUÊS — Clarim de Palas — que anuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos. — Real Junta do Comércio. Vol. I. Lisboa — 1796.

PESSANHA (José) — A porcelana em Portugal, in Arq. Hist. Port. Lisboa — 1903.

S

SAINT-HILAIRE (August) — Viagem pelas Prov. do Rio de Janeiro e Minas. Trad. e notas de Clado Lessa. Rio de Janeiro — 1938.

X

XAVIER DA VEIGA (J. P.) — Efemérides Minciras. — Coligidas e coordnadas por. Vols. I e IV — 1897.

A FUNDAÇÃO DE NOVA FRIBURGO NA IMPRENSA DA ÉPOCA

HERCULANO GOMES MATHIAS

Chefe da Divisão de Documentação e Divulgação

Até hoje, depois de quase século e meio, causa admiração, entre os que se dedicam ao estudo da história da colonização de nosso país, a repercussão internacional provocada pelos entendimentos entre os governos suíço e português para o estabelecimento dos colonos helvéticos na fazenda do Morro-Queimado.

A Europa, superada a trágica epopéia das conquistas napoleônicas, apresentava um superavit tremendo de população desocupada, quase faminta, errando de pouso em pouso, num perigo constante para a manutenção das instituições ultra conservadoras de então.

Para dar fim aos bandos de aventureiros, de gente arruinada e de heimatlos que erravam ao Deus dará era preciso criar novas formas de aproveitamento desses imensos contingentes de sem-trabalho, que necessitavam de uma reeducação coletiva no sentido de poderem voltar a cooperar honestamente com seus semelhantes.

A Inglaterra, forte e arguta, encontrou facilmente uma solução adequada para o caso impondo a proibição do tráfico dos negros. Ao mesmo tempo que defendia uma causa humanitária atendia ao encaminhamento das massas desarruinadas para o continente americano em substituição das legiões de negros importados das costas da África.

Fez a sua lei e, grande vencedora do momento, soube impô-la às demais nações. Portugal procurou acatar, sem grande entusiasmo e obediência, as determinações de sua aliada. Aceitou a proibição oficial do tráfico pelos mesmos que o tinham sempre fomentado. Ficou, porém, embaraçado

para poder continuar a sua tarefa colonizadora em terras do Brasil, onde se abrigava, na ocasião, a sede do governo real.

Surgem, então, as primeiras tentativas para a fixação em terras brasileiras de deslocados estrangeiros, sobretudo europeus.

Para organizar regularmente essa importação humana fez-se mister tratar com os governos interessados. Ao lado dos diplomatas appareceram, como era natural, os aventureiros, desejosos de aproveitarem a ocasião para obtenção de vantagens pessoais.

Dessa mescla de esforços surge a idéia das negociações com o governo suíço no sentido de facilitar a emigração inicial de 100 famílias rumo ao Brasil.

Como não podia deixar de ser, interessava sobremaneira àquêlê país a sugestão que lhe dava ocasião excelente de se livrar de uma quota apreciável de indivíduos não acostumados aos austeros costumes da pequena república.

Hoje não resta mais dúvida que o grosso do contingente enviado nessa famosa e dramática expedição era composto de antigos súditos francêses, das regiões incorporadas à Suíça em 1815, entre os quais se incluíam diversos soldados de Napoleão.

Procedeu-se ao recrutamento de modo tumultuário e desorganizado, sendo ultrapassado o limite anteriormente estabelecido mediante condições bem articuladas.

A calamitosa viagem de Rotterdam à fazenda do Morro-Queimado apresentou elevado índice de mortalidade motivado por uma estranha epidemia surgida em região holandêsa.

Uma vez no Brasil, depois de receberem na Baía de Guanabara a visita de boas vindas do rei D. João VI, encetaram os colonos a marcha para o vale prometido onde, segundo as promessas feitas, a fartura e a riqueza os aguardavam. Não conseguiram êsse intento; porém, com sucesso ou com fracasso inicial, lançaram as raízes desta cidade que todos amamos e que vemos crescer e embelezar-se com justo entusiasmo e admiração.

Chegamos ao ponto principal de nossa breve pesquisa histórica. Qual foi a repercussão que teve, na imprensa da época, essa expedição que, partida das margens do Reno veio terminar às margens do pitoresco Bengalas?

A primeira referência, que encontramos, à atual cidade de Nova Friburgo, publicada em um periódico, ainda antes da criação da Colônia, encontra-se no "*Investigador Português em Inglaterra*", Esse curioso jornal era editado em Londres, às expensas do governo português, tendo por finalidade principal dar resposta às críticas formuladas por Hipólito da Costa no seu "*Correio Brasiliense*", também editado em Londres.

O "*Investigador Português em Inglaterra*" transcreveu, capítulo por capítulo, a obra de John Mawe — "Travels in the interior of Brazil", e, no seu número de novembro de 1812 — seis anos antes da oficialização dos entendimentos com o governo suíço — publicou a parte da referida obra que trata da "Jornada a Canta-Gallo".

Há, nesse capítulo, uma descrição cuidadosa do local da fazenda do Morro-Queimado, e, pode-se destacar a seguinte observação do autor: "esta fazenda nas mãos de um agricultor hábil e experimentado podia dar copiosas recompensas". Linhas adiante outra observação sugestiva: "pegando em baixo com a fazenda das freiras, êste estabelecimento podia fazer-se um dos mais completos e vantajosos do Brasil".

Não teriam estas duas sagazes apreciações de tão esclarecido e renomado viajante influído na escôlha da localização, anos depois, da colônia suíça na fazenda de Monseñhor Almeida?

Esta foi a razão que nos levou a selecionar êste trecho da publicação do "*Investigador Português em Inglaterra*", que era um órgão officioso da administração do reino.

No mês de dezembro de 1812, o *Investigador* publicava outro capítulo da mesma obra, tratando, dessa vez, do regresso do autor de sua "jornada a Canta-Gallo". Novamente há referência à passagem de Mawe pela fazenda do Morro-Queimado perto da qual, aliás, foi assaltado por bandos de marimbondos...

Depois dessa data, já na época dos primeiros entendimentos para a fixação dos colonos europeus no Brasil, o "*Correio Brasiliense*" — de Hipólito da Costa — publicado em Londres, acompanhava os primeiros rumores que chegavam àquela capital sôbre as negociações dos enviados portugueses.

A princípio as noticias eram vagas e imprecisas. Parecia uma coisa apanhada ainda no ar.

São dignos de menção, particularmente, os noticiários dados a conhecer nos números a partir de maio de 1818.

À página 526, do n.º 120 — maio de 1818 — Hipólito escreve sobre os entendimentos que se processavam na Europa: “Austria — As notícias de Viena d’Áustria dizem que vai para o Brasil uma colonia allemã, a quem se prometeram terras, e os mais auxilios necessários para o seu estabelecimento naquele paiz. Não podemos assás louvar éstas medidas, convencidos, como estamos, de quam importante he o promover no Brasil esta emigração de Europeos, e diminuir a importação dos negros da África. Possam estas medidas levar se a diante, com todos os bons regulamentos que tam útil materia requer”.

Ao mesmo tempo que aplaudia a idéia dessa emigração, Hipólito já prévia as dificuldades práticas oriundas da desorganização e da incompetência dos encarregados de tão difícil tarefa. Mais tarde éle próprio, nas suas críticas aos responsáveis pelo insucesso da emprêsa, recordaria suas advertências no sentido de serem tratados com o devido cuidado todos os detalhes concernentes à grandeza do empreendimento.

No exemplar de agôsto de 1818, n.º 123, págs. 175 a 179, Hipólito transcreve um artigo enviado ao seu Jornal por João Christiano Ehlers, “preceptor n’Aula de St. Iag”, em Hamburgo. Nessa missiva o autor propõe o estabelecimento de colônias alemãs no Brasil obedecendo a um critério detalhado e racional.

A conclusão de Ehlers é a seguinte: “Todo aquelle que conhece os males que nascem d’um excesso de povoação, que sabe apreciar a grande vantagem deste estabelecimentos coloniais, e que por experiênciã sabe quanto o Alemão se aclimatiza bem em qualquer zona, não achará quimerico este projecto, e nesta esperança he que o Autor se atreve de o entregar ao Tribunal da Publicidade no Correio Brasiliense”.

Hipólito da Costa, que, pelo visto, nessa ocasião ainda não tinha noticia do Acôrdo que já havia sido assinado com o govêrno suico, escreve, a seguir, seu comentário pessoal, não perdendo occasião para lançar suas dúvidas sobre o successo, pelas razões que apresenta: “A utilidade de semelhante medida he evidente, e nós a temos sempre recomendado neste periódico, desde que elle começou a existir. A

maneira de o por em execução he simplesmente o que pode admittir discussão”.

“Há, porem, um obstaculo, que he preciso vencer, antes de que se pense em persuadir os estrangeiros a que se vam para estabelecer no Brazil, assim como fazem nos Estados Unidos, com tam manifesta vantagem daquelle paiz, que a ésta circumstancia das emigraçoens da Europa deve a sua maior opulencia. Este obstaculo he a falta de confiança no governo; pelo que diz respeito à segurança pessoal, e á inviolabilidade da propriedade particular”.

Em outubro de 1818, no número 125, o “*Correio Brasiliense*”, conseguiu, finalmente, dar aos seus leitores a primeira notícia concreta do acôrdo já celebrado entre a Suíça e Portugal para a fixação dos colonos em Morro-Queimado:

“Dizem que Mr. Gatschet de Gruyers concluiu, aos 11 de Maio passado, um ajuste com o Governo, no Rio de Janeiro, para estabelecer no Brazil, 24 leguas distante da capital, e no paiz chamado de Canta-Galo, uma colonia de Suissos, cuja Capital se denominará Nova-Fribourg”.

A essa primeira referênciã expressa ao acôrdo de maio, segue-se, no exemplar de novembro de 1818, n.º 126, um noticiário mais preciso:

“E agora achamos mais algumas noticias sobre a colonia de Suissos, que se vai estabelecer em Canta-Gallo, no seguinte extracto dos jornais de Suissa: “O Governo de Fribourg publicou as condições com que será admittida no Brazil a Colonia de Suissos que se destina aquelle paiz, e que são as seguintes”: (enumera as condições).

A “*Gazeta de Lisboa*”, no n.º 293 — (Sexta-feira 11/12 de 1818) — transcreveu uma correspondência de Gachet, publicada em Lausanne — Suíça — a 1 de nov. do mesmo ano, louvando o sítio escolhido, em têrmos muito além da realidade, o que, sem dúvida, contribuiu, mais tarde, para a decepção de grande número dos que aceitaram a transferência para o Brasil.

Entre outras coisas podia-se ler o seguinte:

“O clima convem perfeitamente aos Europeos. A Terra he de pasmosa fertilidade, tudo alli pega de estaca, qualquer ramo de arvore cortado, e metido na terra espontaneamente pega; podem semear-se as terras quasi todos os mezes, e podem-se ter duas colheitas de batatas; o milho dá duzentos

a trezentos por hum; toda a casta de criação se multiplica á proporção da fertilidade do terreno, e da benignidade do clima”.

“Há no Brasil muitas coisas de que se não cuida, e que he preciso fazer; a pezar disso, posso afirmar que não ha proprietario algum das habitações que tenho visitado, que não seja rico, ou muito remediado: e quando principiarão a estabelecer-se, ha trinta, vinte ou menos anos, os mais delles não têm mais recursos pecuniarios, que muitos dos Suissos, que hão de passar ao Brazil, para gozarem nelles dos beneficios do mais Generoso dos Soberanos”.

O autor, evidentemente, no seu afã de elogiar, occultava, entre outras coisas, que a própria fazenda do Monsenhor Almeida, escolhida para sede da colonia, era devedora, antes da venda, de avultada quantia à Fazenda Real... A “Gazeta de Lisboa” silenciava, também, sôbre essa parte que não lhe convinha esclarecer. Limitava-se a transcrever as observações do intermediário.

Enquanto isso, em Londres, continuava Hipólito da Costa a tratar do grande assunto do momento. As informações que obtinha não eram bem precisas, pois, ressentem-se, igualmente, de certo exagêro. Informava, por exemplo, a seus leitores no n.º 131 — abril de 1819 (página 428), o seguinte:

“As noticias da Suissa dizem, que do Cantão de Friburgo se achavam promptas a partir para o Brazil duzentas famílias, e que de outras partes da Suissa mais 5.000 individuos tinham anunciado a sua intenção de seguir o mesmo destino.

“Não se pode comunicar aos Brazilienses noticia de maior interêsse; porque não pode haver medida que lhes seja mais útil, do que a recepção destes emigrados Europeos, principalmente da Suissa; e tôdas as despesas, que para promover esta emigração fizer o Govêrno do Brazil, lhe serão pagas com multiplicadas vantagens, por estes mesmo emigrados e sua descendencia.

“A abolição do tráfico da escravatura terá lugar mais dia menos dia; e o melhor preparativo, para esse acontecimento, he a introdução de braços, que substituam os africanos”.

Hipólito não se limitava a colher noticias da Suíça. Suas informações se estendiam a outros pontos do Continente

onde fervilhava o desejo de emigração para o nosso país. Assim, em junho de 1819 (N.º 133 — página 646), escreve, novamente, sôbre o acontecimento:

“Emigração para o Brazil. Achamos nos Jornaes de Franfort um annuncio da Suissa, em data de 1, de Junho, em que se diz, que Mr. Gachet, Consul da Confederação no Brazil, e Mr. Bremonsed, Encarregado de Negocios da Côte do Rio de Janeiro, estão neste momento fazendo uma viagem pela Suissa. Alguns milhares de individuos formarão immediatamente o primeiro contingente da nova colonia, em cujo successo se interessam muito, não somente o cantão de Fribourg, mas os cantões de Berne e Lucerne. Parece, por noticias de Bremen de 3 de Junho, que ha já mais de 800 emigrantes Alemaens, em Hamburgo, Altona e suas vizinhanças, que estão esperando occasião de se passarem ao Brazil. O numero destes emigrantes cresce diariamente. A maior parte são subditos de Wurtemberg, Darmstadt e do Palatinado”.

“Deve-se chamar a atenção dos leitores para o fato de as informações básicas de Hipólito serem colhidas, conforme êle em regra não oculta, em jornais europeus, principalmente nas gazetas alemãs. Isso prova, à evidência, que o movimento em tôrno dêsses entendimentos alcançara uma repercussão fora do comum na occasião.

Em Outubro de 1819 dá Hipólito a noticia do embarque dos primeiros contingentes de suíços, precisando, dessa vêz, até os nomes dos navios.

“A embarcação dos colonistas Suissos, que vêm para o Brazil, começou em Gravendeel. O seu numero chega a 6000, e vem em tres navios: 460 no Urania; 240 no Daphne; e 390 no Two Catherines”.

Passemos, agora, à apreciação dos fatos relativos à fundação de Friburgo através do primeiro jornal publicado no Brazil. Trata-se da “Gazeta do Rio de Janeiro”, fundada em 1808, que, a 6 de novembro de 1819 — n.º 89 — publicou o comunicado da chegada do primeiro navio trazendo os suíços:

“No dia 4 do corrente entrou neste porto a Galera Ham-gueza Daphne, vinda de Rotherdam com a mui breve viagem de 47 dias, e conduzindo 197 Suissos dos que Sua Magestade Houve por bem mandar vir para Colonos do agradável e fertilissimo terreno de Nova Friburgo em Morro Queimado,

no districto da Villa de S. Pedro de Cantagallo, com as mais sabias e liberaes providencias. Alem destes, vieram espontaneamente 26 Suissos na Galera Francesa, Constancia chegada no mesmo dia de Havre de Grace”.

É bastante curiosa a referênciã feita a colonos vindos espontâneamente, fora dos ajustes realizados, pois, nenhum dos autores que já trataram da fundação de Nova Friburgo fêz, até hoje, menção do fato.

O n.º 96, do mesmo jornal, datado de 1-12-1819, dá noticia da chegada da Galera Americana “Debby Eliza”.

O n.º 12, de 9-2-1820, se occupa do navio “Duas Catari- nas”, chegado a 4 dêsse mês, e o n.º 13, de 12 do mesmo mês, menciona a chegada do “Camillus”.

O exemplar mais interessante para a história de Fri- burgo, da “*Gazeta do Rio de Janeiro*”, é o de n.º 67 — de 19 de agôsto de 1820 — que dá notícia das solenes comemora- ções realizadas em Nova Friburgo, em seu primeiro ano de instalação, das festas dedicadas a São João, padroeiro da cidade, e a São Pedro.

Nessa ocasião a situação na colônia era de franco oti- mismo. Os colonos, cheios de esperanças, ainda recebiam as diárias ajustadas e se achavam confiantes no govêrno de Sua Magestade e de seus delegados. As comemorações, se- gundo a descrição que se encontra na “*Gazeta do Rio de Janeiro*”, consistiram, entre outras solenidades, de “ilumi- nação espontânea de todas as cazas, fogos de artificio, fo- gueiras, musicas, e danças, demonstrações de publica alegria, que accresceu o apparatuso divertimento de cavalhadas na Praça do Pelourinho, notavel pelo garbo e riqueza dos caval- leiros, e pelos escudos, emblemas, e inscrições, sendo a de hum fio *Viva D. João VI*, Primeiro Rei do Reino Unido, e a do outro Honra e Fidelidade. Executarão-se varios tor- neios e escaramuças, que com divertidos mascaras a pé e a cavallo, encherão de satisfação aos espectadores, que no seo entusiasmo bradavão *Viva El Rei Nosso Senhor*”.

Não demorou, contudo, êsse estado de coisas. A inex- periência, aliada à desorganização com que haviam sido feitos certos preparativos fundamentais liquidaram com a colônia, do ponto de vista econômico. A situação dos co- lonos começou a se tornar insustentável provocando uma debandada quase completa e a ruina da maior parte dêles.

Por incrível que pareça, lá de Londres, Hipólito da Costa na sua tribuna do “*Correio Brasiliense*” acompa-



NOUVEAU FRIBOURG — COLONIE SUISSE

Gravura de Vanderburch — das coleções do M. Histórico Nacional

nhara, passo a passo, o desenvolvimento daquela notável aventura e profetizara a sua próxima ruína.

Já no número 136, publicado em Setembro de 1819, antes, portanto, do desembarque do primeiro contingente em terras brasileiras, abrira as baterias alertando sôbre algumas falhas iniciais do govêrno portuguez:

“Suggesto-se a idéa de attrahir para o Brazil população da Europa. Neste periodico repetimos, por varios numeros, a importancia deste objecto, já para obviar a falta de trabalhadores, que se deve seguir à extinção da escravatura; ja para melhorar a raça humana no Brazil, sumamente danificada pela mixtura do sangue Africano. Adoptou-se por fim ésta util idea, e com muita razão se olhou para a Suissa, como um paiz, que podia ministrar ao Brazil a mais util população, em todos os sentidos, e até se nomeou um Ministro para residir na Suissa, afim de promover a emigração dali para o Brazil. A importancia do objecto merccia todo este cuidado. Vejamos porém como se houveram na materia.

“Impoz-se um tributo, na importação dos escravos, para com o seu produto occurrer as despezas do plano; mas puzeram-se esses fundos á discrição de um individuo, o Monsenhor Miranda, como senhor despotico desta repartição. Elle escolheo o territorio do Canta-Gallo, para situar a Colonia, que se espera da Suissa; e o terreno, que para isso se escolheo, dista da Capital somente vinte leguas, custou a seu proprietario, que era o Monsenhor Almeida, 500.000 réis, e o comprou a Fazenda Real, para este fim, por 10.000,000 de réis. Por aqui começou a economia. Deo-se, como razão desta escolha, a causal de ser a temperatura do Canta-Gallo mais fria e analoga á Suissa; como se os Suissos fossem plantas melindrosas, que he preciso aclimatizar ou como se não houvessem nos sertoens das Minas, e nas margens dos inummeráveis rios, que daquella immensa bacia correm ao oceano, immensas terras baldias, que todos os dias, se dão de graça, mesmo a pessoas, que não tem meios de as cultivar. Nestes termos, nenhuma necessidade havia de gastar 10.000,000 de reis na compra de tal terreno. Mas o mesmo succedeo, diremos aqui de passagem, com umas casas, que João Pereira de Almeida edificou, e que lhe custaram 43.000 cruzados, e que fôram compradas pela Fazenda Real, para nellas estabelcer-se o Museo do Rio de

Janeiro, dando-se por ellas 80 mil cruzados. O Monsenhor Miranda hé tambem o Inspetor deste Museo”.

Em Março de 1820, mal iniciados os primeiros passos dos colonos em Nova Friburgo, recebe Hipólito e dá publicidade aos primeiros rumores de insuccesso.

Denuncia, então, irregularidades várias. E conclui, lapidaramente:

“Das circumstancias que tem já apparecido, e das contrariedades, que indirectamente se tem opposto no plano da emigração para o Brazil, agouramos mal desta medida, no caminho que ella vai levando. Este negocio não he um segredo de Estado: logo não pode haver inconveniente, para que se façam publicas as condições, com que no Brazil se receberão os emigrados; os fundos, que para este fim se applicam; as mãos por que tem de passar; e as precauções para fazer efficaz a responsabilidade de cada um dos individuos nisto empregados”.

Em Dezembro de 1820 (páginas 718/719) — Hipólito já estava a par de tudo. Assim, com certa serenidade, contudo, limitava-se a fazer um digesto das principais notícias publicadas nos jornais inglêses:

“Colonização no Brazil.

“Nas gazetas Inglezas se publicou o seguinte extracto de uma Carta do Rio-de-Janeiro, em data de 3 de Outubro, sôbre o interessante objecto das colonias Europeas, que passam ao Brazil:

“Os colonistas Suissos, que o Governo para aqui trouxe, com grande despeza, e que foram collocados em Cantagallo, parece que não florecem. A Justiça d’El Rey he mui bem conhecida, para que seja permittido attribuir a falha á falta das promessas, que elle originariamente fizera; deve, portanto, recahir a culpa totalmente nos agentes subordinados. O superintendente dos Suissos, que formaram ésta Colonia, completou seu numero, ajustando vagabundos Francezes e Allemaens, em vez dos virtuosos e pacificos habitantes dos Cantoens. Estes bandidos, habituados a uma vida de vadios, recusaram ajudar nos trabalhos, e se abandonaram a toda a especie de excessos, o que se fez mui praticavel, pela ausencia do Agente, cujo dever éra residir entre elles, de maneira que não ficou, de facto, nenhuma especie de Governo interior. Outra causa, que impedia a prosperidade desta colonia, foi o rigor do clima, aonde foram postos, e que não

permittle o crescimento dos fructos e outros artigos cuja cultura tentaram. Estão cercados por guardas, que lhes impedem sair de seu estreito valle”.

“As colonias Suissas, projetadas por individuos particulares, e que tambem existem nos distritos montanhosos, não se devem confundir com as acima mencionadas. Estas prosperam muito”.

Em Outubro de 1821, sob o título de “Colônia de Suissos no Brazil”, Hipólito da Costa publica o mais tremendo desafo de todos os que redigira até então. Nesse artigo dá vasas ao seu talento panfletário sem poupar as imagens candentes que lhe vão ocorrendo. Citaremos, ao acaso, algumas passagens:

“He mui importante para o credito e honra do nome Portuguez, que as Cortes da Nação saibam o que se passou em Londres, a respeito da Colonia de Suissos no Brazil; e esperamos, que sobre esta materia se dem algumas providencias.

“Aos 27 de Septembro houve um ajuntamento dos Suissos, residentes em Londres, para deliberarem sobre o estado miseravel de seus patricios, que tinham ido estabelecer-se no Brazil, sob a protecção do Governo daquelle paiz.

.....

“A Comissão louva positivamente os esforços charitativos do muitos individuos no Brazil, a favor das viuvras e orfãos de alguns dêsses colonistas, que tem morrido; mas colonistas teriam morrido de miseria e desesperação se não assevera, que êsses soccorros não são sufficientes; e muitos fosse a firmeza e bom manejo do Clerigo, que acompanhou a Colonia, do Commissario de Policia, e outras pessoas da mesma colonia, que confortam, animam e dirigem os colonistas. Conclue a Comissão propondo uma subscrição, ou Contribuição Voluntaria, para o auxilio daquelles colonistas no Brazil”.

.....

“Podiamos notar aqui, que, a pezar da moderação com que neste ajuntamento se fallou dos culpados nas desgraças daquelles emigrados Suissos, nós temos bastantes informações particulares para dizer, que desde o seu alistamento na Suissa, até o seu estabelecimento no Canta Gallo, houve uma continuada prevaricação da qual resultou toda a miseria dos colonistas.

“Pede pois a honra nacional, pede o interesse da população, no Brazil, d’onde as queixas daquelles infelizes Suisos, e a publicidade de seus sofrimentos deve afugentar os Europeos, que para ali quizessem emigrar; o indagar-se sériamente ésta materia, e dar aos culpados tal castigo, que com elle se lave a honra da Nação, e que por elle tambem veja a Europa, que há verdadeira intenção de proteger os emigrados para o Brazil, contra as concussoens e prepotencias dos empregados publicos.

“Examiné-se porque, havendo tantas terras devolutas no Brazil se comprou por alto preço uma fazenda a um particular, para nella fundar a Colonia.

“Examine-se porque, quando os colonistas chegaram ao Brazil, não estavam promptos mantimentos para os sustentar; transportes para os conduzir ao lugar do seu destino, e accomodaçoens convenientes assim como demarcação feita dos terrenos, que se deviam dar a cada familia; e regulamentos arranjados para a distribuição das terras divididas em datas, e demarcadas.

“Se as Côrtes deixarem passar sem exame um facto destes, tam conspicuo no Mundo, mal pode a Nação esperar lavar-se da nodoa, de ser cumplice, com os culpados nas desgraças daquelles colonistas; nem o Governo esperar, que haja alguma util emigração para o Brazil, em quanto durar a lembrança de tam crueis prevaricaçoens”.

Era impossível ser mais claro. O Govêrno portugûês, atrapalhado, fomentava, em resposta, publicações avulsas como, por exemplo, uma que se intitulava: “*Observations sur quelques articles calumnieux inserés dans plusieurs journaux de l’Europe contre le gouvernement du Brésil*”, Paris, 1820.

No seu afã de defender a todo custo o que havia realizado fêz divulgar uma carta, datada de 28 de janeiro de 1821, que constava haver sido publicada no “*Monthly Magazine*”. A Hipólito da Costa foi enviada uma cópia da referida carta, mas, antes de transcrevê-la, repisou êle vários tópicos de suas críticas anteriores à administração do Reino.

O “*Correio Brasiliense*”, de Novembro de 1821, págs. 325 e seguintes, publica-a por extenso. Trata-se de uma peça laudatória, em estilo francamente ufanista. Custa a crer como depois de tão rósca situação, como a descrita na carta, a colônia tivesse podido declinar até ao baixo nível de ren-

dimento atingido. Parece tratar-se de um documento forjado para suavizar os tremendos efeitos das criticas veiculadas pelo "*Correio Brasiliense*". Como se trata de um documento interessantíssimo, o último, aliás, que citamos no presente trabalho, faremos a sua transcrição na íntegra pois, só dessa forma, poderá ser convenientemente apreciado.

"Ha quase dous anos, que me acho separado de vós e de meu antigo paiz (éra o distrito de Porentruy que foi tirado da França em 1815, e unido ao cantão de Berne; depois daquelle acontecimento tem sido consideraveis as emigraçoens para o Brazil).

"Se tenho demorado escrever-vos, he por que desejava primeiro averiguar plenamente a nossa situação, para que vós pudesseis ajuizar della.

"Estamos bem satisfeitos com a nossa nova patria, e somos tractados com tal liberalidade que nos sentimos como se sempre a ella tivessesemos pertencido. O distrito, intersectado por altas montanhas, com apraziveis vales abaixo dellas os matos estão cheios de varias sortes de animais, alguns delles incomodos, nenhuns malignos.

"Chegamos ao nosso destino, Morro Queimado, achamos as herdades já preparadas para entrarmos nellas, limpas, e convenientes.

"As nossas casas se podem chamar as principais em Nova Friburgo, que he um estabelecimento crescente. As nossas terras são ricas em produçoens vegetaes; ha feijoens e batatas em abundancia.

"Toda a colonia he dividida em cem familias de 15 a 18 individuos cada uma; cada herdade ou porção de terra contém cousa de cem braças (cada uma de 6 pés e 10 polegadas) de longo, por 300 de largo. Além das herdades, dam-se terras a todos os que as pedem, e tantas quantas desejam. Por todo o paiz o ar he mui saudavel; gozamos perfeita saude, e facilmente podemos suffer o calor, que nunca passa de 30 graos. Este he ainda moderado por suaves frescas viraçõens, que sopram por todo o dia. A temperatura nunca he fria, e temos somente duas estaçoens, primavera e verão.

"A qualidade do terreno he excellente, tres grãos mais productivo do que na Suissa, e requer infinitamente menos cultura.

“As batatas, feijão, arroz verde e seco, carne, e caffè, he o nosso principal mantimento. Carne de vaca, saborosa, não custa mais de 2½ peniques por libra; pão 3 peniques (5 ou 6 sous); porcm a carne de porco he ainda em maior abundancia, de 1 a 1½ penique por libra. Não temos grande necessidade de vinho, o qual se vende a 1 livre 10 sous por garrafa; porcm os vinhos da Madeira, Canarias e Portugal são mui bons; assim como a aguardente de cana, e tam barata como a aguardente em Suissa.

“O que tem circulado nas gazetas da Europa relativamente á mortalidade, prevalente no nosso estabelecimento, he totalmente sem fundamento. Temos tido uma especie de doença, depois que chegamos ao novo mundo, mas foi uma epidemia que se contrahio durante a nossa estada em Hollanda, e della fôram vitimas familias inteiras. Foi só depois de alguns mezes de residencia no Clima da America, que desapareceo a enfermidade, morreram della a quinta parte de nosso numero.

“Não podemos louvar demasiado o comportamento verdadeiramente paternal d’El Rey. O rcebimento, que nos fizéram, seus Comissarios; quando desembarcamos no Rio-de-Janeiro foi mui benigno; e succedeo aos 28 de Novembro de 1819. Tudo quanto se nos prometteo, quando deixamos o nosso paiz, tem sido escrupulosamente executado. Durante o primeiro anno da nossa chegada, recebi seis francos por diá, á proporção de 20 sous por cabeça, por toda a minha familia. Presentemente temos somente metade daquella somma; mas isto he compensado por outras muitas vantagens.

“Segundo esta relação, que em tudo concorda com os factos, sem duvida vós concluireis, que a nossa situação he agradavel, e não nos deixa desejo algum por satisfazer. Resta somente uma cousa, para completar a minha satisfação, e he que vós fosseis um dos nossos, para participar de nossa boa fortuna, que verdadeiramente se pode dizer, que he para envejar. A nossa habitação he a habitação da paz e do contentamento; não temos máos vizinhos, que nos disturbem, nem cousa alguma, que interrompa o nosso socego, excepto algumas vezes os macacos e os papagayos. Quanto á chicana das leys, e seus litigios he ésta a segunda terra de Promissão. Não ha aqui disputas por um pé de terra, muito menos por uma geira. Os Juizes executam o seu officio sem ordenado, e administram a Justiça a todos indiscriminada-

mente aos ricos e pobres. Temos um Director e um Inspector, e ambos mostram as mais amigáveis atenções para conosco”.

À carta seguia-se um comentário da pessoa que a enviara. Hipólito da Costa transcreveu-o, também, fielmente. Deve-se com justiça, louvar êsse seu proceder publicando liberalmente as respostas que lhe enviavam.

“N.B. Para o Srn. Redactor comparar com o que, tanto ao contrario, se avançou sobre o objecto, ha algumas semanas, em um ajuntamento, que se diz numeroso e respeitavel, em uma grande Taverna de Londres! etc.”,

Neste ponto terminamos o exame dos periódicos, pois, de 1821 em diante já não se pode falar, pròpriamente, em fundação de Nova Friburgo.

O seu desenvolvimento — da cidade e da colônia — mercê do refôrço substancial representado pelos emigrantes alemães que, em 1824, foram tentar salvar o que restava do trabalho da malograda expedição helvética, continuou, ora estacionário ora borbulhante, até atingir a esplêndida realidade de nossos dias, quando Nova-Friburgo se converteu na verdadeira e pujante rainha da Serra dos Orgãos.

Com orgulho voltamos a atenção para aquêles dias heróicos de 1820 em que um pugilo de infortunados emigrantes, lutando contra a má sorte, o descaso, a inexperiência, a adversidade enfim, conseguiu dar início a esta grandiosa obra que hoje tanto nos envaidece, alegre e conforta.

CLASSIFICAÇÃO GERAL DA NUMISMÁTICA

DULCE CARDOZO LUDOLF

(Conservador, Nível 17, Chefe da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional)

A definição da ciência numismática é facilmente encontrada nos maiores mestres do assunto, dando-lhe um sentido restrito e outro sentido mais amplo. O que é pacífico é que ela se ocupa da *moeda*, desde o seu aparecimento, analisando-a e estudando-a através os aspectos histórico, geográfico, artístico, econômico, social e metrológico.

À moeda, monumento mais importante da numismática, segue-se a medalha, de criação posterior, e cujo estudo tem sido feito *pari-passu*, formando juntas os expoentes máximos daquela ciência.

Na classificação geral da numismática temos então como monumentos de primeira ordem a moeda e a medalha, em segundo plano estão outros elementos a elas relacionados, que são: os jetons, os piéforts, os vales metálicos, os pesos monetários e os reclamos ou preconícios.

O estudo e a classificação de todos êsses elementos seria um trabalho imenso, impossível de se fazer num curto espaço de tempo. Nesta monografia iremos nos ocupar somente da moeda.

A MOEDA

"Classificar uma moeda é localizá-la exatamente dentro da cronologia e da geografia e dizer quando, onde, por que e em que circunstâncias foi cunhada."

A moeda é a peça numismática mais antiga. Sua invenção, com as características que até hoje lhe são peculia-

(*) Trabalho apresentado ao III Congresso Nacional de Museus — Salvador — Bahia — 1962.

res, data do século VII a. C., quando os povos já haviam atingido a fase da civilização.

Antes do seu aparecimento, no período da barbárie ou semibarbárie, as trocas eram a principio isoladas; os homens produziam apenas para o seu consumo, permutando ocasionalmente o excedente de sua manutenção. Depois, o aparecimento de povos pastores, com grandes rebanhos que ultrapassavam de muito o consumo próprio, permitiu a troca regular, principalmente com tribus mais atrasadas que não tinham os mesmos recursos. Já numa fase posterior, de maior progresso, evidenciam-se a agricultura e o artesanato, produzindo êste especialmente para a troca que se torna uma necessidade primordial na sociedade. Com a civilização são adotados os metais preciosos que ofereciam, por suas qualidades, grande comodidade e segurança às transações.

O desenvolvimento crescente e a importância e intensidade das trocas exigiam pessoas habilitadas à sua execução. Em decorrência disso, surge dentro da sociedade uma classe que não produz e que cuida exclusivamente de efetuar as trocas. É o elemento que não participando da produção se coloca como intermediário entre dois ou mais produtores. Essa classe tornou-se tão importante e tão útil à sociedade, tão próspera e influente, que dominou completamente a produção. O aparecimento do dinheiro, moeda cunhada, proporcionando a venda, meio de aquisição a principio simples e que depois se aperfeiçoou, transformando-se em fonte de grandes negócios, consolidou o trabalho do comerciante.

Assim, a moeda tornou-se um instrumento mágico, que encerrava em estado latente tôdas as mercadorias, beneficiando enormemente as transações, o que consagrou seu uso definitiva e irrevogavelmente.

Sua invenção não teve importância apenas econômica, transformada em bens que significavam riqueza, influiu na formação das sociedades antigas, onde aparece a classe aristocrata de Grécia e Roma, fortalecida no poder e na prepotência a custa do dinheiro.

FORMAÇÃO DAS SÉRIES NUMISMÁTICAS E SUA CLASSIFICAÇÃO

A moeda não pode ser considerada isoladamente. Tôda peça em si faz parte de uma emissão, e o conjunto de emis-

sões de um povo ou de um Estado, forma o que chamamos uma série numismática.

As séries se desenvolvem em função das condições políticas e sociais do grupo a que pertencem. Seus exemplares são uma afirmação ou uma negação de cultura e de prosperidade; e quanto mais ampla sua circulação melhor idéias nos dá do poder e da expansão desse mesmo grupo.

Os grupos humanos, desde os helenos até os atuais, têm dentro da numismática seu lugar próprio, suas séries independentes, marcadas com o traço que lhes é característico. Disseminadas pelo mundo inteiro e atravessando no tempo os ciclos históricos registrados na evolução da humanidade, a classificação das séries numismáticas tem que obedecer a uma composição geográfica-cultural-cronológica, que é a ideal e universalmente adotada.

Criada na Grécia, simultaneamente, por dois povos (lídios e eginéticos) entre os inúmeros que formavam o mundo grego, a moeda, através do intenso comércio desenvolvido pelos seus inventores, propagou-se rapidamente entre os grupos helênicos distribuídos pelos três continentes — Europa, Ásia e África — ao ponto de no século VI não haver um só país em que os gregos fôsem estabelecidos que não possuíssem sua moeda. Durante um milênio desenvolveu-se a numismática grega, até que o advento da civilização romana viesse alterar sua evolução.

De Roma antiga, cuja história se faz através os dois impérios em que ela se dividiu — Império do Ocidente e Império do Oriente — temos uma série imensa de moedas, que nos lembram 20 séculos de civilização romana.

Saindo da antiguidade clássica para a Idade Média, as conquistas dos reis bárbaros dão origem a uma nova série cuja expansão geográfica altera o domínio romano. E, assim, tem sido até os nossos dias, verificando-se que a cada transformação histórica corresponde um diferente traçado geográfico. (1)

No estudo ou organização das séries numismáticas temos que levar em conta, primeiro, sua expansão pelo mundo, delineando os limites geográficos culturais, isto feito, distribuir cronologicamente os espécimes monetários.

(1) "Tout ordre géographique de monuments historiques doit correspondre à la géographie qui leur est contemporaine". Princípio estabelecido por Mader e Grote, numismatas alemães.

Em resumo, para a classificação das séries monetárias temos que recorrer, como já nos referimos anteriormente, a uma combinação da geografia com a cronologia, tendo sempre em vista os grupos culturais humanos. Esta é a melhor orientação, porque inclusive se coaduna perfeitamente com os ciclos históricos, conforme podemos apreciar no quadro abaixo.

- | | | | |
|----|----------------------|---|---|
| a) | antiguidade clássica | — | séries grega e romana |
| b) | idade média | { | moeda do Império bizantino (2) |
| | | | ” dos reis bárbaros |
| | | | ” dos merovíngios, carlovíngios e capetos feudais |
| c) | idade moderna | { | moedas da Europa, Ásia, África, |
| d) | idade contemporânea | { | América e Oceania. |

Isoladamente, cada uma dessas séries, por sua vez, tem uma classificação própria, de acordo com suas características mais peculiares. Entretanto, a unidade de princípios que rege a ciência numismática permitiu traçar um esquema básico de classificação adaptável a quase todas, senão a todas as séries de moedas existentes, com exceção das antigas moedas gregas e romanas. É o que veremos posteriormente.

Estabelecidos os períodos em que se divide a história monetária, é preciso frisar o seguinte: a numismática da antiguidade compreende as séries grega e romana. Esta última abrange os dois impérios em que se dividiu o primitivo império romano — Ocidente e Oriente. O fim da história antiga coincide com o desaparecimento do Império do Ocidente, em 475-476 da era cristã. Surgindo a numismática da Idade Média com as moedas dos reis bárbaros, constituída sobre os remanescentes da civilização romana. O Império do Oriente, entretanto, de mais longa duração, atravessa toda a Idade Média, extinguindo-se com ela em 1453.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Não há uma linha inflexível delimitando todas as séries monetárias; pelo contrário, existe sempre um momento

(2) O Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, vindo da antiguidade clássica, atravessa toda a Idade Média, com ela se extinguindo.

em que elas se confundem numa assimilação histórica, o que não impede entretanto que tenham suas características definidas, expressando bem o povo e a época de que provêm.

A moedagem grega de extraordinária beleza e com todas as peculiaridades que a tornaram inimitável, encontra no monetário romano sua continuidade. Muitas cidades gregas da Ásia cunharam, sob o domínio dos imperadores romanos, moedas com inscrições gregas; figuram ainda na série grega as chamadas moedas coloniais, cunhadas pelas antigas colônias gregas, dominadas pelos romanos, e com a legenda em latim. (3)

As moedas bizantinas, sem falar no seu tipo muito particular, são um produto da civilização grego-romana.

A moeda dos invasores bárbaros para ser bem compreendida, dizem Engel & Serrure, é preciso mergulhar até a sua origem, que é precisamente a separação do Império Romano em Império do Ocidente e Império do Oriente, em 395. Elas procedem desses dois impérios. (4)

Conquistadas aos poucos pelos bárbaros, nas cidades do Império Romano continuaram a correr o dinheiro romano de prata e bronze ao lado das moedas dos invasores. Essa circulação, mista, comum em épocas de conquistas e dominações, origina sempre uma assimilação ou imitação de tipos, de epigrafia, etc., o que é inevitável quando os povos dominados já alcançaram um mais elevado estágio cultural. Foi o que ocorreu. Na moedagem dos bárbaros, nota-se a imitação servil das moedas imperiais, com sensível deturpação dos tipos. O aspecto extremamente singelo, evidencia a simplicidade, a ingenuidade mesmo pode-se dizer, na execução, conseqüência da falta de um bom artesanato.

Na Idade Média quase se extinguem as ligações com o passado. A decadência monetária se acentua dentro da nova organização político-social, e vai encontrar no feuda-

(3) "La monnaie romaine elle-même dérive directement de la monnaie grecque, à point qu'il serais impossible de l'étudier sérieusement sans remonter aux grecs: "L'Histoire de la monnaie romaine de Th. Mommsen en est la preuve éclatante". — *Traité des Monnaies Grecques et Romaines*. E. Babelon. T. I., pag. 18.

(4) "§ II. — Limites et divisions de la numismatique du moyen âge". *Numismatique du Moyen Âge* par Arthur Engel et Raymond Serrure. 1.^o vol.

lismo o seu mais ingrato campo. Nenhuma originalidade marca os produtos monetários dessa época, que são acima de tudo uma triste imitação das últimas peças imperiais, muitas vêzes decalcadas das moedas já deturpadas dos visigodos e ostrogodos.

Com o Renascimento começa a Idade Moderna e as grandes transformações nos campos literário, artístico, científico e, conseqüentemente, numismático. À Itália coube o primeiro passo no sentido da renovação das tradições passadas, imprimindo nos discos monetários, tão inexpressivos da Idade Média, aquêlê espírito de arte, de beleza e de grandiosidade que marcaram o produto das civilizações antigas. Surge, então, como elemento expressivo da arte que se renova — a medalha — monumento puramente artístico, comemorativo de fatos e personagens, desligado inteiramente da moeda circulante, quer quanto à sua finalidade, quer quanto ao seu aspecto, sua proporção e sua composição. A medalha como a conhecemos hoje é uma criação do Renascimento.

Nas moedas a influência renascentista se faz sentir aos poucos, contribuindo gradativamente para a transformação das mesmas que nos tempos modernos se caracterizam pelo disco espêso, em oposição às da época anterior, finas chapas de metal de pouco relêvo. A propósito comentam Engel & Serrure:

“En Occident, la fabrication de monnaies d'argent à flan épais, les *testons* et les *thalers*, marque la fin du moyen âge numismatique, dans les dernières années du XV^e siècle et les premières du XVI^e. L'Italie est à la tête de cette réforme monétaire qui est une des manifestations les plus curieuses de la Renaissance. En France, le moyen âge se prolonge jusqu'aux dernières années du règne de Louis XII; ailleurs, plus tard encore.”

Fatos da maior significação são registrados nos tempos modernos. São os grandes descobrimentos e a colonização do continente americano, que trouxe como conseqüência a expansão da moeda.

A América do Sul, dividida entre espanhóis e portugueses, e a América do Norte e Central, entre franceses, ingleses e espanhóis, tiveram como primeira circulação, sem

falar nas trocas em espécie, as moedas européias dos colonizadores. A descoberta de ricas minas de prata nas terras dominadas, especialmente pelos espanhóis, a exploração daquele metal e do ouro, foram a razão do aparecimento das primeiras casas de moeda na América, que cunharam abundantemente. A moedagem das colônias é quase sempre imitação do que se fazia na metrópole, com ligeiras alterações. O Brasil, por exemplo, teve uma série colonial própria com tipos importados a Portugal. E se lançarmos a vista sobre o monetário de toda a América colonial sentiremos a presença constante do país colonizador. Isto prova a influência, perfeitamente lógica, da arte monetária européia na formação da numismática americana.

Quanto à técnica registra-se, na época moderna, um fato importantíssimo para a numismática, a invenção da cunhagem mecânica que substituiu a cunhagem a martelo, usada até então.

A arte monetária tem neste período uma fase feliz, tentando reviver a beleza dos exemplares da antiguidade clássica.

A época contemporânea compreende as emissões de todos os continentes. Nela, o aperfeiçoamento da cunhagem mecânica e o seu desenvolvimento, superando o trabalho humano, deu lugar a um meio circulante pobre e pouco variado. Também o desaparecimento dos metais nobres e o uso, na cunhagem, de ligas inferiores, muito tem concorrido para a decadência da moeda.

Em nossos dias, verdadeiramente, toda a arte monetária se concentrou nas medalhas, onde os gravadores expandem sua imaginação criadora.

DIVERGÊNCIAS ENTRE A NUMISMÁTICA OCIDENTAL E A ORIENTAL

Neste breve estudo em que procuramos situar a numismática dos grupos culturais através o espaço e o tempo, esboçando sua evolução histórica, sentimos um aspecto positivo e constante no seu desenvolver, é a ligação entre os povos do Ocidente pelos espécimes monetários. Passa-se de uma civilização a outra sem se perder no campo numismático a essência original da moeda, seu aspecto físico, sua função primordial.

As séries que formam esse conjunto notável derivam uma das outras através de elementos assimilados pelos povos no seu incessante movimento e entrelaçamento histórico. São reminiscências de valores, tipos, legendas, sistemas monetários, processos de cunhagem que se repetem de povo para povo. Essa similitude é uma das grandes características da numismática ocidental, e é neste ponto que ela difere totalmente da do Oriente. Quando nos referimos ao Oriente não aludimos, é claro, às séries gregas e romanas das cidades dominadas por aqueles povos antigos. Por numismática do Oriente entendemos as moedas cunhadas pelos orientais sem influência de outras culturas. Essas moedas se grupam em séries independentes, sem nenhuma identidade entre elas, e pouco ou nenhuma ligação têm com as da Europa. Seu estudo é, além do mais, extremamente difícil para nós ocidentais, dada a diversidade de alfabetos e línguas, eras, religiões, filosofias e costumes.

Entre as séries orientais destaca-se a muçulmana, que pertenceu à civilização islâmica. Compreende as moedas árabes introduzidas nos países conquistados pela Guerra Santa (ano 76 da égira). Antes do islamismo, circulavam na Arábia moeda de ouro bizantina e a *dracma* de prata Sassanida. Foi somente depois das conquistas empreendidas pelos sucessores de Maomé que os árabes criaram uma moeda própria. Os primeiros espécimes demonstram a influência bizantina, vinda através da Síria, província do Império Bizantino, e primeira conquista do Islão. As moedas tipicamente muçulmanas aparecem com o califa Abd-el-Mâlek que reformou completamente os espécimes monetários, adotando um tipo independente.

Depois da conquista da Síria foram submetidas a Pérsia, o Egito, a África e, no ano 92 da hégira, a Espanha. Os visigodos foram expulsos, caindo, sucessivamente, sob o poder dos árabes, Toledo, Sevilha e Mérida, onde circularam moedas tipicamente muçulmanas. Estas, por seu aspecto e fatura, são facilmente identificadas. São de forma redonda ou quadrangular, de ouro, prata e cobre e, no campo, figuram apenas inscrições e datas. Têm, em geral, o disco fino, mas existem exemplares globulosos em cobre que os árabes copiaram aos cartagineses.

Prosseguindo pelo Oriente, deparamos com a China, cujo monetário, até a época contemporânea, é muito pobre, não acompanhando o florescimento da cultura e da arte

do povo chinês. Artesões habilíssimos, trabalhando com perfeição o marfim, a madeira e a pedra, infelizmente os chineses não deixaram gravado nas moedas o testemunho de sua arte. Um simples olhar nos revela a simplicidade da série, formada de moedas de cobre fundidas. O que é realmente curioso é a forma das mesmas, totalmente diferente de tudo quanto se vê na numismática, miniaturas que são de pás e facas, instrumentos agrícolas que serviram primitivamente como elementos de troca. Circularam, aproximadamente, até o ano de 209 a.C. Depois surgem as moedas redondas, com um furo central também redondo, que posteriormente se transformou num quadrado. Até 1890 circularam tais espécimes com alterações relativas ao módulo, pêso, inscrições, conforme iam os imperadores se sucedendo no trono chinês. Daquela data em diante é adotada na China a moeda de tipo europeu.

A Índia tem seu numerário próprio, independente e de aspecto muito particular. O Sião emitiu moedas de prata chamadas — tical — cuja forma lembra os cauris, espécie de concha que serviu como moeda na Ásia e África.

Nos seus primórdios a numismática japonesa se confunde com a da China, pois não tendo moeda própria usavam os japoneses em suas transações os espécimes chineses. Mais ou menos no século VIII da nossa era cunharam moedas redondas, unifaces, com um furo central quadrado. Em 1587 foi adotado em todo o Império um sistema monetário próprio, substituído em 1870 por outro mais moderno, imitando o europeu, à base de um sistema decimal.

Na série japonesa destacam-se as belas placas de ouro ovais, elípticas, às vezes redondas, marcadas com pontões sentidas no reverso, dada a pouca espessura do disco.

Neste ligeiro esboço da Numismática Oriental sentimos as divergências que a separam do Ocidente. São grupos culturais de línguas, religiões e costumes diversos, sentidos nas próprias moedas, que aliás, num confronto judicioso, não apresentam a beleza de tipos, a variedade de metais, a perícia na cunhagem que caracterizam as séries Ocidentais.

CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS SÉRIES MONETÁRIAS

Na classificação e organização das séries monetárias dois aspectos são importantes e têm que ser considerados:

primeiro, a distribuição geográfica; segundo, a observância da cronologia com a sucessão dos governantes, as intervenções estrangeiras quando houver, enfim os fatos políticos e históricos ligados ao governo emissor.

Isto prova quanto a Numismática está ligada à Geografia e à História, solicitadas que são estas ciências, a todo momento, na ordenação das séries.

A distribuição geográfica é feita de acôrdo com a geografia política. Modernamente, o monetário universal se divide por continentes. Dentro de cada continente se destacam, independentemente, os países em que êle se divide. Cada país, por sua vez, se subdivide em estados, províncias, territórios, regiões e sua expansão política lhe assegura, como acontece a muitos, o domínio de colônias em outros continentes.

Feita a distribuição geográfica, a segunda etapa na classificação é a cronológica. Dentro de cada país as moedas devem ser grupadas de acôrdo com a sucessão dos governantes. Se há intervenção estrangeira expressa no numerário, devem os seus produtos figurar rigorosamente dentro do quadro cronológico, de permeio com as moedas emitidas em tempos normais.

Uma terceira etapa complementa a classificação, é a separação das moedas de cada governante pela natureza dos metais. Ouro, prata e cobre é a seqüência que se deve adotar. As moedas de níquel, de alumínio e de outras ligas figuram em terceiro plano, ao lado ou em substituição às de cobre. Atualmente, tornaram-se moedas de vanguarda de vez que o ouro não é mais cunhado e a prata muito raramente.

Para uma demonstração prática, tomemos como exemplo a coleção de moedas do Brasil. Estas se dividem conforme a evolução política em: *a)* série colonial; *b)* série imperial; *c)* série republicana. A série colonial começa com as moedas cunhadas na primeira casa de moeda do Brasil, na Bahia, em 1695, reinado de D. Pedro II de Portugal. Dois metais foram amoedados: o ouro e a prata. O ouro, emitido sob o nome de D. Pedro II, abre então a série colonial, seguido pelas moedas de prata do mesmo rei. Procede-se assim nos reinados subseqüentes, acrescentando depois da prata o cobre, amoedado desde D. João V. O mesmo se observa para a série imperial que compreende as moedas dos nossos dois imperadores. No fim do 2.º reinado o cobre é substituído pelo bronze e aparecem as moedas de níquel.

A série republicana é também aberta com moedas de ouro, secundadas pelas de prata, depois as de bronze, as de níquel, as de bronze de alumínio e, finalmente, os cruzeiros e centavos de alumínio.

No fim de cada reinado ou série, são incluídos os ensaios monetários, as provas de cunho e as moedas falsas relativas ao período.

Este sistema de classificação é universal e pode ser adotado, de um modo geral, para todas as séries. Por isso mesmo é usado pela Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional, prevalecendo na organização das coleções de moeda nacional e estrangeira.

CLASSIFICAÇÃO DA SÉRIE GREGA

Ao sistema acima fazem exceção as antigas moedas gregas que se classificam diferentemente. Isto porque, feita a distribuição geográfica pelos inúmeros povos que formavam o mundo helênico, surgem, ao se passar à segunda etapa, que é a cronológica, sérios impecilhos. Vejamos a respeito o numismata Professor Edgard Roméro: (5)

“Convém, porém, confessar que para as moedas gregas o critério histórico não é fácil, nem constante. Não é fácil porque freqüentemente são mal cunhados certos sinais que deveriam ser colocados sobre o pequeno disco da moeda; não é constante porque muitas vezes a moeda não é cunhada com a preocupação de fixar uma data e oferece tipos vagos, incertos que se podem atribuir a períodos e a fatos diversos. A falta da indicação da data, a brevidade das legendas, muitas vezes enigmáticas, aumentam e impedem a pronta e decisiva identificação da moeda. Por estas razões alguns numismatas, abandonando o critério histórico-epigráfico buscaram outros mais fáceis, por exemplo o artístico.”

Head, numismata inglês, na sua *Historia Numorum*, baseando-se no estilo artístico das moedas gregas, estabelece sete períodos, definindo minuciosamente as características de cada um. A divisão de Head foi alterada por dois numismatas italianos, Ambrosoli e Ricci, que conservaram os três

(5) Numismática Geral. 1.º Ano. Curso de Museus. 1957. Apostilas do Dr. Edgard de Araujo Roméro.

primeiros períodos, considerados de maior força, e fundiram os quatro últimos num só.

Os três períodos compreendem o tempo decorrido desde a invenção da moeda até Alexandre Magno. São os seguintes:

- 1.º período — arte arcaica — 700-480 A.C.
- 2.º " — arte de transição — 480-415 A.C.
- 3.º " — máximo esplendor artístico — 415-336 A.C.
- 4.º " — decadência — 336 A.C. — 306 D.C.

Neste último período estão incluídas as chamadas *moedas imperiais gregas*, que são aquelas cunhadas pelas cidades gregas submetidas aos imperadores romanos, e, ainda, as *moedas coloniais*, na maioria com legendas latinas.

CLASSIFICAÇÃO DA SÉRIE ROMANA

A moeda romana, no que refere à classificação, não constitui exceção como a grega, pois é o critério histórico que prevalece. Tratando-se, porém, de uma série antiga, bastante numerosa e importante, desejamos destacá-la, apontando os períodos em que se divide.

Os romanos receberam dos gregos a moeda e a verdadeira tradição sobre sua natureza, isto é, "o verdadeiro caráter de mercadoria, revestida do papel de signo representativo e de medida comum de valor das coisas." Entretanto, a série romana na sua origem e formação difere totalmente da grega. Ela se desenvolve paralelamente à evolução histórica de Roma, juntas atingem o apogeu e depois entram em decadência. Essa linha única na sua evolução facilita o estudo e a classificação dos exemplares, cujas legendas são geralmente em latim, eliminando qualquer dificuldade linguística.

Os vintes séculos de moeda romana nos deram um material abundantíssimo, encontrado fartamente pelos arqueólogos nos trabalhos de excavações. Em Pompéia foi encontrada grande quantidade de moeda romana de ouro, prata e bronze, muitas raras e em ótimo estado de conservação.

Ambrosoli classifica a série romana em quatro períodos:

- 1.º período — Realeza — Primitiva moeda dos romanos.
735-509 A.C.
- 2.º " — República Romana — 509-43 A.C.
- 3.º " — Império Romano — 43 A.C. — 476 D.C.
- 4.º " — Império Bizantino — 395-1453 D.C.

Costuma-se chamar *moedas da República* a tôdas aquelas anteriores ao Império, pois o período dos reis compreende sòmente o *aes rude*, isto é, o metal bruto. É na República que o bronze começa a ser marcado com sinais de valor ou de pêso. Dêsses períodos o que apresenta a mais bela e rica série é a do Império com a iconografia imperial de cêrca de 150 retratos.

IMPORTÂNCIA DA NUMISMÁTICA

De tudo quanto foi dito, evidencia-se a importância da ciência numismática, suas profundas raízes com as antigas civilizações, seu interligamento permanente com outras ciências, especialmente a história e a geografia, e o seu valor como fonte verdadeira e imperecível, collocando-se entre os monumentos mais expressivos da humanidade.

Assim, concluindo, podemos dizer que o seu conhecimento constitui fator indispensável ao historiador ou ao pesquisador que se preocupa com os problemas culturais, políticos, sociais e econômicos aos quais ela fornece valiosos subsídios.



Didracma de prata da
Ilha Egina
Séc. VI A. C.



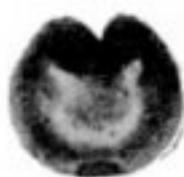
Dracma de prata do Rei
Cresus da Lidia.
Séc. VI A. C.



Moeda da China em forma de faca



Moeda chinesa da Dinastia
Sung. 960-1127



Tical, moeda de prata do
São.



Rupia, moeda de prata
Muçulmana na Índia.



Placa de ouro do Japão.
1595

VICTOR MEIRELLES

CLÓVIS BORNAY

Conservador do Museu Histórico Nacional

Victor Meirelles de Lima nasceu na provincia de Santa Catarina, a 18 de agosto de 1832.

Em 1852 foi enviado à Europa na qualidade de interno da Academia de Belas Artes. Depois de ter visitado Paris, partiu para a Itália.

Era um homem de pequena estatura, metódico, sem vício e modesto.

Pele morena; seus olhos eram grandes e negros, cabeleira à romântica que lhe emoldurava o rosto, anelada e grisalha; o bigode farto, retorcido nas pontas, lembrando uma figura de poeta.

Cuidadoso, dispondo de uma fôrça de vontade extraordinária deu logo início aos estudos, tratando de arranjar professor assim que chegou a Roma. De início com Minardi, grande apaixonado do desenho e da linha.

Em seguida passou a tomar lições com Nicolau Consoni, professor da Academia de São Lucas. Dedicava-se ao trabalho dia e noite e sua maior preocupação era o desenho ao qual se entregava com verdadeiro amor. Como fanático no estudo das artes era encontrado sempre nos Museus, nas academias, em suas horas de descanso. Seus mestres Minardi e Consoni foram rigorosos na sua educação nas artes plásticas. Assim, seus colegas e biógrafos afirmam que Victor Meirelles foi um dos mais laboriosos alunos daqueles tempos.

Foi em Paris que Meirelles concluiu seus estudos. Tomando a direção da Academia de Belas Artes, Porto Alegre, foi prorrogado o prazo para que o artista permanecesse por mais três anos na Europa. Orientado por Araújo Porto

Alegre, foi para a França a fim de ter entrada no atelier de Paulo Delaroche, um dos mais notáveis desenhistas, em 1831.

Em 1880, um artigo de sua autoria em resposta dada aos Críticos da Batalha dos Guararapes, Victor Meirelles fez, sem sentir, a sua profissão de fé.

“Na representação da Batalha dos Guararapes não tive em vista o fato da batalha no aspecto cruento e feroz propriamente dito. Para mim a batalha não foi isso, foi um encontro feliz, onde os heróes daquela época se vissem todos reunidos.

A téla dos Guararapes é uma dívida de honra que tínhamos a pagar, com reconhecimento, em memória do valor e patriotismo daqueles illustres varões. Meu fim foi todo nobre, o mais elevado; era preciso tratar aquêlê assunto como um verdadeiro quadro histórico, na altura que a história merecidamente consagra àquêlê punhado de patriotas, que, levados pelo entusiasmo e pelo amor da pátria, se constituíram assinalados beneméritos.

A minha preocupação foi tornar saliente, pelo modo que julguei mais próprio e mais digno, o merecimento respectivo de cada um deles, conforme a importância, que se lhes reconhece de direito.

Sôbre estas bases a minha composição não podia deixar de ser tratada com simplicidade e nobreza, como era peculiar ao próprio assunto.

“Os episódios, por mais pitorescos e característicos de uma batalha, cujo fim fosse tão somente representar a destruição ou o extermínio de uma raça pela outra, não poderiam, na téla dos Guararapes, contribuir senão para excitar o interêsse calculado pelo artista, que só cogitou de chamar a atenção do expectador sôbre os personagens principais. É dessa subordinação rigorosa na disposição dos episódios e sua relativa importância que resulta sempre, num painel, o caráter, a grandiosidade, a simplicidade e perfeita unidade que, ainda mesmo os mais estranhos nesses preceitos de arte, jamais deixaram de reconhecer como indeclinável, e que me ufano de ter ali observado.

O movimento na arte de compôr um quadro não é, nem pode ser tomado ao sentido que lhe querem dar os nossos críticos. O movimento resulta do contraste das figuras entre si e dos grupos entre uns e outros; desse contraste, nas atitudes e na variedade das expressões, assim como também



VITOR MEIRELES

Litografia da Coleção do Museu Histórico Nacional

nos efeitos bem calculados das massas de sombra e luz, pela perfeita inteligência da perspectiva, que, graduando os flancos nos dá também a devida proporção entre as figuras em seus diferentes afastamentos, nasce a natureza do movimento, sob o aspecto do verosímil, e não com cunho do delírio.

Nunca o movimento em um quadro, no seu único e verdadeiro sentido tecnológico, se consegue senão á custa da ordem, dependente da unidade principal, que tudo subordina no acôrdo filosófico do assunto com os seres que retratam.

Para que a ação seja uma, deve apresentar uma idéia dominante, sem ter nada de estranho, nem de superfluo ao assunto de que se trata, mesmo porque do sublime ao ridículo a distância é só um passo.

A arte entre nós está ainda no período da juventude, a produção como a crítica, não pode deixar de seguir as normas estabelecidas pelos povos, em que uma e outra tem melhor florescido.

Os meus estudos feitos na Europa, nos países onde mais se engrandece o culto das musas deu-me o conhecimento, ao menos, dos princípios fundamentais da composição artística que não se eleva ou se abate pela vontade do artista ou dos que o definem” (R. S. Paoi, A Batalha dos Guararapes).

Diz DUQUE ESTRADA que não podia haver melhor e mais justa expressão do homem e do artista. É o antigo discípulo de Cosoni e de Delaroche, ouvindo com respeito a palavra de seus mestres e usando as teorias que lhe ensinaram como uma crença verdadeiramente assombrosa. É o artista jovem devotado ao estudo de sua arte, envolvido em modestia e cheio de respeito por seus deveres, que despresava as seduções dos vícios para se dedicar inteiramente ao trabalho á conquista de um nome. Continuou sempre o mesmo, calmo e atento á sua arte, despresando as seduções do vício para trabalhar. É ainda o homem que se vemos de quando em quando, atravessar a rua do Ouvidor, sem companheiros ao lado, sempre apressado, com a fisionomia despreocupada, o bigode frizado, o olhar perdido no espaço. Não há fôrças humanas capazes de modificarem-lhe os hábitos. Tendo aprendido a idolatrar a forma, a pureza da linha, nunca

tentou modificar esse estilo, esse verdadeiro culto pela forma, correta, cuidada, de colorido bem dosado, de efeito harmonioso.

MOEMA — BATALHA DOS GUARARAPES — 1.^a MISSA NO BRASIL

As primeiras manifestações do talento de Victor Meirelles se concretizaram na “Primeira Missa do Brasil” e na “Moema”, trabalhos de fina e apurada arte. A “Primeira Missa no Brasil” foi o primeiro quadro de pintor brasileiro exposto no Salão de Paris. Com a “Moema”, o autor conquistou a láurea do nosso Salão de Arte.

Essa técnica foi usada em todos os seus quadros, desde o da “Primeira Missa” até o da “Vista de um Cemitério”.

Com a “Primeira Missa”, Victor Meirelles triunfou pelos pinceis e pelo assunto verdadeiramente histórico, dando vantagens aos preceitos academicos do artista. E a concepção só podia ser aquela que ali está, narrada pela própria história.

Desenhador emérito o seu traço tem uma firmeza de mestre e uma elegante “aisance”, surgindo, então, às aspirações artísticas da sua época, a “Moema”. Há efeitos de uma delicadeza incomparável, só perceptíveis a um artista de fina sensibilidade, conseguidos por uma forma vigorosa e de uma espontaneidade pouco vulgar.

Belo é também tudo que tem caráter, que possui expressão própria, inconfundível. E a beleza na arte é marcada pelo vigor do seu traço, e aceita a incumbência de pintar a “Passagem do Humaitá”. Vê-se unicamente um clarão avermelhado, bojos de navios entre nevoeiros densos de fumo, e um céu iluminado pelas chamas que ardem ao longe. A vista apenas percebe num e noutro lado trevas e clarões, manchas negras e vermelhas. A esquadra brasileira transpôs Humaitá alta noite. E esse momento histórico foi encomendado pelo governo brasileiro.

As grandes telas históricas de Victor Meirelles foram encomendas do Governo do Império. Em 1868, Visconde de Ouro Preto, ministro da Marinha, contrata a Batalha Naval de Riachuelo e a Passagem de Humaitá.

O pintor parte para o teatro de Guerra, passa vários meses a bordo de um vapor próximo a fortaleza ocupada



FLORIANÓPOLIS

Casa onde nasceu Vitor Meireles

pelo Exército Brasileiro, ouve o troar do canhão, é testemunha de várias páginas sangrentas e recolhe assim a observação direta e fiel da paisagem e da luta.

Compõe numerosos croquis com o habitual escrúpulo, e regressa à capital para realizar a magnífica obra.

O Conselheiro João Alfredo lhe encomenda a Batalha dos Guararapes que Pedro Américo recusara pintar. Victor Meirelles se lança assim ao genero de batalhas não por vontade própria, mas estimulado pelo poder público.

Desviam-no do caminho natural do seu espirito e impõem um constrangimento às suas tendências.

Nesta obra jamais se descobrirá a vulgaridade do gosto da maioria; mas a nota característica é a sinceridade e a probidade artistica que ela denota. Com os recursos técnicos de que dispõe esse admirável pintor estaria em condições de executar uma dessas grandes telas que fazem a glória eterna de um artista e o orgulho de um Museu.

Surge o segundo quadro de batalhá que foi a de Riachuelo em 11-6-1865, um dos feitos mais brilhantes da nossa Marinha de Guerra. “O Combate Naval de Riachuelo começou às 9,30 da manhã e terminou às 15,30 da tarde.

A Armada Nacional estava representada por suas melhores comboneiras, duas corvetas e uma fragata. O combate tomou proporções assustadoras; a canhoeira Parnaíba sofreu uma abordagem na qual sucumbiram, além de grande número de praças, o jovem Greenhalgh, Pedro Afonso, Andrade Maia e o intrépido Marcilio Dias. Ao fim de longas horas de luta, quando nada mais julgava-se fazer para salvar as nossas fôrças de mar, o chefe Barroso, comandante da fragata Amazonas, resolveu-se aproar para os navios do inimigo e ferí-los de bombordo com um choque violento. Homem de tempera antiga, resoluto e destemido, poz immediatamente em prática a resolução tomada.

“O momento escolhido pelo artista é esse em que, tendo metido a pique dois navios paraguaios, o devotado chefe de divisão levanta vivas ao Brasil, mandando içar no cais da verga o sinal 10. “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”. Não devemos julgar o quadro com excessivo rigor. Ali está antes de tudo representado todos os valores morais: a nossa temeridade — coragem; o nosso amor próprio — dignidade; a nossa brutalidade — franqueza; a nossa presunção — a nossa inveja; emulação — a nossa

colera; o nosso odio — indignação; a nossa sêde de vingança — justa defesa.

A indole calma e serena de Victor não lhe permite vêr o lado trágico da batalha. Sente-se isso em sua obra, à luz serena da tarde, nas águas mansas do rio, boiam corpos mortos e destroços do combate. À direita, em primeiro plano, um convez de navio submergido. Agarrados à êle ainda alguns tripulantes, uns impassivelmente, outros tentando agarrar um canhão. Junto a caixa da roda dêsse navio, encontra-se um marinheiro da nossa armada, ajoelhado fazendo um gesto com o braço direito, à sua frente um oficial da Marinha inimiga, apontando o cano de uma pistola. Ainda uma figura de velho, que atravessa o navio que submerge, e uma outra figura ferida com a mão dentro da água tinta de sangue. É uma téla mais para ser vista do que para ser descrita, tudo quanto dependia de conhecimento de desenho, perspectivas, claro-escuro, etc... foram aí estudadas minuciosamente.

Afirma Duque Estrada que a “tranqüilidade que caracteriza os combatentes no convêz do vapor paraguaio, longe está de nos transmitir o angustiado transe porque passam êsses vencidos. Tanta calma, tanta serenidade, em tal momento! Êsses infelizes vão morrer miseravelmente, sem um esforço supremo. Ou o rio ou a metralha inimiga, darão têrmo as suas vidas. Os sinais de vitória, tremulam nas vergas dos navios brasileiros, nada mais lhes resta senão morrerem como valentes, empregando o derradeiro alento para queimar o último cartucho: Mas... não foi isto que o artista concebeu”.

Bem merecidos são ainda os louvores que tôda a imprensa tecem ao comendador Victor Meirelles, pelo seu trabalho apresentando a vista do Rio de Janeiro, tomada de dentro da fortaleza de Villegaignon no dia em que entrou a esquadra legal.

O céu, o mar e todo o horizonte que circunda o espectador, são admiravelmente executados. Não é a pintura, é a própria natureza que se tem diante dos olhos, diziam todos os que admiravam o nôvo panorama. Não se pode exigir mais de um trabalho dêsse genero, pois que êsse é o fim a que o artista, mais concencioso procura atingir.

Nos primeiros planos, isto é, na fortaleza, se há um ou outro fato que pareça um pouco descuidado, talvez propositadamente, para dar mais valor a outros em compensação

admiram-se muitos detalhes realmente bem estudados e cuja ilusão é perfeita. Citaremos, por exemplo, o movimento das ondas e os rochedos nessa parte tão pitoresca, ao lado da única palmeira que resistiu ao terrível bombardeamento que transformou a fortaleza em um montão de ruínas.

Os diversos navios da esquadra e sobretudo as duas barcas Ferry que se vê em frente à ilha das cobras, são realmente admiráveis.

Todos os pontos da cidade, apesar de meio velados por transparentes nuvens, deixam vêr suas imensas casas e edifícios cuidadosamente tratados.

Do lado oposto, o de Niterói, assim como da entrada da barra e no Pão de Açúcar, sente-se igualmente a mesma impressão pela admirável perspectiva aérea circundando todo o horizonte, que se estende a perder de vista.

O Sr. Victor Meirelles realmente nos surpreendeu. Se na execução dos primeiros planos que representam a fortaleza reconhecemos em alguns pontos o seu antigo estilo, o resto do panorama denota uma execução inteiramente moderna e uma justa observação da natureza que deixam bem longe alguns de seus antigos trabalhos.

O atual panorama é incontestavelmente superior ao que foi substituído e que tinha entretanto qualidades bem apreciáveis. Há nesta mais uniformidade, mais harmonia e mais verdade, provenientes sem dúvida de ter sido só êle desta vez a executá-lo e ter a felicidade de achar-se colocado perto do original, podendo-o consultar a todo o instante, observa-lhe tôdas as belezas, estudá-lo em todos os seus detalhes e reproduzir finalmente com a máxima fidelidade esta nossa bahia, a mais bela e pitoresca que há no mundo!

Bravo! Sr. Victor! e aceite os nossos sinceros parabens”.

A vida artística atinge à fase brilhante da segunda geração romântica. Os pintores identificam-se, comunicam-se com o meio social em que florescem; e a sua arte, ungida de sinceridade, já é a expressão da alma de um povo, ao cabo de três séculos de vida histórica e de algumas dezenas de anos de vida autonoma.

Como a pintura não poderia deixar de reflectir os salutaros efeitos de tão poderosos elementos de renovação, e nesse ambiente de maior liberdade espiritual, em mais dilatado campo de inspiração, entra a desenvolver-se nas propicias condições que o meio já lhe proporcionava. E é

precisamente nesse momento histórico que nos aparecem as figuras dominantes de Victor Meirelles e Pedro Américo.

Através do século decorrido foram êles os que afirmaram a época de verdadeiro desenvolvimento da pintura, ao mesmo tempo que foram os seus maiores representantes. Iniciaram o que se poderia chamar a nacionalização da arte, passando a pintura a inspirar-se no sentimento das causas pátrias e embeber-se em motivos, pròpriamente nacionais. Arrancaram-na dos laços em que a detinha a estreiteza do meio e a elevaram-na a concepções mais amplas e à cultura de todos o generos. Revestiram-na de forma brilhantes e a souberam concretizar em telas que nos honrariam em qualquer meio adiantado e culto. Por fim, êmulos e competidores, na verdadeira luta artística, se tornaram os nossos maiores mestres.

A influência de Victor sobrecede a Pedro Américo no ministrar o preparo técnico, na dedicação ao magistério, no esforço em prol da formação de uma escola brasileira, assegurando a continuidade da cultura nos discipulos que preparara e que vieram a formar a geração de 79 e 84. A nenhum outro pintor foi dado exercer ação mais significativa e preponderante.

Tôdas essas manifestações, não eram senão prenúncios de uma arte mais ampla e vigorosa, com que os dois grandes artistas haviam de perpetuar os acontecimentos da história, que já eram patentes afirmação do nosso espirito de nacionalidade.

Victor e Américo depois de terem produzido, o primeiro — “O Combate Naval do Riachuelo” e a “Passagem de Humaitá” — e o segundo — “O Passo da Pátria e a Batalha de Campo Grande”, elevam a sua nobre arte à altura da “Primeira Batalha dos Guararapes” e da Batalha do Avahy as mais potentes manifestações ainda hoje incedidas, da nossa cultura artística. Essas télas, foram apresentadas ao público na exposição oficial de 79, que por isso, assinala o momento culminante da evolução da pintura.

Quando a 22 de fevereiro de 1903 se fecharam os olhos de Victor Meirelles para o mundo, imediatamente Deus os abriu novamente na eternidade, onde reina a santa e bôa paz daqueles que deixaram após si, quando abandonaram a terra, uma restea cintilante de luz.

Há tanta grandeza no mundo que não sei como existem homens que são pequenos, homens que passam pela vida



PRIMEIRA MISSA NO BRASIL.

Quadro de Vitor Meireles

como as gondolas sôbre as ondas, sem deixar sequer uma esteira de espumas, sem deixar sequer um punhado de sonhos.

A vida é tão breve que nela não há lugar para as pequenas coisas. É preciso desde que se acorda, olhar o sol, que é imenso e contemplar os horizontes longínquos que se perdem na penumbra cerulea do infinito. E depois é preciso caminhar. Todo homem tem uma bússola: a sua própria consciência. E é com os olhos fixos nela que precisamos palmilhar na senda da perfeição.

Dias após dias, sob o sol a chuva, lá vai o cortejo daqueles que colocam os horizontes do ideal além de onde podem observar os nossos olhos.

A vida é um caravaneiro em busca da felicidade. A humanidade é um caravaneiro em busca da perfeição. E, embora ladrem os cães e uivem os lobos a caravaneiro, consciente de sua fôrça, prossegue em busca dos cumes altaneiros da ilusão, em busca do olimpo alcandorado da glória.

O livro da vida de Victor Meirelles só tem uma página; a da perseverança. Ninguém, como êle soube compreender o valor de uma vontade aplicada às grandes causas. Ninguém como êle soube vencer a si próprio para ser útil aos outros e principalmente, à sua pátria.

Não vacilou um momento sequer. Mesmo quando tudo está perdido é necessário perseverar ainda. E foi isso que, quando êle, ao atingir a última etapa de sua vida, voltou os olhos para trás, viu que, no caminho por onde passára, floresciam os roseirais da Glória.

“Quando eu era criança, diz ainda CELSO BRANT, vi certa vez, no meu livro de leitura, a admirável tcla de Victor Meirelles “Riachuelo”. Nunca me tocára tão profundamente o coração de patriota, coisa alguma me falara tão profundamente até então, da grandeza do heroismo. E depois contemplei “Humaitá”. Um quadro em que há vida porque há morte. E vi que Victor Meirelles era todo assim, que era êle o retratista da grandeza da pátria”.

Em nenhum momento da nossa evolução, tivera a pintura pinceis que a traduzissem com acentos de inspiração tão grande, do mais nobre pensamento e superioridade de expressão. Se o sentimento, a concepção estética de cada um tem, por vêzes, uma feição especial, traduzindo-se na variedade dos temas, ações e epsódios de que se ocuparam não raro a emoção os unificara no mesmo culto do amor cívico.

do entusiasmo pelos feitos da história, pelas crenças e lendas dos nossos homens e da nossa cultura.

A despeito dos progressos da técnica, da evolução gradativa da pintura dos claustros e das igrejas, das irmandades e dos conventos, para a pintura de todos os gêneros, faltava, contudo, à arte indispensável liberdade e, conseqüentemente, um mais largo conceito estético.

Começava a pintura a expandir-se é certo, mas detida nos círculos que lhe traçaram a realeza e a igreja. Ao artista impunha-se uma espécie de determinação limitada.

Dai a ausência nos pintores da época, do que poderíamos chamar o “instinto da nacionalidade” único capaz de mover o artista, como representante de sua raça, a contrapor-se ao excessos do idealismo da sociedade e do tempo e as inspirações no sentimento pátrio.

Tal fôra a situação a que atingira a pintura até 1860.

Logo depois, na primeira metade do século, surgiram os fatos fundamentais da vida constitucional do país, a independência, o trono e a ordem. O Brasil firmara-se na política, prosperava na economia e desenvolvera a cultura.

Acontecimentos de várias ordens, internas e externas refletem-se sobre a Pátria com influência decisiva.

De um lado, a guerra do Paraguai, a questão do elemento servil e a luta religiosa abalam fortemente a vida nacional, do advento da república da Espanha, a queda do segundo império napoleônico e a imediata proclamação da república na França.

A vida literária também é atingida pelo romantismo da época. Os poetas igualmente se identificam com o ambiente e se nacionalizam, e, como a literatura, a pintura encontrou em Victor Meirelles o renovador e criador de uma escola, que vai encontrar mais tarde em Almeida Júnior, seu discípulo, fiel as tendências nativistas, passando a pintura a inspirar-se no sentimento das coisas pátrias, em motivos e tipos nacionais. E assim “A primeira Missa no Brasil” se tornou o quadro brasileiro mais conhecido. Além de seu valor como obra prima, o grande êxito alcançado em Paris, a divulgação da cromolegrafia editado por Guilherme Klerk e impresso na casa francesa de Hamelin & Cia.

Durante muitos anos lecionou no Liceu de Artes e Ofícios, organizando um método que a todos facilitasse a aprendizagem do desenho. Procurava dar ao aluno conhe-

cimento perfeito das principais regras do desenho, a observação das linhas retas e curvas e a formação das figuras, que influencia na figura humana, sombra, perspectiva, espaço, etc. Onde mais se fez sentir o pulso do mestre, foi no preparo técnico em prol da formação de uma escola brasileira.

Victor Meirelles deixou discípulos dignos e ilustres e todos êles evocavam com saudade a bondade e sabedoria do insigne Professor, de competência rara. Nunca se furtou ao aluno inteligente e aplicado, ensinar todos os segredos da sua arte. Nenhum sentimento de egoísmo ou inveja, quando os mesmos triunfavam, ao contrário, ensinava sempre o que aprendera dos mestres, combinando com a observação e técnica cotidianas.

Quase todos os seus alunos se revelaram grandes artistas na nobre arte e dentre êles se destacaram: Zeferino da Costa, Augusto Rodrigues Duarte, Henrique Bernadelli, Rodolfo Amoedo, Belmiro de Almeida, Estevão Silva, Teixeira da Rocha, Firmino Monteiro, Nunes de Paula, Pedro Peres, Hilário Teixeira, João Maria de Medeiros, Oscar Pereira da Silva.

Todos ocupam lugar de relêvo nas artes plásticas e constituem um capítulo à parte na história da pintura brasileira.

O Govêrno da Nação, tão conscio dos seus deveres, sabiamente condecorou Victor Meirelles de Lima com a Imperial Ordem da Rosa e Comendador da Ordem de Cristo. O artista pelos altos méritos ainda foi agraciado seis vêzes, prova convincente da admiração dos contemporâneos pela sua excelsa arte.

Entre os trabalhos executados por Victor Meirelles destacamos os seguintes:

A Primeira Missa do Brasil — 1859 — 61.

Moema — 1862.

Retrato de S.M. o Imperador — 1863.

O Imperador falando ao povo por ocasião da questão inglêsa (esboço), deixou de ser executado e por entender o Marquês de Olinda, presidente de Conselho, que era uma ofensa a Grã-Bretanha — 1864.

Retrato de S.M. a Imperatriz — 1864.

O casamento da Princeza Isabel para o Imperador — 1864.

Retrato em grupo D. Isabel e Leopoldina.

Retrato do Marquês de Abrantes — 1865.

Retrato da Imperatriz para o Pará — 1867.

Retrato do Comandante do encouraçado, do Brasil, Mendes Salgado, tirado no Paraguai, a bordo do mesmo navio — 1868.

Abordagem do encouraçado “Alagoas” na passagem do Humaitá, (esboço) Nunca fez o quadro.

Passagem de Humaitá (esboço) — 1868.

Combate do Riachuelo — 1869.

Retrato do Conselheiro João Alfredo — 1871.

Batalha dos Guararapes — 1879.

(a cena final das lutas renhidas contra os Holandeses de Nassau).

Panorama circular (tomado do alto do morro de Santo Antônio) — 1886.

Batalha Naval do Riachuelo — 1882.

Panorama —

“Entrada da esquadra legal no pôrto do Rio de Janeiro em 1894” — 1896.

Panorama carioca — (exposto na exposição Universal de Paris) — 1889.

Invocação (último quadro de Victor Meireles de Lima) — 1898.

Combate Naval do Riachuelo — 1882.

O quadro que se acha atualmente no Museu Histórico Nacional, não é o original mas uma réplica, feita em Paris em 1883. O original perdeu-se após ter figurado com sucesso na Exposição de Filadelfia e aqui chegou pelo vapor Donatti, em 1887, devido ao descaso da Imperial Academia de Belas Artes.

A Gazeta Musical do Rio de Janeiro de 1897, publicou o seguinte a respeito:

“Conquanto não sejamos um povo essencialmente artístico, a notícia da perda da Batalha do Riachuelo, quadro de Victor Meirelles, causou profunda impressão.

A famosa tela épica tinha as unânimes simpatias dos brasileiros, quer o encarassem simplesmente como um primor artístico, quer como um monumento, em que estavam inscritos os gloriosos episódios de uma das mais importantes batalhas navais dos tempos modernos.

Perdeu-se em conjecturas os que pretendem explicar a causa dêsse desastroso acontecimento. Não parece, como

supõem os nossos colegas de imprensa, que, nesta infelicidade artística, houvesse perversidade, fôsse de quem fôsse, o que está provado até à sociedade é que a perda da tela de Victor Meirelles provém da culpa de muitos e do desma-zêlo de quase todos, que deviam ter a peito a conservação desta obra prima da arte brasileira.

Sabe-se por informação de pessoas autorizadas, que os volumes que vieram devolvidos da Exposição de Filadelfia, no vapor Donatti, chegaram ao nosso pôrto no dia 19 de janeiro de 1877 e que, saíram da Alfândega a 14 de fevereiro do mesmo ano.

Até 8 de março seguinte foram entregues os volumes pertencentes à Academia de Belas Artes, onde entre êles, se achava o quadro histórico aludido. Distou pouco tempo, pois, entre a entrada do vapor, que conduziu os referidos volumes à Academia de Belas Artes.

O quadro enrolado, segundo nos informaram, desde essa data até novembro ou dezembro do ano passado, e apenas se cuidou de verificar, neste longo período de 21 meses, se a tela tinha sofrido algumas avarias na viagem.

Esta inspeção porém, ao que parece, limitou-se à parte externa do cilindro formado pela tela, sem que se levasse mais longe o exame, concluindo os professôres, como parecia lógico, que, visto não apresentar a tela o mais pequeno dano no exterior, com mais razão deveria ela achar-se intacta no centro.

Só ùltimamente, quando se tratava de exhibir a Batalha do Riachuelo, na futura exposição da Academia Imperial de Belas Artes, é que verificaram a extensão da catástrofe artística, que veiu dar um profundo golpe na nossa já mais que diminuta galeria nacional de pintura.

Não queremos, por maneira alguma, responsabilizar o corpo acadêmico pelas tristes consequências resultantes do abandono de um quadro, metido por vinte e tantos mescs num caixote, e, demais a mais, num clima úmido como o nosso.

Os professôres da Academia de Belas Artes são além de artistas de merecimento, homens de honra e probidade indiscutíveis, mas não podemos soffrear as expansões da nossa acostumada franqueza, deixando de dizer que, se o quadro tivesse sido tirado logo do caixote, as avarias seriam indubitavelmente suscetíveis de reparo.

Relevem-nos os ilustres professôres esta nossa sinceridade, tanto mais que nem dela isentámos o Sr. Victor Meirelles, que fez parte do corpo acadêmico e que, pelo menos como autor, devia interessar-se pelo seu quadro, como, sem exceção, interessam tôdas as obras do autor, que sabe quantos sacrifícios e amargos descenganos lhe custaram.

“Quando se decidiu que o quadro da Batalha do Riachuelo, que fazia parte da nossa galeria nacional, fôsse para a Exposição de Filadelfia, Victor Meirelles exigiu que fôsse alguém acompanhando aquela obra de arte e que lhe cuidasse de sua conservação e integridade”.

Talvez para não aumentar o já acrescido pessoal dos emissários e adjuntos enviados a Filadélfia, não foi deferida a pretensão do Sr. Victor Meirelles. Obteve-se, porém, que o Sr. Saldanha da Gama se encarregasse desta melindrosa missão e dela se saiu, como sempre, da melhor maneira, até o último dia em que se conservou naquela cidade.

Como, porém, os seus afazeres o obrigassem a retirar-se fora dos Estados Unidos, o Sr. Saldanha da Gama, escreveu ao pintor comunicando-lhe que não podia, daquela data em diante continuar a responsabilizar-se pela conservação da téla, que lhe havia sido confiada, e que disso o fazia ciente para que adotassem as necessárias providências.

O quadro ficou, por assim dizer, abandonado e dizem-no que, ao voltar de Filadélfia, fôra enrolado no cilindro de madeira, em que tinha ido para lá, mas durante a exposição estivera exposto ao tempo e a chuva.

Enrolada a téla num cilindro de madeira umedecida por continuadas chuvas, devia ter chegado ao nosso pôrto em más condições, que se agravaram pela prolongada estadia, que teve ainda por muitos meses, com elementos mais que destruidores.

Esta versão parece aceitável.

Com efeito, ao centro do rolo o quadro estava, por assim dizer, reduzido a lama, da qual brotavam viçosos cogumelos.

O que se deprende de tudo isso é que a catástrofe não provem de ninguém, em absoluto: mas de todos um pouquinho.

Uma outra versão dá como consequência a humidade do porão do navio ou infiltração de água do mar no cilindro de madeira. Diz-se que o atual Sr. Ministro do Império declarara que o Brasil não podia ficar privado de uma obra



BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

Quadro de Vitor Meireles — Museu Histórico Nacional

prima de primeira ordem, que além disso comemorava um brilhante feito, das armas brasileiras, e que trataria de encomendar nôvo quadro ao Sr. Victor Meirelles sôbre o mesmo assunto.

Tudo isso é muito louvável e denota bem os sentimentos esclarecidos de nobre Ministro: mas não deixamos por isso de lamentar a destruição de um quadro notável e fazer mais veementes votos para que, de hoje em diante e com tão rigorosa lição, se não permita que um quadro, que fez parte da galeria de uma Academia, e como tal considerado um próprio nacional, se aventure a sair do país, seja qual fôr o pretexto que empreguem para êsse fim”.

BIBLIOGRAFIA

VISCONDE DE OURO PRETO, Marinha de Outrora, “Rev. do Instituto Histórico”, vol. 166 — 1935.

FELIX FERREIRA, Belas Artes, Rio — 1885.

DUQUE ESTRADA, História Arte Brasileira — 1888.

MAX FLEIUSS — Revista do Instituto Histórico, vol. 166 — 1932.

CARLOS RUBENS — Victor Meirelles, sua vida e sua obra — 1945.

DON QUIXOTE — Ano 2 n.º 92 pág. 3. Jornal ilustrado de Angelo Agostini — Arquivo do Museu Histórico Nacional.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A CONSERVAÇÃO DA COLEÇÃO FIDUCIÁRIA EXISTENTE NA DIVISÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (*)

ANTÔNIO PIMENTEL WINZ

(Conservador nível 17 do Museu Histórico Nacional)

O papel-moeda, pela sua natureza peculiar, é facilmente perecível se quisermos fazer um paralelo do mesmo com o estalão metálico ou o material filatélico.

A moeda, apesar de manuseada através o decurso dos séculos ou dos milênios, guarda as suas características e especificações próprias, embora um pouco deformadas devido ao mau tratamento que sofreu.

Os selos, via de regra, são utilizados numa só ocasião; quando enviamos uma missiva a outrem, os exemplares filatélicos existentes são carimbados e ficam inutilizados para nova circulação, servindo apenas para o deleite dos colecionadores que procuram expandir os respectivos acervos.

A moeda fiduciária, principalmente em começos do século atual, adquire uma total preponderância em relação à sua congênere metálica que foi sendo substituída por aquela em quase todos os países do mundo.

Observamos que as cédulas dos vários valores, quando se encontram em circulação, são manuseadas dezenas e até centenas de vezes diariamente pelos mais diversos tipos de pessoas, que dispensam às mesmas um tratamento desigual.

É fato corriqueiro recebermos cédulas em precário estado de conservação quando efetuamos transações comer-

(*) Trabalho apresentado ao III.º Congresso Nacional de Museus (Salvador — 1962).

ciais, fazemos compras ou adquirimos passagens nos coletivos ou nas casas de diversões públicas.

Esta situação diz respeito principalmente aos países asiáticos, africanos e às Américas Central e Sul.

Como preâmbulo do nosso estudo, focalizaremos a situação brasileira no que tange a êsse aspecto.

É um problema que deve merecer a atenção do público pelos prejuízos que causam ao país.

As cédulas de papel-moeda ainda são adquiridas no estrangeiro e pagas com moedas fortes; a sua conservação constitui portanto uma economia de divisas para a própria nação.

A Caixa de Amortização tem se batido pela conservação da nossa moeda fiduciária através de esclarecimentos para o público, quer nas suas publicações oficiais, como atualmente no seu próprio museu com uma Seção destinada ao meio circulante.

Em 1959 foi organizado um — Curso de Conferências sobre Papel-Moeda sob o patrocínio da Caixa de Amortização. Os conferencistas, técnicos de renome, abordaram entre outros assuntos o referente à conservação do papel-moeda em relação ao público em particular. Telmo de Souza, ao descrever as características gerais do papel-moeda na parte referente à resistência e proteção do papel, dizia o seguinte: “É êsse cuidado deve ser tomado, não somente pelo fato do seu custo de produção elevado, como, também, pelo enorme trabalho e despesa que caracteriza a renovação de um meio circulante, especialmente no caso de países como o Brasil, cujo montante físico ultrapassa a casa de 1 bilhão” (pág. 13).

A moeda fiduciária nacional infelizmente é uma das que se encontram em pior estado de conservação, apresentando-se suja, dilacerada, amassada, com anotações a tinta, quer sejam números de telefones, nomes de pessoas, motes ou versos pornográficos.

Como ilustração dêsse descaso, basta citar entre inúmeros outros, o procedimento dos trocadores e condutores que para maior facilidade, ao efetuarem trocos dobram as cédulas no sentido horizontal para poderem prendê-las entre os dedos. O papel-moeda, dobrado nos dois sentidos horizontal e vertical e a contínua fricção entre os dedos acar-

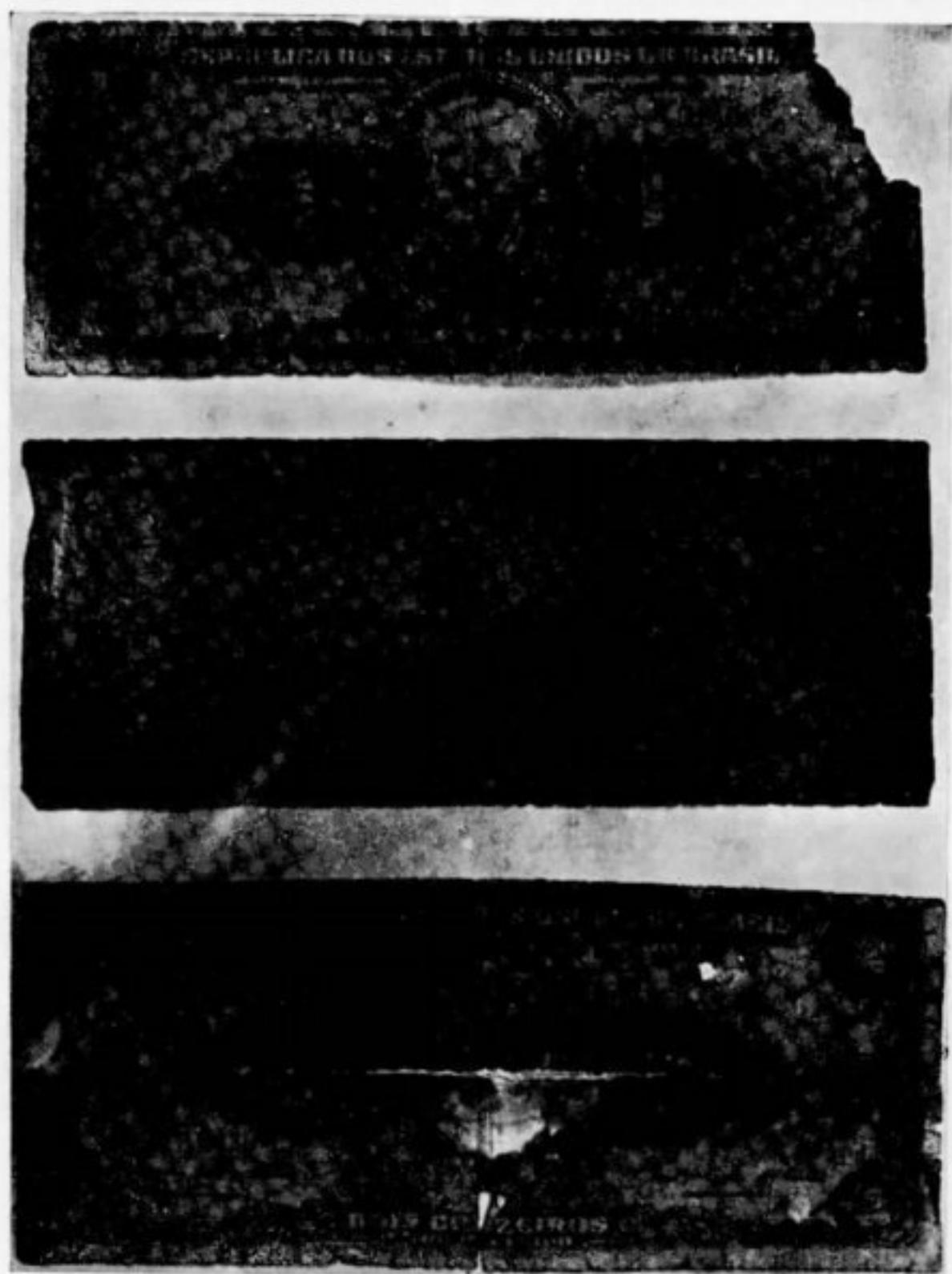


Fig. 1

(Foto: João Oliveira Rocha)

reta o rápido desgaste das fibras facilitando a penetração do suor e da poeira, principais fatores responsáveis pela alteração e estrago das cédulas.

O resultado dessa prática errada, traz como consequência um aspecto verdadeiramente repugnante, principalmente dos valores de Cr\$ 1,00; 2,00; 5,00; 10,00 e 20,00, que causam aversão a quem recebe e muito má impressão aos turistas que nos visitam (Fig. I). Quando comparamos êsses exemplares atuais com a moeda fiduciária de um século ou século e meio atrás, observamos que os nossos antepassados davam melhor tratamento ao dinheiro do que atualmente lhe dispensamos.

A COLEÇÃO DA DIVISÃO DE NUMISMÁTICA DO M. H. N.

Após essas ligeiras considerações, abordaremos o problema da conservação da coleção fiduciária do Museu Histórico Nacional.

Êste acêrvo, compreendendo cédulas nacionais e estrangeiras num total superior a cinco mil exemplares, incluindo as duplicatas, estava distribuido em treze álbuns e em inúmeros envelopes, obedecendo a uma classificação sem nenhum critério seletivo, com assuntos diversos contidos num mesmo álbum.

Simultâneamente com uma nova *classificação* foi sendo feita a *seleção* e a *análise* de cada exemplar com o fim de determinar o seu *estado de conservação*.

Para estabelecer o *Grau de Conservação* dessas peças fiduciárias, organizamos uma escala de valores em ordem decrescente, desde o exemplar perfeito até aquêle em precárias condições pela seguinte tabela:

O — Ótima.

BC — Bem Conservada.

Re — Regular.

A — Apagada.

S — Sofrível.

P — Péssima.

Ótima — todos os seus elementos são perfeitamente visíveis a olho nú, até os pequenos detalhes; as côres se apre-

sentam com grande nitidez; as fibras se acham entrosadas; a superfície se encontra brilhante, isenta de manchas, mossas, perfurações ou rasgos ocasionais. As moedas e medalhas damos a denominação de: "flor de cunho". São geralmente cédulas de Modelos, Provas de nota, de pouca circulação, contando-se igualmente exemplares da época colonial, impressos em papel pergaminho de renomados fabricantes europeus (Fig. II).

Bem Conservada --- tôdas as suas características se acham facilmente visíveis; as cores perfeitamente distinguíveis; a superfície já não possui o brilho, denunciando um manuseio mais acentuado, aparecem mossas, pequenos cortes nos bordos, furos; as fibras já apresentam sinais de desgaste mais ou menos acentuados. São exemplares que na sua maioria estiveram um tempo regular em circulação, geralmente valores elevados, Cédulas do Trôco de Cobre, Tesouro Nacional do Império e Republica (Fig. III).

Regular — os elementos se apresentam com uma nitidez pouco acentuada; as côres se encontram esmaecidas com cambiantes mais ou menos fortes em trechos variados da cédula; não há mais uma homogeneidade nas tintas; no *fundo de garantia* já não distinguimos perfeitamente a heterogeneidade das côres: bordos com pronunciado desgaste, cortes mais extensos, fibras bastante alteradas, denotando uma circulação muito prolongada. São os valores médios do Tesouro Nacional (Fig. IV).

Apagada — os números e legendas, bem como assinaturas, chancelas, séries, estampas etc., são de difícil leitura; as côres são indefinidas e imprecisas; a superfície da cédula tem uma aparência porosa, indicativa de um prolongado uso e manuseio. Valores secundários do padrão Cruzeiro são os exemplos mais flagrantes (Fig. I).

Sofrivél — as grandes perfurações ocasionais ou mecânicas, os extensos cortes e a falta de pedaços da cédula comprometendo efigies, números, legendas etc., muito embora algumas sejam tão perfeitas na sua impressão que poderiam caso não tivessem êsses estragos serem classificadas no grau mais elevado dessa escala (Fig. V).

Péssima — faltando grandes partes que comprometem os seus elementos essenciais; da mesma maneira as tintas componentes se encontram muito alteradas (Fig. VI).

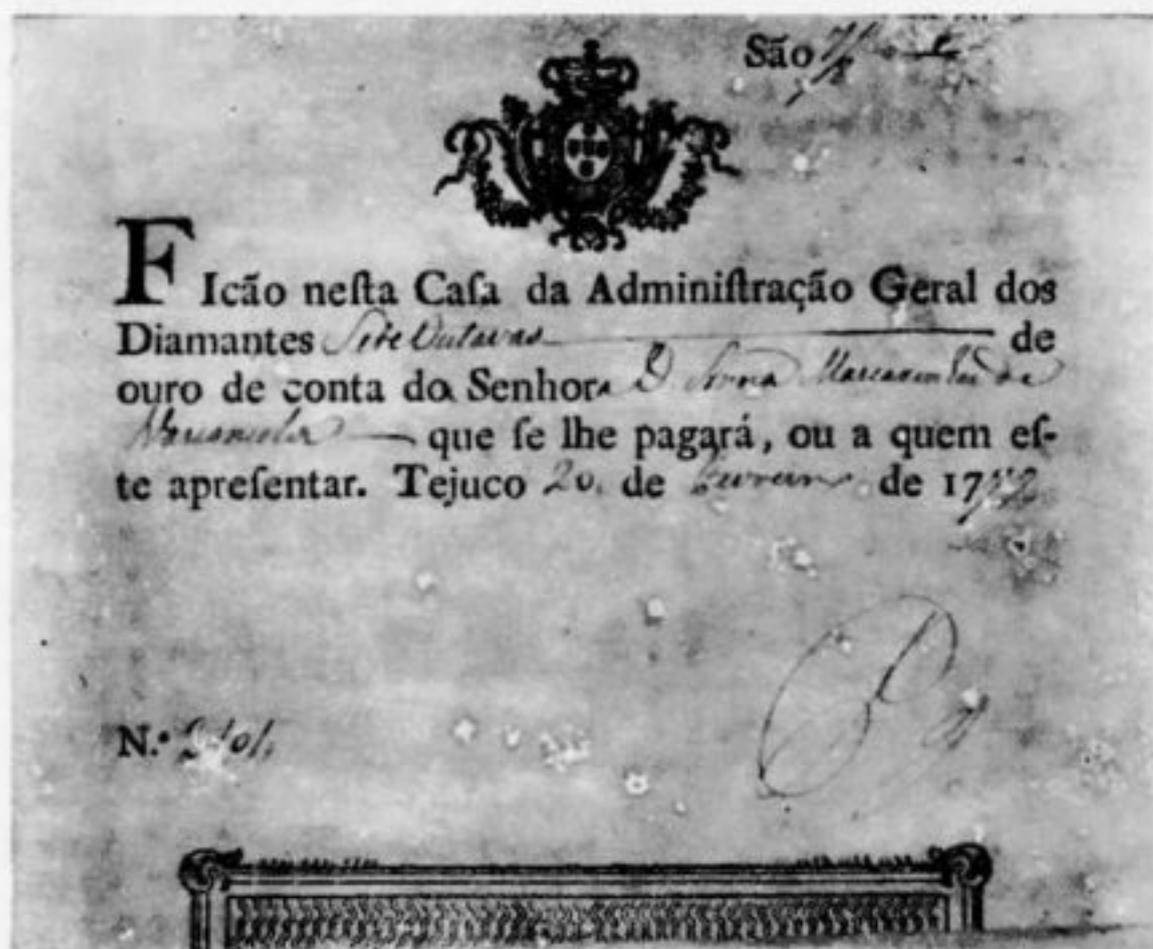


Fig. II

(Foto João Oliveira Rocha)

Segundo essa tabela de valores, o grau de conservação da coleção fiduciária do Museu Histórico Nacional corresponde proporcionalmente à seguinte estimativa:

Entre *Ótimo e Bem Conservada* — 70% dos exemplares.

Entre *Regular e Apagada* — 20% dos exemplares.

Entre *Sofrível e Péssima* — 10% dos exemplares.

Dois trabalhos foram executados para preservar o material:

1) LIMPEZA DOS EXEMPLARES EXISTENTES NOS ÁLBUNS

A moeda fiduciária que se encontrava apenas às páginas dos diversos Álbuns da coleção, compreendia um número aproximado de dois mil exemplares, cujas extremidades de cada um estavam coladas no reverso com papéis gomados, idênticos aos utilizados para a colocação de selos nos álbuns filatéticos.

Inúmeras dessas cédulas tinham colados no reverso até oito (8) desses papéis gomados, muitos, restos apenas presos por cola grossa. Procedemos ao asseio da seguinte maneira:

Sobre uma superfície plana, de preferência uma placa de vidro, colocamos a cédula com a parte que será efetuada a limpeza (o reverso no caso) voltada para cima; a seguir aplicamos no local em que estava o papel gomado e a cola um pano limpo molhado levemente, deixando-o permanecer até o conjunto ficar impregnado.

Em seguida, com uma espátula, canivete ou bisturi não muito afiados, iniciamos a retirada dos papéis gomados e da cola. Quando há resistência, é o local novamente umedecido, até obter o resultado desejado.

A cédula é então posta a secar entre duas placas de vidro, o que evita a criação de curvaturas e mossas no lugar que se acha umedecido.

A retirada dos papéis gomados requer muito tempo, cuidado e paciência, principalmente em se tratando de papel-moeda antigo, cujas fibras já estão alteradas e enfraquecidas, perdendo maior resistência ainda a parte umedecida; qualquer movimento brusco poderá danificá-la seriamente.

A água é o melhor dissolvente para a cola (goma arábica) não alterando igualmente as cores da cédula.

Nota: Muitos exemplares em precárias condições de conservação e que tinham sido restaurados antes de virem para a Divisão de Numismática, não foram tocados. Com o fim de não comprometer a cédula, mantivemos a antiga restauração.

2) RESTAURAÇÃO DAS CÉDULAS DILACERADAS

Exemplares rasgados já existentes e alguns que sofreram pequenos danos, quando da retirada dos papéis gomados foram convenientemente restaurados e incorporados à coleção.

A princípio, empregamos como experiência vários tipos de fitas adesivas transparentes de celulose e deixamos por algum tempo guardadas.

O resultado não foi satisfatório, pois essas fitas uma vez colocadas, não podem ser retiradas sem causar estragos à cédula. A goma existente numa das faces extravasa pelas margens da fita, indo aderir à outra cédula ou à página anterior quando a mesma se encontra no álbum da coleção.

Estas fitas adesivas tendem a escurecer com o tempo causando um aspecto desagradável à cédula (Fig. VI).

Resolvemos empregar o *papel celofane* com ótimos resultados, principalmente tratando-se de fitas para colar dois bordos cortados, pedaços separados etc.

Basta apenas que seja usada uma goma-arábica de grande poder aglutinante e adstringente para fixar o celofane no local desejado que será alisado com um pano seco passado numa única direção.

O problema seguinte que tivemos de enfrentar referia-se a:

Conservação da Coleção Fiduciária

Esta questão trazia consigo várias implicações e formulações, tais como— Qual o melhor material para conservar para a posteridade este acervo? Fichários de aço ou em albuns? Capas plásticas ou páginas de cartolina?

Nossa obrigação consistia em conservar esse conjunto da melhor maneira possível, para futuras consultas e pesquisas.



Fig. III

(Foto João Oliveira Rocha)



Fig. IV

(Foto João Oliveira Rocha)

A conferência de M. Benght Thordeman — Les Problèmes des musées historiques à notre époque (*), é bem esclarecedora sôbre essa necessidade:

“Les objets de musée sont, dans une large mesure, des pièces documentaires irremplaçables, et notre premier devoir est de les conserver à la postérité”.

“Même pour le matériel numismatique, où une pièce peut avoir des centaines de doubles dans l'acceptation philatélique, le savant se doit de les conserver toutes”.

“Depuis quelque temps la conservation des collections fait l'objet d'une véritable science”.

Infelizmente não encontramos nenhuma documentação referente à conservação do material fiduciário; tudo teria que ser estruturado através de experimentações mais ou menos empíricas:

I — *Envelopes plásticos* --- São duas fôlhas de plástico cosidas eletronicamente. A cédula é colocada através de uma abertura existente na parte superior.

Apresenta vários inconvenientes:

a) cada envelope só poderá ser utilizado por um único exemplar;

b) terá que ficar contido numa pasta ou acompanhado de uma ficha descritiva do exemplar;

c) é necessário um arquivo de aço para acondicionar os exemplares;

d) a consulta dos exemplares de uma série, para um confronto com outra, causa embaraços, necessitando de um espaço maior para colocar tôdas as peças;

e) o manuseio permanente da cédula acarreta o despreendimento da costura eletrônica.

II — *Capas plásticas* --- Procurando aproveitar o material existente na Divisão de Numismática, resolvemos mandar executar capas plásticas que contivessem as fôlhas de cartolina e pudessem ser adaptadas conjuntamente nos Albuns de Coleção.

(*) Quatrième Conférence Générale de L'Icom — Schaffhouse, jeudi 5 juillet 1956, 16 heures (pg. 50 e 51).

Este desideratum não obteve o resultado desejado, por várias razões:

a) o alto preço das capas plásticas; na época (outubro de 1959) cada exemplar custava Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros); para acondicionar toda a coleção fiduciária do Museu Histórico Nacional seriam necessárias no mínimo 3.000 (três mil) capas plásticas, o que corresponderia a uma despesa global de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), valor muito acima de todo o acervo de papel-moeda, cuja avaliação naquela época estava orçada em Cr\$ 325.384,50 (trezentos e vinte e cinco mil trezentos e oitenta e quatro cruzeiros e cinquenta centavos);

b) muitas capas plásticas ao serem entregues, apresentavam soltas umas partes da costura eletrônica; aliás com o simples manuseio, lados inteiros se despregavam, necessitando colocar grampos de metal para prender as partes soltas;

c) alteração do material plástico — Devido o tempo ser ainda muito exíguo (dois anos e meio apenas), nada foi possível apurar; será necessário um prazo maior para se poder opinar sobre qualquer transformação operada.

Nota: Essas capas plásticas se coadunam ótimamente para exposições temporárias por apresentarem várias vantagens:

a) oferecem proteção às peças expostas contra a umidade, calor, contacto manual dos visitantes, danos causados por pessoas mal intencionadas, roubos etc.;

b) a superfície brilhante realça as peças expostas;

c) a transparência permite que se possam revelar as marcas d'água e outros elementos existentes nos exemplares, com a colocação de uma fonte luminosa na parte posterior do mostruário;

d) essa transparência em ambas as faces, permite a visão completa do anverso e do reverso da cédula.

Estamos fazendo experimentações com esse material, que será utilizado nas futuras exposições fiduciárias da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional.

III — *Fôlhas de cartolina* — o melhor e mais barato método por nós utilizado, tendo obtido resultados bastante satisfatórios. Para a execução desse trabalho são necessários



Fig. V

(Foto João Oliveira Rocha)

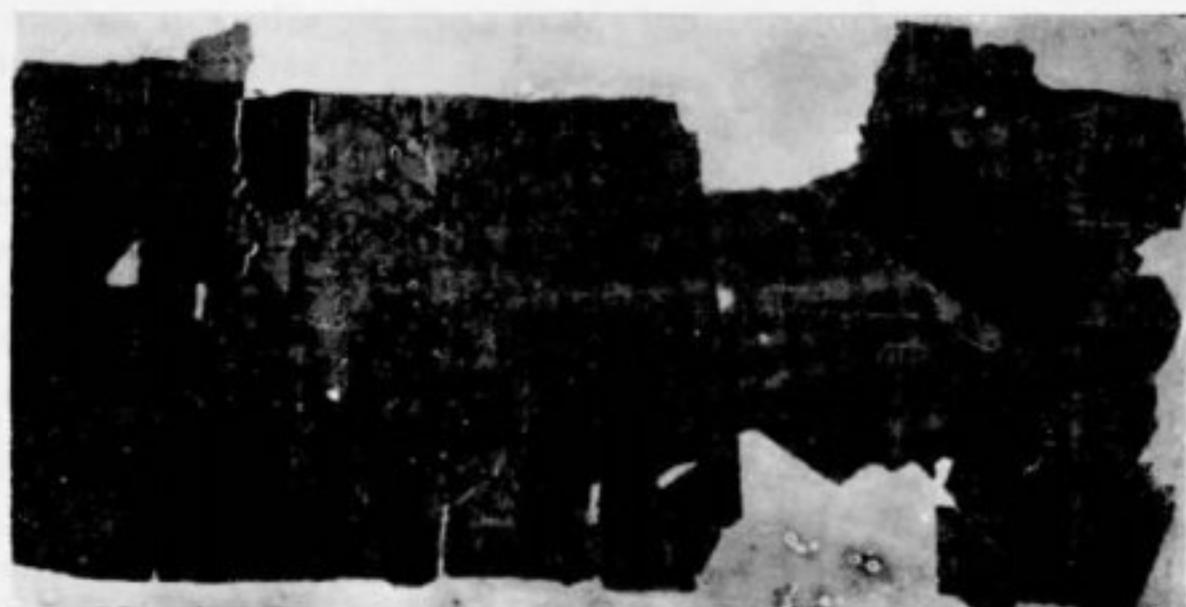


Fig. VI

(Foto João Oliveira Rocha)

apenas os seguintes elementos: fôlhas de cartolina branca, lápis comum, borracha, régua graduada, tesoura afiada com ponta, goma arábica, etiquetas à nanquim com a própria cartolina cortada:

a) existiam na Divisão de Numismática mais de mil (1.000) fôlhas de cartolina branca, na sua quase totalidade em perfeito estado de conservação. Essas fôlhas eram destinadas para os Álbuns da Coleção Fiduciária. Possuem 39cm x 30cm, medidas ideais para qualquer tamanho de cédula brasileira, inclusive estrangeiras que têm grande formato.

O nosso primeiro trabalho consistiu em distribuir pelas diversas páginas o material fiduciário já selecionado e classificado, seja por ordem cronológica, alfabética ou por assunto, conforme as circunstâncias peculiares a cada conjunto de cédulas o permitissem.

Toma-se uma cédula: o exemplar da República dos E.E.U.U. do Brasil — Um mil réis — Estampa 12.^a — 1.^a Série — N.º 034807 — Impressa na Casa da Moeda (Fig. VII) cujas dimensões são as seguintes: 146mms x 71mms.

Coloca-se a cédula no lugar escolhido e marca-se a lápis um ponto em cada uma de suas extremidades; em seguida retira-se o exemplar e marca-se mais para o interior (3, 4, 5, 6mms etc.) conforme a maior ou menor margem lisa que contorna a cédula) outros quatro pontos, oblíquos aos externos; depois, com uma régua ligam-se os pontos internos por linhas retas.

Com a tesoura, corta-se o retângulo desenhado e obtém-se uma *janela* com a margem para a fixação da cédula; apaga-se com a borracha o restante dos traços e os pontos. Em seguida completa-se a operação passando goma-arábica em tôda a extensão das margens da cédula e aplica-se a mesma sôbre a margem da *janela*.

Para obter maior aderência enquanto seca, convém alisar o local com um pano sêco, colocando depois um objeto pesado e largo para manter a planificação do conjunto.

b) *goma-arábica* — Não utilizamos a fornecida pelas casas comerciais, pois além de ser muito fluída, contém via de regra outros elementos. Por isso, dissolvemos em água a goma-arábica em caroço ou pedras, até obtermos um líquido bem espêso, isto é, até o ponto de saturação; é fácil de constatar: quando retiramos o pincel do frasco, ela pinga

em gotas compactas e não escorre em fio como a fabricada industrialmente. Os resíduos encontrados na mistura são retirados, ficando a mesma limpa.

Oferece várias vantagens sobre a industrial:

1.^a) Os exemplares expostos permanecem perfeitamente aderentes à folha de cartolina.

2.^a) A grande aglutinação de moléculas forma uma especie de película, impedindo que a mesma atinja a outra face da cédula, a qual deixaria marcas de feio aspecto.

3.^a) Aplicada na época de pouca umidade, seca rapidamente e uniformemente; se o estado higrometrico do ar fôr elevado seca igualmente, porém utilizando um tempo maior.

4.^a) Havendo necessidade de retirar uma cédula, applica-se o mesmo método de umedecer, indicado páginas atrás.

Vantagens das folhas de cartolina

1.^a) As cédulas ficam perfeitamente conservadas e resguardadas.

2.^a) Essas folhas podem ser retiradas dos Álbuns e levadas para o laboratório fotografico, onde serão efetuadas fotografias de detalhes das cédulas ou desenhos das marcas d'água e outros elementos encontrados.

3.^a) As janelas rasgadas nas folhas de cartolina permitem uma visão completa da cédula, tanto no anverso como no reverso.

4.^a) Um único Álbum pode conter várias centenas de exemplares expostos, desde que comporte um número regular de folhas de cartolina.

5.^a) Uma folha pode comportar diversos exemplares, conforme o tamanho dos mesmos; geralmente para as cédulas grandes colocamos apenas duas em cada folha, com o fim de deixar espaço para as legendas e descrições de detalhes técnicos que acompanham os exemplares.

6.^a) Essas cartolinas já ficam prontas para serem utilizadas por ocasião de exposições temporárias. Nessa oportunidade serão colocadas nas capas plásticas e circundadas por um "passe-partout" que poderá variar de tamanho conforme os exemplares que serão ou não expostos de acôrdo com o temário da exposição.

7.^a) Com os Álbuns, uma enorme coleção requer um espaço relativamente exiguo para ser acondicionada.

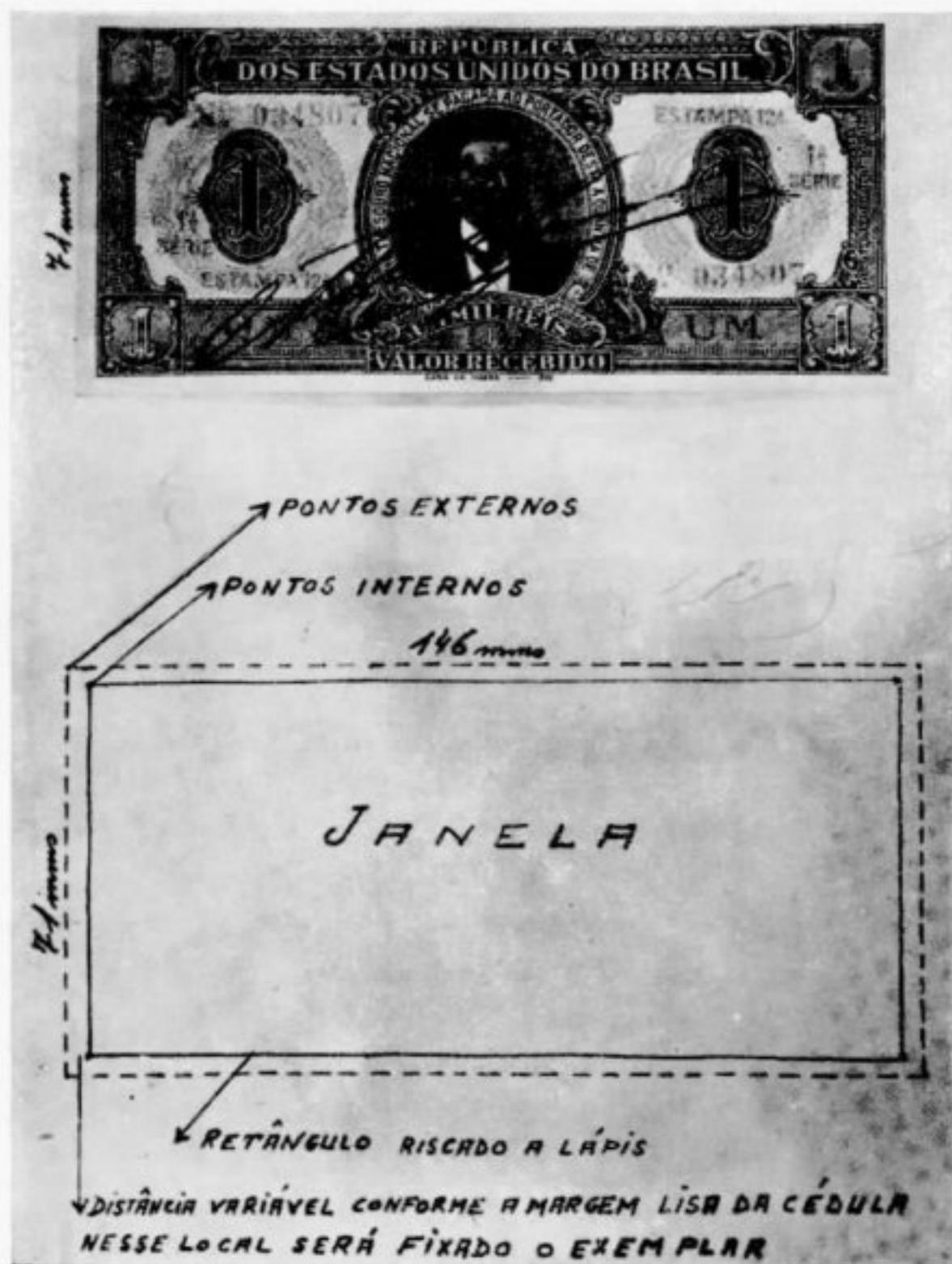


Fig. VII

(Foto: João Oliveira Rocha)

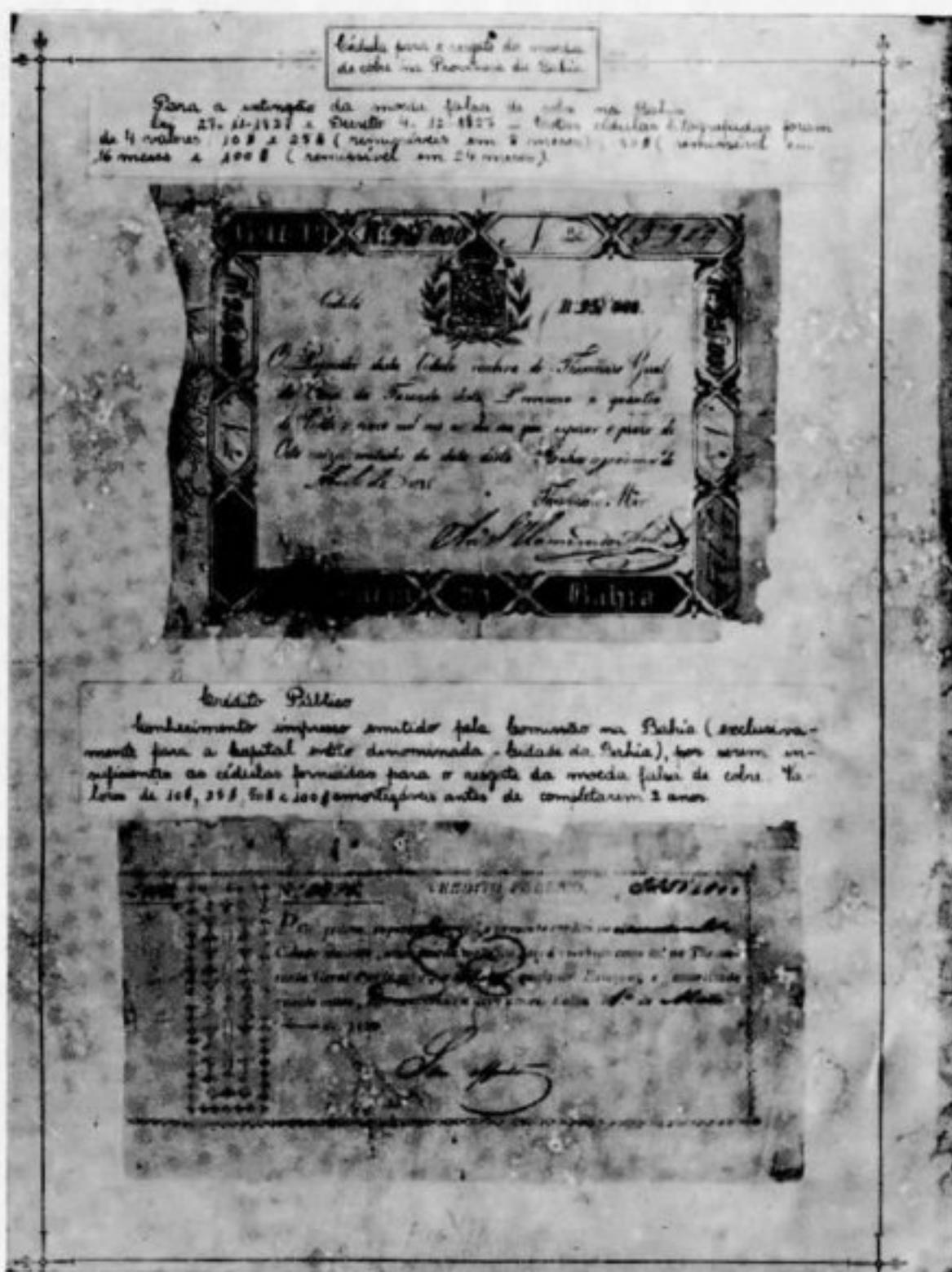


Fig. VIII

(Foto João Oliveira Rocha)

8.^a) Os Álbuns podem ser facilmente manuseados, inclusive confrontados com os outros, a fim de serem feitas anotações ou verificados elementos idênticos em cédulas de valores e estampas diferentes. Ex: Cédulas verdadeiras e falsas.

9.^a) Constantemente pode ser feita uma inspeção para ver se existem alterações ou ataques de traças, cupins e outros insetos daninhos, fazendo-se a necessária profilaxia para exterminá-los.

10.^a) A calandragem, isto é, o acetinado das cédulas pode ser constatado pela reação tátil. Outros pontos de segurança e detalhes das notas podem ser perfeitamente analisados por meio de fortes lentes, sem haver necessidade de retirá-las das fôlhas de cartolina que permitem a visão completa de ambas as faces.

Finalmente, os próprios pedaços de cartolina quando convenientemente cortados, podem ser utilizados para a confecção de etiquetas de vários tamanhos que devidamente escritas a *nanquim*, podem ser coladas nos espaços vazios existentes entre os exemplares, dando maior realce e valorizando a coleção com indicações de caráter geral e técnico (Fig. VIII).

É essa em linhas gerais a nossa modesta contribuição no que concerne à *conservação* de cédulas, uma tentativa pioneira, fruto de cinco anos de manuseio com a coleção fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional. Temos certeza que o nosso trabalho está ainda na fase embrionária, eivado de dúvidas e formulações para as quais por enquanto não encontramos respostas satisfatórias; fazemos portanto um apêlo a todos aquêles que se dedicam ao estudo da moeda-papel que apresentem sugestões, resultados de suas pesquisas que estaremos ao inteiro dispôr para recebê-las em nossa repartição.

RESUMO

O autor procura neste trabalho apresentar sugestões, resultado de cinco anos de manuseio com a moeda fiduciária da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional.

Tece à princípio considerações sôbre o tratamento dispensado pelo povo ao papel-moeda no caso peculiar do Bra-

sil, a fuga de divisas com a aquisição e fabricação do mesmo no estrangeiro.

Ao abordar o problema da conservação da coleção a seu cargo, procurou em primeiro lugar verificar o *Grau de Conservação* dos exemplares, estabelecendo para isto uma escala de valores em ordem decrescente (Ótima — Bem Conservada — Regular — Apagada — Sofrível e Péssima).

Para a preservação do material foram efetuados dois trabalhos:

a) *limpeza dos exemplares*, retirando papéis gomados e restos de cola de perto de duas mil cédulas;

b) *restauração das cédulas dilaceradas*, utilizando goma-arábica e papel celofane em lugar de fitas adesivas.

Sôbre a conservação e preservação da coleção faz comentários a cerca dos *envelopes e capas plásticas*, apresentando inúmeros inconvenientes, quer de ordem material ou financeira.

Situa a questão da *goma-arábica* utilizada para fixar as cédulas.

Encerra o tema descrevendo as vantagens das *fôlhas de cartolina* e a utilização dos pedaços de cartolina (cortados para a feitura das *janelas*), como *etiquetas* de vários tamanhos para as descrições de caráter geral ou técnico que acompanham os exemplares expostos.

O PROBLEMA DA CLASSIFICAÇÃO DA COLEÇÃO FIDUCIÁRIA DA DIVISÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (*)

ANTÔNIO PIMENTEL WINZ

(Conservador nível 17 do M. H. N.)

Uma coleção de papel-moeda em qualquer museu ou instituição cultural apresenta-se como um todo heterogêneo. Ao lado de peças representativas do Tesouro Nacional, de bancos emissores, de Estados ou municipalidades, encontramos títulos bancários, apólices, bilhetes de loteria etc. que no correr do tempo foram sendo incorporados ao acervo fiduciário inicial.

É regra natural que todo o material, quando enviado para o museu, seja por meio de doação, permuta ou compra tem que ser examinado pelos técnicos com o fim de opinarem se o mesmo preenche ou não condições que possam incluí-lo em um dos diversos acervos que possuam características mais ou menos comuns.

Foi isto que se deu com o material fiduciário da Divisão de Numismática e Sigilografia do M. H. N., cujos mais diversos espécimes reunidos no correr de várias dezenas de anos, formaram um vasto e heterogêneo conjunto que viria criar diversos problemas para uma racional classificação.

Para podermos obter um resultado satisfatório e compensador, iniciamos o nosso trabalho *seleccionando* os exemplares que se coadunavam com a moeda fiduciária daqueles que por várias especificações jamais poderiam ser enquadrados como tal.

(*) Trabalho apresentado ao III.º Congresso Nacional de Museus (Salvador — 1962).

Consideramos como moeda fiduciária os seguintes elementos:

- 1.º) Papel-moeda do Brasil Colonial.
- 2.º) Cédulas do Tesouro Nacional do Império (1.ª a 9.ª Estampa).
- 3.º) Cédulas do Tesouro Nacional da República (3.ª Estampa ao Cruzeiro).
- 4.º) Cédulas dos Bancos Diversos.
- 5.º) Apólices dos Estados e Municipalidades.
- 6.º) Bilhetes dos Ônibus, Bondes, Estradas de Ferro, Barcas etc.
- 7.º) Vales de Companhias e Particulares.
- 8.º) Modelos, Ensaio, Estudos de Cédulas.
- 9.º) Cédulas falsas, inutilizadas, sem valor etc.
- 10) Moeda fiduciária estrangeira.

Não sendo moeda fiduciária, foram classificados:

- 1.º) Reclames diversos imitando cédulas.
- 2.º) Bilhetes de loteria.
- 3.º) Fichas de jogo.
- 4.º) Bilhetes do jogo do bicho.
- 5.º) Exemplares diversos (Ações, Bonus, Cautelas, Letras, etc.).
- 6.º) Apólices de Companhias de Seguros.
- 7.º) Títulos de Companhias de Capitalização.
- 8.º) Diversos Impressos de Bancos.

Em torno dessa *seleção*, queremos apresentar diversas razões e considerações.

O nosso trabalho baseou-se no obra de Julio Meili — *A Moeda Fiduciária no Brasil* — o único clássico existente até hoje sobre o papel-moeda nacional, obra pioneira de grande valor e profundidade, na qual o mestre suíço apresenta uma classificação para o acervo fiduciário.

A obra compreende o papel-moeda até o ano de 1900.

1.º) O autor grupou juntamente as cédulas falsas e as verdadeiras do Tesouro Nacional do Império e da República.

Preferimos colocar êsses exemplares-Falsos, Inutilizados, Sem Valor etc. num Álbum isolado com o fim de estabelecer um confronto com as cédulas autênticas existentes em outros Álbuns da coleção, podendo dêsse modo observar detalhes das falsificações operadas e até o grau de perfeição atingido pelos fraudadores.

2.º) Meili considera emissões abusivas, ilegais ou criminosas-Apólices dos Estados e Municipalidades, Bilhetes

de Ônibus, Bondes, Barcas, Estradas de Ferro etc. e os Vales de Companhias e Particulares.

Discordamos do emiunente numólogo, pois para o Brasil elas foram perfeitamente legais, embora tivesse sempre havido grande reacção no Congresso contra a emissão de tais exemplares fiduciários; inúmeras leis exaradas pelas Câmaras estaduais e municipais asseguravam o seu curso normal nos territórios sob a jurisdição das mesmas.

É preciso compreender que foram medidas temporárias e extraordinárias, postas em execução devido à falta da moeda divisionária, principalmente para o trôco miudo. Quando êsses locais recebiam o numerário necessário por parte das autoridades federais, cessavam aquelas medidas de exceção. Aliás a falta de trôco perdurou durante tôda a época colonial e imperial, principalmente nas cidades e povoados distantes dos grandes centros urbanos.

Exemplos:

Apólices do Estado de Pernambuco — 1.^a Emissão — Lei n.º 112 de 22 de junho de 1895 juro annual de 5% vários valores.

— Ceará — Título de Quixadá, autorizado pela Lei Municipal de 14 de outubro de 1896, com a garantia de 6% annual 100 réis.

— Rio Grande do Sul — Meia passagem — Empresa Ferro Carril de Pelotas — “Só circula na empresa como passagem”.

— Rio Grande do Sul — 100 réis da Comissão (do Comércio) de Alegrete — Emissão autorizada pela Intendência Municipal — Valor recebido em depósito.

3.º) Quanto ao material que não se coaduna com o papel-moeda propriamente dito, foi igualmente classificado, pois as coleções dêsses diferentes exemplares são de grande valor para estudos, pesquisas e futuros trabalhos a serem publicados versando sobre Apólices de Companhias de Seguros, Bilhetes de Loterias, Títulos de Capitalização etc. Inúmeros elementos aí existentes possuem mais de um século, sendo alguns sesquicentenários, nesse caso os *Conhecimentos* (já divulgados num pequeno trabalho inserto no Vol. IX dos Anais do Museu Histórico Nacional).

Após esta seleção, foi feita outra mais meticulosa com o fim de separarmos os exemplares que deveriam figurar numa Coleção Oficial.

I — *Requisitos do papel-moeda selecionado para a Coleção Oficial:*

a) *separação das duplicatas* — Foi um trabalho apurado, tendo sido confrontados mais de cinco mil (5.000) exemplares (compreendendo a moeda fiduciária e a não fiduciária).

Procuramos conservar na Coleção Oficial vários exemplares de um mesmo valor, mudando apenas o número da Série, a numeração e as assinaturas manuseritas ou de chancela, com o objetivo de valorizar, diversificar e enriquecer a coleção com um maior número de elementos.

Muitos desses exemplares, principalmente os da época colonial e imperial na sua grande maioria, são muito raros em qualquer coleção oficial ou particular; quando aparecem alguns em mão de negociantes do ramo numismático, pedem pelos mesmos quantias avultadas, daí a nossa preocupação em conservar na coleção um número regular que aumentará sempre de valor à medida que os mesmos se tornem mais raros.

Os exemplares para a Coleção Oficial foram selecionados entre os mais conservados, porém as duplicatas em sua grande maioria, se encontram em boas condições; uns poucos exemplares, embora restaurados, apresentam-se em precárias condições devido principalmente ao apodrecimento do papel e sua conseqüente desintegração.

b) *estado de conservação* — Organizamos uma escala de valores em ordem decrescente, desde o exemplar perfeito até àquele em precárias condições, estabelecendo assim o *Grau de Conservação* de cada cédula, pela seguinte tabela:

- O — Ótima.
- BC — Bem Conservada.
- Re — Regular.
- A — Apagada.
- S — Sofrível.
- P — Péssima.

Os exemplares da *Coleção Oficial* do M. H. N. situados nos Graus:

Ótima e Bem Conservada correspondem a 70% dos exemplares;

Entre *Regular e Apagada* correspondem a 20% dos exemplares;

Entre *Sofrível e Péssima* correspondem a 10% dos exemplares.

Isto quer dizer que, possuindo a coleção fiduciária do Museu, apenas um único exemplar em condições de conservação muito precárias, será assim mesmo colocado nos Álbuns com o fim de não quebrar a seqüência dos valores seja de uma Estampa, uma Série Bancária ou de Vales Estaduais, Municipais, Particulares, etc., até ser possível a obtenção de um elemento idêntico que venha substituir o existente.

c). *Série e Numeração* — Colocamos de preferência as *Séries* mais baixas, as primeiras se possível; procedemos da mesma forma com a numeração.

São fatores que valorizam as coleções.

Sabemos que as *Séries* e as *Numerações* da 1.^a Estampa do Tesouro Nacional do Império do Brasil eram manuscritas, pois são anteriores ao roubo ocorrido em julho de 1836. Já os valores seguintes apresentam a numeração impressa em cumprimento à Lei de 6-10-1835 que encomendava novo tipo de cédulas (2.^a Estampa) e a impressão da numeração.

d) *Assinatura e Chancela* — As cédulas mais antigas eram tôdas manuscritas com uma ou várias assinaturas, principalmente as inglêsas fabricadas por Perkins e Bacon; já as do American Bank Note Company apresentam chancelas nos exemplares referentes aos Bancos da República.

Às vêzes na Estampa existe um valor que à partir de uma determinada Série mais elevada, passa a ser assinada de chancela. Em outras ocasiões, notamos que as assinaturas de um mesmo valor, pertencem a diversos personagens à medida que percorremos as suas séries que atingem números elevados (algumas centenas no Império e República, até chegar ao milhar nas Estampas do valor Cruzeiro). O mesmo ocorre com as chancelas.

Todos êsses elementos têm que ser levados em consideração para a organização de uma Coleção.

e) *Grau de Raridade* — É calculado em função dos exemplares existentes na Divisão de Numismática, inclusive as duplicatas e os apresentados nos catálogos dos negociantes do ramo, nas diferentes casas de câmbio e instituições culturais afins (Museu do Banco do Brasil, da Caixa de Amortização, Casa da Moeda etc.).

Organizamos uma escala de valores em ordem decrescente:

EU — Exemplar Único.

MR — Muito Rara.

R — Rara.

f) *Elementos Diversos* — Outros fatores devem igualmente ser levados em conta como: diversificação de côres em cédulas de um mesmo valor e estampa, letras maiúsculas existentes em lugares diferentes, omissão de letras nas diversas legendas, marcas de água, nomes ou siglas dos fabricantes, etc.

II — *Avaliação da Coleção Fiduciária.*

À medida que êsses exemplares iam sendo selecionados e classificados simultâneamente era feita a competente avaliação.

Utilizamos como referência as tabelas de preço em vigor nos negociantes do ramo e nas casas de câmbio da praça do Rio de Janeiro.

Como muitas dessas peças fiduciárias não são encontradas facilmente foi feita uma estimativa levando em conta além de outros elementos, o *estado de conservação e o grau de raridade*.

Foi possível assim fazermos uma avaliação atualizada em relação à depreciação da moeda e a flutuação constante dos preços no mercado numismático.

III — *Classificação da Coleção Fiduciária do M. H. N.*

Conhecidos todos os elementos necessários, iniciamos a classificação do material, disperso racionalmente pelos diversos grupos afins.

Distribuimos êsse precioso acervo pelos diferentes Álbuns de Papel-Moeda existentes na Divisão de Numismática e Sigilografia do M. H. N.

Analisaremos cada Álbum separadamente para podermos ter uma idéia de como foi feita esta classificação.

Coleção Fiduciária Brasileira do Museu

Album I:

Neste primeiro álbum colocamos os exemplares mais raros e de maior valor existentes na coleção, correspondentes

a um período que iniciando-se em meados do Século XVIII, se estende até 1838.

Foi utilizada a seqüência cronológica das datas a partir das *Guias de Registo de barras de ouro* (séc. XVIII) até *Conhecimento da República de Piratini* (1838).

Os Bilhetes do Banco do Brasil — 3.^a Emissão (1829), foram distribuídos numa escala de valores do mais baixo (1\$000) até o mais elevado (300\$000).

O mesmo critério foi adotado para as *Cédulas do Trôco do Cobre para tôdas as Províncias do Império* (1833), apenas tendo-se disposto por ordem alfabética as várias Províncias do Império (Alagoas até S. Pedro do Rio Grande do Sul).

Ficaram assim distribuídas essas peças fiduciárias:

Album I:

Moeda fiduciária do Brasil Colonial e Imperial

I — Guias de Registo de Barras de Ouro — (1754 a 1815). (Compreendendo Casas de Fundição de Sabará, Vila Rica, Rio das Mortes, Vila Boa de Goiás e São Paulo).

II — Bilhetes da Administração da Real Extração dos Diamantes-Tejuco (1773 à 1792).

III — Fôlha de Livro de Receita e Despesa da Administração dos Diamantes.

IV — Bilhetes da Permuta do Ouro em pó.

1.^a Emissão — Minas 1808.

2.^a Emissão — Minas — sem data.

V — Cédula autorizando o trânsito do ouro fora das Minas Gerais — 1845.

VI — Bilhetes do Banco do Brasil — 1.^a Emissão 1810.

Bilhetes do Banco do Brasil — 3.^a Emissão 1829.

VII — Cédula e Conhecimento para o Resgate da Moeda de Cobre-Bahia (Emitidas pela Lei 27-11-1827 e Decreto 4-12-1828).

VIII — Cédulas do Trôco do Cobre para tôdas as Províncias do Império (Lei de 3-10-1833).

IX — Conhecimento da República de Piratini — (Emitido pelo Decreto de 8-7-1838).

Album II:

Dedicado exclusivamente para as cédulas do *Tesouro Nacional do Império* da 1.^a a 9.^a Estampas, correspondentes ao período de 1833 até 1889.

Os valores das diversas estampas se encontram classificados em ordem crescente.

Album III:

Comprendendo a moeda fiduciária do *Tesouro Nacional da República* da 3.^a Estampa ao padrão Cruzeiro (1.^a, 2.^a e 3.^a estampas), relativas ao período de 1892 até a época presente. Classificação idêntica à do Album anterior.

Album IV:

Contém os exemplares alusivos aos diversos estabelecimentos bancários que tiveram autorização para emitir moeda papel na época imperial e republicana, incluindo-se a Caixa de Conversão e o Tesouro do Estado de São Paulo.

Dividimos em duas partes: *Império do Brasil* (1854 até a proclamação da república) e *República do Brasil* (1889 até 1932).

Foi mantida a ordem cronológica das diversas emissões bancárias; dêste modo o Banco do Brasil, por exemplo, figura em vários locais dessa classificação, conforme a época das suas várias emissões.

Império do Brasil

I — Banco do Brasil (1.^a Série à partir 1854 até as Séries A, B e C, anteriores ao Decreto de 12-9-1866 que cassou ao Banco do Brasil a faculdade de emitir notas).

II — Banco da Bahia (Emissões a partir de 1858).

III — Banco Comercial e Agrícola (Emissões a partir de 1858).

IV — Banco Rural e Hipotecário (Emissões a partir de 1859).

República do Brasil

V — Banco Estados Unidos do Brasil (Decreto de 17-1-1890).

VI — Banco República EEUU do Brasil (Decreto 1.154 de 7-12-1890).

VII — Banco Nacional do Brasil (Decreto 253 de 8-3 de 1890).

VIII — Banco República EEUU do Brasil (Decreto 1.154 de 7-12-1890) — Outra emissão.

IX — Banco Nacional do Brasil (Decreto 253 de 8-3-1890) — Outra emissão.

X — Banco do Brasil (Decreto 253 de 8-3-1890).

XI — Banco União de S. Paulo (Decreto 165 de 17-1 de 1890).

XII — Banco Emissor de Pernambuco (Decreto 253 de 8-3-1890).

XIII — Banco Crédito Popular do Brasil (Decreto 253 de 8-3-1890).

XIV — Banco da República do Brasil (Lei 183-C de 23 de setembro de 1893).

XV — Banco do Brasil (Lei 4.635 de 8-1-1923).

XVI — Caixa de Conversão (Lei 1.575 de 6-12-1906 e Lei 2.357 de 31-12-1910).

XVII — Governo Revolucionário do Brasil (outubro de 1930).

XVIII — Tesouro do Estado de São Paulo (Decreto n.º 5.585 de 14-7-1932).

Album V:

Compreendendo *Apólices de Estados e de Municipalidades*.

Os estados foram colocados por ordem alfabética e os valores dos mesmos em ordem crescente.

Já as de *municipalidades* foram igualmente dispostas em ordem alfabética, não só os diferentes estados, como também os municípios representativos de cada um.

Em ambos foi mantida a cronologia das diversas emissões.

Apólices de Estados (Alagoas ao Território do Rio Branco).

Apólices de Municipalidades (Bahia a Sergipe).

Album VI:

Unicamente para os *Bilhetes de Empresas de Ônibus, Bondes, Barcas* etc. A ordenação dos diversos *estados* foi alfabética; para os bilhetes de cada um em particular, no caso de várias companhias, foi mantida a seqüência cronológica. No Estado da Guanabara temos por exemplo: a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel vinda da época imperial (organizada pelo Barão de Drummond); foi mantida a cronologia dos diversos exemplares. O mesmo critério foi aplicado para a Botanical Garden e outras companhias.

Compreende bilhetes do Território do Acre até São Paulo.

Album VII:

O mesmo critério do Álbum anterior foi adotado para este que compreende *Vales de Companhias e Particulares* do Território do Acre até São Paulo, inclusive alguns não identificados.

Album VIII:

Únicamente para os *Vales de Companhias e Particulares do Estado de Minas Gerais* que ultrapassam a casa dos quatrocentos exemplares.

Mantivemos o mesmo critério que o do Álbum anterior; apenas separamos as cédulas das pequenas cidades, vilas etc. das outras mais importantes da seguinte maneira:

Andrequice até Vales de locais indeterminados.

Barbacena.

Belo Horizonte.

Diamantina.

Ouro Preto.

Vales de Fazendas.

Álbuns IX e X:

Contém um dos mais importantes e valiosos acervos da coleção fiduciária — *Modêlos*.

Sendo um conjunto de elementos heterogêneos, foi necessário dar uma classificação especial aos diversos exemplares.

Várias cédulas que não figuram nos Álbuns I, II, III e IV, se encontram nesses dois Álbuns (IX e X), pois naquelas apenas conservamos os exemplares completos, isto é, que contêm numeração, série, assinaturas e estiveram em circulação, ao passo que os daqui não poderiam jamais circular, carecem de vários elementos. Meili reúne êsses exemplares junto aos que estiveram em uso.

Foi então estruturada essa classificação da seguinte maneira:

1.^a) Colônia e Império — (Guias em branco para registro de barras de ouro; bilhete do ouro em pó e conhecimento para o trôco do cobre).

2.^a) Tesouro Nacional — Império (1.^a a 9.^a Estampa) Neste conjunto, entre outros destacam-se as diversas fases do Modelo de 100\$000 da 5.^a Estampa, desde as letras maiúsculas que ladeiam a effigie de D. Pedro II até a cédula completa com o anverso e o reverso.

3.^a) Tesouro Nacional — República (3.^a a 19.^a Estampa). Seleccionamos as cédulas pelos diversos fabricantes, mantendo em cada conjunto a seqüência cronológica das estampas e dos valores em ordem crescente:

a) Cédulas fabricadas na Europa (9.^a a 13.^a Estampa).

b) Cédulas fabricadas no American Bank (3.^a a 9.^a Estampa).

c) Cédulas fabricadas no American Bank e Casa da Moeda (11.^a a 19.^a Estampa).

4.^a) Notas de Bancos e Diversos — foi observado o mesmo critério que o empregado no Álbum IV.

5.^a) Estudos e ensaios de cédulas do Império e da República — Preciosos exemplares do processo galvânico empregado na Casa da Moeda em 1875.

6.^a) Ensaios de cédulas executados na Casa da Moeda — Os valores se acham em ordem crescente; são ensaios não aprovados produzidos pela Casa da Moeda no período de 1907 e de 1920 a 1924, quando foram executadas 17 cédulas correspondentes às Estampas 11.^a a 18.^a.

Album XI:

Somente para as cédulas *Falsas, Inutilizadas, Sem Valor* etc.

Foi mantida a ordem cronológica das Emissões desde as Cédulas do Trôco do Cobre (1833) até as Apólices do Estado de Pernambuco. Em cada um dos conjuntos, os diversos valores foram postos em ordem crescente.

Igualmente muitos elementos que não figuram nos Álbuns I, II, III e IV se acham aí representados, ao contrário de Meili que reuniu tudo (falsas e verdadeiras).

Tivemos a preocupação de colocar vários exemplares de um mesmo valor, com o fim de ser possível observar o trabalho de falsificação operado por diferentes falsários para um mesmo exemplar. A cédula de 20\$000 da 3.^a Estampa do Tesouro Nacional do Império apresenta três exemplares desse valor, cada um com uma coloração diferente (azul e beije; azul e amarelo; azul e laranja).

Observamos que além dos carimbos: Falsa ou Falsificada aparecem Sem Valor (quando a nota não podia ser substituída na Caixa de Amortização por ser falsa ou estar em pedaços, não podendo portanto ser aproveitada) e Inutilizada (ao serem trocadas, levavam ainda o carimbo da repartição que efetuou a substituição).

3.^a) Tesouro Nacional — República (3.^a a 19.^a Estampa). Seleccionamos as cédulas pelos diversos fabricantes, mantendo em cada conjunto a seqüência cronológica das estampas e dos valores em ordem crescente:

a) Cédulas fabricadas na Europa (9.^a a 13.^a Estampa).

b) Cédulas fabricadas no American Bank (3.^a a 9.^a Estampa).

c) Cédulas fabricadas no American Bank e Casa da Moeda (11.^a a 19.^a Estampa).

4.^a) Notas de Bancos e Diversos — foi observado o mesmo critério que o empregado no Álbum IV.

5.^a) Estudos e ensaios de cédulas do Império e da República — Preciosos exemplares do processo galvânico empregado na Casa da Moeda em 1875.

6.^a) Ensaio de cédulas executados na Casa da Moeda — Os valores se acham em ordem crescente; são ensaios não aprovados produzidos pela Casa da Moeda no período de 1907 e de 1920 a 1924, quando foram executadas 17 cédulas correspondentes às Estampas 11.^a a 18.^a.

Album XI:

Sòmente para as cédulas *Falsas, Inutilizadas, Sem Valor* etc.

Foi mantida a ordem cronológica das Emissões desde as Cédulas do Trôco do Cobre (1833) até as Apólices do Estado de Pernambuco. Em cada um dos conjuntos, os diversos valores foram postos em ordem crescente.

Igualmente muitos elementos que não figuram nos Álbuns I, II, III e IV se acham aí representados, ao contrário de Meili que reuniu tudo (falsas e verdadeiras).

Tivemos a preocupação de colocar vários exemplares de um mesmo valor, com o fim de ser possível observar o trabalho de falsificação operado por diferentes falsários para um mesmo exemplar. A cédula de 20\$000 da 3.^a Estampa do Tesouro Nacional do Império apresenta três exemplares dêsse valor, cada um com uma coloração diferente (azul e beije; azul e amarelo; azul e laranja).

Observamos que além dos carimbos: Falsa ou Falsificada aparecem Sem Valor (quando a nota não podia ser substituída na Caixa de Amortização por ser falsa ou estar em pedaços, não podendo portanto ser aproveitada) e Inutilizada (ao serem trocadas, levavam ainda o carimbo da repartição que efetuou a substituição).

Ficou assim distribuída e classificada a coleção:

- 1.^a) Cédulas do Trôco do Cobre — 1833.
- 2.^a) Conhecimentos do Trôco do Cobre — 1834.
- 3.^a) Cautelas do 2.^o Trôco do Cobre — 1835.
- 4.^a) Tesouro Nacional — Império (1.^a a 8.^a Estampa).
- 5.^a) Tesouro Nacional — República (3.^a a 17.^a Estampa).
- 6.^a) Bancos e Diversos.
- 7.^a) Apólices do Estado de Pernambuco.

Material que não constitui moeda fiduciária

Este acervo já classificado, ainda não se encontra nos Álbuns da Coleção. Embora sejam exemplares nacionais, serão todos igualmente dispostos em vários Álbuns.

Grupo I:

Reclames — Bilhetes de Loteria — Fichas etc.

Os reclames, na sua maioria, não trazem datas; propaganda do produto no reverso e reprodução de uma cédula no anverso. Foram classificados segundo o gênero dos estabelecimentos sobre os quais fazem propaganda.

Reclames.

- a) Casas comerciais.
 - a1) Armazinhos, alfaiates etc.
 - a2) Bazares e afins.
 - a3) Fotógrafos, filmes, teatros.
 - a4) Sapatarias.
- b) Companhias de Mutualismo.
- c) Fábricas de cigarros.
- d) Fábricas diversas.
- e) Laboratórios e produtos farmacêuticos.
- f) Votos de Boas Festas.

Os *bilhetes de loteria* compreendem um conjunto preciosos e raro, com diversas peças dos começos do século XIX e da época de D. João VI. São loterias de beneficência na maior parte; foram distribuídas por assuntos, tendo sido mantida em cada grupo a ordem cronológica da sua emissão:

Bilhetes de Loteria

- a) Em beneficio de Irmandades, Hospícios, Hospitais, etc. (1814 a 1892).

b) Em benefício do Montepio Geral dos Servidores do Estado (1838 a 1892).

c) Em benefício dos Teatros da Côrte do Rio de Janeiro (1818 a 1841).

d) Diversos assuntos (1838 a 1923).

e) Recibos de Irmandades (1868-1870).

f) Seu Talão Vale Um Milhão (1959 a 1961).

g) Províncias depois Estados (1840 a 1893).

As *fichas de jôgo* foram classificadas pelos diferentes Estados a que pertenciam, sendo os valores postos em ordem crescente. As *fichas de Banco* e os *bilhetes do Jôgo do Bicho* (1894 e 1895) completam o Grupo I.

Grupo II:

Exemplares Diversos compreendendo ações, apólices, bonus etc. de várias épocas entre os quais se destacam elementos de alto valor e raridade. Foram estruturados em duas divisões distintas: por ordem alfabética dos assuntos e cronológica dos exemplares.

I — *Com assinaturas e datas:*

- 1.º Ações (1835 a 1891).
- 2.º Apólices (1827 a 1924).
- 3.º Bonus (1922).
- 4.º Cautelas (1888 a 1908).
- 5.º Certificado (1932).
- 6.º Conhecimentos (1801 a 1824).
- 7.º Letras (1842 a 1883).
- 8.º Letra hipotecária (1884).
- 9.º Títulos (1885 a 1891).

II — *Modêlos sem assinaturas:*

- 1.º Diversos (1840 a 1890).
- 2.º Ações (1889 a 1905).
- 3.º Apólices (1840 a 1925).
- 4.º Bonus (1893).
- 5.º Cautela (1889).
- 6.º Debêntures (1893 a 1908).
- 7.º Letra (1908).
- 8.º Título (1879).
- 9.º Talão de cheques (sem data).
- 10.º Livro de cédulas para o trôco da moeda de cobre (1834).

Os *Impressos* ou *Modêlos de Bancos*, em sua maioria da época presente, foram classificados por ordem alfabética dos estabelecimentos bancários (Banco da América S. A. até Banco Ribeiro Junqueira S. A.).

Para os *Modêlos de Apólices de Companhias de Seguros* foi observada a classificação pela ordem cronológica da sua fundação (North British e Mercantile estabelecida em Londres em 1809 até a Espírito Santo autorizada pelo Decreto 33.909, de 25-9-1953).

Moeda fiduciária estrangeira

Os exemplares que abrangem a Europa, Américas (Norte, Central e Sul) e alguns a Ásia e a África completam a coleção de papel-moeda do M. H. N. Para todos êsses países foi mantida a ordem cronológica das diversas emissões.

Com relação a *Austria*, a disposição das cidades, vilas, burgos etc. foi feita em ordem alfabética devido à dificuldade encontrada para o critério geográfico, o que seria preciso possuir um indicador detalhado de cada região e até mesmo de grandes cidades para localizar cada exemplar no seu devido lugar, o que aliás a própria embaixada austriaca não possui.

São 1.026 peças fiduciárias, assim distribuídas:

A a D (Aurolzmünster a Dürnstein).

E (Eferding a Euratsfeld).

F (Feldkirchen a Furth).

G (Gafrenz a Göstling).

H (Haag a Huttau).

I (Igls a Irdning).

J (Jeutendorf).

L a R (Land-Niederösterreich a Rabenstein).

S (Saalfelden a Stezenheim).

T a U (Taiskirchen a Unterweikersdorf).

W (Wachauer Notgeld a Wösendorf).

Para o papel-moeda da *Alemanha*, adotou-se o critério geográfico, distribuindo pelas diversas regiões constitutivas do país os inúmeros exemplares de cidades, municipalidades, mercados etc. da seguinte maneira:

Alemanha Centro-Oriental — Berlin.

— Provincia de Brandenburgo.

Alemanha Noroeste — Bremen a Mecklenburgo.

Alemanha Ocidental --- Rio Reno a Floresta Negra.
Alemanha Central --- Braunschweig a Saxônia.
Alemanha do Sul --- Baviera e arredores.

RESUMO

Neste trabalho, procurei tratar do problema da classificação do acervo fiduciário da Divisão de Numismática e Sigilografia do Museu Histórico Nacional.

O primeiro passo foi a *seleção* deste conjunto heterogêneo: separação da moeda fiduciária dos outros exemplares que não podiam de maneira alguma ser considerados como meio circulante ou dinheiro.

Esta seleção foi estruturada segundo diversas razões e considerações expostas.

Em seguida foi realizada *outra seleção* mais meticulosa, cujo resumo é o seguinte:

I — *Requisitos do papel-moeda selecionado para a Coleção Oficial.*

- a) Separação das duplicatas.
- b) Estado de Conservação.
- c) Série e Numeração.
- d) Assinatura e Chancela.
- e) Grau de Raridade.
- f) Elementos diversos.

II — *Avaliação da Coleção Fiduciária.*

III — *Classificação da Coleção Fiduciária do M.H.N.
Coleção Fiduciária Brasileira do Museu*

Análise dos II Álbuns, onde são abordadas as diferentes classificações seja por: ordem alfabética, cronológica, valores em ordem crescente, pelos diversos fabricantes etc.

Material que não constitui moeda fiduciária

Selecionado e classificado em dois grupos, embora ainda não se encontrem nos Álbuns da coleção. Sua classificação foi feita segundo: o gênero dos estabelecimentos, assuntos, ordem alfabética ou cronológica das emissões.

Moeda fiduciária estrangeira

Classificação por ordem alfabética, cronológica das emissões ou pelo critério geográfico.

SUGESTÕES SÔBRE A UTILIZAÇÃO CULTURAL DO ACERVO FIDUCIÁRIO DA DIVISÃO DE NUMISMÁTICA E SIGILOGRAFIA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (*)

ANTONIO PIMENTEL WINZ

(Conservador Nível 17 do M.H.N.)

O material fiduciário existente no Museu Histórico Nacional acha-se praticamente virgem quanto à sua utilização cultural; aliás, o estudo da moeda-papel no Brasil, restringe-se exclusivamente à interpretação da cédula como parte de uma Estampa e esta por sua vez como pertencente a um todo que constitui a cúpula do conjunto ex: Cédula de 20\$000 — da Estampa 3.^a — do Tesouro Nacional Império.

Os trabalhos técnicos limitam-se apenas à descrição monótona dos diversos exemplares: numeração, séries, legendas, valor, coloração, motivos ornamentais, alegorias, vinhetas etc. o que torna enfadonha a leitura para muitos; mesmo aquêles que se dedicam a êste estudo ficam revoltados com as intermináveis tabelas de dados estatísticos.

Concordamos plenamente que êstes elementos são de grande valor, principalmente como roteiros seguros para estudos posteriores que venham a ser executados, porém é necessário que assuntos considerados herméticos, tão áridos e sem atrativos, se transformem num ponto de deleite e satisfação para todos aquêles que apreciam as leituras numismáticas, quer sejam os mesmos técnicos ou leigos.

Muitos trabalhos, pela sua natureza particular, terão que ser puramente técnicos; não é possível fugir do assunto, não podemos entrar em divagações muitas vêzes estéreis e pueris.

(*) Trabalho apresentado ao III.º Congresso Nacional de Museus (Salvador — 1962).

Outros elementos das cédulas porém, nos fornecem inúmeros subsídios que facilmente poderão se transformar em trabalhos agradáveis e instrutivos sobre múltiplos aspectos.

Não podemos abordar todos os temas da utilização cultural dos mesmos; limitaremos as nossas apreciações sobre o prisma: artístico, econômico, geográfico, histórico, iconográfico e político.

ASPECTO ARTÍSTICO

São diversos os elementos existentes nas cédulas que lhe dão a beleza e o valor artístico.

As *vinhetas e alegorias*, muito em voga nas cédulas do Tesouro Nacional do Império e da República e nos diversos Bancos emissores, dariam assunto para um interessante trabalho no qual seriam descritos os diferentes exemplares encontrados, observando-se uma seqüência cronológica para os mesmos. A técnica utilizada pelos gravadores dos diferentes países onde foram fabricadas as nossas cédulas; os motivos mais constantes nessas alegorias e vinhetas etc.

Um estudo sobre a *apresentação artística das cédulas*, sendo necessário no caso além da análise das vinhetas e das alegorias, outros motivos ornamentais tais como: florões, rosáceas, guilhochês, filigranas, gregas, fôlhas de acanto, etc., que formam as molduras, ornatos e tramas do exemplar.

O arranjo, combinação e a coloração desses desenhos é que dão realce às notas. A sua disposição identifica a casa impressora e a época em que foi executada.

As legendas, números, letras, constituem um motivo de realce e valor artístico para as peças fiduciárias; dariam para um estudo comparativo interessante abrangendo diversas épocas desde a colonial até a atual.

Embora não constituindo moeda fiduciária, as *Apólices* apresentam sugestivos elementos artísticos, que dariam lugar a um estudo detalhado e instrutivo. As apólices de companhias de seguro quando forem tôdas standartizadas num único formato, perderão muitos dos seus motivos ornamentais, para dar lugar aos textos escritos das mesmas que são geralmente bastante extensos.

Num pequeno trabalho — *Conhecimentos* — inserto no IX volume dos Anais do M.H.N., tratamos no preâmbulo da evolução histórica dos conhecimentos; na descrição dos

exemplares procuramos além da apresentação dos detalhes técnicos, dar ênfase às gravuras existentes.

ASPECTO ECONÔMICO

Um estudo detalhado dos *Vales de Companhias e Particulares* traria muitas luzes sobre a situação econômica em diversas épocas e em vários locais do país.

A falta da moeda divisionária e sua congênere de papel, principalmente no interior, foi uma constante em toda a vida nacional.

As *Apólices dos Estados e das Municipalidades* dariam motivo para um profundo e interessante estudo, quando analisadas à luz das diferentes leis e decretos, quer estaduais ou municipais que lhes deram curso legal. Estes empréstimos foram levantados não só para atender à falta de moeda divisionária, como também para cobrir os gastos com obras de utilidade pública.

Aliás a situação financeira dos municípios sempre foi muito precária, sendo necessária a arrecadação de fundos obtidos mediante empréstimos públicos, com o fim de sanar compromissos inadiáveis.

Estudos sobre os *Bancos* da época imperial e os do período republicano, inclusive suas emissões.

A *Moeda Bancária* ou *Escritural*, o aparecimento do cheque e as ordens de transferência. As Câmaras de Compensação. O Cheque nominativo.

A *Inflação* seu conceito; antecedentes (influência da quantidade da moeda); conseqüências (relações entre procura e oferta). Graus de inflação: pequena (efeito estimulante) Galopante (efeito aniquilador). A moeda em relação à inflação (as emissões forçadas).

ASPECTO GEOGRÁFICO

Os *Vales de Companhias e Particulares* dariam assunto para um excelente estudo sobre as vilas e cidades do hinterland nacional.

O mesmo se dá com os vales de Minas Gerais. A maioria daqueles antigos arraiais, povoações, vilas e cidades perderam as suas primitivas denominações ao atingirem um maior desenvolvimento e projeção política. Seria uma pesquisa interessantíssima, após a descrição técnica dos vários exemplares pertencentes a um determinado local; seguir:

se-ia uma descrição histórico-geográfica do mesmo, inclusive a evolução das suas diversas denominações no decurso do tempo.

A moeda-papel da Áustria e da Alemanha apresenta igualmente condições para um estudo dessa natureza, visto que as suas cédulas são muito trabalhadas, com variados aspectos das cidades, edifícios, monumentos, inclusive paisagens naturais.

Nesses trabalhos poderíamos inclusive levantar cartas geográficas dos diversos locais e as suas povoações, vilas ou cidades com os seus antigos nomes. É um ótimo roteiro, pois ao estudarmos os diferentes vales, teremos uma noção imediata da sua posição no conjunto regional. São pequenas soluções que valorizam uma obra.

ASPECTO HISTÓRICO

A maioria das cédulas do Tesouro Nacional e dos diversos Bancos, tanto no império como na época republicana, possuem inúmeros motivos alusivos à história pátria.

Efigies de personagens de destaque na vida política, civil, militar ou eclesiástica, forneceriam assunto para um trabalho instrutivo sobre êsses vultos ilustres e a sua atuação na vida nacional.

Muitas *alegorias* e *vinhetas* focalizam fatos marcantes da vida brasileira, principalmente a representação alegórica da República que aparece em muitas cédulas do início daquele novo regime político.

No reverso de muitos exemplares, principalmente da época republicana, encontramos reproduções de quadros históricos de artistas célebres, representando episódios notáveis da vida brasileira.

Trabalhos desse gênero, seriam muito instrutivos e de grande utilização cultural.

Além de divulgarem a nossa história pátria entre diversos tipos de leitores, caso fôsem escritos em linguagem amena e acessível, se transformariam num veículo de propaganda para a antiga moeda fiduciária brasileira, completamente desconhecida para a maioria do nosso povo.

ASPECTO ICONOGRÁFICO

Sobre este assunto, publicamos no X Volume dos Anais do M.H.N. um trabalho intitulado — Iconografia do Rio

de Janeiro segundo a coleção fiduciária existente no Museu Histórico Nacional — Seleccionamos 51 cédulas que tinham motivos à respeito do Rio de Janeiro e as distribuimos por seis grupos afins, mantendo a cronologia dos exemplares com o objetivo de estudar a sua evolução paisagística e urbanística:

- 1.º) Aspectos paisagísticos naturais.
- 2.º) Panoramas da cidade do Rio de Janeiro.
- 3.º) Ancoradouro do Rio de Janeiro.
- 4.º) Diferentes aspectos da cidade do Rio de Janeiro.
- 5.º) Edifícios públicos do Rio de Janeiro.
- 6.º) Monumentos da cidade do Rio de Janeiro.

Adotamos idêntico critério para tôdas as cédulas; por exemplo:

Aléa principal do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
Em primeiro lugar descrevemos a nota, 2\$ Tesouro Nacional (Império) — 5.ª Estampa — 53.ª Série — etc., etc., com tôdas as suas características, inclusive os elementos existentes tanto no anverso como no reverso. Apenas o anverso onde se acha o motivo a ser descrito é reproduzido.

Se existirem outros exemplares na coleção do Museu com idêntico motivo, serão igualmente citadas as características identificadoras da cédula (valor, estampa, série, numeração, etc.).

Finalmente faz-se a descrição detalhada do motivo sobre o Rio de Janeiro.

ASPECTO POLÍTICO

Muitas emissões giraram em tórno de fatos políticos desde a época colonial até a república.

Com as Guias de Registro de Barras de Ouro, a Metrópole procurava evitar os descaminhos, as falsificações e controlava a produção das diversas casas de fundição existentes na colônia, por intermédio dos Livros de Registro que anualmente eram remetidos para o Conselho Ultramarino.

As Cédulas do Trôco do Cobre de 1833 não entraram em circulação na província do Grão Pará, devido ao movimento revolucionário chefiado por Vinagre e Angelin e foram substituídas por autorização dêsses chefes revolucionários por moeda-papel provincial que passou a substituir a de cobre.

Estudo interessante é o da transição de várias cédulas do império para o novo regime republicano, onde observamos a substituição de vários elementos e a manutenção de outros genuinamente monárquicos como os dragões bragançinos.

A utilização cultural desse material fiduciário não deve ser apenas divulgada em publicações, mas antes de tudo em exposições temporárias que poderão levar com maior facilidade ao grande público, a mensagem cultural dos diferentes conjuntos expostos.

Essas exposições devem ser sempre que possível num sentido dinâmico, para dar aos visitantes e interessados a impressão exata de um conjunto agradável, funcional e educativo. Arranjos simples para os vários exemplares que compõem um painel é a melhor solução. Os títulos devem ser curtos; as legendas de preferência analíticas, sintéticas na medida do possível e precisas. Além dos demais requisitos necessários para uma exposição interessante, devemos dar maior ênfase ao elemento *didático*, fundamental no sentido de divulgar, fornecer e ministrar conhecimentos não só para os interessados nessa ciência, mas principalmente para o público de um modo geral.

RESUMO

O autor inicia as suas considerações, fazendo comentários a respeito dos trabalhos existentes sobre a moeda fiduciária, que são apenas puramente técnicos, dissociados de qualquer atrativo para outros leitores a não ser um restrito grupo interessado no assunto.

Alvitra a idéia que aquêles trabalhos podem ser feitos separadamente ou nas mesmas publicações técnicas, principalmente num certo número onde existem elementos que se prestam para êsses diversos estudos, os quais elaborados viriam completar uma lacuna e ao mesmo tempo tornar interessante, acessível e amena uma ciência destinada exclusivamente para os técnicos e especialistas do assunto.

Para corroborar a sua tese, apresenta diversas sugestões sobre a utilização cultural desses elementos em alguns aspectos, tais como: artístico, econômico, geográfico, histórico, iconográfico e político.

Ilustra essas sugestões com a citação de duas contribuições suas, insertas nos Anais do Museu Histórico Nacional,

BICENTENÁRIO DA CASA DO TREM

COMO FOI O MESMO COMEMORADO NO MUSEU
HISTÓRICO NACIONAL

ANTÔNIO PIMENTEL WINZ

(Conservador nível 17 do M. H. N.)

Procurando realçar tão grata efeméride, foi elaborado pelo Museu Histórico Nacional em estreita colaboração com o Arsenal de Guerra do Rio um vasto programa de festividades.

Houve uma preparação meticulosa, organizada pelos diversos técnicos do M. H. N., tendo em vista principalmente as possibilidades financeiras da instituição que não podendo contar com nenhuma verba oficial, encontrou no entanto a boa vontade e altruísmo de vários dos seus devotados servidores que chegaram a adiantar do próprio bolso o numerário imprescindível para o bom êxito daquelas comemorações.

Outra iniciativa capital, foi a da Imprensa Nacional entregar com uma semana de antecedência daquela efeméride, os mil (1.000) exemplares da — “História da Casa do Trem”, cujo lançamento se daria no dia do bicentenário. Foi um trabalho paciente e ingrato o da revisão dos originais e o apressamento dos serviços de impressão para ultimar a obra no prazo previsto. Somos gratos aos diretores e operários daquele estabelecimento, pelo alto espírito de compreensão e cooperação na execução daqueles serviços.

Enquanto essas medidas eram exaradas no Museu Histórico Nacional o general Pondé, diretor do Arsenal de Guerra do Rio, traçava igualmente os planos, em perfeita consonância com aquêlê estabelecimento, solicitando ao Dr. Alberto Lima, diretor do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra que iniciasse os estudos e desenhos

preliminares para a feitura da medalha comemorativa do bicentenário, o diploma e os ex-libris de vários tamanhos. Providenciou igualmente para ser colocado num salão de honra do Arsenal de Guerra do Rio, o busto do Conde de Bobadella, cujo modelo em gesso foi executado em 1961 na Escola Nacional de Belas Artes pelo artista nacional José Pereira Barreto. Foi êste trabalho artístico fundido nas oficinas do Arsenal, em princípios de 1962.

Ciente dessas providências, enviamos ao Dr. Josué Montello uma exposição de motivos, cujo teor original consta do seguinte:

“Museu Histórico Nacional

Guanabara, 29 de agosto de 1961

Ilmo. Sr. Diretor do Museu Histórico Nacional
Sr. Diretor

Com o duplo objetivo de dar maior realce às comemorações do bicentenário da Casa do Trem a 1 de Março de 1962 (*) e perpetuar no bronze duas personalidades da era colonial brasileira, intimamente vinculadas à estas venerandas e históricas edificações, passo a expor a V. S. as seguintes considerações:

I — No *Pátio da Minerva* encontra-se a herma de Gustavo Barroso, fundador e primeiro diretor do Museu Histórico Nacional. Propunha que, ladeando o saudoso mestre e diretor fôsem colocados sôbre colunas singelas, os bustos em bronze do Conde de Bobadella e do Conde da Cunha, próximo às pilastras que sustentam os arcos abobadados, com o fim de deixar desimpedido o trânsito por aquêles locais.

2 — Esta homenagem àquêles dois titulares é das mais justas, pois além de terem sido grandes administradores do Rio de Janeiro setecentista, constituem marcos fundamentais da história pátria.

Gomes Freire de Andrade — Conde de Bobadella — Governador da urbs guanabarina durante 30 anos (1733 a 1763), além de inúmeros serviços prestados, legou-nos a denominada *Casa do Trem* em 1762, núcleo inicial do atual

(*) Foi a data inicial proposta para o bicentenário.



Fig. 1 — Exposição Comemorativa do Bicentenário — O Século da Conquista. Fundação — A Casa do Trem.

Foto: Eduardo de Los Rios.



*Fig. II — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Louças
brazonadas dos Vice-reis.*

Foto: Eduardo de Los Rios.

Arsenal de Guerra do Rio e atualmente escritório das coleções da Divisão de Numismática do M. H. N. A sua memória será reverenciada a 1 de janeiro de 1963, bicentenário do seu passamento.

Antônio Alvares da Cunha — Conde da Cunha — 1.º Vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro de 1763 a 1767. Criador da Casa de Armas da Fortaleza da Conceição, reedificador da Casa do Trem e construtor do prédio que passou a ser denominado *Arsenal do Trem* em 1764, compreendendo as atuais Arcadas dos Descobridores e as construções existentes sobre as mesmas.

3 — O general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, diretor do Arsenal de Guerra do Rio, fornecerá os bustos em bronze dos dois citados titulares, ficando o Museu Histórico com a incumbência de mandar executar o modelo em gesso do Conde da Cunha, trabalho escultórico que poderá ser efetuado pelo artista Nicolau Del Negro.

Sugeria que em cada coluna fôsse colocada uma placa de bronze com a legenda -- Conde de Bobadella — Fundador da Casa do Trem 1762-1962 -- Conde da Cunha — Fundador do Arsenal do Trem 1764-1962.

Aguardando o pronunciamento de V. S. subscrevo-me cordialmente. — *Antônio Pimentel Winz*, Conserv. nível 17 lotado na Div. Numis. Sigl.

De acôrdo — 5-9-61 — *Josué Montello*.

Por motivos alheios à nossa vontade, essas providências foram transferidas para o ano do bicentenário, pois o Doutor Montello esperava a liberação de uma verba em favor do Museu Histórico Nacional, com o fim de fazer face às comemorações.

Durante uma reunião havida entre o Dr. Montello e o general Pondé, apresentamos várias sugestões sobre a efeméride que seria festejada no mês de outubro. Entre elas, podemos observar que o busto em bronze do Conde de Bobadella já estava ultimado no Arsenal de Guerra.

Providências a serem tomadas:

1.º) Preparação do Pátio da Minerva para a colocação dos bustos dos homenageados (Conde de Bobadella e Conde da Cunha).

2.º) Feitura de peanhas ou pedestais de granito lavrado para os dois bustos.

3.º) Trabalho escultórico em gesso do busto do Conde da Cunha, mantendo as mesmas proporções do busto em bronze do Conde de Bobadella já preparado no Arsenal de Guerra.

4.ª) Preparo de uma *placa de bronze* que será colocada na fachada da Casa do Trem com a legenda:

“Bicentenário da Casa do Trem — Esta casa foi mandada edificar em 1762 pelo Governador Gomes Freire de Andrade — Conde de Bobadella com o fim de resguardar e preservar os petrechos bélicos — Foi o núcleo inicial do atual Arsenal de Guerra do Rio”.

5.ª) Preparo de duas pequenas placas de bronze para serem colocadas nos pedestais dos dois titulares homenageados com as legendas:

“Conde de Bobadella — Fundador da Casa do Trem — 1762-1962”.

“Conde da Cunha — Fundador do Arsenal do Trem — 1764-1962”.

6.ª) Execução do Ex Libris comemorativo, colorido e a nanquim.

7.ª) Impressão do *Programa-convite* do folheto alusivo à efeméride e dos *Ex Libris*.

Observação: O busto do Conde da Cunha e as 3 placas de bronze poderiam ser executados no Arsenal de Guerra do Rio no caso do seu diretor aquiescer.

Rio de Janeiro, 16-1-1962. — *Antônio Pimentel Winz.*

O general Pondé prontificou-se a mandar executar no Arsenal de Guerra, além de outro busto em bronze do Conde de Bobadella, um do Conde da Cunha e as três placas igualmente de bronze que foram num gesto de alta compreensão e altruísmo, oferecidas ao Museu como uma homenagem do Arsenal.

Em fins de agosto de 1962 as providências nos aprestos para as comemorações encontravam-se na seguinte situação: o artista Nicolau Del Negro, iniciava no atelier do seu irmão Carlos Del Negro a feitura do modelo do busto do Conde da Cunha, tendo por base o retrato daquele titular executado a bico de pena por Sergio Lima. Este trabalho escultórico ficou ultimado no dia 14 de setembro.



Fig. III — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Expansão — O Arsenal do Trem.

Foto: Eduardo de Los Rios.



Fig. IV — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Contribuição à Arte Colonial.

Foto: Eduardo de Los Rios.

O busto foi então entregue à oficina de fundição do Arsenal, juntamente com a espada atribuída ao Conde de Bobadella e de propriedade do Museu. A pedido do general Pondé foi essa espada emprestada com o fim exclusivo de ser feita uma réplica que passará a fazer parte das coleções do Museu do Arsenal de Guerra do Rio.

Deu-se início igualmente à organização da Exposição Comemorativa do Bicentenário instalada em três salas térreas na própria Casa do Trem.

As medalhas Comemorativas do Bicentenário e os diplomas respectivos já se achavam prontos no Arsenal. As medalhas foram cunhadas pelo gravador Lohmann, sendo os diplomas executados no Gabinete Fotocartográfico; ambos foram idealizados por Alberto Lima.

No dia 9 de outubro, foram entregues pelo Arsenal de Guerra os bustos em bronze do Conde de Bobadella e do Conde da Cunha e as três placas de bronze. As duas placas menores foram feitas para serem colocadas nos pedestais definitivos de granito lavrado que sustentarão os dois bustos daqueles titulares. Medem 26cm x 21cm nos seus pontos extremos; são semelhantes a um escudo sanítico ou francês, sustentando o sêlo do Arsenal de Guerra do Rio.

A placa de bronze maior possui as seguintes medidas 49cm x 28cm e contém a inscrição:

CASA DO TREM

BI-CENTENÁRIO

Esta casa foi mandada edificar pelo Governador Gomes Freire de Andrade — Conde de Bobadella para resguardar todos os petrechos de guerra — Foi o núcleo inicial do

Arsenal de Guerra do Rio

1762-1962

Três dias antes foi entregue ao Museu Histórico Nacional e ao Arsenal de Guerra do Rio o Programa-Convite elaborado em papel *couché* pela Imprensa do Exército, graças à solicitude do general Floriano Machado, Secretário Geral do Ministério da Guerra.

A EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO

Esta mostra foi organizada no andar térreo da Casa do Trem, ocupando as *Salas Barão de Cotegipe, Mendes Campos e Ferreira Viana*.

A exposição foi idealizada e supervisionada pelo Conservador de Museu Otávia Corrêa dos Santos Oliveira, chefe da Divisão de História e Arte Retrospectiva do M. H. N. que esteve coadjuvada pelos artistas Nicolau Del Negro e Sergio Lima, auxiliares do professor Ruy Alves Campelo. Os Conservadores de Museus Clovis Bornay, Ecila Cástanha Brandão, Maria Laura Ribeiro e Antonio Pimentel Winz auxiliaram na arrumação dos objetos expostos.

O Conservador Otávia Oliveira procurou desenvolver o assunto, tomando por base na medida do possível, o livro *História da Casa do Trem*. Não foi observada uma cronologia rígida em virtude da rarefação de documentos e objetos que se encontravam em outras repartições, e não poderiam ser cedidos. Apenas o acervo do Museu, alguns objetos cedidos pelo Arsenal e vários documentos de D. Clementina Pimentel Winz figuram nessa mostra.

Ao penetrar na *Sala Barão de Cotegipe* divisamos nas suas paredes as grandes fases históricas da Casa do Trem:

I — A vitrine central no lado esquerdo nos apresenta uma espada e rodela do século XVI, simbolizando as lutas entre portugueses e franceses no período inicial da colonização carioca — *O Século da Conquista*, (Fig. I).

II — A seguir, grande quadro a óleo de Gomes Freire de Andrade — Conde de Bobadella da autoria de Wash Rodrigues e a sua espada juntamente com um bico de pena original de Sergio Lima, onde vemos a Casa do Trem como era nas suas primeiras épocas; nos indicam — *Fundação — Casa do Trem*, (Figs. I e II).

III — Ocupando o arco central que estabelece comunicação com a *Sala da Música Brasileira*, divisamos uma vitrine onde se encontram vários exemplares de louça pertencentes a vice-reis e personalidades com serviços prestados à Casa do Trem, (Fig. II).

IV — Ladeando esse arco, observamos o retrato a óleo de autor ignorado, representando o rei de Portugal D. José I, sob cuja administração foi erigido o prédio. Na parede lateral a célebre *Prospectiva*, provavelmente de 1763, e na



Fig. V — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Arsenal Real do Exército.

Foto: Eduardo de Los Rios.

vitrine abaixo a bandeira do Principado do Brasil. Um documento assinado pelo Conde da Cunha que desenvolveu e aumentou esse depósito bélico, juntamente com os planos do Marechal Funck, se encontram num compartimento da vitrine central fronteira ao aludido recanto, indicando — *Expansão — Arsenal do Trem*, (Fig. III).

V — No lado oposto ao motivo anterior, notamos a grande tela a óleo de autor desconhecido representando D. Luiz de Vasconcellos e Souza — Conde de Figueiró, montada em bela moldura barroca da época; numa vitrine abaixo os Préstitos de 1786 executados na Casa do Trem. Ao lado um painel elítico da autoria de Leandro Joaquim com uma vista do Rio setecentista, onde notamos os Arcos da Carioca e o convento de Santa Tereza, erigidos por Bobadella, e a lagoa do Boqueirão onde este vice-rei mandou edificar o Passeio Público. Na moldura da porta, o busto em gesso patinado da autoria de Moreira Júnior representando o Mestre Valentim, idealizador do Passeio Público, chafarizes e belas estátuas que foram executadas nas fornalhas da Casa do Trem como uma *Contribuição à Arte Colonial*, (Fig. IV).

VI — Completando o contôrno da sala, o pequeno quadro a óleo da autoria de Jean Baptiste Debret, representando D. João VI. Uma vitrine situada abaixo desta pintura apresenta diversos documentos manuscritos referentes: ao Sêlo com as Armas do Reino Unido (1816); convite para o Beija-mão no Paço (despedida de D. João em 1821); 1.º cunho para os sêlos dos documentos oficiais do 1.º Reinado, etc. e dizem respeito às primeiras épocas da Casa do Trem quando passou por fôrça do Alvará de 1 de março de 1811 a denominar-se — *Arsenal Real do Exército*, (Figura V).

Ladeando a vitrine central evocativa dos primórdios da história carioca, os bustos em bronze dos dois titulares homenageados Conde de Bobadella e Conde da Cunha com as respectivas legendas:

“Ao Conde de Bobadella criador da Casa do Trem homenagem do Arsenal de Guerra do Rio 1762-1962”.

“Ao Conde da Cunha criador do Arsenal do Trem homenagem do Arsenal de Guerra do Rio 1764-1962” (Fig. I).

No centro da sala uma grande vitrine circular, onde se encontram expostos em diversos compartimentos, exemplares da medalhística relacionados com a vida e os eventos que se sucederam no decurso do tempo neste local, compreendendo um período que se inicia com os dois primeiros exemplares da fundição de artilharia em 1820 e 1821 até o alusivo ao bicentenário em 1962. Elementos iconográficos e reproduções fotográficas de documentos completam este conjunto. Coroando esta vitrine, uma bela imagem de N. Sra. Menina, obra de talha policromada do século XVIII, (Figs. I, II e III).

Na *Sala Mendes Campos*, notamos em dois arcos que estabelecem comunicação, uma couraça do século XVII com a parte dorsal e um falconete do século XVIII com o seu soquete no primeiro e uma roqueira do século XVIII no outro, (Fig. II).

Ainda nesse recinto, na primeira vitrine próxima à porta principal da Casa do Trem, observamos ao lado de uma bela reprodução da fortaleza de Villegagnon tirada em 1893, uma espada de execução usada pelos francêses quando ainda dominavam as terras guanabarinhas e aquela posição insular era conhecida pelos tamoios como Serigipe e pelos gauleses como fortim de Coligny (Fig. VI).

A vitrine fronteira a esta, nos conduz à célebre casa de expiação dos infelizes escravos denominada *Calabouço*, onde deparamos com chibatas, palmatórias, bridões, libambos e duas gravuras ilustrativas das torturas infligidas àqueles pobres condenados (Fig. VI).

Entre ambas, uma curiosíssima peça de bronze fabricada no então Arsenal de Guerra da Côrte em 1857 por Antônio Francisco Barriga, pesando aproximadamente 300 quilos (Fig. VI).

Nas outras duas vitrines que completam essa sala se encontram respectivamente, numa delas: uma gargalheira para escravos fujões e um viramundo. Na outra, ferragens da antiga Casa do Trem, compreendendo: espelhos de fechaduras, gonzos, aldravas, chaves, fechaduras, candieiros etc. (Figs. II e VII).

Ao penetrarmos na *Sala Ferreira Vianna*, observamos na vitrine situada à nossa direita, estampas coloridas contendo os uniformes dos Regimentos do Moura, Extremóz e Bragança que aqui chegaram em 1767; uma pistola de pe-



Fig. VI — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Fortim de Coligny e o Calabouço.

Foto: Eduardo de Los Rios.



Fig. VII — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Porta de entrada.

Foto: Eduardo de Los Rios.

pederneira, uma vaqueta e uma espada completam o conjunto (Fig. VIII).

Duas granadas denominadas “cacho de uvas” ladeiam esta vitrine.

Deparamos a seguir com um pequeno morteiro de bronze fundido no Arsenal Real do Exército de Lisboa em 1789 e pertencente às coleções do Museu do Arsenal de Guerra do Rio, que foi cedido por empréstimo (Fig. VIII).

Ladeada por duas alabardas holandesas do século XVII, uma artística e vistosa vitrine contendo dois belos lampadários de prata do século XVIII, evocadores das luminárias que eram fornecidas pelo arsenal para as festas populares ou para a iluminação pública nas eras colonial e imperial (Fig. IX).

Vemos adiante uma prensa de bronze gentilmente cedida pela direção do Arsenal de Guerra do Rio contendo a seguinte legenda: (Fig. IX).

“Imprensa para o cunho das armas reais, imperiais e da república para selar o expediente do Arsenal de Guerra. Pertenceu ao Arsenal Real do Exército e esteve em uso até dezembro de 1960 quando foi recolhido a este Museu”.

Outra vitrine contendo gravuras coloridas e alusivas ao Esquadrão da Guarda dos Vice-Reis que conduziu o Tiradentes ao patíbulo em 1792. Uma bengala de capitão do século XVIII com castão de prata finamente trabalhado, um sabre de cavalaria e um mosquete de pederneira ilustram bastante o armamento dessa tropa de elite na época (Figura IX).

No espaço ocupado pelo arco que estabelece comunicação com a *Sala Manoel Gomes Moreira*, onde estiveram depositados em bruacas de couro com salmoura os restos esquartejados do alferes Silva Xavier, encontra-se grande vitrine contendo um estojo de ferros utilizado pelo mártir nacional para a extração de dentes e um estribo de seu uso. Um retrato do Conde de Linhares fundador da Academia Real Militar, a espada de Joaquim Xavier Curado — Conde das Duas Barras, que foi diretor da mesma e um prato de uso do Barão do Passeio — José de Oliveira Barbosa, lente naquela academia. Um retrato do Marechal Aires Antônio de Moraes Ancora que foi um dos diretores do Arsenal de Guerra da Corte e uma espingarda de pederneira completam esse conjunto (Fig. X).

Um par de tocheirós de prata maciça do século XVIII, oriundos de antiga igreja baiana, realçam e embelezam esta parte da exposição.

Ao lado dêsse arco, um grande quadro a óleo pintado por Wash Rodrigues em 1946 nos mostra o Tiradentes fardado com o uniforme da tropa paga da Capitania das Minas Gerais. Na outra parede o retrato a óleo por autor ignorado, de D. José Luiz de Castro -- Conde de Rezende que mandou executar a sentença contra o Tiradentes. No centro o momento da execução, primoroso óleo de Aurélio de Figueiredo datado de 1893 (Fig. X).

Ladeada por dois piques da guerra holdandesa (século XVII) vemos a imagem de N. S. da Glória (século XVIII) conhecida vulgarmente como Santa do Pau Ôco por causa da mesma transportar no seu interior contrabando, constituído de ouro, pedras preciosas ou moedas e muito em voga no Rio de Janeiro de setecentos (Figuras X e XI).

A última face dessa sala nos apresenta os retratos a óleo da rainha D. Maria I da autoria de José Leandro de Carvalho e do Marquês do Pombal de artista desconhecido (Fig. XI).

No centro da sala, na frente, uma pequena vitrine cedida pelo Museu do Arsenal de Guerra do Rio contendo um telêmetro de uso pessoal do General alemão von Freter-Pico, com a legenda:

“Telêmetro pessoal do general alemão von Freter-Pico, comandante da 148.^a Dv. Alemã que englobava os remanescentes das Divisões italianas “Italia”, “Monte Rosa” e “San Marco” que se rendeu a Fôrça Expedicionária Brasileira, após o último e decisivo combate de Collechio-Fornovo no dia 28 de abril de 1945. Oferccido ao Museu do Arsenal de Guerra pelo Exmo. Sr. Gen. Ex. Floriano de Lima Brayner, Ministro do S. T. M., Ex-chefe do Estado Maior da F.E.B.”.

Ao lado dessa peça uma pistola de pederneira do século XVIII (Fig. X).

Três grandes vitrines situadas na parte central completam essa sala. Na primeira, à direita de quem entra, encontramos numa das faces os seguintes elementos: balá



*Fig. VIII — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Mor-
teiro de bronze — Regimentos do Moura, Extremós e Bragança.*

Foto: Eduardo de Los Rios.

incendiária, bala esférica para falconete do século XVIII, “cacho de uvas”, o Plan de la Baye et de La Vile de Rio Janeiro extraído das Mèmoires de Monsieur Du Guay Trouin e uma estampa com os uniformes da Guarda do Vice-rei e do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro. Na outra face duas estampas coloridas com uniformes dos Regimentos do Moura e de Infantaria do Rio de Janeiro e uma baioneta do século XVIII (Fig. XI).

O mostruário da esquerda, num lado apresenta um bico de pena de Sergio Lima — o General Osorio e uma pistola de propriedade daquele chefe militar reformada no Arsenal de Guerra da Côrte em 1879, segundo suas instruções.

Na outra face o sabre e as luvas do Marechal Bittencourt usados no dia do atentado que lhe custou a vida; a Parte sôbre o assassinato e a Ata da inauguração do busto (ambos de propriedade do Museu do Arsenal de Guerra) e duas fotografias do anspeçada Marcellino Bispo de Mello (Figura XI).

Finalmente a vitrine central contém os originais a bico de pena executados por Sergio Lima (da propriedade de D. Clementina Pimentel Winz que gentilmente os cedeu) e um exemplar impresso da História da Casa do Trem (Figura XI).

12 DE OUTUBRO DE 1962

Esta data por feliz coincidência veio reunir duas efemérides de alta significação para a tradicional edificação. Há duzentos anos atrás, o Conde de Bobadella erigia a célula do que seria muito mais tarde o Arsenal de Guerra do Rio — A Casa do Trem.

Quarenta anos antes era inaugurado o Museu Histórico Nacional reunindo naquela ocasião duas personagens involvidáveis para esta instituição: o então presidente Epitácio da Silva Pessoa seu criador e o historiador Gustavo Barroso seu fundador e primeiro diretor.

O programa dessas festividades iniciou-se com a Missa em Ação de Graças às onze horas mandada celebrar pela direção do Museu Histórico Nacional e Arsenal de Guerra do Rio na pequena, tradicional e multissecular igreja de N. S. de Bonsucesso ou da Misericórdia, cuja história está bastante vinculada à da antiga Casa do Trem, não só pela proximidade existente entre êsses prédios como pelos acon-

tecimentos que se desenrolaram nas suas cercanias (Figura XII).

A ornamentação do templo foi feita pelo Conservador Clovis Bornay.

Às dezesseis horas e trinta minutos, no Museu Histórico Nacional, teve lugar a Sessão Comemorativa que contou com a presença de autoridades civis e militares entre os quais destacamos o Dr. Josué Montello diretor do Museu Histórico Nacional, o general Francisco de Paula e Azevedo Pondé diretor do Arsenal de Guerra do Rio, o representante do Ministro da Guerra, o representante do Ministro da Educação, os generais Floriano de Lima Brayner Ministro do Supremo Tribunal Militar, Raul de Albuquerque Diretor do Patrimônio do Exército, João Baptista de Mattos Diretor do Ensino Militar, Alfredo Souto Malan, Alfredo da Silva, Luiz Neves, Delso Mendes da Fonseca Diretor da Fabricação e Recuperação do Exército e Hugo Antônio Pradal, Dr. Emmanoel Martins representando o Museu Nacional, Doutor Alberto Lima Diretor do Gabinete Fotocartográfico do Ministério da Guerra e inúmeros convidados presentes, civis e militares.

Após as apresentações e a recepção no Pátio da Minerva, seguiram todos para a inauguração da placa alusiva ao bicentenário, colocada ao lado da porta principal da Casa do Trem. O diretor do Museu, acadêmico Josué Montello, pronunciou algumas palavras sobre o significado daquela cerimônia, que embora singela, viria perpetuar no bronze uma efeméride tão cara à instituição que tinha a honra de dirigir, como ao exército brasileiro e em particular o Arsenal de Guerra do Rio (Fig. XIII).

Foi a mesma em seguida descerrada pelo Dr. Montello e pelo General Brayner sob as palmas dos presentes.

A seguir tomaram o rumo da Exposição Comemorativa passando pelo antigo Beco dos Tambores (x); nesse local se achava colocada uma peça de artilharia de 1883 montada sobre reparo de madeira e fabricada no antigo Arsenal de Guerra da Côte (Fig. XIV).

Coube ao General Pondé desatar a fita, inaugurando a Exposição Comemorativa do Bicentenário, juntamente

(*) A placa que ali se encontra foi feita pelo professor Ruy Alves Campello, copiando um modelo antigo de outra pertencente às coleções do museu e indicativa da que se denominou: *Rua do C^ono*.



*Fig. IX — Exposição Comemorativa do Bicenténario — Lampa-
dários — Prensa de bronze — Esquadrão da Guarda dos Vice-reis.*

Foto: Eduardo de Los Rios.

com os bustos em bronze dos dois titulares homenageados. Foi essa mostra muito apreciada e louvada por todos os presentes não só pela arrumação dos diferentes objetos expostos, como também pela apresentação didática dos mesmos (Figs. XV e XVI).

Teve lugar então a última parte dessas comemorações no Auditório do Museu (Sala das Américas) que ficou com as suas dependências totalmente ocupadas pelas pessoas presentes (Figs. XVIII e XIX).

Assumindo o Dr. Montello a direção da mesa e tendo à sua direita o General Pondé, convidou para fazerem parte da mesma: os representantes dos Ministros da Guerra e Educação, os Generais Lima Brayner, Baptista de Mattos e Delso Mendes da Fonseca (Fig. XVII).

Abrindo a sessão, falou o Dr. Montello, que em rápidas e bem traçadas frases, evocou a velha Casa do Trem nas suas relações com o exército nacional no decorrer das épocas e presentemente, como uma das relíquias mais venerandas do Museu Histórico Nacional. Agradeceu a colaboração prestada pelo Arsenal, na pessoa do seu diretor General Pondé pelo imenso e desinteressado apoio com que se houve para o bom êxito das comemorações. Como coroamento das suas palavras, fêz a apresentação da obra — História da Casa do Trem — alusiva àquela efeméride, oferecendo um exemplar a cada um dos componentes da mesa.

Deu a seguir a palavra ao Diretor do Arsenal de Guerra do Rio, General Pondé que num belo discurso, transmitiu à assistência presente um precioso e circunstanciado retrospecto do antigo arsenal no decorrer dos quatro séculos da história carioca (Fig. XVII).

O texto integral do mesmo é o seguinte:

Conferência realizada no Museu Histórico Nacional, no dia 12 de outubro de 1962, no Bi-Centenário da Casa do Trem — Pelo General Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Diretor do Arsenal de Guerra do Rio.

A presença dos primeiros soldados na terra brasileira foi assinalada no período colonial, nos idos de 1549, quando, na Bahia de Todos os Santos, desembarcou o primeiro Governador Geral D. Tomé de Souza.

Acentuou-se com os bandeirantes desbravando a terra e conquistando-a, invadindo a selva, lutando com os índios e dominando-os, batendo e repelindo o inimigo invasor, fazendo recuar para o Prata os espanhóis e garantindo a soberania do solo. E, pouco a pouco, com o progredir do sistema de colonização, foram eles crescendo em número, e crescendo em quantidade e qualidade as armas que os guarneciam.

Depis da invasão desta cidade por Duguay Trouin, o govêrno procurou melhorar a sua defesa e, em 1715, D. Francisco Xavier de Távora mandou construir a Fortaleza da Conceição no morro dêsse nome, conforme atesta a inscrição na cartela de mármore sôbre o seu portão principal, construção que constituiu indébita intromissão nas terras da Mitra, onde, desde 1701, o bispo D. Francisco de S. Jeronimo transformara um precário hospício em Palácio Episcopal.

O crescer dos meios de defesa, porém, exigia depósito e oficina para guardar, conservar e reparar o armamento; fundir, preparar e guardar a munição.

Jomini, o grande general e escritor militar, dizia que “Em tôdas as artes, como em tôdas as situações da vida, o saber e o saber-fazer eram duas coisas totalmente diferentes, e se alguém conseguia êxito pela última, era unicamente a união das duas que produzia um homem superior o que queria dizer vasta erudição; não se tratava de saber muito, mas de saber bem; de saber sobretudo o que se relacionavá com a missão que nos era dada”.

O Sargento-mór de Batalha Gomes Freire de Andrade, que foi a 54.º e último Governador do Rio de Janeiro, sabia a sua missão e tudo o que um governador do século XVIII devia conhecer e fazer. Assim, procurou cuidar da defesa da cidade, organizar a tropa e os meios para conservar e reparar o armamento e produzir a munição. A sua atividade se estendia sôbre Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento, que havia sido fundada em 1680 pelo governador D. Manoel Lobo. De espirito lúcido e empreendedor e de grande capacidade de trabalho, melhorou o horrível estado sanitário da cidade, dotando-lhe de algum confôrto e bem estar, e, cercando-se de ótimos e devotados auxiliares, formou boa equipe que lhe permitiu realizar obra notável, dignificando o cargo pelos serviços que prestou, pela autoridade e equi-



Fig. X — Exposição Comemorativa do Bicentenário — O Tiradentes — A Santa do Pau Óco.

Foto: Eduardo de Los Rios.

dade na distribuição da justiça e entusiasmo no cumprimento do dever.

Construiu o aqueduto da Carioca, hoje viaduto, substituindo os velhos e precários arcos de Ayres Saldanha, facilitou e incentivou a construção do Convento de Santa Teresa aonde se encontra sepultado, construiu o chafariz do Terreiro do Carmo no antigo terreiro do Polé, depois Largo do Paço, hoje Praça 15, e nesse mesmo terreiro, a Casa dos Governadores, que, no século seguinte, foi Paço Real e Imperial e, na República, e ainda hoje, Repartição dos Correios e Telégrafos, prédio projetado e construído por um dos membros da sua equipe — o Brigadeiro José Fernandes Alpoin. Reformou a Casa da Câmara onde instalou o Tribunal da Relação; iniciou a construção do prédio da Sé Nova, abandonado ainda nos alicerces e depois concluído para a instalação da Academia Real Militar, hoje ocupado pela Escola Nacional de Engenharia, iniciou o hospital dos Lázaros e reconstruiu as fortalezas da Ilha das Cobras e a da Conceição.

Melhorou a cidade e a sua defesa, fortificando-a melhor, limpando-a um pouco e mudando-lhe o aspecto, cujas ruas foram calçadas depois pelo Conde da Cunha com pedras colocadas pelo processo do “maço de três homens”, porque três eram realmente os que, juntos, contra elas deixavam cair um pesado tronco, para firmá-las na terra.

Construiu o prédio para depósito de armamento e munição e ligeiras reparações; e, assim, fez erguer o edifício cujo bi-centenário hoje comemoramos — A Casa do Trem, pois “Trem de Guerra” era todo o material pertencente ao Exército e nela recolhido.

Estamos assim aqui para comemorar o nascimento desta casa, este prédio de arquitetura amena e graciosa como soem ser todos os construídos no século XVIII. O dia não conseguimos saber, mas foi precisamente há duzentos anos, em 1762, que o Capitão-mór Gomes Freire de Andrade, mandou levantá-lo, como coroamento talvez de seu longo e profíquo govêrno de trinta anos, demonstrando o amor e o carinho que sempre dedicou a essas terras e a sua gente, e a certeza e a esperança que sempre teve na grandeza de seu futuro.

Amôr à sua grandeza, pois foi justamente a perda da Colônia do Sacramento, que êle lutou para conservar e

fortificar, que o levou ao leito de onde jamais se levantou, quando soube, em fins de 1762, que Vicente da Silva Fonseca, comandante da guarnição, entregou a praça às fôrças de D. Pedro Cebalos, Governador de Buenos Aires, que a cercava.

Faleceu assim, em 1 de janeiro de 1763, êsse Governador que incentivou o apreço pela cultura e, reunindo os intelectuais da terra, fundou a “Academia dos Felizes” em 1736 e a dos “Seletos”, em 1752.

Estimulou a instalação da primeira tipografia fundada no Rio de Janeiro e no Brasil por Antônio Isidoro da Fonseca a onde foi impresso “O Exame de Bombeiros” do Brigadeiro Alpoin e que não teve vida longa porque a Côrte de Lisboa mandou destruí-la, receiosa das idéias subversivas que a expansão da cultura poderia propagar na colônia.

Com o fim de impedir desembarque na praia de Santa Luzia, Martin Correia de Sá mandou construir, em 1693, na Ponta de S. Tiago, uma bateria sob a invocação dêsse Santo. Essa bateria se ligava à de S. Sebastião no antigo morro do Descanso edificada por Mem de Sá.

O Alvará Régio de 18 de março de 1693 mandou construir a Fortaleza de S. Tiago e, no tempo de Luiz de Vasconcellos (1779-1790), foi estabelecida, contígua ao forte, casa de castigo público, conhecida pelo nome de Calabouço, para que os escravos faltosos pudessem ser castigados dentro das limitações da lei: “uma vez que os senhores assás cruéis e, desumanamente severos, costumam punir os crimes dos seus domésticos com pouco acôrdo e excessiva paixão dentro das suas próprias casas...”.

Nela, segunda Debret, no tempo de D. João VI, diariamente, pela manhã, formavam-se filas numerosas de negros escravos para sofrerem a pena do açoite, recebendo o carasco por cem chibatadas o “direito de Pataca”. A sua vizinhança deu ao forte e ao Arsenal a denominação popular de Arsenal do Calabouço e Forte do Calabouço, que era o mais antigo da cidade, com exceção dos que Villegaignon levantou na ilha que ainda lhe conserva o nome e dos que Estácio de Sá edificou na primitiva cidade, na Vila Velha, no Outeiro de S. João.

“Quando o Governador Mem de Sá decidiu a nova localização da cidade, em 1567, naquele morro e redondeza dêste, fortificou-se sôbre os rochedos do continente que es-



Fig. XI — Exposição Comemorativa do Bicentenário — Aspecto parcial da Sala Ferreira Vianna, adaptada para esta efeméride.

Foto: Eduardo de Los Rios.

tavam atrás dos cachopos que formam o que dantes foi chamado Recife da Cidade”.

Assim escrevia Morales de Los Rios, em 2 de julho de 1922, em “A Notícia”. Quando se derrubava parte do Arsenal para a passagem da Av. Beira-mar. E mais adiante:

“Apoiado nessa fortificação ligeira, que seria de muros de taipa, com as centrais de alto, na fé de Gabriel de Souza, Mem de Sá garantia as suas comunicações com a Vila Velha, enquanto a Nova ia sendo edificada”.

“Ao pé dela — disse o mesmo belo escritor, aludindo à nova Cidade, — está uma estância com artilharia para uma banda e para outra, em modo de fortaleza em uma ponta, que defende o, pôrto, mas não a barra, pois lá não chega bem a artilharia”.

“Essa ponta é a que naquele tempo chamavam Cabo da Vargem, subtendendo-se que essa Vargem era a atual cidade pelo que também foi chamada Ponta da Cidade e, ao depois, Forte ou Castelo de S. Tiago e mais tarde, Ponta do Calabouço”.

Esse foi o local aonde foi erguida a “Casa do Trem”, em frente à baía assim descrita pelo Padre Fernão Cardim, em 1590: “Dentro da barra tem uma baía, que bem parece que a pintou o Supremo Reitor e Arquitecto do Mundo, Deus Nosso Senhor; e assim é formosíssima e a mais aprazível que há em todo o Brasil e nem lhes chegam a vista as de Mondego e Tejo; é tão capaz que terá 20 léguas em roda, cheia pelo meio de muitas ilhas frescas, de grandes arvo-redos o que não impedem a vista umas das outras”.

E a sua inauguração constituiu solenidade igual àquelas tantas outras que se realizaram naquele século, naquele tempo de tão poucas distrações, tão pouco progresso e tão poucos anseios. O Governador ou vice-rei partia com sua comitiva do Largo do Paço, onde em 1661, no pelourinho que naquela época existia, esteve exposta, como um troféu sangrento a cabeça de Jeronimo Barbalho, decapitado por sentença de uma junta irregular presidida por Salvador Benvides.

Barbalho e Antônio de Oliveira Leitão foram os únicos decapitados no Brasil, êle no Rio de Janeiro e Leitão na Bahia em 1721. Barbalho crefiou a nossa primeira revolução e o povo rebelado depôs o govêrno.

Na Fortaleza da Conceição, o 1.º Vice-Rei Conde da Cunha, em 1765, mandou construir a “Casa das Armas”, “construção de pedra e cal, com 4 pés direitos de cantaria nos cantos, atracados com 6 braçadeiras de ferro e, na frente, um pórtico de duas janelas, edifício que ainda hoje se conserva com as suas características iniciais e é ocupado pelo Serviço Geográfico do Exército. A “Casa das Armas” era depósito de equipamentos e possuía, depois de sua fundação, oficina de coronheiros e espingardeiros, como escreveu J. de Souza Ferreira em 1844, (Rev. IHGB Tomo 25, fôlha 453): “não só para tratamento das referidas armas, como das novas que recebesse, chamando-as oficinas de armeiros, tendo a de espingardeiros 10 mesas e 6 a de coronheiros, mandados vir de Portugal pelo Conde da Cunha”. E mais adiante: “com o falecimento do 1.º Governador da Fortaleza, foi nomeado governador e inspetor Francisco dos Santos Xavier, ajudante de milícias de Santa Catarina, homem científico e bastante entendedor de lima, a ponto que, para fazer qualquer peça que se ordenava, êle em sua casa primeiro fazia uma e depois ordenava ao mestre a confeccção de tantas iguais que a que êle tinha feito, ou desenhava exatamente as peças e as que mandava fazer. Pelo alvará de 1 de março de 1811, o Príncipe Regente elevou-a à Fábrica de Armas. Nela se fabricaram ricas espingardas que D. João IV mandou de presente à maior parte dos soberanos da Europa”.

Na “Casa das Armas” ocorreu, provavelmente, diz VIVALDO COARACY, a primeira greve registrada no Rio de Janeiro, quando, em 1791, os operários deixaram de trabalhar por falta de pagamento, conforme comunicou o Conde de Rezende, ao Govêrno da Metrópole.

Na “Casa do Trem”, depois ampliada em “Arsenal do Trem”, em 1764, pelo Conde da Cunha, primeiro Vice-Rei e que sucedeu ao Conde de Bobadela, recolhiam-se a “bom recato todos os petrechos de guerra, como material de artilharia, armamento portátil, munições e sobressalentes da tropa”, e aonde algumas oficinas tinham existência para o reparo, conservação e manutenção do material que guardava. Viêira Fazenda, em “A Notícia” de 18 de agosto de 1922, sôbre a epígrafe “Exposição Nacional Reliquia Histórica”, diz que Bobadela lançou os alicerces desta Casa, hoje ocupada pelo Museu Histórico Nacional, como testemunha a cartela de granito em estilo barroco, sôbre a sua porta



Fig. XII — 12 de Outubro de 1962 — Grupo feito após a Missa em Ação de Graças na Igreja de Nossa Senhora de Bonsucesso ou da Misericórdia.

principal, a seguinte inscrição latina: *Lusiadvm Primo Josepho Sceptra tenente qui regvm exemplvm est maximvs orbis honor et Bobadela comite imperitante svb avras haec est militibvs confabricata domvs — Anno D N I MDCCLXII*”, que o Padre Diogo Emery traduziu como: “Sendo rei dos portuguezes D. José Primeiro que é exemplar dos reis e grandíssima honra do mundo, essa casa foi construída para os soldados, no ano do senhor de 1762 pelo Conde de Bobadela, que a mandou erguer”.

Pizarro, porém, acha ter sido D. Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Mello Silva Mascarenhas, Marquês de Lavradio, que como 3.^o Vice-Rei governou o Brasil de 4 de novembro de 1769 a 5 de abril de 1779, o seu fundador. Outros ainda a consideram como criação do Conde da Cunha, que a ampliou em Arsenal do Trem e entre êsses se situa Abreu e Lima.

Pesquisas feitas nas correspondências dos Vice-Reis (Biblioteca Nacional) nos convenceram porém que o fundador da “Casa do Trem” foi o Conde de Bobadela, falecido a 1 de janeiro de 1763 e que também fez erguer êste edificio, pois, em 5 de setembro de 1764, cêrca de um ano após ter assumido o vice-reinado, escrevia o Conde da Cunha à Francisco Xavier de Mendonça Furtado: “O Esquadrão de Cavalaria que Sua Magestade me mandou criar está aquartelado em umas casas que o Conde de Bobadela tinha mandado fazer... e esta Casa é bastante grande para o uso que lhe dei contudo por não ter sido feita o seu principio para ter uma grande cavalaria está demasiadamente falta de ar e muito cálida...” e mais adiante, “Estas despesas ainda que excessivas são necessárias e pela falta que há de rendas régias para se applicarem e estas importantes obras se deve procurar algum meio de se poderem fazer, sem que Sua Magestade concorra com quantia alguma pelo que eu me persuado que assim se pode fazer vendendo-se todos os velhos quartéis, assim como também o em que está a tropa de cavalos e juntamente uns armazéns e telheiros que servem de trem e neles se recolhem e fabricam os escaletes e embarcações de sua Magestade e também se arrecada o que pertence a artilharia que por haver presentemente Ribeira das Naus com bastante commodos e tôdas as oficinas precisas como se mostra na presente planta, não se necessita de haver aquêles apertados e arruinados armazéns e Vossa Excia. estará lembrado dêles porque ambos os vimos no

ano de 1736". Bobadela governou de 1733 a 1763 (1 de janeiro).

E na carta de 30 de julho de 1766, ao mesmo senhor: "Fico trabalhando com bastante número de operários em acrescentar e ordenar a Casa do Trem de Artilharia. Esta oficina por velha pequena e desordenada a quiz eu vender, assim como também os quartéis...".

O alvará de 4 de junho de 1766 precisou ainda mais a função da Casa do Trem como pequeno Arsenal, quando declarou ampliado o de 15 de julho de 1763 que mandava observar no estabelecimento o "Estudo e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia". Essa ampliação dava nova organização a êsses Regimentos, aumentando-lhes uma Companhia de Bombeiros, uma de mineiros, nove de artilheiros e uma de artifices, que usavam o mesmo uniforme, prestavam o mesmo juramento e eram considerados como militares, e, quando não tinham obras em seus regimentos, eram obrigados a trabalhar nas dos Trens das Províncias em que tivessem os seus quartéis.

Os Arsenais passaram a ter organização definitiva e semelhante aos de Lisboa em 1811, pelo alvará de 1 de março, quando o Príncipe Regente D. João, transportando-se para o Brasil com tôda a família real e sua côrte, após a invasão de Portugal em 1807, pelo Exército Francês aportou à Bahia em 23 de janeiro de 1808, chegando depois a esta cidade aonde se fixou em 7 de março do mesmo ano.

Transferindo para o Rio de Janeiro a sede da Monarquia Portuguêsa, introduziu o Príncipe Regente na nova capital vários melhoramentos, como a criação do Banco Nacional, dos Tribunais Superiores e tôdas as repartições necessárias ao govêrno, como a Imprensa Régia, Biblioteca Pública, Academias de Marinha e do Exército, Escola de Medicina, Escola de Belas Artes, Horto Botânico e Fábrica, Fundições e Arsenais da Marinha e de Guerra, pois o alvará de 1 de março modificou a organização então existente no Trem: "Para mais severa ordem econômica da administração dos Arsenais Reais Militares e criação e educação de oficiais e artistas hábeis, se fazia necessário dar ao antes denominado Trem tôda a extensão de um grande Arsenal do Exército"; e creou a "Real Junta dos Arsenais do Exército, Fábrica e Fundições", nomeando para o seu primeiro chefe, o Brigadeiro Carlos Antônio Napion com a designação de Inspetor de Artilharia, Fábricas, Fundições e



Fig. XIII — 12 de Outubro de 1962 — Inauguração da placa de bronze ao Bicentenário.

Arsenais, superintendendo todos os serviços da Junta e a direção do Arsenal — cargo que já ocupara em Lisboa. No Arsenal Real do Exército era destacada a Companhia de Aprendizes Artífices, com efetivo de 60 artífices, organizada pelo Decreto de 3 de setembro de 1810.

Em 1822, construiu-se o corpo verdadeiro do Arsenal e o anexo em 1835, sendo instalada, entre outras, as oficinas de ferreiros, funileiros, carpinteiros e serralheiros, a secretaria que passou a ocupar a antiga “Casa do Trem”, com a denominação de “Casa da Ordem”, almoxarifado e cais com guindaste; e, em 1837, foi regulada a admissão de aprendizes nas oficinas do Arsenal de Guerra e aprovados no outro ano os estatutos para os aprendizes menores, dando-se nova organização em 1839 e, em 1840, por Decreto de 11 de março, foi, creado, como parte integrante do estabelecimento dos aprendizes menores, o Colégio Militar do Imperador, aonde eram educados os filhos dos capitães e subalternos do Exército, “de preferência os órfãos e os mais pobres de 6 a 14 anos de idade, podendo, terminado o curso, ingressar na Escola Militar”. Foi o início do nosso atual Colégio Militar.

Em 1831, a Carta de Lei de 27 de outubro proibia a admissão de escravos nas suas oficinas, “salvo quando houvesse falta de cidadãos brasileiros” e o aviso de 11 de julho de 1843 dizia que não podiam ser distraídos do serviço público para o de particulares os escravos da Nação e autorizava o govêrno a vender em hasta pública aquêle que não conviesse conservar, procedendo-se a sua avaliação e arrematação com a necessária antecedência (“Lei de 21 de outubro 1843 Art. 32”).

A Lei de fixação de fôrças para o ano de 1832 e 1833 declarou extinta a “Junta dos Arsenais do Exército, Fábricas e Fundições, a Intendência, a Inspeção e a Tesouraria, desligando-se a Fábrica de Pólvora e passando o Arsenal a possuir Diretoria própria e a constituir um estabelecimento a parte; e deixando a denominação de Arsenal Real do Exército para a de Arsenal de Guerra da Côrte.

Em abril do mesmo ano, foi-lhe anexada a Pagadoria das Tropas da Côrte e Província do Rio de Janeiro, ficando extinta a Tesouraria Geral das Tropas e competindo ao Diretor do Arsenal tôdas as atribuições do Tesoureiro Geral.

Em 28 de agosto de 1847 creou-se a oficina de instrumentos matemáticos, hoje, de precisão e, em novembro, foi

concedida licença ao Bispo D. Manoel, Capelão-Mór do Exército, para officiar no Arsenal em altar portátil, que mais tarde sob o orago de N. S. da Conceição se transformou em Capela e que, nos últimos anos do Arsenal do Calabouço, serviu de Capela Mortuária, abrigando corpos de pessoas ilustres falecidas no estrangeiro ou não e que nela permaneciam até a cerimônia de entêrro.

Assim, entre outros, estiveram ali expostos os corpos de Carlos Gomes, de Osório e do Marechal Machado Bittencourt, inclito Ministro da Guerra, assassinado no portão do Arsenal, em defesa do Presidente Prudente de Moraes.

Em 1850, o Decreto 574 reformou o método de escrituração seguida pelo Arsenal e reuniu a *Contadoria Geral da Guerra* à sua secretaria; e a Lei 648 de 1852 mandou extinguir o Conselho Administrativo dos Fundos de Fardamento dos Corpos, estabelecendo-se na Capital do Império, Belém, Pernambuco, Maranhão e Pará, Conselhos para a administração dêsses fundos.

O “Serviço de Extinção de Incêndios”, cujas instruções foram delimitadas pelo regulamento de 2 de julho de 1856, era executado pelos operários dos Arsenais de Guerra e Marinha, Obras Públicas e da Casa da Correção, alistados e comandados por um oficial Superior do Corpo de Engenheiros, enquanto não fôsse definitivamente creado o Corpo de Bombeiros. Nessas repartições existia uma Seccção composta de operários que fôsem os “mais hábeis, robustos e moralizados”.

O Regulamento definitivo do Corpo de Bombeiros foi baixado em 1860, extinguindo a Seccção do Arsenal e dando origem ao atual Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara.

“Na guerra do Paraguai, o Arsenal foi o centro e a mola real de tóda a elaboração de estratégia administrativa para os volumosos e intensivos provimentos, já com armamento, equipamento, material de guerra e munições de várias ordens, como também de outros artigos que para o teatro de operações expedia, a custa da sua produção própria e por vêzes auxiliado pela indústria civil nacional, mas sempre sob sua immediata verificação técnica, vigilância e policia administrativa, e, da relação manuscrita dêsses fornecimentos às fôrças em operação durante o período de guerra, pode-se verificar quanto de importância fabril e



Fig. XIV — 12 de Outubro de 1962 — Os convidados atravessam o Beco dos Tambores, dirigindo-se para a Exposição Comemorativa.

Foto: Eduardo de Los Rios.

movimentação tinha o Arsenal nessa época, condição que conseguiu manter...”, dizia um relatório da época.

Entre material de acampamento, equipamento, etc., forneceu o Arsenal durante a Guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, o seguinte:

Artilharia:

Bôcas de fogo 221

Armamento portátil:

Espingardas 61.111

Pistolas e revólveres 7.141

Lanças, espadas e terçados 12.047

Munição:

Balas 201.219

Bombas 18.917

Lanternetas 48.246

Schrapnels 11.696

Foguetes 8.997

sendo que só em 1869 fabricou 96.764 projéteis de Artilharia:

Oblongos: (Whitworth — 11.330, La Hitté — 59.274) 70.604

Esféricos: (granadas — 3.660, balas — 500) 4.160

Lanternetas 22.000

Confeccionou e forneceu também 65 bandeiras e 50 estandartes.

Em 27 de maio de 1865, foi creado um Museu Militar, sendo determinado aos Presidentes de Províncias remetessem para o Arsenal todos os troféus, máquinas, armas bôças de fogo ou quaisquer objetos bélicos, que pudessem ali figurar. Esse Museu foi transferido para a Escola Militar em 11 de agosto de 1888. Anos depois, o Arsenal creou Novo Museu que foi transferido em 1946 para a antiga Escola Técnica do Exército, hoje Instituto Militar de Engenharia. Em 1961, na comemoração do sesquicentenário do Alvará de 1 de março, terceiro Museu foi organizado, com várias salas contendo peças históricas, manuscritos, mobiliário antigo e armamento. Esperamos que esse fique ali definitivamente instalado, porque é a própria história do Arsenal que lá se encontra carinhosamente guardada.

A “Casa das Armas” da Fortaleza da Conceição passou a ser dependência da Fábrica de Armas e, pelas instruções de 5 de fevereiro de 1868, subordinada à imediata fiscali-

zação do Arsenal de Guerra, constituindo hoje a sua oficina de Armas Portáteis. Em 1932 foi creada em Itajubá a nova Fábrica de Armas Portáteis, hoje denominada Fábrica de Itajubá.

Embora tenha sido demarcada a área, lançada a pedra fundamental e iniciada a construção de novas instalações no Realengo, o Arsenal de Guerra só começou a deixar o Calabouço em 1902, para a antiga Fábrica de Tecidos São Lázaro, no Cajú, edifício adquirido pelo Governo ao Banco do Brasil e cuja adaptação de pavilhões e construção de outros tiveram início em 1900. Até 6 de novembro de 1909, no entanto, permaneceu o Arsenal no Morro da Conceição, no Calabouço e no Cajú.

O Regulamento baixado pelo Decreto 7.409 de 7 de abril de 1910, deu-lhe nova organização, escoimando-lhe as deficiências e colocando-o de acôrdo com as necessidades da época e, em 14 de julho do mesmo ano, (Aviso n.º 14) passou a empregar energia elétrica fornecida pela "Light" abandonando o Grupo a vapor de 100 cavalos com alternador trifásico.

A 20 de abril de 1911 foi extinta a Repartição de Costuras e a 6 de novembro do mesmo ano (Aviso n.º 15) desligadas do Arsenal as Oficinas de Alfaiates.

Com o correr do tempo foi o Arsenal crescendo, dando nascimento a vários outros estabelecimentos e procurando melhorar a técnica industrial. Assim, produziu, em 1915, vários tipos de viaturas, carros de munições e carros transportes de infantaria e, em 1916, instalou a oficina de montagem de fuzis Mauzer com Stand de Tiro. Depois, Laboratórios de Química, de ensaios Mecânicos, Físicos e Metalográficos. Conversor e forno elétrico de aço e Missão Industrial Francêsa. Começou a fabricar projétis de ferro fundido para artilharia de campanha e de costa, e, em 1920, série de pontões metálicos para a Engenharia. Nos anos subseqüentes, viaturas de chapa de ferro e de madeira de vários modelos e emprego, e munição de aço para a artilharia.

Em 1943, sofreu grande remodelação, sendo construídos novos pavilhões e remodelados os antigos, passando a sua área coberta de 18.000 para 59.000 m².

Atualmente fabrica munição de aço de todos os tipos, para morteiros, artilharia e rojões, e morteiros, lança-rojões, canhões, equipagens de pontes, pontes metálicas etc.



Fig. XV — 12 de Outubro de 1962 — O general Pondé inaugura a Exposição Comemorativa do Bicenténario.

Foto: Eduardo de Los Rios.

Possui Vila Residencial com 384 casas e 2.000 habitantes, com Cinemascópio ao ar livre, duas Escolas Municipais com cêrca de 1.500 creanças, Ginásio noturno e Ginásio Industrial diurno, com curso Industrial Básico em 4 anos; Centro Social com Armazém, Farmácia, Seção Comercial e um Museu Histórico e de Armamento.

O Arsenal concorreu a várias exposições nacionais e internacionais, como a de Filadelfia em 1876, das Américas em New Orleans em 1886, da República Francêsa em 1889, dos Estados Unidos da América, em 1893, exposição Nacional de 1908, exposição internacional de Turim, em 1911, do centenário em 1922 e Feiras de Amostra. Possui a condecoração do Mérito Militar e a do Mérito Industrial, além de outras medalhas.

Eis, senhores, um resumo histórico do Arsenal, que foi Casa do Trem, Arsenal do Trem, depois Arsenal Real do Exército, Arsenal de Guerra da Corte, Arsenal de Guerra da Capital e Arsenal de Guerra do Rio, quando transferido para a Praia de São Cristóvão onde se encontra.

É história resumida, mas o Arsenal vive na história da nossa Pátria, pois, desde as Capitánias, toma parte em tôdas as lutas pelo progresso da Nação, e tem sido, desde a Colônia, viveiro de grandes empreendimentos, principalmente nesta cidade, pois nêle foram, fundidos os seus primeiros monumentos e os do Mestre Valentim, com os jacarés da Fonte dos Amores do Passeio Público e o célebre Chafariz das Marrecas que deu nome à rua, hoje Pablo Duarte, e cuja figura principalmente a ninfa Eco se encontra no Jardim Botânico. Nele nasceram o Colégio Militar, o Corpo de Bombeiros, a Contadoria Geral da Guerra, a Intendência da Guerra, a Fábrica de Bonsucesso e Fábricas de Material de Comunicações etc., e a Academia Real Militar em suas salas se abrigou logo após a sua criação.

O Arsenal construiu e armou os palanques desenhados por Debret para a aclamação de D. João VI, como Rei de Portugal, Brasil e Algarves e para as coroações de Dom Pedro I e Dom Pedro II, o que explica continuar a armá-los para paradas e festividades até hoje.

Os primeiros cunhos para os sinetes oficiais do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1818 e do Império, em 1822, foram feitos no Arsenal e não houve campanha interna ou externa na qual o Arsenal não se fizesse presente,

confeccionando fardamento e bandeiras, fabricado munição, reparando armamento ou fornecendo material bélico. Os estandartes e Pavilhões Nacionais que tremularam com os nossos regimentos nos campos de batalha, no império, e que muitas vezes voltaram rasgados e manchados de sangue dos nossos soldados, saíram das oficinas do Arsenal de Guerra do Rio, porque a circular de 30 de setembro de 1850 assim o exigia, a fim de evitar modificações e competições entre os corpos de tropa.

Escragnole Doria, na revista “Eu sei Tudo” de 1921, sob a epígrafe “Antigo Arsenal de Guerra”, por ocasião da abertura da Avenida Beira Mar que lhe amputou parte dos edifícios, escreveu:

“O antigo Arsenal de Guerra é pedaço muitas vezes histórico do corpo gigantesco da Capital.

“A saudade representa a mansidão da gente polida e humana; o descaso pela tradição, o horror ao que foi, na ansia do que vai ser, bem pode, resumir selvaticuesas.

“O Arsenal de Guerra defendeu-nos por muito tempo, simbolizando, na pedra, na cal e na arma de fogo o conselho de Varnhagem na História Geral do Brasil: “temos para nós que, quando o inimigo nos ameaça, há que preparar-nos para receber à porta da casa e não dentro dela, para nos matar com as nossas armas...”.

“O Corpo de menores do Arsenal serviu, durante anos, até a República, de socorro às famílias pobres da capital. Dirigido por um pedagogo, sob as vistas de um dos ajudantes do diretor, ensinou a lêr, escrever e contar, desenho, geometria e mecânica aplicada, música e ginástica”.

“Não há, pois, negar serviços até à infância desamparada, silenciosamente prestados pelo velho Arsenal”.

“Nas orquestras do nosso teatro, ainda, há muitos músicos de tal fonte do qual se valiam outrora as emprêsas teatrais; nas óperas exigindo banda em cena, Ferrari, na última porção do segundo reinado, já sabia com quem contar para os clangores da marcha triunfal da Aida. Muito egípcio de palco era no dia seguinte brasileiro do Arsenal de Guerra...”

“Sem bulha nem matinata, o Arsenal foi centro de abolicionismo manso e oficial.

“Na República, o Arsenal andou em polvorosa. Na revolta da armada, a 6 de setembro, não só trabalhou dobrado



Fig. XVI — 12 de Outubro de 1962 — Grupo tirado durante a visita feita à Exposição Comemorativa do Bicentenário.
Foto: Eduardo de Los Rios.

como exposto às balas da marinha na campanha dentro da baía do Rio de Janeiro, primeiro com Custodio de Melo, segundo com Saldanha da Gama, de setembro de 1893 a março de 1894.

“Logo depois de finda a revolta, nos dias agitados da presidência paisana de Prudente de Moraes, sucedendo à espada de Floriano, o Arsenal de Guerra ficou em foco”.

“No recinto do Arsenal, o aspençada Marcelino Bispo tentou matar o presidente da República.

“Prudente de Moraes desembarcara na doca do Arsenal de regresso do vapor “Espírito Santo”, onde fôra saudar tropa de torna viagem, da expedição de Canudos.

“Ia o presidente pelo centro do Arsenal, perto do portão de Minerva, à direita do Marechal Bittencourt, ministro da Guerra, à esquerda o Cel. Mendes de Moraes.

“Partiram vivas acintosos de um grupo, vivas à memória de Floriano, vivas à Prudente ecoaram abafados pelo hino nacional”.

“Surge um soldado. Empurra, o ministro, aponta a garrucha contra o presidente. Êste com o chapéu, desvia a arma, assassino, assassinato”.

“Pranchada do coronel Moraes cac sôbre o soldado, fazendo-o cair. Trava-se aluta; Marcelino Bispo, subjugado, tenta servir-se do sabre, e, no desespero animal do instinto de conservação junto ao desígnio malogrado, utiliza afiadíssimo canivete punhal”.

“No desarmamento do criminoso da Guerra é alvo de quatro golpes, o coronel Moraes, o alferes João Manoel Faria e uma praça de polícia receberam outros golpes”.

“Prendem o assassino, os feridos são pensados, o ministro expira, o Arsenal borborinha de curiosos, o luto vóa sôbre a cidade e, pelo telegrafo, derrama-se pelo Brasil”.

Hoje, uma lápide e um busto assinalam o local em que tombou êsse grande militar e cidadão, patrono do Serviço de Intendência do Exército.

Possuiu o Arsenal farta documentação, preciosa reliquia de manuscritos, acervo de mais de 150 anos, que tem sido carinhosamente guardado pelas gerações que o administraram, e nos quais encontramos ordens de fornecimento de material bélico e assuntos ligados à Campanha da Guiana Francêsa, em poder do Brasil de 1808 a 1817, à pacificação

da Banda Oriental, em 1815, cujas tropas foram comandadas pelo Ten. Gen. Carlos Frederico Lecór, comandante da Divisão de Voluntários Reais. — às campanhas da Independência, em 1822 a 23 na Bahia, pelo Marechal Graduado Pedro Labatut e Marechal Lima e Silva, e, no mesmo ano, em Montevideu pelo General Lecór — a campanha de Cisplatina em 1828, — à Cabanagem, revolução do Belém do Pará em 1835 — à guerra da Sabinada na Bahia em 1837, — à guerra dos Farrapos, na guerra do Paraguai, Canudos, Contestado, Revolução de São Paulo em 1924 e 1932, 1.^a e 2.^a guerras mundiais, etc.

É desenrolar de fatos em que o Arsenal acompanha passo a passo o caminhar do Brasil em tornar-se Nação. É pesquisa que nos comove porque é o próprio nascimento do país que se desnuda nessa documentação, são fatos muitas vêzes familiares que se apresentam e fatos históricos que nos ensinam. Assim, o Marquês de Aguiar, em 11 de janeiro de 1816, manda preparar “seis pipas d’água montadas e prontas para a condução d’água para o fornecimento da cidade, sendo conveniente que elas sejam aparelhadas para o serviço de bois”. — No mesmo ano, manda prontificar tudo quanto fôr necessário para dois carrinhos, um para o serviço do Nosso Augusto Senhor, e outro para a SAR o príncipe da Beira. — Em 2 de setembro de 1816, manda aprontar: “para o Real Paço da residência da Rainha Minha Senhora, uma bomba de água das quais se usam para os incêndios de fogo”.

Em 19 de janeiro de 1818, Thomaz de Villanova Portugal manda ao Diretor do Arsenal “aprontar os artigos constantes da relação inclusa os quais se fazem necessários para os touros que se hão de correr na Real Quinta da Boa Vista;

Rojões	180
Farpas de pé	140
Furcados	12
Bolas	12 pares
Copos para freios	3 pares

E a 3 de fevereiro do mesmo ano, o mesmo Ministro determinava:

“Sexta-feira do corrente, pelas 4 horas da tarde se há de celebrar o Auto de Feliz Aclamação d’El Rei Nosso Senhor, e como os Deputados da Real junta da Fazenda dos



Fig. XVII — 12 de Outubro de 1962 — Aspecto da mesa que presidia a Sessão Comemorativa que teve lugar na Sala das Américas.

Foto: Eduardo de Los Rios.

Arsenais Reais do Exército, Fábrica e Fundição devem assistir a êle: é o mesmo Senhor servido que êles se achem no Lugar que lhes compete, que é um dos primeiros degraus, aonde se acharão os outros Tribunais, porque no degrau superior estará sòmente o Senado da Câmara. O que Vossa Exa. fará presente na mesma Real Junta para que assim a execute. Deus guarde V. Exa.”.

Em 23 de abril de 1821, Ignácio da Costa Quintella, para a despedida de D. João VI do Brasil, convida: “Pelo saudoso motivo da saída de Sua Magestade desta Côrte para Lisboa, há o Mesmo Senhor por bem conceder aos Tribunais de Honra de virem a êste Paço beijar a Sua Real Mão, por despedida, sem precedência, amanhã 24 do corrente pela hora da tarde. O que V. S. fará constar na Junta do Arsenal Real do Exército, Fábricas e Fundições para que assim se observe. Deus guarde V. Exa. Paço em 23 de abril de 1821”.

E em 1823, o ministro manda o Arsenal fornecer uma resma de papel almaço ao Marechal graduado Pedro Labatut — o herói da independência da Bahia.

Na guerra da Sabinada, 31 de julho de 1838 — Sebastião do Rego Barros determinava: “mande-me V. Mec. uma conta da importância de tudo que por êsse Arsenal de Guerra se remeteu para a Província da Bahia, durante o tempo que a capital da mesma Província esteve ocupada pelos rebeldes; incluindo-se nesta Conta os fretes das embarcações que se empregaram em tais remessas”.

Em 13 de fevereiro de 1840 — Jacintho Roque de Sena Pereira respondia ao Conde de Lages — :... “a cêrca de Africanos livres para irem servir na Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema; tenho de significar a V. Exa. que nenhum há nas estações de Marinha que possa ser dispensado para aquele fim; e que no Arsenal existem sòmente disponíveis vinte e um casaes de escravos da Nação, oito negras viúvas, três solteiras e vinte e cinco crioulas, que mandarei entregar, a V. Exa. se convier, em troca todavia, quanto aos varões de igual número dos referidos africanos”.

Em 21 de junho de 1839, o mesmo Conde de Lage determinava: “que pela forma a mais solene faça constar aos diferentes empregados das repartições dêsse Arsenal de Guerra, que a continuarem escandalosamente a faltar a seus deveres deixando de comparecer as suas repartições, quando consta que são vistos em passeios diàriamente, lhes

fará extensiva a disposição do decreto do Tesouro Público Nacional, fazendo descontar nos seus vencimentos os dias que faltarem as suas obrigações.”

Em 6 de maio de 1862, o Ministro da Guerra: “que se Francisco da Paixão... não quizer morar na casa que lhe deu nos edificios nacionais do Morro do Castelo, peça sua demissão do lugar, pois não faltará quem queira e que nenhuma obra se faça com o concerto dela”.

E, em circular de 26 de setembro de 1863, a respeito de despesas com barbeiros nos hospitais e Enfermarias Militares, Polidoro de F. Q. Jordão determinava: “Devendo tôdas as operações de cirurgia serem feitas pelos officiais do Corpo de Saúde e correndo a êstes o dever de amostrar os enfermeiros na aplicação de sanguesugas, ventosas e outros serviços que costumam ser feitos por barbeiros, fique V. S. na intelligência de que não deve mandar pagar por conta dêste Ministério qualquer documento que representem retribuição de serviço de tal natureza ainda mesmo o da extração de dentes, que é uma operação importante, que não pode, nem deve ser praticada por barbeiros ignorantes, como já tem sido declarado em vários Avisos”.

O mesmo Ministro mandava em 11 de fevereiro de 1863: “estriar na officina de espingardeiros da Fábrica de Armas da Conceição as três mil e vinte e quatro pistolas de cano lisos de adarme 14,8mm que existem nesse arsenal semelhantemente às duas mil e sessenta e oito do mesmo adarme aí existentes já estriadas”.

Em 10 de maio de 1862, o Marquês de Caxias devolve o requerimento de um diretor do Arsenal nos seguintes termos: “É sobremaneira repreensível o modo porque V. S. acaba de proceder dirigindo ao Govêrno Imperial um requerimento em que pede demissão do cargo de Diretor do Arsenal de Guerra da Côrte, sob o pretexto de que já não merece a confiança do Ministro da Guerra, juntando ao seu requerimento cópia do Aviso dêste Ministério no qual não só se lhe estranha a demora que tem havido na prontificação de uma máquina de raiar peças de artilharia que há seis meses se mandou aí reparar, como também, se manifesta o desgosto que causa ao govêrno a notável morosidade...”

“A circunstância que venho de mencionar não tem justificação plausível; e parece que V. S. premeditou um acidente ao Govêrno Imperial fazendo acompanhar o seu requerimento da cópia de um Aviso expedido no dia ante-



Fig. XVIII 12 de Outubro de 1962 — Aspecto parcial da assistência presente no Auditório do Museu Histórico Nacional.



Fig. XIX — 12 de Outubro de 1962 — Outro flagrante da assistência presente na Sala das Américas.

Foto: Eduardo de Los Rios.

cedente e cuja matéria não podia ter sido esquecida pelo mesmo Govêrno em tão curto espaço de tempo, para que V. S. se permitisse avivar-lhe a memória.

“E tanto mais digno de censura se torna aquele ato quanto V. S. devia saber que nenhum militar, nem lhe é licito aquilatar que o grau de confiança que julga merecer do Govêrno; pelo que devolvo a V. S. o dito requerimento ou exposição de motivos, que o acompanhou, ficando na intelligência que o Govêrno o dispensará do cargo que V. S. ocupa quando assim o entender conviniente, por isso que é êle o único Juiz neste caso”.

É assim, meus senhores, a história do Arsenal de Guerra do Rio; êle nasceu na Casa do Trem já idosa e para a qual êste prédio foi edificado e cujo bi-centenário estamos festejando, a par do 40.^o aniversário do Museu Histórico Nacional, hoje seu ocupante.

Quando se escrever a história da nossa indústria civil os nomes do Arsenal e da Indústria Militar serão realçados, pois hoje que ela se desenvolveu e se avultou a ponto de encher-nos de admiração pelo seu rápido e maravilhoso progresso, não podemos esquecer a sua exiguidade e a fase de engatinhar em que se encontrava, no início da última grande guerra, quando recebeu do Exército encomendas de munição e máquinas operatrizes, com exigências e especificações, muitas vêzes tidas como exageradas ou difíceis de serem satisfeitas.

O Arsenal de Guerra do Rio foi sempre oficina e escola, e palco de acontecimentos históricos. Nele há tarimba de servir à Pátria, há jeito, vezo e uso de trabalho e serviços prestantes. Há tradição de mais de dois séculos, pois foi nos primórdios desta casa, que, de seus depósitos, saíram munição e armamento para as campanhas da Colônia do Sacramento e para o território das Missões, e diz a tradição que nela estiveram depositados em brucacas de couro com salmoura os despojos esquartejados de Tiradentes, antes de seguirem para Minas.

É por isso que a venero, ela que foi Casa do Trem, Arsenal do Trem e Arsenal Real do Exército, e, hoje Museu Histórico Nacional, e é comovido e emocionado que penetro em suas salas onde há tanta relíquia exposta e tanta recordação no espaço. Os seus umbrais conheceram um capitão General, vice-rei, rei, imperadores e presidentes e sinto em suas pa-

redes ainda a tristeza com a perda da Colônia do Sacramento, que fêz desesperar o seu fundador, e em suas arcadas, parece-me ouvir ainda o éco dos estalidos das chibatas e os gemidos dos escravos para o lado do Calabouço, as machadadas no esquadramento do Tiradentes, o chalrear e as risadas dos aprendizes menores, o palrear e o canto dos alunos do Colégio do Imperador, os Tambores e as clarinadas da Companhia de Artífices, as discussões matemáticas dos cadetes, a vozeria dos operários, os sussuros da noite antecedente à República, os tiros da revolta da esquadra, o clamor no assassinato de Bittencourt, o tilintar de espadas, o canto dos malhos nas bigornas e o ressoar das abóbodas com o burburinho das oficinas; e sinto o calor acolhedor do são patriotismo, do amor à nossa Terra e à nossa gente dos homens que aqui viveram.

MAPAS ANTIGOS, O BARÃO DO RIO BRANCO E CATALOGO PUBLICADO PELO ITAMARATI

MÁRIO BARATA

Atualmente cresce o interesse em torno da cartografia antiga, por parte de historiadores especializados e mesmo de historiadores da arte, a exemplo de Robert Smith, catedrático da Escola de Belas Artes de Filadélfia, nos EE. UU.

Tendo tomado conhecimento do magnífico trabalho que vem realizando a Junta de Investigações do Ultramar, de Lisboa, através da sua Seção de Cartografia Antiga, e no desejo de contribuir, embora limitadamente, para o tombamento da cartografia portuguêsã antiga ou com a mesma relacionada, preparou a Sra. Isa Adonias, chefe da Mapoteca do Itamarati, um trabalho intitulado "Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial conservados no Ministério das Relações Exteriores e descritos por Isa Adonias para as comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique" (1), no qual estão relacionados, com minúcia informativa, 824 (com a inclusão das cópias, chega o número de peças a 960) mapas manuscritos, guardados, em sua maioria, na Mapoteca, pertencendo os restantes, ao Arquivo Histórico do Itamarati.

Trata-se de extensa obra, cujo texto vai a 692 páginas, além das de introdução e prefácio, feita com todo o rigor da pesquisa histórica, baseada em farta documentação manuscrita e bibliográfica, com o fim de ressaltar, através da representação cartográfica como fonte para a História, a expansão geográfica do Brasil Colonial e a fixação dos seus limites.

A publicação do referido trabalho, a par de interesse que sem dúvida despertou entre os estudiosos brasileiros

(1) Em dois volumes, o I de texto e o II de mapas. Ministério das Relações Exteriores S. D. 1960.

e portugêses da cartografia antiga, veio, também e com mais justas razões, enfileirar-se ao lado de outras contribuições oficiais divulgadas em Portugal, como a do historiador de arte, professor Robert Smith, sôbre os mapas portugêses antigos existentes na Biblioteca do Congresso, Washington, e o texto de Mlle. M. Foncin, sôbre os mapas portugêses manuscritos, existentes na Biblioteca Nacional de Paris, ambas recentes.

Os sêres de sensibilidade visual e interêsse pela História que, há séculos, cultivam a bela arte de colecionar mapas e atlas de diversas épocas, receberam, nestes meados do século XX, a confirmação definitiva do acêrto de seu gôsto. Nunca, como hoje, a cartografia assemelhou-se tanto — nos efeitos estéticos — às artes da gravura, da pintura à aquarela, à têmpera, etc. É que as correntes abstracionistas de nosso tempo facilitaram a compreensão da beleza em si das linhas e das côres, componentes dos mapas antigos ou atuais.

As coleções de mapas e atlas dos amadores brasileiros e dos Museus e Arquivos do país já se podem orgulhar de estudos e publicações como os do Barão do Rio Branco, de Cândido Mendes de Almeida, Barão Homem de Mello e Duarte Pontes Ribeiro. O primeiro compendiou, para o caso com a Guiana Francêsa, dois Atlas fundamentais de cartografia histórica, reunindo 193 mapas, considerados no início do século como tendo pranchas em côr e douradas mais belas que as das reproduções da famosa obra do Visconde de Santarém, “Atlas Composé de Mappemondes (Portulans) . . . etc.”, impressa em 1841, em Paris (2). O esforço de Rio Branco foi notável, reunindo peças a partir da de Juan de la Cosa, de 1500 e fornecendo amplo material sôbre as cinco Guianas. Joaquim Nabuco conseguiu mandar imprimir talvez melhor, em papel apropriado, as reproduções em prêto e branco do atlas que preparou em função do contestado com a Guiana Inglêsa. Mas, parece-me ter feito menor obra como pioneiro, no plano especializado, apesar do valor de convicção e da beleza de sua defesa escrita no “Direito do Brasil”.

Cândido Mendes é o responsável de um verdadeiro “címelio”, hoje de difícil aquisição, o *Atlas do Império do*

(2) cf. item n.º 88 do catálogo “Bibliotheca Brasiliensis, Le Bibliophile Americain, n.º 38” — Libr. Chadenat., Paris, s.d.

Brasil, de 1868. O Barão Homem de Mello, antigo catedrático de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes e conhecido geógrafo, cujo Atlas do Império do Brasil, — feito em colaboração com A. Pimenta Bueno — é hoje pouco conhecido — teve essa obra publicada em 1882, com 23 cartas coloridas. A edição de 1909, realizada em cooperação com Francisco Homem de Mello, lançada pela Briquet, é mais divulgada.

Para a Exposição que Rio Branco preparou, relativa à questão de fronteiras com a Argentina, foram impressas em New York reproduções de mapas, muitos dêles antigos e de interêsse artístico, que constituem os volumes V e VI, do "statement", incluídos em apêndice pelo grande erudito e historiador brasileiro, cujo cinquentenário de morte comemorou-se neste ano. (3) O último é, aliás, precioso, pelas primeiras 22, do total de 29 cartas reproduzidas. Estão ali, entre outros as seguintes peças:

1.^a) Fac simile do Primeiro Mapa do Paraguay construído pelos Jesuitas d'essa Província, oferecido ao R. P. Vincenzo Caraffa, VII Geral da Companhia de Jesus (1645-49). Gravado em Amsterdam por Gerard Coeck e publicado no Atlas Major de J. Blaeuw.

Mapa estudado no Vol. II da obra de Rio Branco, 118 a 120.

2.^a) Fac simile reduzido do Segundo Mapa do Paraguai construído pelos Jesuitas d'essa Província em 1722, oferecido ao R. P. Michelangelo Tamburini, XIV Geral da Companhia de Jesus. Gravado em Roma por J. Petroschi, 1726.

Estudado no Vol. II, páginas 126 a 140.

(3) O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional relembrou essa efeméride com exposição de reproduções de mapas antigos da Amazonia e da Guianas, editados pelo Barão do Rio Branco, e com palestras sôbre história da cartografia proferidas pelo autor desta nota e pelo professor A. S. Schnoor.

A respeito, recebi o seguinte cartão do Chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores: "Palácio Itamarati, Rio de Janeiro, 28-5-1962:

Meu caro Mário Barata: Agradecendo o envio da notícia sôbre a reunião promovida pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, em homenagem aos estudos cartográficos do barão do Rio Branco, congratulo-me pela iniciativa e pelo interêsse do tema de sua conferência. Cordialmente, Lauro Escorial de Moraes".

3.^a) Fac-simile reduzido da Edição Alemã do Segundo Mapa do Paraguai pelos Jesuitas, gravada em Augsburgo por Matheus Seutter. Data, segundo o catálogo do Museu Britânico, 1730.

Citado no Vol. II, página 127.

4.^a) Fac simile reduzido do Terceiro Mapa do Paraguai construído pelos Jesuitas d'essa Província em 1732, oferecido ao R. P. Franciscus Retz, XV Geral da Companhia de Jesus. Gravado em Roma por Petroschi.

Estudado no Vol. II, página 127 a 140.

5.^a) Fac simile aumentado do Mapa do Paraguai por D'Anville, 1733, no tomo XXI, página 229, das "Lettres Édifiantes et Curieuses Écrites des Missions Etrangères, par quelques Missionnaires dela Companie de Jesus", Paris, 1734.

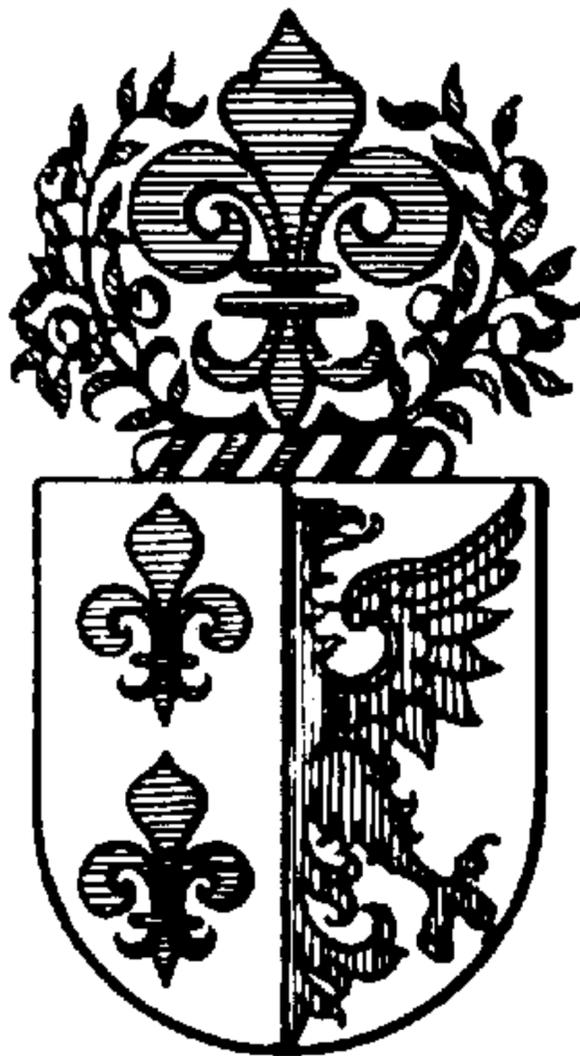
Estudado no Vol. II, página 127 a 140.

6.^a) Fac simile reduzido de uma das fôlhas da primeira edição do Mapa da America Meridional por D'Anville, Paris, 1748.

Estudado no Vol. II, página 128 a 140.

A cartografia histórica tem interessado bastante ao Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional e à Divisão de Documentação desta última instituição, através de seu Arquivo, cuja relação de mapas e plantas antigas esperamos todos ver publicada brevemente.

J. F. DE ASSUMPÇÃO SANTOS



DOMINGOS ANTUNES MACIEL

AUTOS DE NOBILITATE PROBANDA

Lisboa, 1756

Traslado dos originaes
da Torre do Tombo.

ARMAS DE MACIÉIS

Segundo os mais antigos tratadistas, que são os do século XVII, as armas posteriormente chamadas “modernas” (ilustradas na página retro) poderiam merecer a descrição singela, abaixo, que passamos para o português atual:

“Partido: — no primeiro campo, de prata, meia águia de vermelho, com bico e unhas de ouro; no segundo, também de prata, duas flores de lis de azul, em pala.

Timbre: — uma das flores de lis, entre dois ramos verdes de macieira, com maçãs de prata”.

Veja-se Alão de Moraes (PEDATURA LUSITANA — HISPANICA), Villasboas & Sampayo (NOBILIARCHIA PORTUGUEZA) e Pe. Carvalho da Costa (COROGRAFIA PORTUGUEZA), eruditos do século XVII.

INTRODUÇÃO

É muito conhecida a Carta Geral das Bandeiras Paulistas organizada por Affonso d'Escragnolle Taunay e editada pela Cia. Melhoramentos em 1922. A linha que assinala a máxima expansão da Capitania de S. Paulo, nesse mapa, abrange a quase metade do Brasil e inclui tôdas as regiões mais prósperas de nossa terra.

Não exagerava, por certo, o historiador bandeirante, embora a essa penetração sertanista nem sempre corresponda o povoamento primitivo. Indubitável é o fato de que nenhuma capitania suplantou a vicentina na qualidade e no número de troncos ilustres legados à genealogia brasileira. Dêles foi primeiro linhagista o Sargento-mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) que, com 28 anos, deu início à sua famosa obra, só publicada um século após.

Sabe-se que êsses manuscritos perfaziam cêrca de cem títulos e que, arruinado física e financeiramente, Taques os deve ter entregue a um distinto amigo, Doutor em Cânones, Desembargador do Paço e Procurador da Corôa, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, irmão do Bispo de Coimbra e reitor daquela antiga universidade, Dom Francisco de Lemos, que o viu levado a integrar o Conselho de Ministros, pelas mãos de D.^a Maria I.

João Pereira Ramos (1722-1799) conservou consigo os manuscritos de Taques, segundo se acredita. Não obstante, por extravio de uma parte dêles, ou pelo fato de só terem sido copiados pouco mais de vinte títulos, por Ordonhes, certo é que quatro quintos da obra foram dados até hoje como perdidos.

Diogo de Toledo Lara Ordonhes, também brasileiro, membro do Conselho da Fazenda antes de falecer em 1826, copiou de próprio punho pelo menos 23 títulos, com êles ocupando 42 cadernos de papel, mais duas fôlhas avulsas. A cópia foi realizada em 1783, seis anos depois da morte de Taques, verificando-se contribuição posterior do Visconde

de S. Leopoldo, em época não muito distante de 1839. Diversas páginas estão hoje quase ilegíveis.

É provável que parte dos manuscritos haja caído em poder do velhaco plagiador de Frei Gaspar da Madre de Deus, certo Manoel Cardoso de Abreu, detido nesse furto por Ordonhes, como já relatou Taunay. O caso é que na terceira década do século passado, o Visconde de S. Leopoldo, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, adquiriu as páginas copiadas por Ordonhes, ora nos arquivos daquela casa, encadernadas em dois livros de capa parda, guardados na lata 22.

Examinámo-las detidamente em 1958, antes de darmos à luz o ensaio *Uma Linhagem Sul Rio-Grandense: os Antunes Maciel*. O título que lhe deu notoriedade, *Nobiliarquia Paulistana, Genealogia das Principais Famílias da Província de S. Paulo*, não foi escolhido por Taques, como é evidente. O incansável linhagista não conheceu senão a capitania de mesmo nome. E em seu catálogo não aparece o título de Macieis, arrolado por Taunay entre os setenta e tantos restantes, perdidos. Sua existência revela-se, com efeito, através de citações em outros títulos. Assim, por exemplo, tratando dos Prados, informa Taques:

“A passagem e nobre qualidade de João Maciel, de Viana para o Brasil, consta no cartório das justificações da côrte de Lisboa, nos autos de nobilitate probanda de Domingos Antunes Maciel, processados no ano de 1756, no Juízo da Índia e Mina”.

A citação supra, que passamos para a língua atual, somada à certeza de que o grande linhagista jamais falsearia a data, mesmo por lapso de memória, levou-nos a encetar buscas em Lisboa, no sentido de localizar êsses autos, perdidos há mais de 200 anos.

Para tanto, dispensamos Silva Leme, em cuja *Genealogia Paulistana*, edição de 1903, vol. 8, o autor afirma, relativamente ao casal Antônio Antunes:

“Cremos que foram pais de Gabriel Antunes Maciel, falecido em 1649 em S. Paulo, que foi o primeiro marido de Mecia Cardoso...” etc.

Ora, Silva Leme não poderia pôr Taques em dúvida, pois em sua obra alicerçara o texto de seus nove volumes, omi-

tindo de propósito a citação voltada para a justificação de nobreza dos Maciéis.

Também tivemos que dispensar Américo de Moura, cujas divagações em torno de uma pretensa origem mameuca de Dona Paula Camacho, à base de muita hipótese e mal identificada documentação, corriam parelha com a imaginação dedutiva de Teixeira de Carvalho no tocante à filiação de Antônio Antunes.

Entronizada a guerra emboaba nos anais do orgulho paulistano, a exemplo do que fariam mais tarde com a Revolução de 1932, e mostrando-se os seus cultores cegos e surdos aos mais sensatos apelos para uma equilibrada análise da realidade, não seria de estranhar passassem os bandidos João e Lourenço Leme da Silva à categoria de heróis nativistas, restando ao Ten. Cel. João Antunes Maciel, bandeirante dos mais distintos de seu século, o mero papel de lusófilo sanguinário, embora se continuasse exaltando a fidelidade que Amador Bueno, desembainhando a espada contra o povo vicentino, havia demonstrado a El Rei.

Sabido era que a preclaríssima Casa dos Maciéis, do Castelo de Darque e da Quinta da Maceira, sob o apelido *Antunes Maciel*, passara a brilhar em Piratininga como “uma das principais famílias desta Capitania”, ofuscando as mais nobres linhagens que a bandeirologia acolheu e exaltou. Pois nenhuma a terá ultrapassado em lealdade, nobreza e serviços. Como conservá-la na penumbra?...

Após doze anos de pesquisa, seguindo Taques e examinando a documentação revelada por alguns, especialmente por Jaime Cortesão, submetemos as nossas conclusões ao erudito exame do Dr. Alberto Iria, atual Director do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, conseguindo, graças às buscas ordenadas por êste último, fossem localizados no Arquivo de Feitos Findos, anexo à Torre do Tombo, dois documentos, número 21 e 22 do maço 9, que se referem à justificação de nobreza de Domingos Antunes Maciel, tal como afirmara Pedro Taques, processada em 1756.

Através dêsses documentos, fica reconstituído por dois eméritos linhagistas o desaparecido título de Maciéis, da nobiliarquia taqueana, um dêles sendo o próprio sargento-mor. Não se trata de cópia cuja letra mereça fé, como de Ordonhes, por indicação do Visconde de S. Leopoldo. Nem se trata, apenas, de um manuscrito autógrafo de Taques, o que já seria extraordinário. Pois ao contrário das

demais linhagens da velha nobiliarquia paulista, a dos *Antunes Maciéis* exhibe agora uma prova judicial de sua ascendência e de sua nobreza, jurada sôbre os Santos Evangelhos em documentos originaes da época, tombados pelo govêrno portuguez em seu arquivo nacional, pelos quaes devem ser corrigidos os textos em discordância.

Verifica-se assim que durante o reinado d'El Rei Dom José, de Portugal, sendo desembargador da Casa da Supplicação o Dr. João Alberto de Castelbranco e corregedor do cível da côrte o Dr. Francisco Xavier Morato Boroa, correu por um dos Juízos de Correição do Cível o processo iniciado por Domingos Antunes Maciel, sorocabano, sertanista como todos os de sua raça, minerador de ouro no sertão de Goyazes e homem opulento em cabedais.

A petição inicial foi instruída com certidão genealógica e nobiliárquica assinada por um famoso linhagista, José Freire de Montarroyos Mascarenhas (1670-1760), lisboeta, fundador do jornalismo em Portugal e escritor de mérito, que estudou Humanidades, Filosofia e Matemática com distinção e proveito. Sua obra mais citada, ainda em manuscritos, tem por nome *Nobiliário Genealógico, Crítico e Histórico das mais Ilustres Famílias dêste Reino e suas Conquistas*, perfazendo 4 volumes; porém nas bibliotecas do Pôrto, da Ajuda e na Biblioteca Nacional de Lisboa, encontram-se pelo menos quatorze outras obras, de cunho heráldico ou genealógico. Além da certidão passada por Montarroyos Mascarenhas, foi a inicial instruída com muitas certidões paroquiais e documentos públicos trazidos de S. Paulo e Sorocaba, em maior parte inéditos até esta data. São de marcada importância para a história do planalto.

Levando-se em conta, sucessivamente, a iniciativa na solicitação de diversas certidões preliminares, a vantagem de gerir — como sucessora do Ten. Cel. João Antunes Maciel — os bens deixados pelo marido, a maturidade, o conhecimento do mundo e a desenvoltura com que requereu diversas mercês, alegando serviços do grande sertanista à Corôa, mais o sinal de feminina vaidade determinante do embargo de declaração abaixo referido, pode-se apontar, com certeza, a viúva D.^a Maria Paes de Jesus, cuja linhagem era ilustríssima, como o verdadeiro cérebro de todo êsse processo. Domingos Antunes Maciel, seu filho, mal entrado na casa dos trinta, secundou-a, sem dúvida, de modo decisivo, em particular nos últimos anos.

Muito orgulhosa, inteligente e decidida, talvez induzisse o filho a viajar até Portugal. Estava-lhes reservado enfrentar, além do despeito dos homens, a fúria dos elementos desencadeados. Com efeito, às barreiras do preconceito reinol juntar-se-á, logo, a espantosa catástrofe que foi o terremoto destruidor de Lisboa em 1755. No incêndio subsequente perdeu-se o venerável Livro dos Reis d'Armas, então guardado em casa do escrivão que respondia pelo cartório da nobreza, assim como os de registro de brasões. Tudo se conjurava contra a prosápia dos Maciéis brasileiros.

Terminada a instrução documental do processo, a cargo dos justificantes, e aberta a inquirição oral, depõem três testemunhas juradas: — João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, então opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra, de cuja reforma participaria mais tarde; Pedro Taques d'Almeida Paes Leme, Sargento-mor da Capitania de S. Paulo, então em Lisboa, para onde retornaria dezoito anos depois, já marcado pela morte; e Joaquim Mariano de Castro, goiano de Vila Boa, onde terá nascido em 1731, na época estudante canonista em Coimbra.

Profeticamente, Taques reconstitui, em minúcias, o extraviado título de Maciéis, assinando de punho o depoimento, repleto de preciosas revelações de toda a ordem. Não agiria com maior cuidado se pudesse advinhar a perda de suas contribuições insubstituíveis!

Promulgada a sentença confirmatória de nobreza e fidalguia, a 30 de setembro de 1756, o justificante interpõe embargo de declaração, exigindo se anteponha, no texto, o tratamento honorífico "DONA", aos nomes de sua mãe e de suas avós, quer pelo fato de se tratarem elas à lei da nobreza, com criados, armas e cavalos, sem fama ou rumor em contrário, quer por assim o merecerem, dados os altos empregos de seus maridos, quer, enfim, pela prerrogativa sustentada pelo *jure sanguinis* (sic), provada como se achava a limpeza de sangue.

Diante dessa altivez tão genuína, aumentam os obstáculos. Como aconteceria ainda hoje, o escrivão, José Antônio da Silva, pede férias e leva consigo os autos... Isso obriga o sorocabano a requerer de novo, obtendo deferimento de Boroa, que encaminha o expediente ao desembargador corregedor.

Recebido, enfim, o embargo, e julgado provado, o justificante paga as custas acrescidas que lhe impuzeram e

requer carta de sentença, para com ela tratar de seu direito e justiça (sic), obtendo-a em data de 4 de janeiro de 1758.

É a cópia integral dessa sentença, em 67 fôlhas escritas em cursivo, nas duas faces, cada uma medindo 0,315x0,220m, nos manuscritos originais, que se irá ler nas linhas adiante.

Observe-se que a carta de sentença cível de justificação de nobreza, resumindo todo o processo (dessa forma aberto aos estudiosos patricios), começa pelo Alvará Régio, que ordena seja ela cumprida plenamente no Reino e Senhorios de Portugal.

Sôbre o mesmo processo existe ainda o documento 21, do mesmo maço 9, aqui não incluído, porém resumido a contento, uma vez que compreende os próprios autos que a sentença traslada. Permitiu a reprodução das assinaturas.

No campo da heráldica, a colheita mostra-se escassa. Declara o justificante, na petição inicial, que pretende usar as armas que lhe pertencem, por seus ancestrais, porém limitadas às primeiras cinco linhagens brasonadas que menciona, num total de vinte e duas, das mais ilustres. É fácil de comprovar que referiu-se às armas de Maciéis, Ponce de León, Contreras Zunigas e Guzman Toralles, mais as de Camachos. Provavelmente pretendia compor um escudo esquartelado, talvez com escudete central, a exemplo do que fez um de seus primos sul rio-grandenses, o Barão de Três Serros. A pesquisa, a tal respeito, foi já encetada em Lisboa.

As conseqüências de natureza genealógica, a partir das revelações trazidas por êsses papéis, são na verdade demasiado extensas. Em apêndice, limitámo-nos, aqui, àquelas atinentes à ascendência de João Maciel, o velho, povoador de S. Paulo, e à de um de seus genros, Antônio Antunes, que cedeu o apelido à família *Antunes Maciel*. A filiação de ambos era inteiramente ignorada, como se sabe, havendo merecido comunicados à parte, dirigidos aos institutos históricos e genealógicos.

Durante muitos anos, aliás, a divulgação do documento 22 dará frutos, mostrando-se desde já enorme o interêsse despertado nos citados institutos, pelos referidos comunicados, tão pronto os expedimos, meses atrás.

Ao agradecermos ao erudito Dr. Alberto Iria, a inestimável colaboração que trouxe à pesquisa, gostaríamos de anotar a permissão concedida pela Torre do Tombo, em officio referênciã — Proc. 2.166/8, n.º 343 — de 12 de

setembro de 1961, dirigida a quem redige estas linhas, voltada para a publicação. Gratos ficamos, igualmente, ao Dr. R. Cunha, secretário, e às doutoras Alice Estorninho (decifradora) e Rosalina Silva Cunha, do Gabinete de História e Leitura Paleográfica, de Lisboa, que reúne peritos licenciados em Filologia Românica e Ciências Históricas e Filosóficas, como entidade de elite, reconhecida pelo Instituto de Alta Cultura. A essa laboriosa equipe coube a decifração e o traslado *ipsis litteris* dos manuscritos, tarefa que as fotocópias a estampar demonstrarão haver sido das mais especializadas.

Lamentamos dizer que, entre as publicações genealógicas paulistas, tais escrupulos, no traslado, por isso entregue a filólogos, ainda são muito raros, havendo mesmo a tendência a completar, por deduções as mais precárias, os trechos ininteligíveis ao decifrador improvisado. O documento que, a seguir, será lido, constituiu-se, assim, num estímulo à paleografia nacional.

Para terminar, diga-se que a comunicação, pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao Arquivo Histórico Ultramarino, de que os autos de nobilitate probanda dos *Antunes Maciéis* haviam sido encontrados, mereceu ofício n.º 222, de 20 de junho de 1961.

S. Paulo, setembro de 1962.

J. F. DE ASSUMPCÃO SANTOS.

Eng. Ind.

GABINETE DE HISTÓRIA E DE LEITURA
PALEOGRÁFICA

TÔRRE DO TOMBO

ARQUIVO DOS FEITOS FEITOS

*Justificação de Nobreza, Maço 9, doc. 22,
no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*

(CÓPIA)



“Lx.^a Snnça. Civel de
Justificação de Nobreza.

De Domingos Antunes Maçiel
de Contreiras Ponce de Leon
de Zuniga, porque justificou
o contheudo nella etc.^a

Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Affrica Senhor de guine e da Conquista Navegação Comercio da Ethiopia Arabia Perçia e da India etc.^a. A todos os Corregedores Provedores Ouvidores julgadores Juizes Justisas Offeçiaes e mais pessoas della deste meu Rejno e Senhorios de Portugal aquelles a quem donde e perante quem e a cada hum dos quaes esta minha Carta de Sentença çivel de Justificação de Nobreza tirada e Rezumida dos outos do processo dada e passada a Requerimento de parte que a pedio e requereo em forma virem e for apresentada e o verdadeiro conhecimento della com direito directamente deva e haia de pertencer e o seu devido effeito plenario cumprimento e Real execussão della da minha parte Se vos pedir e requerer por qualquer via modo forma maneira ou Rezão que seia e ser possa Fasso vos Saber a todos em geral e a cada hum de vos em (lv^o) particullar em vossas jurisdicoens Lemitos termos e destritos Como em esta minha corte munto nobre e Sempre leal Cidade de lisboa e juizo da correição do cível da Corte na caza da Suplicassão della pella digo della (*sic*) perante o meu dezembargador Corregedor por quem esta passou e vay assignada ao deante nomcado Se principiarão trataram ordemnarão proçessarão e finalmente foram julgados Sentenciados e determinados huns autos Civeis de justificassão de Nobreza de Domingos Antunes Maçiel Ponçe de Leon digo de Domingos Maçiel de contreiras Ponçe de Leon de zuniga e Hieronimo Antunes Maçiel e isto tudo sobre cauza materia e por rezão do contheudo escrito e declarado em os ditos autos de que ao deante pello discurço desta se hira fazendo mais Larga expreça e declarada menção pellos quaes autos em elles entre outras demais couzas em elles contheudas (2) escritas declaradas Se via e mostrava ao seu principio junta e autuada huma petissão dos iustificantes da qual o seu theor e forma he pella maneira Seguinte” Dis Domingos Antunes Maçiel de Contreiras Ponçe de Leon de Zuniga e Hironimo Antunes Maçiel que para bem de sua justissa, abonassão de suas pessoas, Nobreza e Fidalguia querem justificar em como sam filhos legitimos de João Antunes Maçiel e de sua molher Donna Maria Paes de Contreiras Ponçe de Leon como se mostra da certidão junta letra A. Nettos pella parte paterna do cappitão João Antunes Maçiel e de sua molher Donna Joanna garçia Barboza de Calheiros Como se mostra da certidão Letra B.

esta filha de Miguel garçia Carrasco e de sua molher donna Anna Barboza de Calheiros filha de Domingos Barboza Calheiros e de sua molher donna Maria (2v^o) Maciel e netta de Domingos Barboza Calheiros e o dito Miguel garçia Carrasco ser filho de João garçia Carrasco e de sua Molher donna Maria Paes, Bisnetos de gabriel Antunes Maciel e de sua molher donna Mecia Cardoza Camaxa filha de Antonio Lourenço camaxo e de sua molher donna Jsabel Cardoza Vas guedes, o qual Antonio Lourenço Camaxo hera jrmão jnteiro de donna Bernarda Luiz camaxo Molher de Amador Bueno de Ribeiro natural de Sam Paulo ouvidor geral Provedor da fazenda real e Cappitam Mor governador daquella capitania onde hera tam grande o seu respeito entre os seus naturaes e ao mesmo tempo tanto a sua lealdade para Com o Senhor Rey Dom João quarto de quem hera vassallo que sendo aclamado Rey pello povo em huma occazião (3) de temulto em tal nam consentio oppondo sse como Leal vassallo a dita aclamassão evitando a (*sic*) vozes com evidente perigo de sua vida, e grande clamor que vivesse o Senhor Rey Dom João o quarto e que pella Fedellidade que lhe devia de vassallo queria morrer na sua defeza rezollução que havendo Sido presente ao mesmo Senhor lhe foi munto louvada e por ella Honrados e premiados os seus descendentes como consta da certidão Letra C netta a dita Donna Mecia Cardoza Camaxa por parte paterna de Domingos Luis cavalleiro da ordem de Christo e Padroeiro da jgreia de Nossa Senhora da Lus da cidade de Sam Paulo e de sua molher Donna Anna Camaxo filha de gonçallo Camaxo e de sua molher Donna Caetana Camaxo digo Donna Caetana Ramalho que hera filha de João Ramalho natural de Bouzellas Comarca de Vizeu, Cappitam mor e (3 v.) Alcaide mor da villa de Santo Andre do Campo primeira povoassão de Serra assima como consta dos livros da Camara de Sam Paulo livro da Camara de Santo Andre, anno de mil quinhentos cincoenta e tres a folhas huma e dezouto e pella Parte Materna neta de gaspar vás guedes e de sua molher Francisca Cardoza, e elle filho de Antonio vas guedes e de donna Margarida Correa; Bisneto pella sua varonia de Antonio Antunes e de sua molher Donna Maria Maçiel, filha de João Maçiel e de sua molher Donna Paula Camaxa; Bisneta de Estevão gil e de sua molher Beatriz fernandes Maciel quintos avós do suplicante” Polla materna Sam netos de Domingos Soares Paes Capitam da jnfantaria da ordemnança e de sua

molher donna Maria Leite de Contreiras Ponce de Leon Como se mostra da certidão Letra — A --- (4) Esta filha do cappitão Hieronimo Ferras de Araujo digo Hieronimo Ferras de Araujo cabral e de sua molher Donna Maria Ricalda de gusman e Contreiras filha do capitão Andre de Zuniga Ponce de Leon e contreiras e de sua molher Donna cecillia de Abreu de Proença filha de Baltezar fernandes e de donna jzabel de Proença Varella que hera filha de joão de Abreu e de donna jzabel de Proença Varella filha de Antônio de Proença Varella e de donna Ignocência Doria, e o dito Andre de Zuniga Ponce de Leon e Contreiras que hera filho de gabriel Ponce de Leon e Contreiras e de sua molher Donna Maria de Toralles, como consta digo (sic) como se mostra da certidão Letra P esta filha de Barthollomeu de Toralles e de donna viollante de Zuniga e ella filha de Bernabé de contreiras de Zuniga e de donna viollante de gusmão Ponce de Leon netos de dom Pedro de Contreiras (4v.) e de Donna Bernarda de zuniga de Mendonça filha de dom Francisco de zuniga e Valdez e de sua molher donna Maria Manrique, e o dito Hieronimo Ferrás de Araujo cabral Ser filho de Manoel Ferras de Araujo e de sua molher Donna Veronica dias leme da Camara Como se mostra da certidão Letra E Netos de Manoel ferrás de Araujo e de donna Beatriz Moreira e pella Materna Netos de Pedro dias leme dos verdadeiros Lemes deste Reyno Como legitimo bisneto que hera de Pedro leme da Camara natural de Funxal donde Passou a Capitania de Sam Vicente na qual justificou em mil quinhentos Seçenta e quatro que hera filho de Antonio leme irmão mayor de Alcixo leme da Camara e Pedro leme fidalgos nos livros de ElRey e aparentados em grao munto chegado Com don denis de (5) Almeyda Contador Mor, Dom Diogo de Almeida armador Mor e outros Fidalgos jllustres Como consta do Brazão que se passou aos quimze de Outubro de mil setecentos e sincoenta a seu descendente Pedro dias Paes leme Fidalgo da Caza real Comendador na ordem de christo e Alcaide mor da Bahia e guarda mor geral de todas as Minas do Brazil Legitimo Bisneto do dito Pedro dias Leme e de sua molher donna Maria leite da Silva filha de Pascoal Leite furtado natural da Ilha de Santa Maria da qual passou em serviço da Coroa á capitania de Sam Vicente pellos annos de mil Seiscentos quarenta e sete, e do seus testamento que hoje se concerva no Reziduo Secullar da Cidade de Sam Paulo Consta ser filho de gonçallo Martins

leite, e de Donna Maria da Silva Netto Paterno de Jorge furtado de Souza homem fidalgo e de sua molher Caetana Nunes Velho pella qual (5v^o) hera o dito Pascoal Leite quarto netto Legitimo de Diogo gonçalves de Travessos Fidalgo jllustre vedor do infante Dom Pedro Regente de Portugal e do Concelho de ElRey Dom Affonço quinto e de sua molher Donna Violante Alves Cabral jrmão jnteiro de Frey Gonçallo Velho Cabral Comendador de Almororol descobridor e Senhor Donnatario da jlha de Santa Maria e de outras muntas terras e filhos ambos de Fernão Velho Fidalgo da familia dos velhos, e de sua molher donna Maria Alves Cabral filha legitima dos Senhores de Azurar Alcaide Mor de Belmonte, o que tudo consta de outro Brazão passado a vinte e tres de janeiro de mil Settecentos e nove a gaspar Martins Collombreiro, e seus jrmãos sobrinhos do mesmo Pascoal leite furtado e filhos de sua jрман Caetana Furtado Leite, e alem d'elle (6) Se acha Sem (sic) escrito pelo Padre Cordeiro o doutor gaspar Frutuozo que escrevendo das famillias das jlhas no cappitulo em que tratão do descobrimento da Jlha de Santa Maria e famillias dos Povoadores e de sua molher jzabel do Prado Bisnetos os suplicantes de Manoel Soares e de sua molher Maria Paes da Rocha do Canto filha de Baltezar Carrasco e de sua molher jzabel Antonia da Rocha como se mostra da certidão da Letra F — Netta Paterna de Manoel garçia carrasco e pella Materna neta de Antonio da Rocha do canto e finalmente Terçeiro netto de gonçallo Rodrigues e de sua molher Anna gonçalves Sendo o dito Manoel Soares natural de Lisboa Baptizado na freguezia de Sam joze Como o mostra da certidam Letra — g — e da letra — H — Com toda a mais (6v^o) ascendencia postos, lugares, naturallidades que se mostram na certidam Letra — j — os quaes todos forão pessoas munto nobres, e legitimos descendentes das famillias de Maçieis, Ponçe de Leon, Contreiras Zunigas, gusman Toralles, Camaxos, Cardozos, guedes carrascos, Barbozas, calheiros Roxas Ferrazes, Araujos, Lemes, Leites, furtados, Abreus, Proenças Varellas, Cabraes, e outras muntas e como taes se tratarão a Ley da Nobreza Com cavallos Armas e criados Sendo das pessoas mais nobres das Terras onde viveram e nellas exercitarão os postos e lugares mais honorificos Sem que nas ditas geraçoens houveçe Rassa de judeo, Mouro, ou mullato Nem de outra infecta nasção e porque pertende uzar das Armas que lhes pertencem por seus avós

e quer Se lhe passe as primeiras cinco que aSima ficção referidas o que Se nam pode fazer sem primeiro fazer se a justificassão // Pede a vossa merçe Seia Servido mandar (7) digo servido ademetir os Suplicantes a dita justificassão aprovado o que baste lhe haia por justificado descender das ditas famillias e lhes mande passar Sentença para o que se pertende “e Recebera merçe” segundo Se continha e declarava em a dita petissão que Sendo assim feita e apresentada ao meu dezembargador corregedor do Cível da Corte o doutor Francisco Xavier Morato Boroa no pe della proferio o despacho do theor e forma Seguinte/ Justifiquem “Boroa” Segundo se continha e declarava em o dito despacho que sendo asim dado e proferido no pe da dita petissão Logo por bem delle se juntava esta aos autos e fora autuada do modo e forma que dito he e com ella foram juntos aos mesmos autos os documentos de que na dita petissãc fas menção dos quaes o Seu theor e forma he pella maneira Seguinte “Ordemno ao Coronel joão Antunes Maciel que todas as canoas (7v^o) que achar que foram dos Regullos joam Lerna e João digo João Leme e Lourenço Leme da Silva nam estando aRematadas pello fisco digo pello confisco que se lhe fes as mande tomar e por prontas para a viagem que ha de fazer como tambem sendo lhe necessarias algumas e sabendo quem as tem feitas lhes mandara tomar pagandoçe aos donos dellas o Seu justo preço sendo primeiro avalliadas o que o dito Coronel fará com toda a brevidade por Ser aSim conveniente ao Real Serviso Sam Paullo dous de Março de mil setecentos e vinte e quatro com huma Rubrica” Treslladado o concertei com o que me foi apresentado a que me reporto que tornej a entregar a quem mo apresentou que de como o Reçebeu assignou Lisboa vinte e cinco de outubro de mil Setecentos sincoenta e tres annos e Eu jose Manoel Barbosa Taballião publico de notas por Sua Magestade (8) nesta cidade de lisboa o fis escrever e assignej em publico lugar do signal publico”. Em testemunho de verdade o Taballião José Manoel Barboza “Frey Luis de Sam Boaventura Antunes” documento “Dom Bras Baltezar da Silveira do Concelho de Sua Magestade que deos guarde Mestre de campo general dos seus Exercitos governador e capitão general da Capitania de Sam Paullo, e Minas do ouro etc. Certefico que chegando a estas Minas achey Sendo morador nellas ao Tenente Coronel joam Antunes huma das principaes pessoas dellas e Munto amado dos povos, pello

singullar zello e munto vallor, com que se ouve na defença do Rio das mortes quando pellos Paullistas foi atacado mettendo no Reduto que se fes para defença dos moradores, pellejando contra seus Parentes, e naturaes, nam por queixa que delles tiveçe mas sim pellos inçitar (8v.) o grande zello de que ficassem estas minas debaixo da obediencia de Sua Magestade que deos guarde no que teve munto grande parte assim pello vallor com que defendeu o Reduto, como pella industria de que uzou mandando persuadir aos seus naturaes a que dezestiçem da empreza com o fingimento de que sobre elles vinha hum formidavel poder no que fes hum grande servisso a Sua Magestade que deos guarde evitando os grandes dannos que se seguião a estas minas sendo ganhadas pellos Paullistas e de o nom conçequirem se seguiria concordia em hoie se achão deBaixo da obediencia de Sua Magestade; mostrandoçe em tudo o dito joão Antunes tam fiel vassallo que julgo merçedor de toda a merçe e honra que o dito Senhor for servido fazer lhe; Passo o Referido na verdade pello juramento do habito de christo que professo de que mandei passar a presente (9) çertidão por mim assignada e sellada com o signete de minhas Armas para que o Sillêncio nom Roube o devido premio ao meriçimento de tam leal vassallo Villa de Nossa Senhora do carmo vinte e seis de julho de mil Setccentos e dezaceis annos “dom Bras Baltezar da Silveira” lugar do sello das armas”. E Tresllado o referido o concertei com o proprio a que me reporto e o passei em publica forma a pedimento de quem mo apresentou ao qual o torneij a entregar e de como o Reçebeo assignou aqui comigo lisboa nove de Fevereiro do Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus christo de mil Setecentos Sincoenta e dous e Eu Manoel Antonio de Passos Taballiam de notas por sua Magestade na cidade de lisboa e seu (sic) termos nesta copia sobescreu e aSigney em publico Lugar do Signal publico “em testemunho de verdade Manoel Antonio de Passos” (9vº) Frey Luis de Sam Boaventura Antunes “documento” Tresllado do documento que se achava neste lugar — Francisco eusthaquio de leiro Fidalgo da caza de sua Magestade escrivão das justificaçõins da fazenda Real etc.º. Certefico aos que a prezente çertidam virem que em meu poder e cartorio do dito officio Se acham huns autos de justificassão findos e Sentenciados de donna Maria Paes de Jesus e Seu filho Domingos Antunes Maçicl Paes em que justificaram a este juizo perante o doutor Diogo

de Souza Mexia juis que he das ditas justificaçoens Serem molher e filho do Tenente Coronel joam Antunes Maçiel que fora Supertendente geral das Minas do Cuiaba o qual he fallescido Sem lhe ficarem mais herdeiros que os Suplicantes e Luis Antunes nam herdar por Ser relligiozo capucho, e Hieronimo Antunes Maçiel cabral que tambem hera fallescido sem digo fallescido Sendo cazado (10) de cujo Matrimonio lhe ficaram dous filhos que Sam herdeiros por parte de Seu Paj a Saber João Antunes Maçiel e donna Maria Antunes netos do mesmo Marido e Pay dos Suplicantes aos quaes ficou pertencendo a herança e acçoens do dito Seu marido Pay e Avo e da mesma sorte a de pedirem a sua Magestade a Remunerassão de seus serviços obrados athe os ditos postos a saber a suplicante donna Maria Paes de Jesus Domingos Antunes e aos Seus nettos etc.^a como tudo mais Largamente declara em sua petissão e sendo ouvido o procurador da fazenda e os ditos autos levados concluzos ao dito juis em elles pronunçiou a Sentença do theor seguinte “Mostraçe que donna Maria Paes de Jesus foi Legitimamente cazada com o coronel João Antunes Maçiel que siruo (*sic*) tambem de superintendente das minas de Cuiaba e que este he fallescido com a depozição junta e com hum filho chamado Domingos Antunes Maçiel (10v^o) que som seus herdeiros e tambem dous netos que ficaram de outro filho chamado Jeronimo Antunes Maçiel fallescido aos quaes pertence a acção e herança do dito Tenente Coronel pello que a elles pertence requerer tambem a satisfassão dos servissos do defunto. Lisboa dezassete de outubro de mil Setecentos sincoenta e tres. Diogo de Souza Mexia e nam se continha mais em a dita petissão digo em a dita Sentença que esta em os ditos autos e dos mesmos se via e mostrava Ser a dita Setença intimada ao procurador da fazenda que nos mesmos autos dera a sua resposta de que tudo o Seu theor he o seguinte. Com a sentença supra proferida nestes autos a intimei ao procurador da fazenda na forma do decreto de Sua Magestade Lisboa vinte e tres de Outubro de mil setecentos e sincoenta e tres “Francisco Eustaquio de Leiro o escrevi” intimada “Com a Rubrica do procurador da Fazenda (11)” E nam se continha mais em o dito termo de jntimassão de Sentença e Resposta do procurador da fazenda que tudo esta nos ditos autos de que fis passar a presente certidão aos quais me reporto que ficam em meu poder e cartorio do dito officio e a outras quaesquer cer-

tidoens ou documentos que do theor desta haia ou se haiam passado a qual vay por mim sobscrita e assignada dada em esta corte e çidade de lysboa aos vinte e sinco dias do mes de Novembro de mil Setecentos Sincoenta e quatro annos pagou desta cento e vinte reis e de busca dos autos Cento e outenta reis. Francisco Eusthaquio de Leiro a fis escrever e assignej "Francisco Eusthaquio de Leiro". E tresl-ladado o concertei Com o proprio que entreguei ao Reverendo Padre Frey Luis de Sam Boaventura que de como a Reçebeu aqui assignou ao qual em todo e por todo me reporto e eu (11v.º) Jose Antonio da Silva o sobscrevj e assigney "Jose Antonio da Silva" Frey Luis de Sam Boaventura Antunes" Documento "Dizem Domingos Antunes Maciel e Luis Antunes Maciel filhos legitimos do Coronel João Antunes Maciel, e João Antunes Maciel, e como tambem Donna Maria Antunes Leme de Barros, ambos os dous filhos Legitimos de Hieronimo Antunes Maciel, filho do dito Coronel que para bem de sua justissa lhe he necessario huma certidão do dito Reverendo Parrocho por onde conste a sua jdade, e filliassão "Pede á vossa merçe lhe faça merçe mandar que o Reverendo Parroco da villa de Sorocaba lhe passe certidão do que constar dos livros dos Baptizados em modo que faça fe e Reçebera merçe" despacho — Passe o Reverendo vigario Campos "Certidam — O Padre Francisco de Campos Parrocho desta freguezia de Nossa Senhora da Ponte da villa de Sorocava (12) certifico que por virtude do despacho aSima busque o que os Suplicantes pedem na sua petissão supra" e os achey com o theor seguinte "Acento do primeiro termo" Aos outo dias de Septembro de mil setecentos e vinte e hum annos, Baptizej e pus os Santos olios ao jgnocente Domingos filho de João Antunes Maciel e de sua molher Donna Maria Paes, Padrinhos o capitão Hieronimo Ferras, Maria Leite de que fis este acento era ut supra. o vigario Bras de Almeida Larsa -- Acento do segundo termo em que consta ser Baptizado o suplicante Luis Antunes he o seguinte — Aos quatro dias do mes de Septembro de mil setecentos e vinte e tres annos Baptizej e pus os Santos olios com faculdade do Reverendo vigario Bras de Almeida ao jgnocente Luis filho Legitimo do Tenente Coronel João Antunes Maciel e de donna Maria Paes foram Padrinhos Domingos Leme e Hironima de Mendonça molher do capitão Domingos Antunes digo do capitão gabriel Antunes de que fis este açento dia (12v.) mes era ut supra Pedro

Domingos Paes “Acento do terceiro termo que consta ser Baupuzado o Suplicante Hieronimo Antunes he o seguinte “Aos quinze dias do mes de Abril de mil setecentos e vinte e cinco annos nasceo Hieronimo filho do Tenente Coronel João Antunes Maçiel e de sua mulher donna Maria Paes Baptizej e pus os santos olios aos vinte e hum do dito mes foram Padrinhos o Cappitam Domingos Soares Paes e Escolastica Soares ambos cazados de que fis ho acento dia, mes, hera ut supra. Pedro Domingues vigario — foi somente o que achej nos ditos tres termos aos quaes os Treslladei Bem e fielmente de verbo ad verbum passa todo o Referido na verdade em fec do que passei esta de minha letra e signal jurada in verbo Sacerdotis Sorocaba aos onze de Agosto de mil setecentos sincoenta e dous annos” Francisco de Campos “jtem certefico que tambem buscando no livro dos Baptizados achej os termos por onde constava estarem Baptizados João e Maria filhos de Hieronimo Antunes Maçiel ja defunto aos quaes termos (13) sam os seguintes” Primeiro termo Aos vinte e hum dias do mes de Dezembro de mil Setecentos quarenta e Cinco annos Baptizei e pus os Santos olios a João ignocente filho de Hieronimo Antunes Maçiel e de sua mulher donna Thereza Leite foram Padrinhos Hieronimo Soares de Araujo e Maria Leite da Silva de que fis este acento. Pedro Domingues vigario — E nam continha mais o dito termo — Acento do outro termo he de theor Seguinte — Aos vinte e nove dias do mes de Março de mil Setecentos e quarenta e Sete annos Baptizej e pus os Santos olios a Maria ignocente filha de Hieronimo Antunes e de sua mulher Donna Thereza Leite forão Padrinhos Domingos Soares Antunes e Maria leite de que fis este Acento Pedro Domingues vigario — E nam continha mais nos ditos termos aos quaes Treslladei bem e fielmente de verbo ad verbum passa todo (13vº) o Referido na verdade em fe de que passo esta de minha Letra e signal e tem jurada in verbo Sacerdotis Sorocova aos treze de Agosto de mil Setecentos Sincoenta e dous annos “Padre Francisco de campos vigario” Reconhecimento — Reconheço a letra e firma da certidam retro Ser do Reverendo vigario nella contheudo por outras suas semelhantes Rio de Janeiro de Setembro vinte e tres de mil Setecentos Sincoenta e dous “lugar do signal publico” Em testemunho de verdade Bento Pinto de Afonceca “justificassão — o doutor Ignacio da Cunha thoar cavalleiro professo na ordem de Sam Bento de Avis do de-

zembargo de sua Magestade e Seu dezembargador da Rel-
lassão desta cidade de San Sebastião do Rio de janeiro
nella ouvidor geral do civil, e juiz das justificações de
Índia e Mina etc^a Fasso saber aos que a presente certidão
de justificassão virem que a mim me constou por fee do
escrivão de meu cargo que esta subscreveo Ser a letra do
Reconhecimento aSima retro o sig (14) nal publico e Razo
delle do Taballião Bento Pinto de Afonccca nelle contheudo
o que hej por justificado Rio de janeiro vinte e tres de Sep-
tembro de mil Setecentos Sincoenta e tres” e eu Antonio
Machado Freyre o subscrevj “Ignacio da cunha de thoar
Reconhecimento — Reconheco o signal ser do doutor ignacio
da cunha de thoar lisboa sinco de julho de mil Setecentos
Sincoenta e tres” signal digo e tres “lugar do sinal publico”
em Testemunho de verdade de joam Mauricio da cunha “E
Treslladada a concertei com a que me foi apresentada a que
me Reporto que tornej a entregar a quem ma apresentou
que de como a Recebeu assignou, e a seu pedimento passej
esta copia em publica forma lisboa aos vinte e tres de julho
de mil Setecentos Sincoenta e tres annos e Eu jose Manoel
Barboza Taballiam publico de notas nesta cidade o fis es-
crever e assignej em publico” lugar do signal (14v^o) publico
Em testemunho de verdade o Taballião jose Manoel Bar-
boza “Frej Luis de Sam Boaventura Antunes” O doutor
Diogo de Souza Mexia do concelho de Sua Magestade e de
sua Real fazenda e juiz das justificações della etc^a Fasso
saber aos que a prezente virem que a mim me constou por
fee do escrivão que o subscreveo serem os signacs retro pu-
blico e Razo de Jose Manoel Barboza Taballião nesta cidade
a que hej por justificado lisboa o primeiro de Agosto de
mil Setecentos e Sincoenta e tres Francisco Eusthaquio de
Leiro a fis escrever Diogo de Souza Mexia “Documento —
Dis Donna Maria Paes de JEsus desta villa de Saracova
veuva que ficou do Coronel joão Antunes Maçiel que para
bem de sua justissa lhe he necessario huma certidão do Re-
verendo Parroco da mesma villa por onde conste que a
suplicante foi cazada na forma da jgreja com o dito Coronel
João Antunes Maçiel” Pede a vossa merçe lhe faça merçe
mandar passar a dita cer (15) tidam do que constar dos li-
vros dos cazamentos e em modo que fassa fee e Recebera
merçe” despacho — Passe “Campos” Certidão — o Padre
Francisco de Campos Parroco desta matriz de Nossa Senhora
da Ponte da villa de Sorocava certefico que ex vi do des-

pacho aRiba busquei o que a suplicante pede nos livros competentes e o achei com o theor seguinte Aos vinte e sete do mes de Mayo de mil Setecentos e vinte annos Reccebi in facie Ecclesie procedendo o que dispocem o Sagrado concillio Tridentino por virtude de huma prövizão do Reverendo vigario declara o lecenciado Fellis Nabor a João Antunes Maciel, filho de João Antunes Maciel e de sua mulher donna Joanna grácia ja defuntos com donna Maria Paes, filha de Domingos Soares e de sua mulher Maria Leite moradores nesta villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocova foram testemunhas Hiero (15vº) nimo Ferras, Miguel Antunes e Hieronimo de Almeida e Izabel Paes, de que fis este termo Frey Antonio dos Serafins vigario — foi o que achei no dito termo que todo o Treslladei bem e fielmente de verbo ad verbum e por verdade passo esta de minha letra e signal pasada in verbo sacerdotis Sorocaba aos onze de Agosto de mil Setecentos sincoenta e dous annos. Francisco de Campos “Reconheço a letra e firma da certidão retro e supra ser do Reverendo vigario nella contheudo por outras suas semelhantes que tenho visto. Rio de Janeiro de setembro vinte e tres de mil Setecentos sincoenta e doiz” Lugar do signal publico em testemunho de verdade Bento Pinto de Affonçequa”, o doutor ignação da Cunha de Thoar cavalleiro professo na ordem de Bento de Avis do desembargo de Sua Magestade seu desembargador da Rellassão desta cidade de Sam Sebastião do Rio de Janeiro nella ouvidor geral do civell e juiz das justificaçoens de India e Mina etc. Fasso saber aos que a presente certidam de justificação virem que a mim me constou (16) por fee do escrivão de meu cargo que esta sobescreveo ser a letra do Reconhecimento asima e signal publico razo delle do Taballião Bento Pinto da Affonçequa, a que hej por justificado Rio de Janeiro vinte e tres de Setembro de mil Setecentos cincoenta e dous annos. E eu Antonio Machado Franco (?) o sobescrevj “Ignácio da Cunha de Thoar” Reconheço o signal supra ser do doutor ignação da Cunha de Thoar Lisboa sinco de julho de mil setecentos Sincoenta e tres “Lugar do signal publico” Em testemunho de verdade João Maurício da Cunha “o Doutor Diogo de Souza Mexia do concelho de Sua Magestade do de sua real fazenda e juiz das justificaçoens della etc. Fasso saber aos que a presente virem que a mim me constou por fee do escrivão que a sobescreveo ser o Reconhecimento supra de João Maurício da Cunha Tabellião

nesta cidade o que hej por justificado Lisboa vinte e nove de Agosto de mil Setecentos Sincoenta e tres Francisco (16v) Eustaquio de Leiro a fes escrever” Diogo de Souza Mexia documento — Dis Dom Jose de Quebedo e Luna natural desta cidade e morador da de Buenos Ayres Legitimo Bisneto de Amador Bueno, a quem os Povos desta dita cidade em tempo que hera villa unidos em temultoso corpo aclamavão Rey, no que nom quis concetir o tal Amador Bueno confessando a vozes que so reconecia por rey ao seu soberano Monarca Rey de Portugal de cujo sussesso se fes termo nos livros da camara capital que entam hera a villa de San Vicente o que consta do livro daquella camara anno de mil seiscientos outenta e quatro a folhas cento e vinte e seis e porque este livro se acha no cartorio da ouvidoria geral desta cidade Recolhido a elle por mandado do antecessor de vossamerçe o doutor João Rodrigues Capello e o suplicante careçe de uma certidão com o theor do dito acento ou termo feito do successo Referido “Pede (17) a vossa merçe lhe faça merçe mandar passar por certidão o dito termo ou acento que se tomou no livro ja mencionado tudo em modo que fassa fee e Recebera merçe” — Despacho — venha perante mim o livro pera examinar o que conslhe em semelhante acento San Paulo onze de Abril de mil Seteçentos Sincoenta digo de mil Setecentos quarenta e Seis “doutor Rocha” Passe do que consta do acento ora supra “Doutor Rocha” Certidão. — Diogo Pinto do Rego escrivão da ouvedoria geral e correição da cidade de San Paulo etc.^a. Certifico por fee que em cumprimento do despacho supra do doutor Domingos Luis da Rocha ouvidor geral e Corregedor desta cidade de San Paulo que Revj o meu cartorio e nelle achey hum livro de Registos de Patentes e ordens Reais em Serrado com cento e sincoenta e humas folhas Com Rubrica — silva — que teve principio no anno de mil Seiscientos e outenta e quatro e nelle a folhas cento e vinte e Sinco athe (17v^o) cento e vinte e seis verço Se acha hum patente passada a Manoel Bueno de Afonçequa de Capitam governador dos Povos da villa de San Paulo e nella entre outras muntas expressoens dos servissos que havia feito a sua Magestade o dito Cappitam governador Manoel Bueno da Fonçequa Se acha a seguinte — E vendo eu os servissos que tem feito Manoel Bueno da Fonçequa alem de Ser hum das principaes pessoas das famillias de San Paulo e ter Servido a Sua Magestade que deos guarde

nos Postos de Alferes de Emfantaria Cappitam e Sargento mor Com munta aceitação e zello; e sendo juis ordinario na camara desta villa Sabendo as ordens que sua Magestade que deos guarde tinha Mandado sobre a baixa da moeda logo pos em execução a dita baixa sendo contra vontade de muntos malquistando çe e pondo çe em Risco de perder a vida no que se mos (18) trou com liberallidade e Rezolução mostrando zello de Real vassallo por dar a verdadeira execução as Reaes ordens e na ocazião que se lhe encarregou aRecadassão de donativo Real foi a villa de jusdiahy aRecadar o dito donativo como consta dos seus Papeis e quando não bastarão estes servissos he mereçedor de grandes cargos por ser neto de Amador Bueno que sendo chamado pello povo para o aclamarem Rey obrando como leal e verdadeiro vassallo com evidente prigo de vida digo prigo de sua vida e clamor disse o dito "que viveçe El Rey Dom João o quarto seu Rey e Senhor que pella Fedellidade que devia de vassallo queria morrer na sua defença" E nam continhã mais outra expressão na dita Patentẽ Senão as que ficão aSima declaradas e Se conthem no lugar citado no livro mencionado nesta que foi da Camara da villa de Sam Vicente da qual passou por mandado do doutor João Rodrigues como pello ouvidor geral e corregedor desta comarca para meu poder e cartorio ao qual me reporto e delle fis passar a presente certidão por mim Somente assignada e vaj (18vº) na verdade sem couza que duvida fassa Sam Paullo de Abril onze de mil Setecentos e quarenta e Seis e Eu Diogo Pinto do Rego escrivão que a subscrevj e assignej. Diogo Pinto do Rego "Reconheço a letra da subscrição e firma da Certidão Supra ser a mesma da mão do Mestre de campo Diogo Pinto do Rego escrivão da ouvidoria geral desta villa digo desta comarca pello ter visto escrever muntas vezes em minha presença e ter letras e firmas suas em meu cartorio a que me reporto e passo a presente Certidão de minha letra e signal publico e Razo de que vzo nesta cidade de Sam Paullo aos onze dias digo aos onze de Abril de mil Setecentos quarenta e seis annos e Eu Manoel Vieira da Silva Correia digo e Eu Manoel Vieira da Silva Pavia que o escrevi lugar do signal publico "Em Testemunho de verdade" Manoel Vieira da Silva Pavia "O Doutor Domingos Luis da Rocha do dezembargo de sua Magestade e seu ouvidor geral e Corregedor da Comarca da cidade de Sam Paullo e nella juis das justificaçoens (19) com Alçada no civel e crime

tudo pello dito Senhor que deos guarde etc.^a Fasso Saber aos que a presente certidam virem digo aos que a presente certidão de justificassão virem que a mim me constou por fee do escrivão de meu cargo que esta Sobscreve o ser a letra do Reconhecimento supra e signal publico e Razo posto ao pe della Ser tudo feito pellas proprias mãos do Taballião actual desta cidade Manoel Vieira da Silva e Paiva o que hey por justificado firme e valliozo Sam Paulo onze de Abril de mil Setecentos e quarenta e Scis annos e Eu Diogo Pinto do Rego que o sobscrevj” Doutor Domingos Luis da Rocha. “O Doutor Joze Pinheiro de Lima e Aragão do dezembargo de sua Magestade e seu dezembargador juis de jndia e Mina e das iustificaçoens ultramarinas etc.^a Fasso saber aos que a presente certidão de justificassão virem que a mim me constou por fee do escrivão que esta sobscreveo Ser o signal Razo supra do doutor domingos luis da Rocha nelle contheudo o que hey por justificado lisboa dezouto de Mayo de mil Setecentos e qua (19v^o) renta e sete e Eu João Caetano da Silva Pereira o sobscrevj” jose de lima Pinheiro e Aragão “Documento = Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho Comendador da ordem de christo e da Comenda de Santo Ilfonço de val de Telhas, Alcaide mor da Villa de Sines do Conçelho de sua Magestade governador e capitão general da Cappitania de Sam Paulo e Minas do ouro, e todos seus destritos etc.^a. Fasso saber aos que esta minha carta patente, virem que porquanto he conveniente e Sua Magestade me ordena se arreglem as ordenanças das villas desta cappitania e novo governo de São Paulo, e Minas, para terem toda a boa forma e pratica millitar, e se achar a villa de Sorocaba com gente bastante para duas companhias, e ser informado da capacidade, prestimo e sufficiência de Domingos Soares morador na dita villa, Hey por bem ellegello e nomeallo, (como por esta fasso) no posto de Capitan de infantaria da ordemnança de huma das duas companhias da dita (20) villa de Sorocaba que exercitará emquanto Sua Magestade a ouver Por bem, ou Eu nam mandar o contrario e com elle logrará todas as honrras, graças franquezas, previllegios izençoens, e liberdades que em razão do dito posto lhe tocarem; pello que ordemono ao Sargento mor da dita villa lhe de a posse e juramento na forma costumada; e aos cabos mayores, e offeçiaes de guerra o conheção por Cappitão, e como a tal honrem, estimem; e aos offeçiaes e soldados do destrito da

sua companhia, que em tudo lhe obedesão e guardem suas ordens tam jnteiramente como devem e são obrigados; Com declaração que o dito Cappitão Domingos Soares e o seu Alferes seram obrigados a prender os criminosos que no seu destrito cometerem qualquer crime de morte ferimento e que mereça castigo, e se levarão a prezença do dito Sargento mor, ou juiz ordinario para logo lhe ser processada a dita (20v.) culpa e se proceder na forma das leys do Reyno por se evitar a soltura com que se cometem digo com que se cometem tantos quantos delictos se exprimentão contra o soçego comũ destes povos vassallos de sua Magestade com cominassam de perder o posto o dito capitão ou Alferes Se assim o nam executarem. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a prezente por mim assignada e sellada com o sinete de minhas Armas a qual se cumprirá jnteiramente como nella se contem; e se registará nos livros da Secretaria deste governo e nos da Camara da dita villa dada em Sam Paullo aos dezaçeis dias do mes de julho de mil setecentos e dês o Secretario Manoell Pegado a fes "lugar do sello" Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho "Carta patente pella qual vossa Senhoria ha por bem fazer merçe a Domingos Soares de o prover no posto de Cappitão de huma das Companhias digo de huma das duas companhias de infantaria da ordemnança da villa de Sorocaba (21) como asima se declara para vossa Senhoria ver" A folhas quatorze verço do livro dos Registos desta Secretaria fica registada esta patente Sam Paullo vinte e quatro de julho de mil Setecentos e des "Manoel Pegado" Foi nos apresentada em camara e vista por nos e hia registada no livro dos Registos Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocova sinco de Agosto de mil setecentos e des "Araujo Maciel" Vidigal "Fica registada no livro dos Registos da camara da villa de Sorocava a folhas vinte e nove para trinta em Seis de Agosto de mil Setecentos e des" jorge Ferreira de Mendonça "documento" Manoel gomes Barboza Mestre de campo e governador desta Prassa de Santos e suas fortalezas por sua Magestade que deos guarde etc^a Certifico que em quatro de Septembro deste prezente anno tive avizo do governador do Rio de janeiro Francisco de Castro e Moraes de que naquella Costa apareçiam seis Navios e huma Balandra inimigos Francezes e que fazião forsa de bella digo de vella para esta par(21v^o) te do Sul Com a qual noticia avizei logo ao Mestre de Campo Domingos da Silva Boino que o he dos Ausolliares de Sam

Paullo para que baixaçe com a sua gente a esta villa de Santos para guarneçer as Marinhas e a impedir ao inimigo algum desembarque de gente quando o intentaçem o qual fizerão prontamente entre os quaes foi o capitão Domingos Soares Paes da villa de Sorocava o qual sustemtou alguns soldados a sua custa como tambem tassanhunos de Armas e nomeey com a sua Companhia para guarneçer a praya chamada de Gois onde assistio mais de vinte dias com munto cuidado e vijillançia pondo as sintinellas e Rondando as na parte onde lhe foram destinadas dando a execução todas as ordens que por mim lhe foram ordenadas pello que se fas digno e merçedor de toda a honra e merçe que sua Magestade que Deos guarde lhe for servido fazer lhe passe o referido acima na verdade o que afirmo pello (22) juramento dos Santos Evangelhos e por me ser pedida a prezente e mandei pasar por mim assignada e selada com o sinete de minhas Armas dada em Santos aos trinta e hum de outubro de mil setecentos e des "Manoel Gomes Barboza" — Documento = Reverendo Senhor vigario da vara = Dis Donna Maria Paes de Jesus veuva do Coronel João Antunes Maçiel que para bem de sua justissa e çertos Requerimentos que tem quer vosa merçe e o Reverendo vigario desta villa lhe paçem certidão declarando nella ser Hieronimo Ferrás de Araujo Cabral Avó materno thio no segundo grao misto ao primeiro do Reverendo Padre jose Ferras ja defunto que foi da Companhia de Jesus como tambem mande vosa merçe que o Reverendo vigario da villa de Sorocova lhe pase outra sobre a mesma materia juntando digo sobre a mesma materia juntamente declarando juntamente conforme o açento que achar no livro dos casamentos o Recebimento do dito Hieronimo Ferras com Maria Riquel de gusmão de cujo matrimonio proçedeo Donna (22v.) Maria Leite da Silva May da suplicante "Pede a vossa merçe seia servido dar e mandar dar as certidois que quer em modo que fassa fee em juizo e fora delle e Recebera merçe" despacho = Passem os Reverendos Padres vigarios a certidão que se pede villa desta (?) dous de Abril de mil setecentos Sincoenta e sinco "Campos" segundo se continha e de digo Campos "Replica" Reverendo senhor vigario da vara Replicando dis a suplicante que o Reverendo vigario da villa de Sorocaba se acha empedido de passar a certidão pedida pella enfermidade de estupor com que esta Rezão porque quer que por outro qualquer sacerdote

jdonio daquella freguezia lhe seia dada a certidão que quer
 "Pede a vossa merce lhe faça merce assim o mandar e Re-
 ceberá merce" Na forma que requer lhe passe o Reverendo
 que supre em falta do Reverendo vigario "Campos" Cer-
 tidão Fellipe de Campos Sacerdote Presbetero do habito de
 Sam Pedro que estou servindo de vigario por empedimento
 do vigario actual o Padre Francisco de Campos certificado
 que Revendo o livro dos (23) casamentos que serve naquella
 Parochia achej hum acento na forma e theor Seguinte "Aos
 outo dias do mes de outubro hera de mil Seiscentos e outenta
 e quatro annos cazei in faciae eccleciae a Hieronimo Ferras
 de Araujo, filho de Manoel Ferras de Araujo e de sua mulher
 Donna Veronica dias Leite, moradores em a freguezia de
 Acudia (?) com a certidão do Reverendo vigario o Padre
 Francisco de oliveira que me apresentou seguindo o que o
 senhor Bispo ordenou com donna Maria Riquel de gusmão
 filha do Capitão Andre de zuniga e de sua mulher donna
 Ceçillia de Abreu moradores nesta villa foram testemunhas
 o Cappitam Manoel fernandes de Abreu Potencia de Abreu,
 João de Anhaya Maria Leite o vigario Pedro de godoy da
 Silva e nam se continha mais no dito Acento de donde tomej
 e Treslladej bem e fielmente a que me reporto de que pas-
 sei a presente por mim feita a assjnada em observância
 do despacho Retro que he do Reverendo Padre (23v.) vi-
 gario da vara Fellipe Machado de Campos Sorocova dez de
 Mayo de mil setecentos Sincoenta e sinco annos "Padre
 Fellipe de Campos" Reconheço a Letra e firma supra da
 certidão ser a mesma da mão do Reverendo Padre Fellipe
 de Campos da villa de Sorocava por outros escritos delle
 e firmas que tenho visto a que me reporto Sam Paulo de
 Mayo dezaçete de mil setecentos sincoenta e sinco, Lugar
 do signal publico "em Testemunho da verdade Antonio
 Monis de Jesus Maria" o Doutor João de Souza Filgueira
 do Dezembargo de Sua Magestade Fidellissima seu ouvidor
 geral e Corregedor da cidade de Sam Paulo nella e sua
 Comarca Provedor das Fazendas dos defuntos e auzentes
 Cappellas e Reziduos Intendente da Real caza da fundissam
 Superintendente das Terras mineraes tudo com Alçada no
 civil e crime pello mesmo Senhor que Deos guarde etc, Aos
 que a prezente minha certidam de justificassão virem (24)
 Fasso saber que a mim me constou por fee do escrivão que
 esta sobscreevo Ser a letra e signal publico e Razo do Reco-
 nhecimento da mão de Antonio Monis de Jesus Maria Ta-

ballião desta cidade o que hey por justificado e verdadeiro Sam Paulo de Mayo dezacete de mil setecentos sincoenta e Sinco e Eu Miguel de Aguiar Cordeiro escrivão da Residência o sobescrevj “joão de Souza Filgueiras” — Documento — Dis donna Maria Pay de Jesus que ella suplicante para bem de sua justisa e certos Requerimentos lhe he necessario que o escrivão de horphãos desta villa que ante vossa merce serve lhe de por certidão o theor da verba do Testamento de Gabriel Ponçe de Leon onde declara a sua naturallidade e seu cazamento e filhos que teve do dito Matrimonio em cujos termos “Pede a vossa merce seia servido (24v.) mandar se de a suplicante por certidão, theor de que asima comthem com as ditas circumstancias no que Reçebera merce” Passe com o theor “ Pedrozo” Francisco Xavier de Assumpção escrivão de horphãos desta villa de Santa Anna de Parnahiba nella e seu termo etc. Certifico e porto (sic) por fee que em observancia do despacho supra juiz de orphãos o Cappitão Mor Pantallião Pedrozo da Silva Revendo o inventario de gabriel Ponçe de Leon e seu Testamento nelle achey a folhas sinco verço a verba do theor seguinte” Declaro que eu sou natural da cidade de Real de guaiota Provincia do Paraguay, Coroa de Castella, e sou filho do Cappitam Barnabé de contreras e de donna viollante de gusnão defuntos, de Legitimo Matrimonio e sou legitimo herdeiro dos ditos meus Pais, declaro que estou cazado em fasse digo cazado em face da Santa Madre igreja com Donna Maria de Toralles, e temos seis filhos vivos a saber tres varoens Andre (25) de Zuniga Gabriel Ponçe de Leon e Bartholomeu de contreras e molheres outras tres donnas ursulla de gusnão molher de João Rodrigues Pinto, Donna Anna Rodrigues de Toralles, e donna Maria de Zuniga, e fora destes seis filhos temos hum abzento que nom sey se he vivo ou morto, chamado Sebastião de Contreras todos os quaes são meus legitimos herdeiros necessarios e descendentes” E nom se continha em a dita verba digo e non se continha mais em a dita verba a qual me reporto de que passo a prezente certidão de minha Letra e signal Parnahiba vinte e quatro de Março de mil setecentos sincoenta e sinco” Francisco Xavier de Assumpção” O Doutor joão de Souza Felgueira do Dezembargo de Sua Magestade Fidellissima Seu ouvidor geral e Corregedor da cidade de Sam Paulo nella e sua Comarca Provedor das fazendas dos defuntos e auzentes capellas e Reziduos intendente da Real

(25v.) caza da fundição superintendente das terras Mina-rais com Alçada no civil e crime pello mesmo senhor que deos guarde etc. Aos que a prezente minha certidão de justificassão virem Fasso lhes a saber que a mim me constou por fee do escrivão de meu cargo que esta subscreveo Ser a letra da certidão retro e firma ao pe della a mesma de Francisco Xavier de Assumpção o que hey por justificado e verdadeiro Sam Paulo de Abril vinte e nove de mil setecentos sincoenta e sinco e eu Miguel de Aguiar Cordeiro escrivão da Rezidência o subscrevj “joão de Souza Filgueiras” -- documento — Dis Simão gonçalves de Andrade morador nesta villa que a elle suplicante lhe he necessário que o Taballião deste juizo lhe passe Em publica forma a certidão de Banhos que junta offereçe e tudo feito se entregue ao suplicante “Portanto Pede a vossa merçe seja servido assim o mandar e Reçebera merçe” Passe em Termos gaspar digo Passe em Termos “Bayão” (26) Tresllado do pedido em publica forma em comprimento do despacho retro cujo he na forma e theor seguinte “O doutor Sebastião Monteiro davide Protonotario Appostollico de sua Santidade, dezembargador da Rellasom eclesiastica Prior na Parrochial igreja Marinha, e juis dos cazamentos deste Arcebispado pello jllustrissimo Senhor Luis de Souza Arçebispo de lisboa etc.^a Aos que esta minha certidão de Banhos em forma virem Fasso saber que nas Parrochias digo que nas Parochias Igrejas de Sam jose Santa Anna e Sam sebastião da Pedreira desta cidade foi denunciado na forma do sagrado concillio Tridentino e constituição deste Arcebispado em como querião cazar Manoel Soares filho de gonçallo rodrigues e Anna gonçalves moradores desta cidade da dita freguezia de Sam joze pessoas de mim reconhecidas Sem notta alguma com Maria Paes filha de Baltezar (26v.) carasco do Rey, e de sua molher jzabel Antunes moradores na villa de Curitiba freguezia do Senhor Bom Jesus dos Pinhaes e Nossa Senhora da lus termo da villa de Parnagua do estado do Brazil e da dos tres Banhos na dita freguezia de Sam joze aonde o contrahente foi Baptizado e hum em cada huma das outras que lhe sam circumvezinhas lhe nam sahio empedimento algum por donde deixe de contrahir o Matrimonio que pertende segundo me constou por certidoens dos Parrochos das ditas freguezias ante mim reconhecidas Certifico assim a quem o conhecimento desta pertencer e nella entreponho minha autoridade ordinaria e

decreto judicial para que aonde apresentada for se lhe de inteira fee e credito Dada em lisboa sob Sello de sua jllustrissima (27) e meu signal aos quatro de janeiro de mil seiscentos e outenta e quatro annos” Domingos Alvares de Andrade escrivão da Camara Archepiscopal a escrevj “Sebastião Monteiro davide” Pagou cento e des Reis. lugar do sello “Registada Soares” Revista em vezita “Campos” Certidão de Banhos em forma a favor de Manoel Soares “E nom se continha mais em a dita certidão de banhos a qual bem e fielmente aqui Treslladei em publica forma do proprio original ao qual me reporto e vaj na verdade sem couza que duvida fassa que corri concertei e conferi e asignej em publica forma de meu signal publico do que uzo nesta villa Curitiba quinze de Agosto de mil setecentos sincoenta e hum annos etc^a. Sam Payo” Lugar do signal publico “Em Testemunho de verdade / Manoel Borges de Sam Payo” (27v.) Nos abaixo assignados certificamos e juramos aos Santos Evangelhos sendo necessario em como a firma e signal publico que se acha assim he de Manoel de Sam digo he de Manoel Borges de Sam Payo que foi Taballião na villa de Curitiba por termos visto ao dito escrever e por verdade nos assignemos Sorocoba de Fevereiro dezaceis de mil setecentos sincoenta e sinco anos “Luis Teixeira da Silva” Domingos Ribeiro da Silva “Conheço e Reconheço as firmas asima do Reconhecimento serem de Luis Teixeira da Silva pello ter visto muntas vezes e firmas digo muitas vezes escrever e firmar e ter varias firmas delle em meu cartorio e a de domingos Ribeiro da Silva pello ver assignar este Reconhecimento atras e asima em minha prezença e que tudo posto por fee ser verdade e me assigno aqui de meus signaes costumados em publico (28) e Razo de que uzo como abaixo se ve nesta sobredita villa de Sorocaba aos dezaceis dias do mes de Fevereiro de mil setecentos sincoenta e sinco annos e Eu jeronimo da Rocha de oliveira Taballião do publico judicial e notas que o escrevj e ainej” Lugar do signal publico “Em Testemunho de verdade jeronimo da Rocha de Oliveira” o Doutor João de Souza Filgueiras do dezembargo de Sua Magestade Fidellissima seu ouvidor geral e corregedor da cidade de Sam Paullo nella e sua comarca Provedor das fazendas dos defuntos e auzentes capellas e Reziduos intendente da Real caza da fundição Superintendente das terras minorais com Alçada no sivel de crime pello Senhor que deos guarde etc^a. Aos que

a presente minha certidão de justificassão virem Fasso saber que a mim me (28v.) constou por fee do escrivão de meu cargo que esta sobsecreveo ser a letra e signal publico supra de Hieronimo da Rocha de Oliveira Taballião da villa de Sorocaba o que o hey por justificado e verdadeiro Sam Paulo de Abril vinte e nove de mil Setccentos sincoenta e sinco e Eu Miguel da Aguiar Cordeiro escrivão da Rezi-dencia a sobsecrevj João de Souza Filgueiras “documento” Excellentissimo e Reverendissimo Senhor = Dis Donna Maria Paes de Jesus veuva do Coronel João Antunes Maçiel que para certos Requerimentos necessita que o Reverendo Parrocho da freguezia de Sam Jose passe por certidão ser Baptizado Manoel Soares filho de gonçallo Rodrigues, e Anna Gonçalves e come tambem a certidam do Recebimento em qualquer das freguesias que se achar sujeita a este Pa-triarcado e como nam pode ha de digo e como nam pode (29) haver sem despacho “Pede a vossa Excellencia seia servido ordemnar ao dito Revcrendo Parrocho passe em forma que fassa fee em juizo ou fora delle no que Receberá merçe” Declare para que quer as certidões “com huma ru-brica do Excellentissimo e Reverendissimo Arcebispo de Lacedemonia” obedecendo a vossa Excellencia Reverendis-sima declara a suplicante ser lhe necessário as certidões que requer para justificar judicialmente a descendencia da suplicante genealogicamente para que Roga a Vossa Excel-lencia lhe conceda o despacho que pede e Receberá merçe “Passe em mão de pessoa Eccleziástica com huma Rubrica do Excellentissimo e Reverendissimo Arcebispo de Lacede-monia” Thomas Rodrigues de Aguiar Vigario da jgreja Par-rochial da freguezia digo Parrochial de Sam Jose de Lisboa Certefico que no livro numero septimo (29v.) a folhas seis verço esta o assento do theor seguinte “Aos quinze de ja-neiro de mil seiscentos trinta e tres Baptizei a Manoel Filho de gonçallo Rodrigues e de sua molher Anna goncalves, Pa-drinho Francisco Curado” Pedro Lopes dorta “E nam se conthem mais no dito acento a que me reporto em fee do que passei a presente em observancia do despacho Retro proximo lisboa em onze de outubro de mil Setecentos e sincoenta e sinco” o vigario. Thomas Rodrigues de Aguiar” documento = Nos Nobilliaros que tenho das famillias deste Reyno e suas conquistas confiridos com os genealogistas de mais credito e com certidoens de inventarios Bautismos Recebimentos, e obitos se achão os Titullos de Maçieis e

Contreiras e por elles me consta que Domingos Antunes Maçiel de Contreiras Ponce de Leam e seu irmão o Reverendo Padre Frey Luis de Sam Boaventura (30) Sam filhos Legitimos de joam Antunes Maçiel morador que foi na villa de Sorocaba e Servio Aos Reys deste Reyno nos Postos de Sargento mor das ordenanças de Capitam de cavallos Tenente Coronel, e Coronel de infantaria e de superintendente geral das Minas do Cuyabá havendo Sido primeiro guarda mor dos geraes em cujos empregos fes Rellevantes servissos a Coroa deste reyno havendo gastado no seu servisso munta parte da sua fazenda; e de sua Legitima molher Donna Maria Paes de Jesus de Contreiras Ponce de Leon de cuja ascendência fallarei ao diante = Netos pella parte Paterna de João Antunes digo Paterna de outro João Antunes Maçiel natural da cidade de Sam Paulo e de sua legitima Molher (30vº) donna Joanna garçia Barboza de Calheiros que hera filha de Miguel garçia carrasco e de sua molher Anna Barboza de Calheiros, Neta pella parte Paterna de João garçia carrasco natural de jndias de Espanha onde se estabelleceu a familia deste appellido que he munto antiga e nobre na Provincia de Andaluzia e na villa de Moura em Portugal, e de sua molher Maria Paes natural do lugar de Santo Amaro termo da cidade de Sam Paulo onde a familia de Paes he munto conhecida e munto nobre, e pella parte Materna de Domingos digo Materna netta de Domingos Barboza calheiros e de sua molher Maria Maçiel e Bisneta pella mesma parte de outro Domingos Barboza de Calheiros natural da (31) villa de Vianna do lima e descendente dos Barbozas Senhores da antiga caza de Aborim que procede por varonia conhecida dos antigos Reys godos, que dominarão toda Hespanha” Bisnetos pella parte Paterna de gabriel Antunes Maçiel que viveu na cidade de Sam Paulo onde cazou com Meçia cardoza Camacha filha de Antonio Lourenço Camacho e de sua Segunda molher jzabel cardoza Vas guedes, Netta pella parte Paterna de Domingos Luis cavalleiro da ordem de christo e de sua molher Anna Camacha ambos naturaes do Reyno; e pella Materna de gaspar Vas guedes, e de sua molher Francisca Cardoza, e Bisneta de Antonio Vas guedes descendente de hum ramo dos vas guedes, hoie senhores de Filgueiras, e Fermedo que se estabelleceu na capitania do espirito Santo (31vº) e de sua molher Margarida Correa “Terceiros netos de Maria Maçiel e de Seu marido Antonio Antunes Thio de Roque Antunes que foi

cavalleiro da ordem de christo Familliar do Santo officio e Tenente de Mestre de Campo general da Corte e Provincia da Estremadura de que existe descendencia em Pernambuco” quartos netos de João Maçiel natural da villa de Vianna do Lima onde a familia deste apellido he muy numeroza e Reconheçida por nobre, e de sua molher Paulla camacha Com a qual viveu na cidade de Sam Paulo” quintos netos de Beatrix Fernandes Maçiel natura (*sic*) e moradora na villa de vianna do Lima e de seu marido Estevão gil natural da mesma villa a qual Sua quinta Avó hera jrman de Antonio fernandes Maçiel que foi ou (32) que foi ouvidor geral, e juis das justificaçoens Com Alçada no estado da jndia por merçe do Rey Dom Fellipe primeiro no anno de mil e quinhentos noventa e hum descendentes da verdadeira familia dos Maçieis que teve o seu sollar na sua quinta da Maçieira cituada no julgado de Mortagora Por parte de sua May Sam os ditos domingos Antunes Maçiel de Contreiras Ponçe de leam, e Reverendo Padre Frey Luis de Sam Boaventura netos de Donna Maria Leite de Contreiras Ponçe de Leom natural da villa de Sorocaba na Capitania de Sam Paulo, e de seu Marido, e primo terceiro o Cappitam Domingos Soares Paes natural de Pernagua que hera filho de Manoel Soares natural de lisboa, e de sua molher Maria Paes de Abreu digo Maria Paes da Rocha do Canto natural (32vº) da capitania de Sam Paulo que hera filha de Baltezar carrasco e de sua molher jzabel Antunes da Rocha natural da Coritiba: neta pella parte paterna de Manoel garçia carrasco natural de jndia de Castella que veyo cazar a Sam Paulo, da Antiga e nobre familia do Apellido do Carrasco, oriunda da Andalusia que uza por Armas em campo de prata hum carrasco verde, e pella materna de Antonio da Rocha do Canto natural do Reyno que tambem cazou em Sam Paulo” Bisnetos pella parte Materna de Donna Maria Riquel ou Ricalde de gusman e contreiras e de seu Marido jeronimo Ferras de Araujo que hera filho de Manoel Ferras de Araujo e de sua molher Donna veronica dias Leme, e Netto pella parte Paterna de outro Manoel Ferraz (33) de Araujo e de sua molher Donna Beatrix Moreira naturaes da cidade do Porto no Reyno, onde os ferrazes tiverão varios Padroados de jgreias em que provião os Abbades, deram dous Bispos aquella See e hera hum das antigas e nobres familias do Reyno, e pella materna de Pedro Dias Leme de hum familia de grande distincção na

capitania de Sam Paulo, e de sua molher, Donna Maria Leite natural de Sam Paulo filha de Pascoal Leite furtado natural das jlhas dos Assores e de sua molher jzabel do Prado” Terceiros netos de Andre de Zuniga Ponçe de Leão e Contreiras e de sua molher donna Ceçillia de Abreu de Proença natural de Pernaiba filha de Baltezar Fernandes Povoador da villa de Sorocaba e de sua molher jzabel de Proença Varella que hera filha de João de Abreu e de outra jzabel de Proença varella sua (33v^o) molher filha de Antonio de Proença varella e de sua molher jgnocencia doria; quartos netos de gabriel Ponçe de Leam e contreiras que viveu na villa de Santa Anna de Pernaiba, onde cazou com Donna Maria de Toralles filha de Barthollomeu De Toralles, e de sua molher Donna Viollante de Zuniga que hera natural de villa Rica na Provincia do Paraguay “Quintos nettos do Capitam Barnabe de Contreiras de Zuniga que viveu na cidade Real de guayre na Provincia de Paraguay e de sua molher donna Viollante de gusmon Ponçe de Leon” Sextos netos de Dom Pedro de Contreiras fidalgo castelhano que viveu em jndias de castella e de sua molher donna Bernarda de Zuniga e Mendonça natural de guadalexara filha de Dom Francisco de Zuniga y valdez Senhor del Sotillo e de sua molher Donna Maria Manrique (34) de Mendonça da Preclarissima e jllustre caza de Lara, a qual Senhora Donna Bernarda Levou ao Peru o quarto Marques de Canhete Dom garçia furtado de Mendonça quando foi nomeado para Vice Rey e Capitão general daquella Provincia por ser sua parenta para cazar com este dom Pedro de Contreiras Como escreve o chronista Sallazar de Castro” Septimos netos de Vasco de Contreiras que Sendo Padroeiro da Cappella mor de Sam João da Cidade de Sogovia passou a indias com o cargo de corregedor ou governador civil da Provincia de Collolayo no Peru e de sua molher Donna Thereza de Ulhoa natural de jndias e senhora da Repartissam de jndias de Caracollo Como se dis na historia da caza de Lara “outavos netos de Rodrigo de Contreiras Senhor do Morgado de Sam joam de Segovia (34v.^o) e Padroeiro de sua Cappella mor, o qual foi mandado a jndias como governador de Nicaraga, e de sua molher Donna Maria Ayres de Penha losa jrman de Dom Arias gonçallo de Avilla Conde de Punho em Rostro, progenitor dos condes deste Titullo em Hespanha “Nonos netos do leçenciado Fernando gonçallo digo Fernando gonçalvez de Contreiras que havendo

Sido collegial do Collegio de Santa Cruz de valledolid foi depois ouvidor da Sua chancellaria, e do Conçelho del Rey e de sua mulher donna Maria de Lanhos e Moralles. Decimos netos de Rodrigo de Contreiras Senhor do Morgado de Sam joam de Segovia Padroeiro de sua Capella mor e Regedor da mesma Cidade e de sua mulher donna constança" vndecimos netos de Fernam gonçalves de contreiras Senhor do Morgado de Sam João de Sogovia e Regedor (35) perpetuo da mesma cidade e de sua mulher donna Leonor vasques de Zepeda "duodecimos netos de Diogo gonçalves de contreiras Regedor de Segovia e de sua mulher donna Angellina de greçia filha do Conde João, e netta de hum Rey de Ungria que havendo sido conduzida escrava a Constantinopla pello sultam dos turcos Bayazeto Segundo sendo este depois vencido e prezo pello grande Tamoslam foi a mesma senhora e outras damas levadas ao dominio do vencedor a qual para agradecer ao Rey dom Henrique Terçeiro de Castella a Embaixada que lhe mandou por Payo gomes de Souto Mayor lhe mandou tambem por Embaixador a Mahomad Alcagi e com elle estas Senhoras, dando lhes por seu respeito a liberdade, e o Rey Dom Henrique no anno de mil e quatrocentos, em que ella chegou a deu por (35v.º) mulher a este Diogo gonçalves de contreiras e foi sepultada na Capella mor de sam João de Sogovia de que seu marido hera Padroeiro "Decimos Terçeiros de Fernando gonçalves de contreiras que foi regedor de Sogovia e Mestre Salla do Rey Dom Pedro de Castella e irmão Segundo de Pedro gonçalves de Contreiras que foi Monteiro mor do mesmo Rey Senhor da Puebla de Orcajada de Alcobendas, de casa sola de Bayona, e de outro castello no Tirritorio de Sam joam de la Penha, e de outras muntas fazendas e herdades nos termos de Sogovia de Avilla" decimos quartos netos de gaspar gonçalves de Contreiras Senhor de Reconhecida qualidade e Senhor do lugar de Contreiras cituado no termo de Sam Domingos de Cillos de cujo Senhorio como seu sollar tomou esta famillia o seu apelido "Decimos quintos netos (36) de Sancho Peres de Contreiras que pesuhia o mesmo Sollar no tempo do Rey Dom Affonço o nono" Decimos Sextos netos de Affonço Peres de Contreiras Senhor do mesmo Lugar, do de Tanha Bueys e de parte de Xarnariel queimado e era descendente de Fernando Sassa de contreiras Sobrinho de Fernam Gonçalves Conde Soberano de Castella como asevera Dom Affonço Nunes de castro na

dedicatoria que fes do Livro sollo Madrid es corte ao Marquez de la Sapilla Dom Fernando Rodrigues de Affonçequa e contreiras tambem descendente desta familia” aSim o Certifico e Referindo me aos meus nobellarios aSim o juro aos Santos Evangelhos lisboa trinta de outubro de mil Setecentos Sincoenta e Sinco” jose Freire de Monterroyos Mascarenhas” reco(36v^o)nheço o Signal aSima Ser de joze Frejre de Montarroyos Mascarenhas lisboa tres de Fevereiro de mil setecentos cincoenta e Seis etc^a lugar do Signal publico “Em testemunho de verdade” Marçal dos Santos” Segundo que tudo isto aSim e tam cumprida escrita e declaradamente Se continha e declarava e hera outroSim contheudo escrito e declarado em os ditos documentos que se achão nos ditos autos do modo e forma que dito he por elle logo se via e se mostrava a justificassam dos Suplicantes da qual o seu Theor e forme he pella maneira Seguinte” Justificassam de Domingos Antunes Maçiel de Contreiras Ponce de Leão de Zuniga e Hieronimo Antunes Maçiel “Aos vinte e tres de Septembro de mil Setecentos cincoenta e seis (37) annos nesta cidade de lisboa no meu escritorio o Enqueredor delle Antonio jose de Saa preguntou as Testemunhas que por parte dos justificantes lhe foram apresentadas e seus nomes e ditos se seguem eu Manoel Luiz Tavares Coutinho Ribeiro o escrevi “Joaquim Marianno de Castro estudante canonista da univerçidade de coimbra morador na mesma çidade e de prezente assistente nesta Çidade a Crus de Boiros ares de jdada de vinte e Sinco annos Testemunha jurada aos Santos Evangelhos e do custume disse nada “Petissam folhas = E perguntado pello contheudo na petissam dos Suplicantes Domingos Antunes Maçiel de contreiras Ponce de Leão de zuniga, e Hieronimo Antunes Maçiel disse que em Rezam de ser natural de villa Boa dos goyazes e ter aSistido alguns (37v^o) annos na çidade de Sam Paulo estado do Brazil conhece aos justificantes e Sabe pello ver que sam filhos Legitimos de João Antunes Maçiel que foy entendente gcal das Minas do Cuyaba e guarda mor e descubridor das mesmas,e de sua molher Donna Maria Paes de Contreiras Ponce de Leão e sabe elle Testemunha pello ouvir dizer e ser constante que os mesmos justificantes São netos polla parte Paterna do Cappitão joão Antunes Maçiel e de sua molher Donna joanna garçia Barboza de Calheiros e pella Materna netos do cappitam de infantaria Domingos Soares Paes e de sua molher Donna Maria Leite de Con-

treiras Ponce de Leão Sendo igualmente publico e constante na dita capitania de Sam. Paulo serem Legitimos e verdadeiros des(38)cedentes das pessoas declaradas na mesma petição e itens della e terem servido os empregos de que tratão os documentos juntos com a mesma petição Sendo todos pessoas munto distintas illustres e das principaes da Referida Capitania estado do Brazil e da mesma Sorte Sabe elle Testemunha pello ver que os ditos justificantes vivem e Se tratam a Ley da nobreza Com creados e Armas e cavallos e Tem servido os Cargos Honrozos da Repli digo Honrozos da Republica Sendo tanto os mesmos justificantes Como os ditos Seus Paes coevos todos pessoas de Limpo Sangue christaons Velhos Sem alguma raça de infecta naccão Sem fama nem Rumor em contrario Como tudo he publico e constante e mais nam disse e o que dito (38vº) tem Sabe pellas Rezoens ditas e aSignou com o inqueredor eu Manoel Luis Tavares Coutinho Ribeiro e escrevj” Antonio jose de Saa “joachim Marianno de Castro” joam Perejra Ramos de Azeredo Coutinho professo na ordem de christo e oppositor as cadeiras da Univerçidade de Coimbra morador na rua nova da Bella vista na quinta de Dom Francisco de Souza de idade de trinta e dous annos digo de idade de trinta e quatro annos Testemunha jurada aos Santos Evangelhos e do costume disse nada “Petição folhas duas = E perguntado pello contheudo na petição dos justificantes Domingos Antunes Maçiel de Contreiras Ponce de Leão de zuniga, e Jeronimo Antunes Maçiel disse que em rezão de Ser natural do estado do Brazil Conheçe aos mesmos justificantes (39) e sabe que Sam filhos legitimos do Coronel joam Antunes Maçiel que foy Superjntendente e guarda mor das Minas geraes do Cuyabá digo Superintendente geral das minas do Cuyabá e guarda mor dos geraes e de sua molher Donna Maria Pays de Contreiras Ponce de Leão e Sabe elle Testemunha pello ouvir dizer Ser constante e por papeis genealogicos que tem em Seu poder que os mesmos justificantes Sam netos pella parte paterna do capitão joão Antunes Maciel e de sua molher donna joanna graça Barboza de Calheiros e pella materna netos do Cappitão de jnfantaria Domingos Soares Paes e de sua molher Donna Maria Leite de contreiras Ponce de Leão e que Sam legitimos e verdadeiros descendentes das petiçoins declaradas na mesma petição e itens (39vº) della por Serem Bisnetos pella parte paterna de gabriel Antunes Maçiel e de sua molher Mexia

cardoza camacha a qual hera filha de Antonio Lourenço camacho jrmão jnteiro de Donna Bernarda Luis Camacho que foi molher de Amador Boeno de Ribeira cavalleiro dos principaes da capitanea de Sam Paulo da qual foi cappitam mor, governador Provedor da fazenda real e ouvidor geral e que foy aclamado no tempo do Senhor Dom João o quarto por Rey daquelle Povo, o que elle Recuzou gritando a vozes, com evidente perigo da sua vida que Só viveçe o dito Senhor Rey Dom João o quarto Seu Rey e Senhor cuja acção Sendo prezente ao mesmo Senhor e aos mais Senhores Reys deste Reyno foi por ella onrrado e premiado Como tambem os Seus descendentes aquella (40) Testemunha Sabe pella dita Rezam e pello ter visto por documentos e papeis autenticos que concervam em seu poder e Ser constante na dita capitania de São Paulo estado do Brazil e outroSim Sabe pella mesma Rezam que o dito Antonio Lourenço camacho hera filho Legitimo de Domingos Luis Cavalleiro da ordem de christo fundador e padroeiro da jgreja de nossa Senhora de Lus junto a cidade de Sam Paulo, e de sua molher Donna Anna camacho a qual hera filha de gonçallo camacho e de catharina Ramalha filha de João Ramalho que foi capitão mor e Alcaide Mor da villa de Santo Andre do campo primeira povoassão de Serra aSima, e outroSim que Sabe que os justificantes Sam Terceiros netos pella sua varonia de Antonio Antunes e de (40vº) Antonio Antunes e de sua molher Maria Maçiel e que por esta Sam quartos netos de João Maçiel natural de Vianna e de sua molher Paula camacha e quintos netos pello dito João Maçiel de Estevão Gil e de sua molher Beatris Fernandes Maçiel a qual herá dos Maçieis de Vianna que elle Testemunha Sabe serem Fidalgos da gerassam dos verdadeiros Maçieis deste Rejno e outroSim Sabe elle Testemunha pellas mesmas Razoens que os justeficantes por parte de sua Avó Materna Donna Maria Leite de contreiras he Bisneto do cappitão jeronimo Ferras de Araujo Cabral cavalleiro dos principaes da cappitanea de Sam Paulo e de sua Molher Donna Maria de Rical de gozmão e contreiras Terçeiros netos de Manoel Ferras de Araujo e de sua Molher donna Veronica dias Leme quartos netos de Manoel (41) Ferras de Araujo e Donna Beatris Moreira O qual Manoel Ferras de Araujo hera cidadão da cidade do Porto dos verdadeiros Ferrazes deste Rejno por descender de Fernam ferras Sendo das honrras do Ramada Possocovo e outroSim por parte da dita sua

Terceira avo Donna Veronia Dias Leme Sam quartos netos de Pedro dias Leme e de Donna Maria Leite da Silva, O qual Pedro dias Leme hera Bisneto Legitimo de Pedro Leme natural da Ilha da Madeira e dos verdadeiros Lemes deste Rejno e donna Maria Leite da Silva filha de Pascoel Leite furtado natural da Ilha de Santa Maria e descendente das famillias dos furtados Souzas velhos, Mellos cabraes, e Travassos e outro Sim pellas rezoens referidas Sabe elle Testemunha que por parte de Sua vizavo Don (41v^o) na Maria de Ricalde sam Terceiros netos de Andre de Zuniga Ponçe de Leão e contreiras e de sua molher Donna çeçillia de Abreu de Proença filha de Baltezar Fernandes Povoador de villa de Sorcaba e de donna jzabel de Proença filha de João de Abreu e de outra Donna jzabel de Proença filho de Antonio de Proença varella e de jgnocencia Daria, quartos netos pello dito Andre de zuniga de gabriel de Ponçe de Leão e Contreiras natural da cidade Real de guaira Na Provincia do Paraguay e de sua molher donna Maria de Toralles filha do Cappitão Barthollomeu de Toralles e de donna Viollante de Zuniga e gosmão quintos netos pello dito gabriel Ponçe de Leão e do cappitão Bernabe de contreiras e zuniga morador da cidade Real de guaira e de sua molher donna (42) Viollante de gosmão Ponçe de Leão O qual Bernabe de contreiras nam sabe elle Testemunha com a mesma Certeza com que tem deposto se he filho de Dom Pedro de contreiras e de sua molher donna Maria Manrique de Lara mas elle Testemunha a Sim o vio e leu em huma çertidão passada por hum geneologico a qual dá credito porque alem de fee que merece por seu Autor Ave (sic) referida Sobre os mesmos Paes a Dom Luis de Sallazar e castro o mayor geneologico de Hespanha e alem disso Sabe elle Testemunha Haverem passado para as jndias de Hespanha pello ter a Sim Lido Muntos fidalgos dos mesmos appellidos de que uzavão os Avos dos justificantes, dos quaes se passarão muntos para a cidade de Sam Paulo onde deixarão descendencia e outro Sim Sabe elle Testemunha pello ver que os justificantes e a Sim os ditos seus Pais e avós Se tratão (42v^o) e tratarão Sempre a Ley da nobreza com creados Armas e cavallos por serem pessoas munto destintas qualificadas e da Nobreza e das mais principais da Capitanea de Sam Paulo de limpo sangue e christãos velhos. Sem alguma Rassa de infecta nascão e menos fama e Rumor em contrario e mais não disse e o que dito tem Sabe pellas

Rezoens ditas e assignou com o inqueridor e eu Manoel Luis Tavares Coutinho Ribeiro o escrevj “Antonio jose de Saa” João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho “Pedro Taques de Almeida Paes Leme Sargento Mor da Cappitania de Sam Paulo do estado do Brazil donde he natural morador a crus de Boiros ares de idade de quarenta e dous annos testemunha jurada aos Santos Evangelhos e do costume disse ser parente dos justificantes em grao Remotissimo e que (43) dirá verdade” Petissão folhas duas = E perguntado pello contheudo na petissão dos justificantes Domingos Antunes Maçiel de Contreiras Ponce de Leão de Zuniga, e Hieronimo Antunes Maçiel disse que em Rezam de ser natural da cidade de Sam Paulo conhece aos ditos justificantes e Sabe pello ver que sam filhos Legitimos de João Antunes Maçiel e de sua Molher Donna Maria Paes esta que existe, e aquelle he fallecido e foy pessoa da governança da Republica de Sam Paulo e nas Minas geraes foy Sargento Mor dos Auxilliares e guarda mor da Repartissão das Terras Minaraes e nas de Cuyaba, Coronel e Superintendente dellas o que tudo elle Testemunha Sabe nam só por ser publico e constante mas tambem porque tem lido os Provimentos ao dito Pay dos justificantes passados pellos governadores e capitaes generaes da Capitanca de Sam Paulo Dom Bras Baltezar da Silveira (43v^o) e Rodrigo Sezar de Menezes e outro Sim sabe pella mesma Reção que os justificantes Sam netos pella Parte paterna do Cappitão João Antunes Maçiel e de sua molher joanna gracia Barboza ambos naturaes da cidade de Sam Paulo o que Sabe elle Testemunha por ter visto documentos em prova do dito Matrimonio e naturallidade, e Ser filha a dita joanna gracia Barboza de Miguel gracia carrasco e de sua molher Anna Barboza filha de Domingos Barboza Calheiros e de sua molher Maria Maçiel e neta de Domingos Barboza calheiros e do dito Miguel gracia carrasco hera filho de João gracia Carrasco natural das indias de Hespanha da Provincia do Paraguay, e de sua molher Maria Paes, Bisnetos de gabriel Antunes Maçiel e de sua (44) molher Mexia Cardoza Camacha filha de Antonio Lourenço camacho e de sua molher Izabel Cardoza e que o dito Antonio Lourenço camacho hera irmão jnteiro de Donna Bernarda Luis molher de Amador Boeno de Ribeiro que foi em São Paulo ouvidor geral, Provedor da fazenda Real e cappitam Mor governador daquella capitanea pessoa de tanta authoridade que nella athe o presente

tempo Se conçerva Constante o conhecimento vós e fama da Fedellidade que os justificantes deduzem em sua pe-tissão quando em corpo Tomultuozo o aclamavão Rey por Sugestão dos castelhanos que em grande numero de familias habitavão aquella çidade estimullados pello Respeito de dous fidalgos castelhanos naturacs da çidade de Caria chamados Dom João Matheus (44vº) Rondon e Dom Francisco Rondon de quebedo e Luna os quaes heram genros do Leal Paulista Amador Boeno que chamado a vozes pello Real do Senhor Rey Dom João o quarto de suspirada Memoria desprezou o Titullo que lhe conferia o povo, Salvando a vida pello temor daquellas vozes, no mosteiro de Sam Bento da mesma çidade cujo facto todo Sabe elle Testemunha por se conçervar constante esta memoria na lembrança das pessoas antigas nacionaes delle Testemunha e tambem porque se fas menção de alguma parte delle no Pro-vimento de Manoel Bueno da Foncequa Legitimo neto do sobredito Amador Boeno passado por Dom Bras Baltezar da Silveira e melhor do que este o Alvará de cavalleiro da Ordem de christo firmado pello senhor Rey Dom Pedro Segundo (15) de saudoza memoria, e outro Sim que a Rezam porque Sabe elle Testemunha de toda a geneollogia athe aqui deduzida he por exame que foj em todos os cartorios da çidade de Sam Paulo, e livros das villas de sua comarca em Testamentos acentos de cazamentos e ynqueriçoens de genere quando elle Testemunha pertendeu descrever huma geneologica digo huma geneologia das familias nobres de sua patria, e outro Sim Sabe elle Testemunha pella dita Reção que Mexia Cardoza ja declarada hera neta por parte Paterna de Domingos Luis natural de Santa Maria de Carvoeira deste Rejno e cavalleiro da ordem de christo que com sua molher Anna Camacha fora funda(45vº) dor e Padroeiro da Capella de nossa Senhora da Lus no citio chamado do Hipiranga que depois de destruhida a fundou de novo no citio chamado de goane Rocio da çidade de Sam Paulo e que Sabe elle Testemunha por ver o Tombo da fundassão dos jgrejas que se acha na camara Episcopal daquella çidade alem de ter lido os autos de inventario dos bens dos fundadores onde Se achão os Testamentos delles e a escritura de doacção e Patrimonio feito as ditas cappellas e que pella mesma Reção com que ja tem deposto Sabe elle Testemunha que a dita Anna camacha fora filha de gonçallo camacho e de sua molher Catharina Ramalho a qual hera filha de

joão Ramalho natural de Bouçellas comarca de Vizeu como elle Testemunha Leo no Seu Testamen(46)to feito no anno de mil quinhentos e tantos digo de mil quinhentos e outenta e fora o fundador e Alcaide mor da villa do campo Comvo-cassão Santo Andre e primeira Povoação Serra aSima Como elle Testemunha Leo nos livros daquella camara que ao prezente tempo existem no Arquivo da de Sam Paulo Sendo o dito Ramalho o primeiro que a sua custa formou na dita Povoação hum Baluarte para com pessas Se defender aquelle povo dos Repetidos asaltos Com que hera invadido dos Barbaros gentios que dominavem aquelles cercoens (sic) por cujo nascimento e fortificassão foy elevada em villa no anno de mil quinhentos e Sincoenta e dous por Provizão de Thome de Souza governador geral do estado do Brazil Sendo o primeiro juis ordinario da camara da mesma villa o dito Ramalho e outroSim sabe (46vº) pellas mesmas Rezoens que Antonio Antunes fora natural deste Reyno e cazado com Maria Maçiel natural da villa de Vianna do Minho de donde sahira para a Capitania de Sam Paulo na Companhia de seus jrmãos e jrmans cazadas humas Solteiras outras Como entre ellas hera Anna Maciel molher de dom jorge de Barros Fachardo natural da cidade de Tuy e filhos todos de João Maciel e de sua molher Paula camacha ambos naturaes da villa de vianna e pello Testamento da dita Paula camacha que Se acha acostado aos autos de jnventario de seus bens no cartorio Segundo de notas da cidade de Sam Paulo Sabe elle Testemunha que este João Maciel fora filho de Estevão Gil e de sua molher Beatris Fernandes Maciel moradores que (47) foram da villa de vianna do Minho como elle Testemunha descubrio em huma escritura de doacção outorgada nas notas de Sam Paulo pellos ascendentes dos ditos justificantes e outroSim Sabe elle Testemunha pella Rezam de Ser publico que os justificantes Som netos pella parte Materna de Domingos Soares Paes Cappitão da ordennasão da villa de Sorocaba a qual elle Testemunha tratou e conheço e de sua Molher Maria Leite a qual foj filha de jeronimo Ferras de Araujo e de sua molher donna Maria Riquel de gusman por Alcuinha a Castelhana filha de Andre de Zuniga Ponce de Leon e de sua molher Çeçillia de Abreu natural da cidade de Sam Paulo e filha de Baltezar Fernandes que foi o povoador da villa de Pernaiba e de (47vº) sua molher jzabel de Proença varella que hera filha de João

de Abreu pessoa da Governança da Prassa de santos e de sua molher jzabel de Proença Varella a qual foi filha de Antonio de Proença Varella natural da villa de Belmonte Bispado da Guarda e de sua molher Donna jgnocencia doria que foi moradora e Senhora do Engenho na villa da Ilha de Sam Sebastião da Comarca de Sam Paulo e o dito Andre de Zuniga que hera natural da cidade de guahira da Provincia do Paraguay hera filho de gabriel Ponçe de Leam e de sua molher donna Maria de Thoralles cujo cazal passou a capitania de Sam Paulo com varios filhos e falleceu o dito gabriel Ponçe de leão com Testamento de que elle Testemunha teve copia e por elle sabe Ser natural da cidade de guahira (48) e ella natural da villa Real tambem da Provincia do Paraguay elle Filho do cappitão Bernarbe de contreiras e de sua molher Donna Viollante de gusmão e ella Foy filha de Bartholomeu de Toralles e de sua molher donna viollante de Suniga, o que tudo Sabe elle Testemunha por ter Lido com particullar estudo os documentos neçessarios para os conhecimentos digo para o conhecimento geneollogico em cujos estudos se ocupou elle Testemunha quatorze annos e por essa razão elle Testemunha quem na cidade de Sam Paulo formou as Arvores de costados pertencentes aos justificantes que Se remeterom a esta Corte e outro Sim Sabe elle Testemunha pella mesma Rezão que jeronimo Ferras de Araujo fora Filho de Manoel Ferras de Araujo Cidadão da cidade do Porto moradora (sic) que fora na Rua cham e senhor da quinta (48vº) de tulhozes (?) dos Ferrazes legitimos daquella cidade e de sua molher donna Beatris Moreira que sabe por testamentos que leu alem de se acharem na cidade de Sam Paulo joão de Araujo cabral professo na orden de christo e Frey jeronimo que nove annos foy Abbade dos Mosteiros de Sam Bento da cidade de Sam Paulo os quaes heram jrmão jnteiros de Manoel Ferras de Araujo que na cidade de sam Paulo cazou com Donna Veronica Leite o que Sabe elle Testemunha por ser esta Senhora jрман jnteira de Donna jzabel Paes da Silva vizabo Paterna de digo vizavo Paterna delle Testemunha e jрман tambem do governador Fernando dias Paes Leme que foj o fundador e Padroeiro da jgreja e Mosteiro do Patriarca Sam Bento da cidade de sam Paulo e por escritura de (49) Transacção Senhor da Capella mor da dita jgreja para Seu jazigo e de Seus descendentes nom so por Linha direita mas tambem pella obliqua familia dos

Legitimos Lemes e camaras da cidade do Funchal de quem he legitimo descendente por varonia chefe Pedro dias Paes Leme fidalgo da caza Real Comendador da ordem de christo Alcaide mor da cidade da Bahia guarda mor geral das Minas da capitania de Sam Paulo e Senhor donnatario de huma villa tudo por merçe de sua Magestade que deos guarde e no juizo da correição do çivel desta corte obteve Sentença de Nobillitate probanda no Anno de mil setecentos cincoenta e tres para tirar o seu Brazão de Armas que elle Testemunha Leu de que tem Copia e foy julgado por neto athe Seu outávo Avo Martin Lemos natural da cidade de Brujas do (49vº) condado de Flandes aonde foy Senhor de muntos Feudos e a dita Veronica dias Com seus jrmãos fora filha de Pedro dias Paes Leme e de sua molher Donna Maria Leite de cujo Matrimonio he legitimo Bisneto o dito comendador Pedro dias Paes Leme e a dita Donna Maria Leite foy filha de Pascoal Leite furtado natural de Santa Maria da Ilhas digo de Santa Maria da Ilha dos Assores de donde passou em serviço da Coroa ao Estabelecimento das Minas de ouro e prata da cappitania de Sam Vicente que áo prezente he de Sam Paulo jrmão direito de Catharina Furtado Leite que foi cazada com o Cappitão Sebastião de Fontes de Andrade Thio direito do jllustrissimo Dom Francisco de Sam jeronimo Bispo da cidade do Rio de janeiro e ambos forão filhos de (50) gonçallo Martins Leite e de sua Molher Donna Maria da Silva Como Consta do Testamento Com que falleçeo em Sam Paulo o dito Pascoal Leite furtado do qual elle Testemunha tirou por Certidão algumas verbas por Ser Legitimo descendente delle e pello Brazão de Armas e Sentença do corregedor do çivel da Corte que então hera o dezembargador Alexandre correa da Silva no anno de mil setecentos e nove Sabe elle Testemunha que o dito jorge Furtado de Souza tivera o foro de Fidalgo da caza Real e fora cazado Com Catharina Nunes Velho cuja ascendença por linha recta Sem quebra de bastardia Como constava do dito Brazão que elle Testemunha Teve em seu poder hia acabar em Diogo gonçalves de Tra(50vº) vassos Fidalgo jllustre deste Rejno e pello mesmo Brazão constava ter sido vedor do jnfante Dom Pedro Regente de Portugal Padrinho e Ayo dos filhos do dito jnfante com quem se achara na Tomada de Seuta e fora do conçelho de ElRey Dom Affonço quinto e tanto Seu privado que na sua doença fora vizitado de ElRey em pessoa e que jas no Convento

da Batalha a porta da cappella dos Reys Com a Letra D: sobre Sua Sepultura e consta tambem do mesmo Brazão que fora sua legitima molher Donna violante Alvares cabral, jrman jnteira de Frey gonçallo velho cabral Comendador do Castello de Almuroi e Senhor das villas das Pias, Becelga e Cardiga descobridor e donna(51)tario da Ilha de Santa Maria de São Miguel e filhos ambos do Fidalgo Fernam velho e de sua molher Donna Maria Alvares cabral a qual hera filha do senhor de Belmonte e que o dito Brazão pello qual depoem elle Testemunha e fora passado a vinte e tres de janeiro de mil setecentos e nove a gaspar Martins Columbreiro e a Manoel Martins Seu jrmano Sobrinhos do mesmo pascoal leite furtado e filhos de sua jrman a sobredita donna catharina furtado leite Segundo consta constava (sic) do dito Brasão a que se reporta e outroSim Sabe elle Testemunha por ser constante que o dito Avo Materno dos justificantes Domingos Soares Paes Foy filho de Manoel Soares natural da cidade (51vº) de lysboa da freguezia no que elle Testemunha nam esta munto Certo de Sam joze e de sua Molher Maria Paes da familia dos graças Lembrias (?) Povoadores da villa de Sorocaba e nom da familia dos Rochas Coutos como os justificantes deduzem em sua petissão e o Sobredito Manoel Soares foy filho de gonçallo Rodrigues e de sua Molher Anna gonçalves o que Sabe elle Testemunha nam so pella dita Rezam mas por ver hum certidão passada em forma de fiança a banhos "Com que cazou o dito Manoel Soares mas tambem da do acento do Seu Baptismo que ambas leo elle Testemunha; motivo porque Sabe elle Testemunha Serem os justificantes Legitimos e verdadeiros descendentes dos Avos aqui (52) nomeados Sendo huns e outros pessoas nobres e munto destintas e Como taes Serviram os empregos mais onorificos da Republica de Sam Paulo e villas de sua comarca e por taes tidos havidos e Reputados no estado do Brazil e tambem sabe elle Testemunha que os ditos justificantes vivem e Se tratão e tratarão sempre Ley da Nobre (sic) com creados Armas e c'avallos e aSim elles como os ditos Seus Pais, e avos sam e forão christãos velhos de limpo Sangue Sem alguma raça de infecta nascão e menos fama ou Rumor en contrario e o justificante Domingos Antunes Maçiel Conheceu elle Testemunha e o tratou athe o anno de mil setecentos Sincoenta e quatro Sendo morador na comarca das Minas de goyazes Mineiro de lavras e Terras

Minaraes com escravos proprios de que ahinda vivem athe o prezente e mais (52v^o) não disse e o que dito tem Sabe pellas Rezoens ditas e aSignou com o jnqueredor eu Manoel Luis Tavares coutinho Ribeiro o escrevi” Antonio jose de Saa “Pedro Taques de Almeida Paes Leme” Segundo se continha e declarava em a dita justificassão que se acha nos ditos autos do modo e forma que dito he com a qual fazendo sse estes concluzos ao dito meu dezembargador Francisco Xavier Morato Boroa Servindo de Corregedor do Civel da Corte neste juizo que sendo lhe apresentados e por elle vistos e examinados nos mesmos deu e proferio a Sua Sentença da qual o Seu theor e forma he pella maneira Seguinte “Hey por justificado ser o suplicante Domingos Antunes Maçiel jrmão Legitimo e jnteiro de jeronimo Antunes Maçiel já defunto e filhos ambos Legitimos de João Antunes (53) Maçiel e de sua Molher Maria Pais e netos pella parte Paterna de João Antunes Maçiel e de sua molher joanna garçia e pella materna de Domingos Soares e de sua molher Maria Leite moradores que forão da villa de nossa Senhora da Ponte de Sorocava visto o que se mostra das certidoens ex folhas nove usque folhas quinze verço e atentende ao mais que consta dos autos documentos juntos pello dito Suplicante Domingos Antunes e jurão as suas Testemunhas retro preguntadas hey tambem por justificado Serem o dito Suplicante e Seu jrmão defunto Legitimos descendentes das pessoas declaradas em sua petissão e que todos foram e Sam pessoas das mais distintas da capitania de Sam Paulo e estados do Brazil e que tanto o justificante e Seu jrmão de (53v^o) funto, como os ditos seus Paes e Avos paternos, e maternos Se tratarão Sempre a Ley da nobreza com creados Armas e cavallos e servirão os cargos honrozos da Republica Sendo todos elles tidos e Reputados por pessoas de limpo Sangue christãos velhos Sem Raça alguma de jnfecta nasção e sem fama ou Rumor em contrario e para requerer o mesmo Suplicante o que lhe convier mando que com o theor dos taes documentos e ditos de suas Testemunhas Se lhe passe sua Sentença como Requer e pague as custas lisboa de Septembro trinta de mil Setccentos Sincoenta e Seis “Francisco Xavier Morato Boroa” Segundo Se continha e declarava e hera conteudo escrito e declarado em a dita Sentença do dito meu dezembar(54)gador Corregedor que Sendo dada e proferida nos ditos autos do modo e forma que dito he fora outrosim publicada na forma do

estillo e Sendo o logo pellos ditos autos se via e se mostrava que por parte dos ditos justificantes fora pedido vista da dita Sentença para a ella formarem embargos de declarassão como se via da petissão do theor e forma Seguinte Dis Domingos Antunes Maciel de contreiras Ponçe de Leon de Zuniga que em huns autos de justificassão de nobreza que o suplicante fes por este juizo escrivão jose Antonio da Silva proferio vossa merçe sentença a qual o Suplicante pertende formar embargos de declarassão ordenando vossa merçe que para este fim Se lhe continue vista dos mesmos (54v^o) autos “Pede a vossa merçe lhe fassa merçe mandar Se lhe continue vista dos autos para embargos de declarassão a mencionada Sentença e Recebera merçe” Segundo Se continha e declarava em a dita petissão dos justificantes que Sendo feita e continuada nos ditos autos do modo e forma que dito he del digo que dito he e Sendo apresentada ao dito desembargador Corregedor no pé della deu e proferio o Seu despacho do theor e forma seguinte” Deçe lhe com vinte e quattros horas “Boroa. Segundo se continha e declarava em o dito despacho que Sendo dado e proferido no pe da dita petissão por bem delle fora esta junta aos ditos autos e com ella a procurassão de cujo (55) Treslado o seu theor e forma he pella maneira Seguinte”. Treslado da procurassão que Se achava neste lugar “Petissão = Diz Domingos Soares Antunes por seu procurador Luis Teixeira da Silva desta villa que no cartorio desta villa de Sorocaba tem o suplicante outorgado huma procurassam bastante do qual para certos Requerimentos careçe do Treslado e como o nam pode haver Sem despacho de vossa merçe rezam por que Pede a vossa merçe lhe fassa merçe mandar por Seu despacho que o Taballiam actual lhe des digo actual lhe de o dito Treslado em forma e Receberá merçe” Despacho = Deçe lhe “ferreira” Treslado da Procurassão = Procurassão bastante que fes domin(55v)gos Soares Antunes aos nella nomeados = Saibam quantos este publico instrumento de poder e procurassam bastante virem que Sendo no Anno do Nascimento de nosso Senhor Jhesus christo de mil setecentos quarenta e Sinco annos aos des dias do mes de junho do dito anno nesta villa de Sorocaba da Capitania da cidade de Sam Paulo cabessa de sua comarca partes do Brazil etc^a nesta dita villa em cazas de moradas de nym Taballiam ao diante nomeado appareço presente Domingos Soares Antunes morador nesta mesma villa e pessoa

Reconhecida de mim Taballiam Ser a propria aqui nomeada e por elle me foi dito em presença das Testemunhas ao diante nomeadas e a Signadas que elle (56) no melhor modo de dircito via e forma que podia fazer e mais logar haia fazia Como logo fes ordenou e constituhio por Seus certos abonador e em tudo bastantes procuradores nesta villa de Sorocaba a Luis Teixeira da Silva e a Manuel de Moraes Navarro e a seus Sobstabellecidos aos quaes disse dava como logo deu Se deu e Trespassou todo o seu Livre e comprido poder mandado geral e expccial quam bastante de direito se requer para por elle outorgante e em Seu nome donde com este poder Se acharem e nas mais partes onde necessario for possão os ditos Seus procuradores e Sobstabellecidos procurar Requerer allegar mostrar e defender todo o Seu direito e justissa (56vº) em todas as suas Couzas e demandas Movidas e por mover em que elle outorgante for Autor ou Reo Sobre bens moveis e de Rais assim civeis como Crimes no foro Ecleeziastico ou Secullar e poderam a Recadar todas as suas dividas dinheiro ouro prata que Se lhe deva a Sim no cofre dos horphaos Como nos Abzentes como nos Almojarifados da fazenda Real e Santo officio ouro e prata escravos e ademenistraçoens de gentio da Terra heranças asucres Tabacos creditos e jentes Bois emcomendas carregaçõens e Seus proçedidos e couzas outras que seu for por qualquer via ou Titullo que Seia e lhe pertencer e de tudo o que cobrarem darem quitaçõens em publico e Razo de maneira que pedidos (57) lhe forem e a seus devedores Citarem e demandarem e Contra elles offeceçerem petiçoens libellos contrariedades sumarios artigos e todo o mais genero de papeis que lhe forem necesarios Contestar despachos e Sentenças ouvirem e as datas digo ouverem e as que forem dadas a Seu favor ouvirem e concentirem e das contrarias appellarem e agravarem e jurar na alma delle outorgante qualquer licito juramento de calumnia decizorio ou Supletorio fazendo o dar a quem cumprir Contestar ditos de Testemunhas suspeiçoens aos julgadores e officiaes de justissa que Sospeitos lhe forem e por taes os Revogar e tudo Seguirem e Renunçiarem the mayor alçada do Supre (57vº) mo Tribunal Se lhe parecer Com o poder de Sobstabelleçer huma e mais vezes os procuradores que quizerem Com todos estes poderes ou parte delles revoga llos Se lhe parecer os sobstabellecidos sobstabellecerão outros na mesma conformidade Referida fi-

cando esta Sempre em sua força e vigor outroSim rellevava aos ditos Seus procuradores de todo em cargo da Satisfassão e fiadoria que o direito outorga estando cumpridamente em juizo ou fora delle a todos os termos e autos judiciaes e extrajudiciaes e a toda a mais ordem e figura de juizo e poderem fazer concertos quitas esperas remeças Transacçoens e amigaveis composiçoens nomeassoens louvamentos protestos Requerimentos (58) pedimentos embargos dezembargos penhoras Sequestros execuçoens fazendo aRematar os bens dos devedores a quem por elles mais der lançando nelles e rematando os Se lhe parecer outroSim fazer prizoens Solturas e tudo o mais Como elle Outorgante fizera e disse Se presente fosse representando em tudo Sempre digo em tudo Sua propria pessoa Com livre e geral ademi-nastrassam de Seus bens que tudo Realmente obrigou e Somente Rezervava para Si e sua pessoa toda a nova citação que esta quer lhe seja feita em sua propria pessoa para do cazo dar melhor informassão em fee e Testemunho de verdade que aSim o disse e outorgou e me pediu a mim Taballião lhe fizeçe este poder de procurassão bastante nesta nota (58vº) que aSeitou e aSignou para della Se darem os Treslados necessarios que cumprir Sendo presentes por Testemunhas Bartholomeu de Sousa Brandão e Ventura de Araujo Ferreira Moradores nesta villa e pessoas de mim Taballião Reconhecidos e Eu Simão Bino da crus que o escrevj “Domingos Soares Antunes” Ventura de Araujo Ferreira” Barthollomeu de Souza Brandão “E nom se continha mais em o dito Treslado de procurassão bastante que eu Taballião aqui Tresladey Bem fielmente E o proprio original que em meu cartorio fica a que me reporto em tudo e por tudo e vay na verdade Sem levar duvida nem Couza que a fassa pello correr Conferir e concertar em fee de verdade me asignej aqui de meus (59) signaes costumados em publico e Razo de que uzo Como abaixo se ve nesta dita villa de Sorocaba aos nove dias do mes de Mayo de mil setecentos cincoenta e Sinco annos e Eu Jeronimo da Rocha de oliveira Taballião que o escrevj concertej e asignej “Lugar do signal publico em Testemunho de verdade Jeronimo da Rocha de oliveira” Conferido com o proprio por mim Taballião “oliveira” Sobstabellecimento “Saibam quantos este publico instromento de Sobstabellecimento virem que no Anno do Nascimento de nosso senhor Jesus christo de mil Setecentos Sinco Annos aos

nove dias do mes de Mayo do dito anno nesta villa de Sorocaba comarca da cidade de Sam Paulo e estado do Brazil etc^a (59v^o) Nesta dita villa no escritorio de mim Taballião ao deante nomeado appareço presente o cappitão Luis Teixeira da Silva morador desta villa pessoa que Reconheço pello proprio de que dou fee e por elle me foj dito em presença das testemunhas ao deante nomeadas e aSignadas que como procurador bastante de Domingos Soares Antunes pella procurassam atras Sobstabelleço todos os poderes contheudos nella na mesma forma que lhe Sam concedidos e outorgados pello dito Seu constituhinte nas pessosas do Reverendo Padre Frej Luis de Sam Boaventura Antunes e do contratador dos diamantes o Sargento mor João Fernandes de oliveira e do Sargento mor Pedro Taques (sic) de Almeida Paes em a cidade de lisboa para que todos e cada hum possam (60) pello dito Seu constituhinte fazer obrar tudo o que elle substituto fizera obrara digo substituto por elle fizera obrara e dissera debaixo da obrigassam a que Se obrigou pella dita procurassam ficando Sempre em sua forssa e vigor para dellavrar quando lhe parecer em fee de verdade a seu requerimento lhe fis este poder que aSeitou e aSignou com as Testemunhas que presentes foram João de Almeida Leite e Caetano jose Prestes moradores nesta dita villa e Reconheçidas de mim Taballião e Eu Me asigney de meus signaes custumados em publico e Razo de que uzo e abaixo se ve e de tudo dou fee e Eu Jeronimo da Rocha de oliveira Taballião que o escrevj e a (60v^o) Signej lugar do signal publico Em testemunho de verdade jeronimo da Rocha de oliveira “Luis Teixeira da Silva” João de almeida Leite “Caetano joze Prestes” Certidam de Reconhecimento = O doutor João de Souza Felgueira do dezembargo de sua Magestade Fedelissima e Seu ouvidor geral e Corregedor da cidade de Sam Paulo nella e Seu termo Provedor das fazendas dos defuntos e auzentes Cappellas e Reziduos entdentes da Real caza da fundissão Superentendente das Terras Mineraes juis das iustificassões Com Alçada no civil e crime pello mesmo Senhor que deos guarde etc^a. Aos que a presente minha certidão de justificassão virem fasso a saber que a mim me constou por fee do escrivão que esta subscreveo Ser a letra (61) e Signal Publico e Razo retro da procurassão Bastante retro a mesma da mão de jeronimo da Rocha de oliveira o que hej por justificado e verdadeiro Sam Paulo de Mayo dezaçete de mil Setecentos

Sincoenta e Sinco e Eu Manoel das Aguias Cordeiro escrivão da Rezidencia a subscrevi João de Souza Filgueiras” E Tresladado bem e fielmente do proprio que se achava nos autos em lugar do qual fica este o conferi e concertej com o proprio que entreguej ao Reverendo Frey Luis de Sam Boaventura Antunes ao qual em Seu poder em todo e por todo me reporto que de como o Recebeu assignou no fim deste Treslado e por firmeza de tudo este fica por mim Sobscrito e aSegnado e concertado e Eu jose Antonio da Silva o subscrevi e concertej” jose Antonio da Silva “Frey Luis de (61v^o) Sam Boaventura Antunes” Segundo Se continha e declarava em o dito Treslado que Se acha nos ditos autos depois do qual Logo Se via o Sobstabellecimento de theor Seguinte” Sobstabelleço os poderes da procurassão retro para Requerer e allegar a justissa do meu constituhinte na forma que por este me Sam concedidos no Senhor Doutor joze dos Santos Rebello ficando a mesma sempre em Seu vigor lisboa aos doze de outubro de mil Setecentos Sincoenta e Seis “Frey Luis de Sam Boaventura Antunes” Segundo Se continha e declarava e hera outroSim Conthcudo escrito e declarado em o dito substabellecimento de procurassão que se acha nos ditos autos dos quaes continuando se vista ao procurador adevogado dos justificantes nelles vieram com (62) os seus embargos a dita Sentença de que o Seu theor e forma he pella maneira” Com o devido respeito = Por embargos de declarassão à Doutissima Sentença folhas Sincoenta verço afim de que se declare e Reforme na parte abaixo declarada dis o embargante pella Forma e via melhor de direito e sendo necessário” Provera haver a doutissima sentença folhas sincoenta verço por justificada a ascendência nobreza pureza de sangue e Tratamento do embargante e Seus progenitores ometindo sse porem nella os empregos do Pay e avos do justificante e os pronomes da May e Avós do mesmo, e nom se descobrindo nos autos motivo que padeçe ser fundamento para o referido Se deve nesta parte declarar a mesma doutissima Sentença fa(62v^o)llando Sempre com a mais profunda venerassão pois = Provera que achando çe plenamente provado nestes autores tanto pellos documentos com (sic) pellas testemunhas maiores de toda A execução que o embargante nelles produzio ser filho de João Antunes Maçiel que ocupou os pro digo que ocupou os postes de Tenente Coronel Coronel, Superintendente geral das Minas de Cuyabá e goarda

mor das geraes e de sua Molher donna Maria Paes, neto pella parte Paterna do cappitão João Antunes Maçiel e de sua molher donna Joanna graça Barboza de Calheiros e pella materna do cappitam Domingos Soares Paes e de sua molher Donna Maria Leite de Contreiras Ponce de Leon, Se omitem na doutissima Sentença embargada nom so os ppostos do Pay e avós do embargante mas tambem o pernome de Dom à May e Avos do mesmo (63) embargado digo e avós do mesmo embargante e esta falta de expreção lhe he noçiva “Proverá ele sem a menor duvida que achando se legassissimamente provado que o Pay e avos do embargante occuparão os ditos empregos Se fas evidente que o nom Se exprimirem na Sentença não precedeu de jntelligencia contraria e Só de mera e casual inadvertencia e tambem” Provera Ser o mesmo e nom outro o motivo que concorreo para Na Sentença embargada Se ometirem a May e Avós do embargante os pernomes de Dom de que sempre de tempo que excede a memoria dos homens uzarão denominando çe por taes Sendo assim tidas, havidas e tratadas Como bem o jurão as Testemunhas folhas trinta e tres comprovadas com as certidoens folhas folhas (sic) onze et sequentibus, e sentença (63vº) folhas nove verço proferida no juizo das justificaçoens do Rejno na qual se fas menção em parte dos empregos que exerceo o Pay do embargante e Se trata a May deste por donna Maria Paes de Jesus, e Sendo aSim “Provera que reconhecendo a doutissima Sentença embargada Ser o embargante descendente das illustres Famillias que declara em sua petissão folhas duas e julgando o por tal he certo que o motiste nella digo que ometir çe nella a May e Avos do embargante o dito pernome de dom foy Sem duvida lapso da pena e nom positiva deliberação de lhe negar aquelle Tratamento afastando çe nesta parte e no mais expendidos do que o embargante deduzio em sua petissão e o que fes tam genuina e quallificada prova “Provera e pello que consta destes au(64)tos Se fas patente que o pernome de dom de que uza e uzarão a May e Avos do embargante lhe competia e compete por nascimento Como prerogativa de Sua quallificada nobreza e ahinda cazo negado nam ouvera esta rezam bastava exercerem o Pay e avós do embargante os honorificos e recontados empregos que constão destes autos para lhe ser premetido e devido darem a suas molheres o dito Tratamento e pernome de dom e Sendo este Titullado com o antigo esplendor de

sua nobreza e Sanguinidade bem patente da certidão genologica folhas vinte e nove e dignidade dos ditos postos he innegavel o competir lhe jure sanguinis” Provera que nos Referidos termos he Sem a menor duvida dever çe declarar a doutissima Sentença embargada tanto a Respeito da expressão dos (64v^o) empregos do Pay e Avós do embargante Como no que toca a expremirem çe os pernomes da May e avós do mesmo embargante Como este espera se determinem por meyo dos presentes embargos que para esse fim Se devem Receber e julgar Logo por provados fallando Sempre Com a devida Submissam Fama publica “Pede Recebimento e cumprimento de justissa” Protesto etc.^a Rebello” segundo se continha e declarava e hera outroSim; contheudo escrito e declarado em os ditos embargos que se acham nos ditos autos de modo e forma que dito he pellos quaes logo Se via outroSim e mostrava a petissão do theor Seguinte “Dis Domingos Antunes Maçiel de contreiras que alcancando Sentença por este juizo da sua nobreza e fidalguia Sendo escrivão jose Antonio da Silva e como fes Huns embargos de de(65)clarassão da mesma Sentença recuza o dito escrivão remeter os autos por Ser o tempo de ferias e como Seia cauza que não tem partes e cauza ao Suplicante grande prejuizo e demora recorre a vossa merçe queira ordemnar ao dito escrivão remeta os autos e sentenciados que seiam haia (sic) por publicado ordemnando junte çe esta aos mesmos autos pello que “Pede a vossa merçe Seia servido pella sua grandeza ordenar na forma que pede e Reçebera merçe” segundo se continha e declarava em a dita petissão no pe da qual Se via estar proferido o despacho do theor seguinte “Como pede” Bóroa “Segundo se continha e declarava em o dito despacho proferido no pe da dita petissão junta nos ditos autos por bem do qual fazendo se (65v^o) os mesmos autos Concluzos ao dito meu dezembargador e Corregedor e Sendo por elle vistas e examinadas Sobre os ditos embargos deu e proferio a sua sentença da qual o Seu theor e forma he pella maneira Seguinte” Reçebo os embargos folhas Sincoenta e Sete e os julgo provados para effeito de declarar que o Pai do justidigo que o Pay do Suplicante exerceo os postos de Tenente coronel, Coronel e Superintendente das Minas de Cuyaba e que Seu avo Materno Domingos Soares Paes, fora cappitão das ordemnanças na villa de Sorocaba e bem aSim que a May e Avos do embargante Se apellidavão e tratavão

Com o Pernome de Dom, o que tudo hey por justificado visto o que jurão as testemunhas preguntadas, e Se mostra por alguns dos documentos juntos pello mesmo embargante, e com esta declarassão mando se cumpra e guar(66)de a Sentença embargada, e pague o embargante as custas acrecidas lisboa de outubro vinte de mil setecentos Sincoenta e Seis” Francisco Xavier e Morato Boroa “Segundo que tudo isto aSim e tam cumprida escrita e declaradamente Se continha e declarava e hera outroSim contheudo escrito e declarado em a dita Sentença que sendo dada e proferida nos ditos autos do modo e forma que dito he fora a digo que dito he Se ouvera por publicada na forma do estillo e Sendo logo por parte do justificante Domingos Antunes Maçiel de contreiras Ponce de Leon de zuniga fora pedido e requerido que dos ditos autos de justificassão de Nobreza se lhe desse e mandasse dar e passar sua carta de Sentença civil para com ella requerer e tratar de seu direito e justissa o que sem ella não podia fazer (66vº) e por seu requerimento Ser justo de Rezão e conforme a direito Se lhes deu e passou e Se lhes mandou dar e passa e he a presente pella qual vos mando sobreditas minhas justissas no principio desta declaradas que sendo vos esta apresentada hindo elle primeiro pello meu Dezembargador Corregedor por quem esta passou e ao diante nomeado aSignada e passada pella minha chancellaria da corte e Caza da Suplicassão a cumpracs e guardeis e fassaes em tudo e por tudo munto jntegramente cumprir e guardar aSim e da maneira que nella Se conthem e declara e em Seu cumprimento e por virtude della Se cumprira a Sentença e sua declarassão retro nesta jncerta Como nella vay julgado Sentenciado e determinado etc^a. Dada e passada em esta corte munto nobre e Sempre leal çida(67)de de lisboa aos quatro dias do mes de janeiro do Anno do Nascimento de nosso Senhor Jesus christo de mil setecentos Sincoenta e outo etc.^a El Rey nosso senhor o mandou pello doutor joão Alberto de castelbranco do seu Dezembargo e Seu Dezembargador da caza da Suplicassão desta corte que Serve de corregedor do civil della com Alçada nos feitos e cauzas civeis no empedimento do Dezembargador Bartholomeu Gomes Monteiro por quem esta passou e vaj assignada e sobscrita por Manoel Luis Tavares Coutinho Ribeiro cidadão desta cidade de lisboa e nella escrivão de hum dos officios do juizo da correição do çivel da corte na caza da suplicassão della por portaria

do Regedor das justissas no empedimento de jose Antonio da Silva etc^a Pagou çê (67v^o) de feitio desta carta de sentença civil de justificassão de Nobreza por parte do justificante a cujo requerimento Se lhe deu e passou ao todo na forma do regimento quatro mil reis e de assignatura della se pagarão". (sic)

(fim)

Nota:

Fez-se a numeração das fôlhas do manuserito para mais fácil consulta.

A N T T (Lisboa) — Feitos Feitos, m^o9, doc. 22.

A presente cópia (Justificação de Nobreza, Maço 9, documento 22) foi feita sôbre o original existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo pela Licenciada Dr.^a D. Alice Estorninho.

A revisão é da responsabilidade da mesma Dr.^a D. Alice Estorninho e da Dr.^a D. Rosalina Silva Cunha, ambas componentes da equipe do Gabinete de História e de Leitura Paleográfica.

Lisboa, 12 de julho de 1962.

O Secretário-Geral — Gabinete de História e de Leitura Paleográfica. — (a) *R. Cunha*.

Com a honra de
Pedro Taques de Almeida
Paes Leme

de 1755.
José Freire de Montarroyos Mascarenhas
Quonibus et signat

João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho
José Freire de Montarroyos Mascarenhas

Reproduções fotográficas das assinaturas de *Pedro Taques de Almeida Paes Leme*, *José Freire de Montarroyos Mascarenhas* e *João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho*, obtidas diretamente dos autos, Doc. 21, Maço 9, Feitos Findos, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Trabalho executado pelo Gabinete de História e Leitura Paleográfica, de Lisboa, no último trimestre de 1962.

APÊNDICE
GENEALÓGICO

*Acréscimos trazidos às árvores de MACIÉIS
e de ANTUNES, formadoras da linhagem dos
ANTUNES MACIÉIS pelos documentos
descobertos em 1961.*

MACIÉIS

— Tratando-se de linhagens vianenses, nenhum genealogista foi mais fecundo que Manoel José da Costa de Felgueiras Gayo (1750-1831), nascido em Barcelos mas radicado em Viana do Castelo, autor do Nobiliário de Famílias de Portugal, em 29 volumes, editado no ano de 1939 na cidade de Braga.

Século e meio depois de Christovão Alão de Moraes, Gayo retomou o estudo dos *Maciéis* minhotos (vol. XIX), a partir de Gonçalo Annes Maciel, vivo no século XV, descendente de João Maciel, Alcaide-mor de Villa Nova de Cerveira, tronco ilustre do ramo vianense, cujo solar, no Castelo de Darque, remonta ao século XIII de nossa era. O alcaide João Maciel aparece com efeito em muitas cartas de brasão do século XVI.

Neta de Gonçalo terá sido D.^a Maria Annes Maciel, casada com João Peres (ou Pires) de Darque. Porém os nomes de seus pais, destruídos pelo tempo nos velhíssimos papéis consultados por Gayo, levaram o linhagista a abrigá-la em parágrafo especial, embora pertencesse D.^a Maria à única geração quinhentista de Annes Maciéis conhecida em Viana do Castelo. Em outras palavras, D.^a Maria Annes Maciel nasceu por certo de D.^a Simoa Pires (ou Peres) de Faria e Bartolomeu Gonçalves Maciel, êste vivo em 1500, quando foi comendatário do Mosteiro de Palme, como relatamos em obra anterior.

Do casal *João Pires de Darque — Maria Annes Maciel*, nasceram pelo menos dois filhos, *Beatriz Fernandes Maciel*, anotada por Gayo e Montarroyos Mascarenhas, e Antônio Fernandes Maciel, só pelo último arrolado, que o situa na Índia, em 1591, exercendo os altos cargos de ouvidor-mor e juiz de justificações.

Beatriz Fernandes Maciel casou com *Estevão Gil*, filho de Gil Pires Tourinho e de sua mulher, D.^a Branca Quezado.

Os Tourinhos provêm da família alentejana dêsse apelido, com escudo muito divulgado e cujo tronco, Martim Tourinho, aparece no século XIV. Já os Quezados (mais tarde Casados) são castelhanos do XII.º século, originando-se dos Quezadas e, êstes, dos Carrillos, descendentes de Ruy Dias Carrillo, que vivia no ano de 1140.

D.^a Leonor Carrillo (ou Carrilho, na grafia portugêsa), dama do século XIII, foi casada com Gomes Peres Palomeque, dêsse casal nascendo Diego Gomes Palomeque, marido de D.^a Tereza Barroso, filha de Don Gimeno Alfon Gudiel e de outra D.^a Tereza Barroso, assim originando-se Pedro Dias Carrillo, natural de Toledo.

Pedro Dias Carrillo, filho de Diego Gomes Palomeque e de sua espôsa, foi Adelantado de Cazorla (atual partido judicial da Província de Jaen, Espanha) e, nela, Senhor da Vila de Garciez e da Tôrre de San Thomé, e Alcaide-mor da Vila e do Castelo de Quezada, no Bispado de Córdoba.

Conta Felgueiras Gayo que Pedro Dias Carrillo ganhou a Vila de Quezada de Don Affonso IV, que então a asse-diava, por haver feito uma brava sortida em território inimigo, trazendo aos sitiantes o trigo assim arrancado aos infiéis. Casou-se com D.^a Tereza Rodrigues de Biedma, filha de Rodrigo Inigues de Biedma e de D.^a Joana Dias de Fienes, por sua vez filha do Adelantado-mor de Granada, Don Dias Sanchez de Fienes.

Do casal de Pedro Dias Carrillo, agora com armas e apelido de Quezada, nasceu Dias Sanchez de Quezada, marido de D.^a Toda Peres Sotomayor, 2.º Senhor de Garciez e Tôrre de San Thomé, no tempo de Don Affonso XI de Castela e Aragão, soberano que enfrentou Don Affonso IV, de Portugal, seu sogro, na guerra que se prolongou de 1334 a 1338.

Dias Sanchez de Quezada tomou o partido de Don Pedro, o Cruel, filho de Affonso XI, passando a Portugal por volta de 1340. Dêle nasceu Ponce Dias de Quezada, que serviu a Henrique, o Bastardo, e ao Rei Don João, contra Portugal, morrendo no Concelho de Aguilar, em 1353, com os demais fidalgos de Don Pedro, o Cruel, então no trono de Castela.

Casou com D.^a Tereza de Guzman, filha de Gilvaz Davilla e de D.^a Ignez de Guzman, tendo cinco filhos que abandonaram Castela após sua morte. O quarto dêles, Lopo Dias de Quezada, radicou-se na cidade do Pôrto e gerou a Martim Dias Quezado, pai de João Quezado que, do Pôrto, passou

e Viana, onde casou com D.^a Maria Gomes Madriz, depois de instituir, ao que parece, o Morgado de São Thiago.

De sua espôsa, D.^a Maria Gomes Madriz, filha de Dom Gomes Madriz, comendatário de São Romão de Neiva, teve pelo menos dois filhos varões, troncos dos CASADOS portugueses, e quatro filhas mulheres, nascendo em terceiro lugar D.^a Branca Quezado, mulher de Gil Pires Tourinho, irmã de Gil Quezado, enaltecido por João de Barros, e tia de João Quezado, o moço, que passou à Índia com Vasco da Gama e combateu em Azamor no ano de 1505.

Do casal Gil Pires Tourinho — Branca Quezado, nasceram nove filhos, o segundo recebendo o nome de *Estevão Gil* (ou Estevão Gil Tourinho), marido de *Brites* (ou *Beatriz*) *Fernandes Maciel*, a mãe de *João Maciel*, o velho, tronco vicentino do século XVI, assim filiado agora por João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, Ministro de Estado de D.^a Maria I, de Portugal, pelos eméritos linhagistas Pedro Taques d'Almeida Paes Leme e José Freire de Montarroyos Mascarenhas e, enfim, por seu próprio neto em 5.^o grau, Domingos Antunes Maciel, na petição inicial.

Um dos irmãos de *Estevão Gil*, Pedro do Campo (sic) Tourinho, deve ter emigrado para o Brasil, embora nos pareça que Gayo o confundiu com o homônimo adiante comentado. De suas irmãs, é certo que Ignez Gil Tourinho, casada com Afonso Fernandes Pinto, teve dois filhos, Fernão Dias e Jorge Dias, casados e com geração brasileira.

Coube todavia aos filhos de *Estevão Gil*, portanto irmãos de *João Maciel*, o velho, passarem-se para cá em grande escala. De Brás Maciel foi filho Gaspar, casado no Brasil com Joana Carnera, que lhe deu pelo menos dois descendentes.

De D.^a Ana Tourinho Maciel, casada com Bento Rodrigues Maciel, consorciáram-se em nossa terra os filhos de nome João Tourinho Maciel e Pedro de Campos Tourinho, éste último muito conhecido. Era Donatário e Capitão-mor da Capitania de Pôrto Seguro e foi sertanista, como os filhos varões, depois de se haver destacado como habil navegador. Casou-se em São Vicente com D.^a Ignez Fernandes Pinto, existindo no Museu Histórico Nacional a reprodução de seu escudo, mandada executar por Gustavo Barroso.

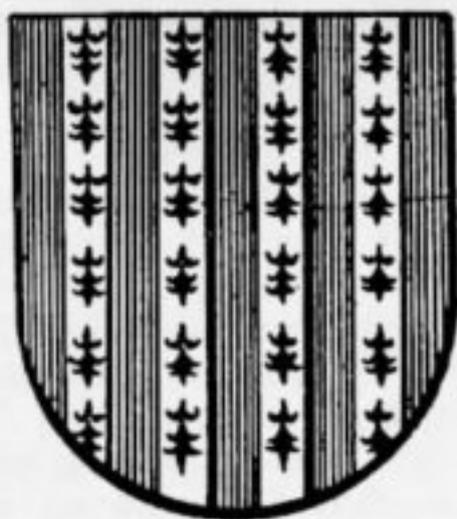
Em suma, com a filiação de *João Maciel*, agora conhecida, e pelo que nos adianta Gayo, ficam ligados os *Antunes Maciéis* brasileiros aos Tourinhos brasonados que descendem do povoador das terras meridionais da Bahia.



TOURINHOS



CARRILLOS



QUEZADAS

Armas de TOURINIROS:

De verde, touro passante cosido de vermelho, armado de prata, com os cascos de ouro.

Timbre: — o touro passante ou nascente.

Armas de CARRILLOS:

De azul, cinco flores de lis de ouro.

Timbre: — rapôsa passante de ouro, armada de azul.

Armas de QUEZADAS:

De vermelho, quatro palas de prata carregadas cada uma de seis pintas de arminho negro.

daram pagar a terça parte da renda, até que veio a Pernambuco seu filho Manoel Antunes Correia, e entrou a servir o dito officio, ainda em vida de seu pai”.

Manoel Antunes Correia, o tronco pernambucano, nasceu em Elvas no ano de 1651. Foi pai de Roque Antunes Correia-II, antes mencionado.

Com base nas mencionadas inquirições, mais a informação de Montarroyos Mascarenhas durante a justificação de nobreza de Domingos Antunes Maciel, em 1756, verifica-se que do casal *Antônio Rodrigues — Maria Peres*, naturais de Arneirós — hoje no concelho, comarca e diocese de Lamego — nasceram pelo menos dois filhos, *Antônio Antunes*, casado em Viana do Castelo com D.^a Maria Maciel, filha de *João Maciel* e D.^a Paula Camacho, e *Maria Antunes*, casada com Manoel Antunes Azêdo, nascido no lugar denominado Asoeira, no Trucifal (sic), de onde eram igualmente naturais os pais dêste último, Antônio Azêdo e Francisca Rodrigues.

Do casal Manoel Antunes Azêdo — Maria Antunes, foi filho Roque Antunes Correia-I (ou *Roque Antunes*), que serviu a D. Pedro II de Portugal, sendo portanto sobrinho de *Antônio Antunes*, o espôso de Maria Maciel, pais êstes de *Gabriel Antunes Maciel*, o primeiro do apelido, paulista, marido de D.^a Mecia Cardoso Camacho.

O fato de *Roque Antunes* haver sido Familiar do Santo Officio, atesta que seus avós, como Antônio Rodrigues e Maria Peres, eram portuguezes de lei, gente “de limpo sangue”, assim reconhecida por sentença.

Por outro lado, o hábito da Ordem de Christo concedido ainda no século XVII e a alta patente de Mestre de Campo, sugerem nobreza e distinção nos ascendentes. Faltam-nos provas, entretanto, a favor de uma possível ligação com Simão Antunes, Mestre de Campo dos Reis Católicos e Cavalheiro da Ordem de Christo, tronco dos Antunes brasoados.

Verifica-se, em consequência, que tanto *Antônio Antunes*, o marido de D.^a Maria Maciel, quanto sua irmã, D.^a Maria Antunes, provinham de cêpas muito puras. Enfim, como conclusão natural, diante dessas premissas, era *Gabriel An-*

tunes Maciel, o fundador da linhagem brasileira, de varonia e aparência muito lusitana, embora paulista de nascimento.

Os Familiares do Santo Ofício provinham de gente plebéia ou da alta nobreza, desde que provassem a “limpeza de sangue” pelos quatro costados. Então, obtinham carta da Inquisição para procederem às diligências, de seu serviço, já no gozo de determinadas regalias.

Os habilitandos requeriam, de início, ao Inquisidor Geral, juntando documentos que iam desde as certidões paroquiais até os pareceres genealógicos; seguia-se a inquirição nos distritos onde habitassem, ali depondo os anciãos do lugar. Havendo o Comissário reunido elementos suficientes para informar ao Conselho Geral do Santo Ofício, assim o fazia, cabendo a êste último pronunciar a sentença definitiva.

A Tôrre do Tombo guarda mais de doze mil processos dessa natureza, que constituem uma fonte inexaurível de revelações genealógicas e nobiliárquicas.

BIBLIOGRAFIA

DA INTRODUÇÃO E DO APÊNDICE

- ALÃO DE MORAES, Christóvão — *Pedatura Lusitana-Hispanica* — (edição princeps em 1667, Pôrto) — ed. Liv. Fernando Machado, Pôrto, 1942.
- ANTUNES MACIEL, Domingos — *Carta de Sentença Confirmatória de sua Justificação de Nobreza (1-1-1758)*, transcrevendo a petição inicial e os autos resultantes do processo (nobilitate probanda) / Manuseritos / Doc. 21 e 22, maço 9, Feitos Findos, Tôrre do Tombo, Lisboa.
- ASSUMPCÃO SANTOS, J. F. de — *Uma Linhagem Sul Rio-Grandense: Os “Antunes Maciel”* — ed. Ind. Graal. Taveira, Rio, 1958.
- *O Escudo dos Maciéis no Armorial Brasileiro* — in. Rev. Genealógica Latina, vol. XI, S. Paulo, 1959.
- *Relação Comentada de Maciéis Radicados no Brasil ou Filhos da Terra, Pertencentes à Nobreza Brasonada, etc.* — in Rev. do Inst. Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, n.º 4-5, 1960.
- *Troncos Gaúchos da Família Antunes Maciel* — in Rev. Genealógica Latina, vol. XIII, S. Paulo, 1961.

- BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano — *Nobiliarquia Pernambucana* — 2 vols/MS do século XVIII. Edição da Biblioteca Nacional, Rio, 1935.
- CARVALHO DA COSTA, Pe. Antônio — *Corografia Portuguesa* — 3 vols./MS do século XVII. Edição (2.^a) da Typ. D. G. Gouvea, Braga, 1868.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis — *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* — ed. Comissão IV.º Cent. de São Paulo, 1953.
- FELGUEIRAS GAYO, Manoel José da Costa de — *Nobiliário de Famílias de Portugal* — 29 vols./MS do século XIX (início), ed. Oficinas Gráficas Pax, Braga, 1939. Obras Raras, B.N.
- MONTARROYOS MASCARENHAS, José Freire de — *Nobiliário Genealógico, Crítico e Histórico das mais Ilustres Famílias deste Reino e suas Conquistas* — MS. do século XVIII/ n.º 318 a 321, Biblioteca Nacional de Lisboa. Inéditos até o momento.
- MOURA, Américo Antunes de — *Família Antunes Maciel* — in Rev. do Inst. Estudos Genealógicos, n.º 314, S. Paulo, 1938; Rev. Inst. Heráldico-Genealógico, n.º 9, S. Paulo 1942/1943.
- PEDRO TAQUES D'ALMEIDA PAES LEME — *Nobiliarquia Paulistana, Genealogia das Principaes Famílias da Província de S. Paulo* — 2 vols. /MS. do século XVIII, cópia de 1783 dos desaparecidos originais de Pedro Taques. Arquivos do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 22, Rio.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da — *Genealogia Paulistana* — 9 vols — ed. Duprat & Cia., S. Paulo, 1903.
- TAUNAY, Affonso d'Escragnolle — *História Geral das Bandeiras Paulistas* — 11 vols. — ed. Museu Paulista, S. Paulo 1949.
- *Inéditos de Pedro Taques* — in Rev. do Inst. Histórico e Geográfico de S. Paulo, vol. 20, 1915.
- Biografia do autor de *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, Frei Gaspar da Madre de Deus (século XVIII), na edição dessa obra por Weiszflög Irmãos, S. Paulo, 1920.
- Biografia do autor de *História da Capitania de São Vicente*, Pedro Taques d'Almeida Paes Leme, na edição dessa obra (sem data) pela Cia. Melhoramentos de São Paulo, em ano posterior a 1926.

TEIXEIRA DE CARVALHO, Mario — *Nobiliário Sul-Riograndense* — ed.
Liv. Globo, Pôrto Alegre, 1937.

VILLASBOAS & SAMPAYO, Antônio — *Nobiliarchia Portugueza — Tratado da Nobreza Hereditária & Política* — Ed. princeps, Oficinas de Francisco Villela, Lisboa, 1676. Obras Raras, B.N.